



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE ARQUITETURA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO  
DE MONUMENTOS E NÚCLEOS HISTÓRICOS  
MP- CECRE**

**FEDERICO CALABRESE**

**ESTUDOS DE REQUALIFICAÇÃO E DE VALORIZAÇÃO URBANA E  
PAISAGÍSTICA DO RIO VERMELHO EM SALVADOR**

Salvador  
2013

**FEDERICO CALABRESE**

**ESTUDOS DE REQUALIFICAÇÃO E DE VALORIZAÇÃO URBANA E  
PAISAGÍSTICA DO RIO VERMELHO EM SALVADOR**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos/MP-CECRE, da Faculdade de Arquitetura, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio Fernandes  
Cardoso

Salvador  
2013



## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**FEDERICO CALABRESE**

### **ESTUDOS DE REQUALIFICAÇÃO E DE VALORIZAÇÃO URBANA E PAISAGÍSTICA DO RIO VERMELHO EM SALVADOR**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos, Universidade Federal da Bahia – UFBA, pela seguinte banca examinadora:

Luiz Antonio Fernandes Cardoso - Orientador \_\_\_\_\_  
Doutor em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia  
Faculdade de Arquitetura /UFBA

Márcia Sant'Anna \_\_\_\_\_  
Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia  
Faculdade de Arquitetura/ UFBA

Gina Veiga Pinheiro Marocci \_\_\_\_\_  
Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia  
Instituto Federal da Bahia.

Miriam Nohemy Medina Velasco \_\_\_\_\_  
Doutora em Estruturas Ambientais Urbanas, Universidade de São Paulo/ USP  
Universidade do Estado da Bahia

Salvador, 12 julho de 2013

*Uma obra construída hoje, assim, como durante séculos foram edificadas arquiteturas e cidades, estratificando evento sobre evento, pedra sobre pedra, escrevendo uma página acima de outra, usando a história como suporte natural da sua continuação construtiva, sem tabu e sem ficções.*

*Giorgio Grassi*

## RESUMO

Neste trabalho, estuda-se o bairro do Rio Vermelho da cidade de Salvador nos âmbitos da conservação e do restauro urbano.

O bairro conserva ainda alguns resquícios de patrimônio arquitetônico dos séculos XVIII e XIX e, sobretudo, o patrimônio imaterial das festas religiosas e dos ritos urbanos contemporâneos.

Seus moradores debatem e lutam pela preservação da memória e da identidade do bairro com paixão ha muitos anos.

Realiza-se, em primeiro lugar, um levantamento critico dos aspectos históricos e urbanos do bairro e suas relações com a cidade.

Numa segunda fase da pesquisa, efetua-se um mapeamento, instrumento para descrever as áreas objeto de estudo, e, sucessivamente um diagnostico que visa determinar as transformações do Rio Vermelho ao longo do tempo, mudanças nas tipologias dos edifícios, nas alturas, nas fachadas, como se transforma o espaço público e privado de uso público do bairro e que relação tem com os edifícios.

A conclusão do trabalho é um projeto de requalificação e valorização urbana e paisagística.

O projeto baseia-se nas teorias sobre o restauro urbano de Roberto Pane e nas teorias urbanas de estudiosos como Bernardo Secchi, David Harvey e Manuel Delgado, entre outros.

O projeto inspira-se nas boas práticas de projeto e requalificação do espaço público desenvolvidas na Europa, principalmente desde o início dos anos 80 do século passado.

**Palvras-chave:** Conservação, restauro, cidade, patrimônio, arquitetura identidade, memória, Roberto Pane, requalificação urbana, paisagem.

## RESUMEN

En este trabajo se estudia, en las áreas de conservación y restauración urbana, el barrio de Rio Vermelho, en Salvador.

El barrio todavía conserva algunos elementos arquitectónico de los siglos XVIII y XIX, y sobre todo el patrimonio inmaterial de las fiestas religiosas y ritos urbanos contemporáneos.

Sus habitantes discuten y luchan por la preservación de la memoria y la identidad del barrio con pasión desde hace muchos años.

Se realiza, en primer lugar, un estudio crítico de los aspectos históricos de la zona urbana y su relación con la ciudad.

En una segunda fase de la investigación, se hacen unos mapas para describir el objeto de las áreas de estudio, y sucesivamente un diagnóstico cuyo objetivo es determinar los cambios del barrio a través del tiempo, los cambios en los tipos de edificios, las alturas, las fachadas como se transforma el espacio público y privado público y cual relación tienen con el entorno construido.

La conclusión del trabajo es un proyecto de recalificación y mejora urbana y del paisaje.

El proyecto se basa en las teorías sobre la restauración urbana de Roberto Pane y las teorías urbanas de estudiosos como Bernardo Secchi, David Harvey y Manuel Delgado, entre otros,

El proyecto se inspira en las buenas prácticas de los proyectos de espacio público, desarrolladas en Europa especialmente desde principios de los años 80 del siglo pasado.

**Palabras-clave:** Conservación, restauración, ciudad, patrimonio, arquitectura, identidad, memoria, Roberto Pane, recalificación urbana, paisaje.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Planta do Reduto do Rio Vermelho	22
Figura 2 – Praia de Santana no dia 2 de fevereiro	30
Figura 3 – Interior da Capela de São Gonçalo	35
Figura 4 - Capela de São Gonçalo do Amarante	35
Figura 5 - A Cantora Janis Joplin no Rio Vermelho, 1970	36
Figura 6 – Mapa dos Terrenos dos Beneditinos no Rio Vermelho	41
Figura 7 - Modelo Radial Concêntrico	51
Figura 8 - A Seção de Vale (Valley Section)	53
Figura 9 - Manifestação da favor da Praça de Sant'Ana	74
Figura 10 - Verticalização da Paciência	97
Figura 11 – Verticalização do Morro do Conselho	98
Figura 12 – Conjunto Arquitetônico com uso misto da Rua João Gomes	100
Figura 13 – Residência na Rua João Gomes	101
Figura 14 - Verticalização dos topos dos morros,2012 Jardim Caramuru,	104

## SUMÁRIO

### VOLUME I

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>1 RIO VERMELHO ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA</b> <b>A história do Rio Vermelho, do seu patrimônio cultural e paisagístico e o que permanece disso até hoje</b>	<b>17</b>
1.1 CARAMURU E O DESCOBRIMENTO	17
1.2 A INVASÃO HOLANDESA, 1624	21
1.3 O LENTO POVOAMENTO DO SEC. XVI AO SEC. XIX	22
1.4 O PERÍODO ÁUREO DOS VERANISTAS, 1880-1930	23
1.5 LOTEAMENTO PIONEIRO: O PARQUE CRUZ AGUIAR	24
1.6 OS PESCADORES	26
1.7 RIO VERMELHO IMATERIAL	27
<b>1.7.1 As festas religiosas</b>	<b>28</b>
<b>1.7.2 Espetáculos contemporâneos</b>	<b>35</b>
1.8 RIO VERMELHO UMA QUESTÃO DE LIMITES	38
1.9 MAPA DE SINTESE	42
<b>2 A EVOLUÇÃO URBANA</b> <b>As relações do espaço urbano entre o bairro e a cidade, entre o espaço público e o privado, entre espaços abertos, semiabertos e fechados</b>	<b>43</b>
2.1 O TERRITÓRIO MUNICIPAL. BREVE HISTÓRICO	43
<b>2.1.1 Subdivisões do território municipal</b>	<b>44</b>
2.2 PLANEJAMENTO URBANO DO EPUCS AO PLANDURB	50
2.3 EVOLUÇÃO URBANA DA DÉCADA DE 80 ATÉ HOJE	57
2.4 A CRISE DA CIDADE (?) É CRISE DO ESPAÇO PÚBLICO	58
2.5 O RIO VERMELHO: ÁGORA DE UMA METRÓPOLE DISPERSA	63
2.6 MAPA DE SINTESE	65
<b>3 O PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E PAISAGÍSTICO DO RIO VERMELHO: ASPECTOS LEGISLATIVOS URBANÍSTICOS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR</b>	<b>66</b>
3.1 PATRIMÔNIO E MEMÓRIA	66
3.2 O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E CULTURAL DO RIO VERMELHO	68
3.3 DO DECRETO DE SÃO LÁZARO DE 1978 ATÉ HOJE	69
3.4 DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA EM SALVADOR	72
3.5 PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA DO RIO VERMELHO	73

## **VOLUME II**

<b>4 LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO E ICONOGRÁFICO</b>	<b>77</b>
Reprodução de imagens antigas, fotos comparativas, fotos atuais.	
<b>5 ANÁLISE PERCEPTIVA E FENOMENOLÓGICA</b>	<b>78</b>
5.1 A APREENSÃO DOS LUGARES (MÉTODO KHOLDORSF)	78
5.2 A PERCEPÇÃO URBANA COMO INSTRUMENTO DE PROJETO	87
5.3 MAPAS DE SINTESE	91
<b>6 CARTOGRAFIAS TEMÁTICAS (DESCRIÇÕES)</b>	<b>92</b>
6.1. COMO ESTÁ FEITO O RIO VERMELHO	92
<b>6.1.1 Mapas Temáticos</b>	<b>92</b>
Grau de proteção	
Periodização	
Grau de integração	
Estado de conservação	
Gabarito	
Matérias dos espaços abertos e mobiliário urbano	
6.2 COMO FUNCIONA O RIO VERMELHO	93
<b>6.2.1 Mapas Temáticos</b>	<b>93</b>
Sistema viário	
Usos	
Espaços abertos	
Áreas arborizadas	
Arte urbana	
<b>7 DIAGNÓSTICO</b>	<b>94</b>
7.1 LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA INCIDENTE SOBRE A ÁREA DE PROTEÇÃO	94
7.2 GRAU DE INTEGRAÇÃO	95
7.3 ANÁLISE DO CONTEXTO NATURAL PAISAGÍSTICO E CONSTRUÍDO	99
7.4 OCUPAÇÃO E USO DO SOLO	102
7.5 SISTEMA VIÁRIO	105
7.6 ARBORIZAÇÃO	107
7.7 PAVIMENTAÇÃO E MOBILIÁRIO URBANO	108
7.8 ARTE URBANA	109

## **VOLUME III**

<b>8 CONCLUSÕES: PROPOSTA DE PROJETO</b>	<b>111</b>
8.1 MEMORIAL DESCRITIVO	111
8.2 PRANCHAS DE PROJETO	119
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>120</b>

## INTRODUÇÃO

Restauração e conservação são processos que têm um caráter apu excepcional. Preservar, divulgar e transmitir para o futuro, sem apagar os vestígios da passagem do tempo, o patrimônio cultural, arquitetônico e ambiental são objetivos primários. O tema da conservação, a questão da proteção ativa do patrimônio arquitetônico e ambiental é tão relevante hoje quanto era em 1519, quando Raffaello Sanzio escreveu ao Papa Leão X:

Quanti Pontefici, Padre Santissimo, li quali avevano il medesimo officio che ha Vostra Santità, ma non già il medesimo sapere, né il medesimo valore e grandezza d'animo, né quella clemenza che la fa simile a Dio: quanti, dico, Pontefici hanno atteso a ruinare templi antichi, statue, archi e altri edifici gloriosi! Quanti hanno comportato che solamente per pigliar terra pozzolana sieno scavati dei fondamenti, onde in poco tempo poi gli edifici sono venuti a terra! Quanta calce si è fatta di statue e d'altri ornamenti antichi! che ardire i dire che tutta questa Roma nuova che ora si vede, quanto grande ch'ella si sia, quanto bella, quanto ornata di palagi, chiese e altri edifici che la scopriamo, tutta è fabricata di calce e marmi antichi.

A carta é um documento valioso sobre a proteção e preservação das ruínas da antiga Roma. Denuncia a ignorância das autoridades, incluindo-se os Papas, que promoveram a destruição de templos, estátuas, arcos e outros edifícios valiosos da Antiguidade, para a construção da nova Cidade.

É, portanto, um testemunho precioso para o crescente interesse e amor pelas antiguidades, que foi amadurecendo durante o Renascimento, até uma conscientização moderna da sua conservação.

A consciência de que a preservação é um ato de contemporaneidade e modernidade é a ideia de fundo que norteou a escolha e o desenvolvimento do tema deste trabalho: *Estudos de Requalificação e de Valorização Urbana e Paisagística do Rio Vermelho em Salvador*.

Já o título contém os temas principais deste trabalho: a questão urbana e a paisagem vista como resultado da ação integrada entre o homem e a natureza.

O tema do estudo é um bairro da Cidade de Salvador, o Rio Vermelho, onde há muito tempo e com grande paixão debate-se sobre a preservação do patrimônio histórico, cultural e paisagístico. Lugar que conserva ainda alguns resquícios de patrimônio arquitetônico dos séculos XVIII e XIX e, sobretudo, o patrimônio intangível das festas religiosas e dos ritos urbanos contemporâneos.



Onde também existe uma poligonal que marca uma Área de Proteção Cultural Paisagística<sup>1</sup> que ao longo dos últimos anos sofreu diversas reduções.

É então fundamental fazer um estudo aprofundado sobre este Bairro, no âmbito da preservação e do restauro, entendendo estas ações estreitamente integradas ao âmbito do planejamento urbano e do projeto urbano. Integrar o restauro e o planejamento urbano através um projeto de requalificação do Rio Vermelho é o objetivo principal deste trabalho

O trabalho compõe-se de três partes, apresentadas em três volumes, sinteticamente resumidos em:

- 1 levantamento de dados
- 2 leitura documentação e diagnóstico
- 3 projeto

**O volume I** articula-se em três capítulos:

**RIO VERMELHO ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA. A história do Rio Vermelho, do seu patrimônio cultural e paisagístico e o que permanece disso até hoje** propõe uma releitura da história do bairro desde a lendária chegada do Caramuru em 1509, até as suas festas religiosas e seus espetáculos contemporâneos. O capítulo será concluído com um mapa temático que apresenta uma síntese gráfica e visual do conteúdo do capítulo.

**A EVOLUÇÃO UBANA. As relações do espaço urbano entre o bairro e a cidade, entre o espaço público e o privado, entre espaços abertos, semiabertos e fechados** analisa de forma crítica a evolução urbana do bairro em relação à cidade; como as mudanças na cidade afetaram ao longo dos anos o bairro do Rio Vermelho. Até os anos 1960 o Rio Vermelho era um bairro periférico, que em pouco tempo se torna um bairro de passagem. Este capítulo aborda a questão da crise da cidade contemporânea, como crise do espaço público, defendendo a ideia que a cidade é espaço público, como aponta Jordi

---

<sup>1</sup> A Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo no Município da Cidade do Salvador (Lei 3289/83) define a APCP como uma área destinada à conservação de elementos significativos do ponto de vista cultural, associados à memória, pluralidade e diversidade de manifestações e formas de expressão da identidade da sociedade local, e para imagem ambiental urbana.

Borja; e aborda, ainda, a questão de como a produção da cidade, então do espaço público, está estreitamente ligada ao processo capitalístico, como afirma David Harvey. Um mapa de síntese, também, encerra o capítulo.

**O PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E PAISAGÍSTICO DO RIO VERMELHO: ASPECTOS LEGISLATIVOS URBANÍSTICOS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR** pretende analisar, criticamente, os aspectos legislativos urbanísticos no âmbito da preservação e a importância do papel da participação popular relacionada à tutela do patrimônio cultural do bairro do Rio Vermelho em Salvador. Querendo evidenciar como a preservação deste bairro soteropolitano está relacionada às lutas apaixonadas e a participação da sociedade civil. Pretende-se, aqui, discutir primeiramente alguns conceitos a respeito do patrimônio cultural. Aborda-se, também, a memória como identidade cultural e cidadania, procurando fazer uma distinção entre memória e história.

**O volume II** compõe-se de quatro capítulos:

**LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO E ICONOGRÁFICO** é uma exaustiva pesquisa fotográfica e iconográfica, em forma de fichas, do bairro com reprodução de imagens antigas, fotos atuais e fotos comparativas das décadas de 1930, 1940, 1950 e 1960 comparadas com a década de 2000.

**ANÁLISE PERCEPTIVA E FENOMENOLÓGICA** ilustra um interessante exercício feito usando o método de Maria Elaine Kholtdorf, de apreensão do lugar, através da definição das categorias de análise morfológica dos lugares, em nível de *percepção* de formação de imagem mental e de representação geométrica de informações secundárias. O capítulo, ainda, questiona a viabilidade deste método como instrumento de projeto.

**CARTOGRAFIAS TEMÁTICAS** visam restituir de forma sinóptica e crítica a análise da forma dos lugares do Rio Vermelho. Restituindo através de um mapeamento o funcionamento do bairro, o uso dos terrenos, a forte terceirização de algumas áreas, o uso dos espaços aberto em relação ao pedestre e a o uso do carro, o problema de estacionamento e de trânsito.

**DIAGNÓSTICO**, do capítulo sete, ilustra como o bairro se transforma ao

longo do tempo, as mudanças nas tipologias dos edifícios, nas alturas, nas fachadas, como se transforma o espaço público e privado de uso público do bairro e que relação tem com os edifícios. Como se transforma respeito às sucessivas normas urbanística e lei de ocupação do solo.

**CONCLUSÕES: PROPOSTA DE PROJETO.** As intenções expressas no capítulo anterior acabam por implementar uma ferramenta projetual, que se concretiza nos estudos de valorização e requalificação urbana e paisagística das áreas centrais do bairro.

O estudo de requalificação do Rio Vermelho é norteado pelas teorias de Pane Roberto<sup>2</sup> sobre a restauração, e pela contribuição que deu, atual ainda hoje, na elaboração do texto da Carta de 1964, a de Veneza, e pelas teorias sobre a cidade e o espaço público de vários autores, entre outros, Sandy Van Ginkel<sup>3</sup>, Jane Jacobs, Bernardo Secchi, Jordi Borja, David Harvey, e Manuel Delgado, bem como pelas boas práticas de projeto e requalificação do espaço público, que começaram se desenvolvendo na Europa, principalmente desde o início dos anos 80, do século passado.

Roberto Pane (1959) afirmou:

A maior beleza da cidade é o seu valor como um corpo, ainda mais, que nos seus monumentos excepcionais [...]. A diferença de meio século atrás, o discurso deve ser estendido hoje para os valores do *ambiente*<sup>4</sup> [...] o valor do que está ao nosso redor e que é a cena do nosso cotidiano não é apenas uma igreja importante, ou uma escultura famosa, mas é, no entanto, algo diferente. Falo de *ambiente*, que é o resultado de uma produção contínua, que tem a sua própria civilização, que tem sua própria qualificação também estética, eu diria difusa, popular, é coletiva precisamente a palavra, atributo dos valores ambientais.

Pane (1959), com estas palavras, apresentava aos estudantes de arquitetura da Faculdade de Nápoles, na sede histórica do *Palazzo Gravina*, poucos meses antes de sua morte, em 1987, um dos pilares do seu pensamento: a noção de *ambiente*.

---

<sup>2</sup> Roberto Pane (1897-1987) foi arquiteto, historiador italiano e teórico do restauro crítico. Foi pela UNESCO experto de restauro arquitetônico em 1949 e fundou em Nápoles, em 1969, a Escola de Especialização em Restauro dos Monumentos.

<sup>3</sup> Sandy van Ginkel (1920-2009) foi arquiteto e urbanista holandês. Membro do CIAM e depois do Team X. Radicado no Canadá contribuiu à preservação do centro de Montreal, em 1950, uma década antes das lutas de Jane Jacobs em New York.

<sup>4</sup> Ambiente é a palavra italiana que neste caso poderíamos traduzir como "contexto".

Esta é uma contribuição de natureza estética, fundamental na teoria de Pane: a diferença entre arquitetura e arquitetura menor, conceito definitivamente inspirado na diferença crociana<sup>5</sup> entre poesia e literatura.

O mencionado autor, então, explica o conceito de *literatura arquitetônica*, como sendo:

Uma qualidade expressiva autônoma em relação àquela da poesia, não a essa submetida, quase um grau inferior da atividade espiritual, mas independente, do momento em que diverso é o seu objeto e, ou seja, não aquele da pura contemplação e do abandono ao universal, mas do constante cuidado que se volta a um fim prático (PANE, 1959 apud LENZA, 2010, p. 26-41).

Para Pane (1959 apud TORSELLO, 2005, p. 84),

A diferença entre a poesia e literatura arquitetônica encontra uma confirmação significativa no reconhecimento que os poucos monumentos não criam o *ambiente* da nossa cidade antiga, mas as muitas obras que contribuem determinando um caráter local.

Embora a questão da preservação do contexto, o ambiente, não seja inteiramente nova<sup>6</sup>, Pane dá um novo enfoque à questão. A partir da teoria da restauração de um único monumento, ele chega a uma primeira concepção de que o trabalho de restauração deve mostrar as estratificações que o monumento sofreu ao longo do tempo.

Mas, esse historicismo não é o suficiente: enfrentando as escolhas do que é conveniente conservar ou até que ponto é oportuno, Pane (1959) realiza o verdadeiro salto de qualidade quando volta a sua atenção para a preservação do monumento único para todo o ambiente, numa dimensão que atende às necessidades sociais, morais e de costumes, e pela primeira vez, enquadra, na teoria da restauração, a questão arquitetônica dentro da questão urbanística e do planejamento urbano.

---

<sup>5</sup> O filósofo Benedetto Croce foi mestre de Roberto Pane e a sua influência foi muito forte, especialmente no que diz respeito a questão dos limites da arte. O conceito entre a diferença de prosa e poesia arquitetônica foi desenvolvido pelo Pane, a partir da estética crociana.

<sup>6</sup> Gustavo Giovannoni será o responsável pela difusão, a partir da década de 1910, da noção atualmente corrente de que conjuntos urbanos históricos também podem ser considerados patrimônio cultural e, portanto, dignos de serem preservados; Giovannoni foi o primeiro teórico do restauro a reconhecer que não apenas os monumentos isolados devem ser objeto de ações visando a sua preservação, como também alguns conjuntos urbanos – a chamada “arquitetura menor”.

Como foi dito antes, a questão da preservação do contexto não é nova, Pane deve parte da sua formação à lição de Gustavo Giovannoni, com o qual estudou e se formou em Roma, em 1922, e com quem colaborou em revistas e em projetos de urbanismo. A visão de Pane (1959) sobre o tema é atualizada, e por isso, aberta à arquitetura moderna, o que Giovannoni recusava.

Outro conceito que Pane desenvolve, e que interessa muito a este trabalho, é precisamente a atenção que o estudioso reserva ao homem na obra de conservação e tutela.

Pane (1959) constantemente refere-se ao mundo da memória e à instância psicológica, considerando-a mais importante do que a estética e a história.

Segundo o citado autor, o mundo da memória é representado pelas grandes vozes do passado; sejam elas expressões plásticas ou um texto de Platão ou um grande poema. O homem pode viver sem memória? Interroga;, respondendo que, absolutamente, não. (PANE, 1959).

Ele diz que a cidade como *civitas*, como organização e estratificação da vida associada, também não pode renunciar à sua memória, ao conjunto das grandes obras, à união do contexto.

A estratificação psicológica descobre o seu reflexo no ambiente externo: portanto, a razão verdadeira e profunda do nosso apego aos testemunhos do passado nasce desta identificação e não a partir de um prazer puramente estético às imagens irrepetíveis [...] São invocados o mínimo possível o direito da arte, e mais os fatores psicológicos, até então esquecidos, porque precisamente em estes fatores que devem basear-se, seja na preservação do patrimônio do passado que a criação de uma nova cidade (PANE apud TORSELLO,, 2005, p. 84).

Por isso, reitera-se o conceito de estratificação da cidade e da coexistência absoluta e necessária entre o novo e o antigo; esta ideia, em nítido contraste com a teoria de Cesare Brandi, a da intransigência absurda, em querer ignorar a evidente realidade histórica da estratificação, que, realizada no passado, configura, com seus contrastes, o contexto que se quer salvar, e negar que esse futuro possa acontecer no presente.

Segundo Marco Dezzi Bardeschi<sup>7</sup> a Carta de Veneza de 1964 (elaborada com a contribuição fundamental de Roberto Pane e Piero Gazzola<sup>8</sup>) é um divisor de águas, marcando uma distância muito forte, tanto em relação à Teoria da Brandi de 1963, e especialmente, no que diz respeito ao verbete curado por Cesare Brandi e Renato Bonelli<sup>9</sup> para a Nova Enciclopédia Dell' Arte (EUA), no mesmo ano.

Dezzi Bardeschi (2008, p. 55) escreve no volume II do livro *Dal Restauro alla Conservazione*, o seguinte:

O texto da nova Carta colocava com força, a experiência de uma mudança de escala, para resolver o problema já não evitável da reconstrução e valorização da cidade antiga, que saia seriamente afetada pela guerra. A intolerância do arquiteto restaurador para não ficar, outra vez, trancado no tradicional e privilegiado âmbito do "monumento", em que até então tinha resolvido, mas não sem incerteza e ambiguidade considerável, métodos e formas especialísticas de um canteiro de restauro é evidente demais nos escritos (muitas vezes polêmicos) dos estudiosos da disciplina. Tudo agora solicita para um encontro necessário entre as áreas do urbanismo e do restauro. Apontava nessa direção o esforço interdisciplinar de tentar entender e governar o forte impulso quantitativo do desenvolvimento metropolitano. A vocação, então, para lidar com o debate entre as razões da preservação da identidade local e as razões, legítimas também, do desenvolvimento territorial, evidente dando uma olhando nos títulos das contribuições dos protagonistas da restauração.

O Projeto de requalificação do Rio Vermelho se desenvolve no âmbito dessa integração entre disciplinas, entre restauro e planejamento urbano, que Pane ressaltou. O principal objeto de estudo é, então, como diria Pane, o ambiente, o contexto e a cidade em geral.

Entendendo a cidade como espaço público, estradas, praças monumentos lugares da memória em que se materializam as relações entre habitantes, entre eles e o poder público ou privado que seja, isso é que permite a troca o encontro, e que dá sentido à cidade.

Nos últimos anos, tudo isso, se tornou moda entre os expertos de

---

<sup>7</sup> É engenheiro, arquiteto e teórico do restauro e diretor da revista *Ananke*. Formou-se com Giovanni Michelucci e Piero Sanpaulesi. Participou, com uma *Lectio Magistralis* no evento *Arquimemória*<sup>4</sup>, de Salvador, em maio de 2013, cujo tema era a Dimensão Urbana do Patrimônio.

<sup>8</sup> Arquiteto e engenheiro (1908 – 1979) junto com outros em 1964 escreveu a Carta de Veneza, foi Superintendente de Verona.

<sup>9</sup> (1911-2004) Seguidor de Brandi e teórico do Restauro Crítico.

planejamento urbano. A partir das grandes renovações urbanas, tornam-se aquele veículo que torna atrativas as operações de requalificação urbana para o mercado de especulação imobiliária.

Apesar disso, há exemplos de maior profundidade cultural, onde é possível observar como a cidade histórica se apresenta como um enorme palimpsesto, em que a sucessão das gerações deixou rastros descontínuos que aparecem, como fragmentos muitas vezes imperceptíveis e dificilmente componíveis em uma ordem, às vezes, projetada e desejada.

O exemplo de Barcelona é emblemático de como a criação de novos espaços públicos, inicialmente na cidade antiga, gerou novos eventos sociais em áreas de alta densidade, operando ao contrário, a partir do particular para o geral, a cidade catalã começou a criar a sua mudança.

André Corboz (2001) disse que os habitantes de um território apagam e reescrevem incessantemente o antigo incunábulo do solo. Mas, uma coisa permanece constante nessa escritura contínua, muda lentamente, aceitando a rápida sucessão da reescritura; o solo, suas texturas, seus traços, o sistema dos espaços abertos, especialmente os coletivos estrada de hoje segue o medieval, que segue a estrada romana: a estrada de hoje segue o fosso, que segue, ainda, a antiga *aggregatio*<sup>10</sup>, que segue uma antiga divisão dos campos.

A cidade antiga, muitas vezes mostra uma maior estabilidade ao longo do tempo no espaço aberto. Os edifícios estão ligados as imagens fortes e permanecem como pontos trigonométricos na topografia do imaginário coletivo; em eles a sociedade reconhece seu passado: aos espaços abertos são muitas vezes relacionadas as práticas de longa duração, o mercado, o passeio, que permanecem como ritos em que a sociedade reconhece a identidade e a própria estabilidade. (SECCHI, 1993, p. 6).

Nunca foi tão forte a busca de uma identidade como tem sido na atualidade; uma busca ambígua de identidades de grupos e coletivas: identidade que separam e distinguem, e não somente unem.

O Estudo sobre o Rio Vermelho procura retomar uma escritura interrompida; escrever em uma folha já escrita, estratificada pelos acontecimentos registrados, acumulados ao longo dos anos.

---

<sup>10</sup> Sistema de ocupação do território destinado à cultivo, na Roma antiga.

Reescrever em um palimpsesto, com uma linguagem contemporânea, que se preocupa, acima de tudo, com o tempo presente, olhando para o passado, com respeito e atenção, depois de estudá-la, mas sem se submeter a ele, e, deixando em aberto a possibilidade de futuras e desejadas reescrituras.

## **1 RIO VERMELHO ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA**

### **A história do Rio Vermelho, do seu patrimônio histórico, cultural e paisagístico, e o que permanece disso até hoje.**

O Rio Vermelho, bairro mais meridional da cidade de Salvador, é conhecido pelos inúmeros acontecimentos históricos que assistiu ao longo do tempo, como a chegada de Diogo Álvares Correia, o Caramuru, e, contemporaneamente, destaca-se por possuir uma cena cultural de grande relevância e diversidade.

O bairro mistura usos: residencial e comercial; possui a mais antiga – e uma das maiores – colônias de pesca da cidade, e abriga uma das mais prestigiadas festas populares locais: a homenagem à rainha do mar, Yemanjá. É, ainda, considerado o bairro mais boêmio da cidade de Salvador.

Contada aqui, de forma evidentemente resumida, a história do bairro visa caracterizá-lo como palco de espetáculos, desde a chegada de Caramuru em terras brasileiras até a contemporaneidade.

#### **1.1 CARAMURU E O DESCOBRIMENTO**

A origem do bairro do Rio Vermelho antecede, em 40 anos, a fundação da Cidade do Salvador.

Foi num dia de 1509 que uma embarcação naufragou no Rio Vermelho, e um jovem tripulante conseguiu chegar até a Pedra da Concha, uma minúscula ilha rochosa na Enseada da Mariquita, bem ao lado do Morro do Conselho, e defronte da foz do Rio Camorogipe. Sabe-se também que foi da Pedra da Concha que o náufrago efetuou o célebre disparo que matou um pássaro em pleno vôo. Como desconheciam armas de fogo, os índios, perplexos, começaram a exclamar: “Caramuru! Caramuru! Caramuru!”, que na língua tupi significava “homem do fogo; filho do trovão; dragão saindo do mar”. Graças ao tiro, além de salvar-se da



antropofagia dos nativos, Diogo Álvares Corrêa conquistou o respeito dos tupinambás, e ganhou o apelido que o tornaria lendário – Caramuru.

Claro que esta visão do acontecido tem como lugar de fala a cultura colonizadora e repetida gerações a gerações, por nós, descendentes ou não dos mestiços, filhos do naufrago e da mais bela das filhas dos tupinambás; a índia Paraguaçu (RISÉRIO, 2004, p. 57).

O que não se tem conhecimento – pois sempre foi um grande mistério – qual o local onde o europeu teria nascido. Também não se sabe a procedência da caravela que o levou até a área do naufrágio. Nunca se encontrou qualquer tipo de registro que comprovasse a origem do personagem ou da caravela. Seja história ou lenda, entre realidade e fantasia, pode-se afirmar, com certeza, que algo extraordinário aconteceu naquela enseada, que hoje se chama de Rio Vermelho; a origem de um bairro que já nasceu espetacular.

No livro 'História da Fundação da Bahia', do professor Pedro Calmon (1949), encontra-se uma foto da Pedra da Concha, capturada, a pedido do autor, por um fotógrafo baiano que, mais tarde, se tornaria famoso; Leão Rozemberg.

Essa obra, uma preciosidade histórica, foi publicada em 1949, ano do IV Centenário de Salvador, sendo que um exemplar encontra-se franqueado à consulta dos pesquisadores na Biblioteca Ruy Barbosa, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, a centenária Casa da Memória da Bahia. (FILHO, 1994).

Outro autor, o professor Aurélio Ângelo de Souza (1961), primeiro pesquisador da história do Rio Vermelho, foi quem divulgou que a origem do nome do bairro provinha do vocábulo tupi *Camoroipe* (que evoluiu para Camorogipe e outras formas de se grafar o nome do rio), que significava Rio Vermelho.

O mencionado autor também foi avalista da chegada de Caramuru na Enseada *Mairaquiquiig*; ou seja, na Mariquita, que fica no Rio Vermelho. É de sua autoria o livro "Nas Bandas do Rio Vermelho", publicado em 1961, trabalho dedicado ao inédito resgate da memória do bairro, que foi o primeiro balneário turístico da Bahia, com ciclo áureo de meio século, de 1880 a 1930.

No Rio Vermelho, Caramuru aprendeu a língua dos nativos, e se transformou no pioneiro da miscigenação racial baiana, graças à sua união com a índia Catharina Paraguaçu, que deu origem ao nascimento de seu primeiro filho – ou primeiros filhos

– mamelucos. Foi também no Rio Vermelho que Caramuru implantou um entreposto de comércio de escambo do Pau-Brasil com os aventureiros franceses. Por essa razão, a Mariquita ficou conhecida como Aldeia dos Franceses. (SOUZA, 1961).

A toponímia Aldeia dos Franceses perdurou até 1552, quando a Câmara Municipal de Salvador solicitou a doação de um território para a criação de gado. Conforme a petição, a sesmaria foi requerida com a seguinte delimitação pela costa: “[...] da Aldeia dos Franceses até o Rio Joanes [...]”. No deferimento do governador-geral, Thomé de Souza, houve algumas alterações, como a supressão do nome Aldeia dos Franceses e o aparecimento da denominação Rio Vermelho, uma referência ao rio que desaguava na Aldeia dos Franceses, que foi tomado como ponto de medição. (FILHO, 2011).

Somente após o período que passou com os índios do Rio Vermelho (não se sabe se por um, dois, três anos ou mais), foi que Caramuru transferiu-se para a enseada junto à barra da Baía de Todos os Santos, atual Porto da Barra. Finalmente, fixou-se na área do atual Largo da Graça, onde edificou uma aldeia “euro-tupinambá”, residindo ali com filhos, índios da sua confiança e alguns europeus. Foi onde também viveu com Catharina Paraguaçu, índia oriunda da Ilha de Itaparica ou da região da foz do Rio Paraguaçu. (FILHO, 1991).

Discute-se, no entanto, se Diogo Álvares realmente naufragou ou se foi, conforme informa Cândido Mendes de Almeida, “algum grumete desertor ou esquecido de algum navio”. Entretanto, Pedro Calmon 1949 (apud FILHO, 1991) sugere que se tratava de um dos tripulantes da nau São Gabriel, que saíra de Lisboa em 20 de abril de 1507 e naufragara em 15 de janeiro de 1509.

Teodoro Sampaio (apud FILHO, 1991) por sua vez, inclina-se para outra versão: a de que Caramuru teria sido um tripulante contratado por algum barco francês que afundara à entrada da Baía de Todos os Santos e que, por conveniência própria, aqui permanecera a serviço do tráfico do contrabando. Parece que ele próprio tenha relatado sua aventura, contando que a caravela em que viajava havia naufragado no litoral da Bahia, mas não se tem detalhes exatos sobre o acontecimento; desconhece-se, inclusive, o nome da embarcação em que atravessou o Atlântico.

O Jesuíta Simão de Vasconcelos (apud FILHO, 1991, p. 12) narra o seguinte:

Nestes termos estava quando uma nau francesa chegou à Bahia e ele, com o propósito de passar a Portugal via França, carregou-a de pau-brasil e nela embarcou, com a mais querida de suas mulheres, dotada de formosura e princesa daquela gente [...] e não sem grande inveja das que ficaram, pois delas contam alguns que chegaram a lançar-se a nado, com perda de uma, que ficou afundada nas ondas.

História ou lenda, tais relatos povoam o imaginário do povo brasileiro, que se delicia com suas origens indígenas e delas tem muita honra. Registra-se que Paraguaçu foi, efetivamente, batizada no dia 30 de julho de 1528, na cidade francesa de Saint Malo, em cujo arquivo encontra-se o assentamento ou registro oficial, tendo por padrinho Guyon Jamyn e por madrinha Catherine Des Granches, esposa de Jacques Cartier, o descobridor do Canadá. Na ocasião, recebeu o nome de Katherine duBrésil. Ali, também, o casal se consorciou e viveu cerca de um ano, pouco mais ou menos, voltando, em seguida, à Bahia. Tão significativa era a presença de Caramuru no Brasil que, quando da chegada do Primeiro Governador Geral, Tomé de Souza, em 1549, a pedido de D. João III, muito colaborou para a fundação da cidade. O papel que então desempenhou, como intermediário entre os representantes da Coroa e os tupinambás, foi de fundamental importância para o bom andamento dos trabalhos que naquele momento foram realizados.

Outro fato curioso nesta história, segundo Filho (1991) está retratado no teto da Igreja da Graça em Salvador: o sonho de Catarina Paraguaçu: sonhou com Nossa Senhora das Graças, santa de fé católica, e assim Caramuru mandou erguer a ermida da Graça em sua homenagem, mais tarde, um artista pintou a cena. Dessa maneira, por volta de 1580, no lugar da atual igrejinha do Largo de Santana, foi construída uma ermida de taipa coberta por palha, com a frente voltada ao mar, para a enseada que se transformaria num porto dos pescadores.

A capela foi erguida, depois, pelos padres da Companhia de Jesus – os jesuítas – que chegaram ao Rio Vermelho em missão de catequese, para converter os tupinambás à doutrina católica.

Gabriel Soares, que morou no Brasil entre os anos de 1565 e 1569, em 1587, ano da primeira publicação do “Tratado Descritivo do Brasil”, descreve o Rio Vermelho, quando informa no capítulo XXVII, da referida obra, que o Rio Vermelho é “uma ribeira assim chamada que fica a duas léguas da Tapoam, onde barcos podem estar ancorados por ser um trecho de costa tranquilo e sem ventos mareiros”.

Soares segue explicando que a terra ao longo da costa está ocupada com "criações de gado vacuum", e que os padres da Companhia de Jesus tinham "uma grossa fazenda com dois curraes de vaccas, em a qual têm uma casa de refrigério, onde se vão recrear e convalescer das enfermidades". Complementa, informando que os jesuítas tinham erguido uma "hermida muito concertada" onde os padres diziam missa. (GABRIELSOARES BLOGSPOT, 2011).

## 1. 2 A INVASÃO HOLANDESA, 1624

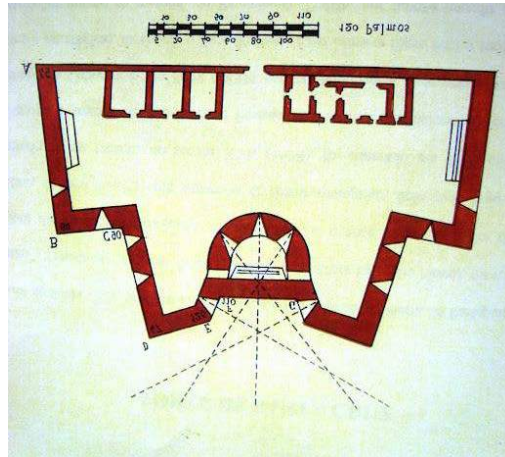
Em julho de 1604, sob o comando de Paul WanCaardem, uma esquadra holandesa veio atacar Salvador, pela segunda vez, e tentou estabelecer uma cabeça-de-ponte no Rio Vermelho. Em decorrência das condições do mar revolto e pela reação da guarnição militar que aí se encontrava instalada, os holandeses desistiram do arraial e se dirigiram à Baía de Todos os Santos, onde foram repelidos e impedidos de desembarcar (DÓREA, 2006).

Vinte anos depois, em 9 de maio de 1624, os holandeses finalmente conseguiram entrar em Salvador. A maioria da população, em pânico, abandonou a cidade, mas uma parte fugiu para a área do Rio Vermelho. O bispo, Dom Marcos Teixeira, uma das poucas autoridades a escapar, instalou-se com um grupo de refugiados em Abrantes, de onde se deslocaria para um ponto mais próximo da Cidade, no Rio Vermelho, para liderar a reação contra os invasores, organizando grupos de combatentes.

O incansável bispo conseguiu reunir os principais chefes que comandariam a luta de emboscadas. O local do histórico encontro foi um monte com uma excelente visão panorâmica para o oceano, verdadeiro posto de observação avançada para a entrada e saída da Baía de Todos os Santos. Situado na barra do Rio Camoroipe; o outeiro ficou conhecido como Morro do Conselho. Expulsos os holandeses, o Rio Vermelho foi escolhido para ter uma fortaleza. As obras demoraram a começar e, quando iniciadas, transcorreram de forma muito lenta, em duas etapas: 1711-1722 e 1736-1756. (DOREA, 2006)

O Forte, também chamado de Reduto do Rio Vermelho, único fora dos limites da Baía de Todos os Santos, não chegou a ser totalmente concluído, mas recebeu peças de artilharia e um contingente militar.

Figura 1 - Planta do Reduto do Rio Vermelho



fonte:ABRAF

Em junho de 1822, quando eclodiu a Guerra da Independência, o brigadeiro Inácio Madeira de Melo, comandante dos portugueses, mandou reforçar o aparato bélico do Forte do Rio Vermelho. Não queria que o baluarte fosse tomado e o arraial transformado num reduto militar das forças patrióticas.

Havia o temor de uma investida das milícias que ainda restavam no poderoso feudo da Casa da Torre, sediado no litoral norte, num castelo em estilo medieval, construído numa elevação próxima à Praia do Forte. Mas, não houve registro de nenhum combate.

### 1.3 O LENTO POVOAMENTO DO SEC. XVII AO SEC. XIX

Os dois primeiros núcleos de povoamento foram o da Paciência – originário de uma fazenda de mesmo nome – e o da Mariquita, denominação oriunda de *mairaqiig*, que significa em tupi-guarani, assombro dos franceses.

Registros apontam que seu desenvolvimento deu-se, inicialmente, pela abertura da estrada que ligava o Campo Grande de São Pedro, passando pelos atuais bairros de S. Lázaro e Federação, onde havia uma capela dedicada a São

Gonçalo do Amarante, visitada e registrada por Gregório de Mattos. O Rio Vermelho teria abrigado durante o século XVIII os festejos de culto ao Senhor do Bonfim, hoje realizados na cidade baixa (DOREA, 2006, p. 55,108).

Mais tarde, no período que coincide com o da Guerra do Paraguai (1864/1870), surgiu entre os dois povoados um terceiro núcleo; o de Santana. Entretanto, a efetiva ocupação do Rio Vermelho pelo colonizador português deu-se de forma muito lenta.

A povoação, anteriormente, não passava de um rudimentar arrabalde, habitado basicamente por pescadores, com núcleos nos portos da Mariquita e de Santana. O primeiro oferecia um abrigo seguro durante os períodos do mar agitado. As embarcações adentravam o Camorogipe (evolução de Camoroipe) e ficavam apoiadas no leito do rio.

Depois, quando a Capitania dos Portos ordenou as colônias de pesca no litoral baiano, a do Rio Vermelho, por ser a mais antiga, foi batizada como Z-1 (designação que perdura até os dias atuais), com sede no porto de Santana.

#### 1. 4 O PERÍODO ÁUREO DOS VERANISTAS, 1880 - 1930

No século XIX, o antigo aldeamento dos índios e dos pescadores ganhou fama de possuir “águas milagrosas”. Freqüentadores de diversas procedências chegavam atraídos pelos banhos de sal nas “águas medicinais” do mar do Rio Vermelho, que, segundo crença da época, curavam até beribéri. A transformação de “estação de cura” para recanto preferencial para as férias das famílias ricas, entretanto, foi rápida.

Durante meio século (1880-1930) o balneário constituiu-se num sofisticado destino de veraneio. Foram construídos inúmeros palacetes e casarões, surgiram dois hotéis com restaurantes, armazéns de secos e molhados, lojas de tecidos e miudezas, e até uma fábrica de cerveja, que os veranistas atestavam ser de muito boa qualidade. Uma linha de bondes elétricos, inaugurada em 1906, proporcionou a ligação mais rápida com o centro da cidade e vice-versa. O centro de veraneio também fez surgir um cinematógrafo, um clube de ténis, um clube social, um

hipódromo e um campo de futebol, onde o campeonato baiano foi disputado durante treze anos (1907-1920), até a construção do Estádio Arthur Morais, no bairro da Graça. (FILHO, 1991, p. 32)

A revista *Ilustração*, editada, na época, em Salvador, exibiu na sua edição de fevereiro de 1914, uma fotografia do Rio Vermelho, acompanhada do seguinte texto: “Um dos mais lindos e aprazíveis arrabaldes d’esta capital, onde a nova elite passa o verão e descansa das fadigas da velha cidade do Salvador”. (apud FILHO, 1991, p. 12). Ainda nessa mesma edição, a revista estampou uma foto das obras da estrada Barra-Rio Vermelho, apelidada de “a menina dos olhos do governador Seabra”. Tratava-se de uma construção complexa, pois cortava morros e rochedos, levou nove anos para ser concluída, sendo inaugurada em 1922, quando J.J. Seabra governava a Bahia pela segunda vez.

Em 1926 surgiu a primeira linha de ônibus, com marinetes Renault cobrindo o percurso de ida e de volta entre o Largo da Vitória e o Largo de Santana, pela pioneira ligação rodoviária, atual Avenida Oceânica. (FILHO, 2011, p.26).

Naquele tempo, o Rio Vermelho ainda era formado por apenas três aglomerados à beira-mar; todos eles cercados por chácaras, hortas e currais. O calçamento das ruas – que começou com a Rua Rafael, que em 1925, passou a se chamar Rua João Gomes – o que conferiu ao bairro importância ainda maior, porque, até então, as ruas, assim como a Praça Colombo, eram de areia e capim de burro. Com o desenvolvimento, enquanto se via crescer a população fixa – formada por famílias oriundas do centro da cidade e por imigrantes espanhóis e alemães – o balneário foi perdendo seus atrativos como reduto de veraneio (LOPES, 1984).

## 1.5 LOTEAMENTO PIONEIRO: PARQUE CRUZ AGUIAR

Com a criação do Parque Cruz Aguiar, em 1945, primeiro loteamento que surgiu em Salvador com infraestrutura completa, o ciclo dos veranistas chegou ao fim. Oferecia duas opções: casas prontas e lotes para quem quisesse construir sua residência com projeto personalizado.

No início, a grande procura foi pelas casas prontas; e a primeira a ser habitada ficava na Rua Jequié, nº 3, e foi adquirida por Alberto Peón, recém

chegado a Salvador para gerenciar a antiga Livraria Editora Bahiana, comprada pela Livraria Civilização Brasileira. Peón mudou-se do hotel para a casa do Parque Cruz Aguiar no dia 6 de abril de 1946. E essa passou a ser a data considerada como a da inauguração do loteamento.

O Parque Cruz Aguiar surgiu na área da Fazenda Oitum, também denominada de Roça ou Chácara de João Gomes, que, por herança, foi transmitida à filha de João Gomes da Costa Júnior, Maria Blandina Gomes da Costa, casada com Manoel Lopes de Azevedo Castro. Com isso, a propriedade passou a ser chamada pelo povo de Roça de Manoel Lopes. Em 1943, os herdeiros de Maria Blandina e Manoel venderam a propriedade para a Empresa Construtora e Imobiliária Ltda. (Ecil), que tinha como sócios o industrial e banqueiro Cylio da Gama Cruz, o professor e empresário Manoel Pinto de Aguiar, o bacharel em direito Orlando Pessoa Garcia, além dos engenheiros José de Lacerda e Quintino Steinbach. O nome do loteamento, idealizado pelo sócio-gerente, Orlando Garcia, resultou do casamento do último sobrenome dos dois principais cotistas da empresa: o mineiro Cylio Cruz, presidente do Banco de Administração, e o baiano Pinto de Aguiar, intelectual e político (FILHO, 2011).

As ruas do loteamento receberam designações de cidades baianas. As do lado direito dos rios Lucaia e Camorogipe foram batizadas com os seguintes nomes: Alagoinhas (a maior das ruas), Canavieiras, Conquista, Feira de Santana, Ilhéus, Irará, Itabuna, Jequié, Juazeiro, e Remanso. Por fim, dois logradouros receberam nomes dos rios locais: Rua Lucaia e Rua Camorogipe.

As ruas da margem esquerda do Rio Camorogipe receberam as seguintes designações, também de cidades baianas: Belmonte, Caetité, Ipirá, Jacobina, Macaúbas, Maracás, Maragogipe e Mundo Novo. Nesse lado do rio, em 1949 o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (Ipase) adquiriu 50 casas que foram sorteadas entre os filiados que se inscreveram no plano de aquisição. Por causa dessa interveniência do Instituto; esse setor do Parque Cruz Aguiar recebeu a designação popular de Parque Ipase.

Entre 1945 e 1955, sob a direção executiva de Orlando Garcia, a Ecil construiu 198 residências no Parque Cruz Aguiar; a maioria seguindo o estilo dos bangalôs suíços, com projetos individualizados e sem repetição de fachadas. Os



imóveis tinham financiamentos pela Caixa Econômica Federal, Banco Lar Brasileiro, e pelos institutos dos bancários, industriários e comerciários. O Banco de Administração também participou do empreendimento, colocando à disposição dos interessados uma linha de crédito para a entrada.

## 1.6 OS PESCADORES

Como já foi dito, anteriormente, a efetiva ocupação do Rio Vermelho pelo colonizador português deu-se de forma muito lenta. A povoação não passava de uma simples cercania, habitada basicamente por pescadores, com núcleos nos portos da Mariquita e Santana. O primeiro oferecia um abrigo seguro durante os períodos do mar agitado. As embarcações adentravam o rio e ficavam no seu leito.

Depois, quando a Capitania dos Portos organizou as colônias de pesca no litoral baiano, a do Rio Vermelho, por ser a mais antiga, foi denominada como Z-1, e com esse nome perdura até hoje, com sede no porto de Santana. Os pescadores do Rio Vermelho eram chamados, pelos colegas de outros núcleos, de "riêros".

Na Bahia já houve uma grande quantidade de baleias, e, segundo Lopes, (1984), os grandes arpoadores baianos eram, quase todos, filhos do Rio Vermelho. As baleias depois de mortas eram conduzidas para dois núcleos em terra: o de Manguinhos, na Ilha de Itaparica, e o outro, que ficava em Itapuã. "Aí, existiam casas com pessoas especializadas e ferramentas apropriadas para tratar da baleia, sendo aproveitado tudo que nela existia" (LOPES, 1984. p. 15).

A tradicional pesca da baleia terminou quando uma companhia mandou dois navios que matavam as baleias a tiros. Em dois anos, acabaram-se as baleias da Bahia. Embora as baleias tenham desaparecido ou exterminadas, mas os pescadores continuaram existindo, exercendo outro tipo de pescaria.

No Rio Vermelho havia dois núcleos de pescadores. O da Mariquita estabelecia-se onde funcionara a primeira colônia de Pesca Z1, provavelmente fundada em 1934. Nas areias da enseada da Mariquita os pescadores alinhavam suas jangadas e estendiam suas redes – e ainda sobrava espaço para os banhistas. Em 1972, com o aterro da enseada, a fim de abrigar o canteiro da construção do emissário submarino, tudo isso acabou. O Largo da Mariquita, então, passou por

uma completa reurbanização; outra ponte no Rio Vermelho foi construída, a praça foi dividida em setores, sendo um deles para esportes e outro para o estacionamento de caminhões de aluguel.

O outro núcleo pesqueiro ficava no Porto de Santana, e existe até hoje, abrigando atualmente a sede da Colônia Z1. Anteriormente ele fica junto à nova Igreja de Sant'Ana, mas já os pescadores, muito antes da edificação da nova Igreja-matriz tinham construído uma modesta casinha que servia para abrigar as ferramenta de trabalho. A Casa do Peso, atual Casa de Yemanjá centro polarizador da festa de 2 de fevereiro.

### 1.7 RIO VERMELHO IMATERIAL

A história do Rio Vermelho passa também pelo seu patrimônio imaterial, pelos ofícios das baianas de acarajé e pelas festas tradicionais, como a de Sant' Ana e a de Yemanjá.

A cultura festeira do local, que já saudou o Senhor do Bonfim no passado, realiza, anualmente, em julho, a festa de Senhora Santana, padroeira do Rio Vermelho; e apresenta, desde o ano de 1923, a maior manifestação pública do candomblé em Salvador: a Festa de Yemanjá, criada pelos pescadores para reverenciar a Mãe D'Água, em forma de apelo, num momento de baixa na pesca.

Assim, todos os anos, no dia 2 de fevereiro, enchem-se balaios de flores e de presentes para a Rainha do Mar, e festejos que são acompanhados por barracas em toda a extensão da orla, com desfiles de blocos, apresentações de batuques, afoxés e sambas de roda, fazendo da localidade um celeiro de criatividade, aliando-se a isso diversos tipos de apresentações e manifestações, inclusive as político-partidárias. Agregando-se ainda eventos paralelos, tais como as famosas feijoadas (SILVA, 2006, p.113)

### 1.7.1 As Festas Religiosas

#### A Festa de Yemanjá

O evento acontece na Casa do Peso dos Pescadores da Colônia Z1, ao lado da Casa de Yemanjá, de onde partem barcos que levam as oferendas ao mar, comprovando a vocação do bairro para os espetáculos. Trata-se de uma das mais importantes festas que compõem o calendário turístico do Estado.

Segundo Manuel Querino (1946), a notícia mais antiga em relação aos festejos dedicados à rainha das águas foi a descrição da festa, pelo referido autor, no século XIX, quando os organizadores da festa ainda eram escravos africanos e o evento ocorria em outro espaço:

Entre estas, sobressaía a festa da mãe d'água (sereia) e a tradição guardou, como a de maior nomeada, a que se realizou, por muitos anos atrás, e em frente ao antigo forte de S. Bartolomeu, em Itapagipe, hoje demolido, e na 3ª domingo de dezembro, à qual compareceriam para mais de 2.000 africanos. A ela se achavam presentes todos os pais de terreiro da cidade, sob a direção do tio Ataré, que residia à rua do Bispo, no citado bairro. Os pais de terreiro trajavam roupas de brim de linho branco, e chapéu de Chile, ostentavam relógio, chapéu de sol de sêda, e comprido correntão de ouro [...] Durava a festa quinze dias, nas quais abundavam os batuques (candomblés), o efó, o abará, o carneiro, o bode, etc., com o azeite de dendê. Em certo dia, Ataré anunciava à multidão que se iam realizar as homenagens à mãe d'água, e a grande talha ou pote de barro cozido se enchia logo de presentes, como fôsem: pentes, frascos de pomada, frascos de cheiro, côvados de fazendas e era atirada ao mar, na meia travessa, ponto muito conhecido dos marinheiros, principalmente quando reina vento forte. Estava, pois, concluída a festa da mãe d'água e os festeiros se recolhiam às casas do senhorio (QUERINO, 1946, p. 116).

Por volta de 1930, o “presente” entregue à Yemanjá apresentava diferenças significativas em relação àquela festa descrita por Querino. Os festejos ocorriam em diversos pontos da cidade, mas se destacavam as celebrações realizadas no Rio Vermelho, região que concentrava um grande número de terreiros de candomblé. Tratava-se de um evento de grande popularidade em Salvador, um dos que ofereciam grande visibilidade às práticas religiosas afro-brasileiras.

O jornal *A Tarde*, de 03 de fevereiro de 1939, publicou detalhes curiosos que ocorreram em meio à festa:

Na praia de Sant'Anna, banhistas e saveiros enfeitados. Em terra, o povo. Moças de lenço a cabeça e sapatos de enorme sola de cortiça; moreninhas de olhos pretos como jaticabas maduras e senhores austeros, tudo se misturando e se confundindo, tudo a queimar-se sob o horrível ardor de um

sol inclemente. [...] - Vae sahir o presente! Enchese a praia. Os barcos estão em fila. No primeiro, grandes cestos carregados. Peças de panno, perfumes, objectos de toilette, bugigangas, potes, etc. Nos outros barcos, devotos de Janaina. Há uma mulata gorda que quer ir. Os saveiros estão cheios. - Eu vou nesse... -Nesse não tem mais lugar. Há alguém que aconselha: - Vá a nado, minha tia. Oie, meu fio, isso é um sacrifício que eu faço pra minha mãe Yemanjá. Partem os saveiros. Vão lá para longe. Para o meio do mar. Vão cumprir um rito, uma promessa de fé. (A TARDE, 1939 apud BLOGDORIOVERMELHO, 2011).

Aos 83 anos, o pescador Eustáquio Bernardino de Sena, um dos fundadores da festa, deu um importante depoimento ao jornal Tribuna da Bahia, em 14 de dezembro de 1970: "A festa foi feita pela primeira vez em 1924, por 29 pescadores, dos quais apenas quatro ainda estão vivos: Eu, Pedro Moita, José Moita e Sibien Moita" (LOPES, 1984, p.58-66).

Ele conta que na época de pescaria muito fraca, alguns compradores de peixe, adeptos do candomblé, começaram a dar a receita para a superação do período das vacas magras, perguntando aos pescadores: "Por que vocês não dão um presente pra Mãe d'Água?" Em resposta, 29 pescadores, que frequentavam os terreiros de candomblé, resolveram chamar uma mãe-de-santo para organizar os preceitos de um presente que seria entregue pela primeira vez em 1924. A escolhida foi Júlia Bugã, yialorixá de um candomblé na Rua do Baú (atual Dom Manoel I), na Fazenda Garcia, bem perto do Alto do Gantois. [...] A festa dos pescadores deu certo, pois a pescaria voltou a ter resultados generosos, com fartura de peixe. Nunca mais deixou de ser realizada no dia 2 de fevereiro. Até o final da década de 1960 tinha o nome de Presente da Mãe d'Água. Em 1924, o dia 2 de fevereiro caiu num sábado. A festa foi aberta com uma missa na Igreja de Senhora Sant'Ana, a santa da devoção dos pescadores do Rio Vermelho. Eustáquio contou também que, logo após a missa, num saveiro que partiu da Praia de Santana, um grupo de pescadores levou o Presente da Mãe d'Água: [...] Saímos às dez horas e às onze estávamos de volta! (LOPES, 1984, p.58-66).

O presente à Yemanjá, no Rio Vermelho, vem acontecendo todos os anos, no dia 2 de fevereiro, e com mais animação, acada ano. Com a morte da mãe-de-santo Júlia Bugã, outras mães-de-santo encarregaram-se do presente.

Inicialmente, a festa constava de duas partes: pela manhã os pescadores mandavam celebrar uma missa em louvor à Senhora Sant'Ana, a padroeira deles, e à tarde ofereciam o presente à Yemanjá. Desse modo, os pescadores agradavam às duas santas da sua devoção.

Figura 2 - Praia de Santana no dia 2 de fevereiro de 1930:VII Presente da Mãe d'Água. No alto, a partir da esquerda, o povo no altiplano do Forte, o quartel do Forte e a pequenina Casa do Peso (dos pescadores).



Fonte: Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhães

Registra-se, entretanto, que na década de 30, durante uma realização da Festa de Yemanjá, houve um acidente dentro da igreja, que foi assim descrito por Lopes (1984, p. 58 - 66):

Quando o velho Simeão e outros eram encarregados da festa, o padre não queria dizer missa, a muito custo resolveu celebrar. Depois fez uma pratica desfazendo da Rainha do Mar e dos pescadores, dizendo que era ignorância deles festejar uma mulher com rabo-de-peixe e outras coisas mais, o que ofendeu os pescadores e suas famílias. A igreja estava cheia de fies e saíram todos revoltados com a atitude do padre, pois os pescadores mandaram celebrar a missa para a Senhora Sant'Ana que é a padroeira deles, e não para a Rainha do Mar. O padre devia cuidar de suas obrigações e não se meter na crença deles para que não houvesse mais aquela cena. Saíram todos da igreja envergonhados e revoltados. Po esse motivo resolveram não mandar mais celebrar a missa, somente à tarde botar presente à Yemanjá, separado completamente da igreja. (LOPES, 1984,p.58-66).

No dia 27 de julho de 1967, inaugurou-se a nova Igreja Matriz. Por um capricho do destino, ou quem sabe foi a igreja que buscou uma forma discreta de reconciliação, que o novo templo de Nossa Senhora Sant' Ana foi construído ao lado da casa do Peso, o templo de Yemanjá. As duas divindades dos pescadores passaram a ocupar o mesmo promontório. Naquele ano de 1967, os festejos populares da padroeira do bairro entraram em profunda decadência, em contraste com a notável ascensão e sucesso da festa de Yemanjá. (LOPES, 1984).

O 2 de fevereiro começa ao amanhecer sob uma intensa queima de fogos de artifício na Praia de Santana, anunciando a chegada do presente principal (cada ano com uma temática diferente), ao caramanchão que é armado próximo à Casa de Yemanjá. Logo em seguida intensificam-se os rituais do candomblé e os recebimentos das oferendas públicas, com o povo, ordeiramente perfilado, numa extensa fila que contorna a balaustrada do Largo de Santana.

As pessoas vão, uma a uma, cheias de fé, depositando corbelhas de flores naturais, perfumes, águas-de-colônia, sabonetes, pentes, escovas, velas, espelhos, bonecas, joias, moedas, garrafas de champanha, etc., além de bilhetes contendo pedidos e agradecimentos, que são cuidadosamente colocados em enormes e enfeitados cestos de palha.

Em 1924, quando a festa começou, havia só um balaio; mas, agora são centenas. À medida que vão se enchendo, são levados do caramanchão para uma plataforma armada na areia da praia. Por volta das 13 horas os balaios começam a ser transportados para arrumação nos barcos. Às 16 horas acontece a tão esperada saída do presente principal, preparado pelos pescadores, que é levado do caramanchão, sobre uma padiola, até um ponto em alto-mar. Todos os balaios vão para o fundo do oceano menos as flores, que ficam boiando, transformando a superfície d'água num imenso jardim aquático. (SMALL, 2009)

A professora e escritora Lulah Small (2009), autora do livro “Do Bilabong aos Orixás”, que passou a infância numa casa defronte à Praia de Santana e que depois de lecionar História da Arte na Universidade Federal do Espírito Santo transformou-se numa pesquisadora internacional das manifestações culturais e religiosas, afirma que Yemanjá é um dos orixás mais celebrados no Brasil, sendo que, das homenagens que lhe são prestadas, em diversos países, a maior e mais importantes é a do Rio Vermelho.

A pesquisadora informa que de condição de “divindade da água doce”, na Nigéria, Yemanjá transformou-se, no Brasil, na “Deusa dos Oceanos”, onde também recebeu várias denominações, tais como Sereia do Mar, Rainha do Mar, Princesa do Mar, Senhora do Mar, Senhora das Águas, Mãe d'Água e Janaína.

No livro de Small (2009), fica-se ainda sabendo que é nos moldes da mitologia europeia que Yemanjá se fez representar, através da imagem de uma

sereia: metade peixe, com a cauda prateada, e a metade feminina com os cabelos na tonalidade esverdeada e com os seios fartos, sensuais. Informa, ainda que as cores de Yemanjá são o branco transparente e o azul-claro. A saudação usada é “Odojá” e no sincretismo afro-baiano corresponde à Nossa Senhora das Candeias, que no calendário católico é celebrada em 2 de fevereiro. Yemanjá também sincretiza todas as Nossas Senhoras que usam capa branca: das Dores, da Piedade, do Rosário e da Conceição.

Depois que o poeta e cantor Dorival Caymmi compôs “Dois de Fevereiro”, que logo se transformou em sucesso nas paradas dos programas musicais das rádios, o Presente da Mãe d’Água passou a ser chamado de Festa de Yemanjá. Adquiriu uma grande projeção e começou a atrair multidões para o Rio Vermelho. A canção praieira de Caymmi, verdadeiro hino da festa, tem a seguinte letra:

Dia Dois  
De Fevereiro  
Dia de festa no mar  
Eu quero ser o primeiro  
Pra salvar Yemanjá.  
Escrevi um bilhete a ela  
Pedindo pra ela me ajudá  
Ela então me respondeu  
Que eu tivesse paciência de esperar.  
O presente que eu mandei pra ela,  
De cravos e rosas, vingou.  
-Chegou! chegou! chegou!  
Afiml que o dia dela chegou (CAYMMI, 1978, p. 16).

O referido compositor escreveu em seu livro *Cancioneiro da Bahia*, de 1978, a seguinte afirmação:

Não pode existir festa popular mais bela do que a de Yemanjá, realizada em 2 de fevereiro, no Rio Vermelho, inspiradora dessa canção. O tempo passa, e a cada ano a festa da Senhora do Mar tornou-se maior, congregando gente vinda de todo o Brasil (CAYMMI, 1978 p.16).

A Festa de Yemanjá não se resume apenas às solenidades do culto afro na Casa de Yemanjá, no caramanchão, na Praia de Santana e no mar. Nas ruas, da Paciência à Mariquita, encena-se uma grande festa popular, com milhares de pessoas (calcula-se entre 150 e 200 mil), que se divertem num ambiente predominantemente carnavalesco, que penetra pela madrugada. Como nas demais festas de largo da capital baiana, realizadas durante o ciclo do verão, no Rio Vermelho samba-se muito e bebe-se à vontade.

### **A Festa de Santana**

O dia da Padroeira do Rio Vermelho, Senhora Sant'Ana, é o 26 de julho, que transcorre com uma movimentada programação religiosa: Santas Missas às 7 e 9h; procissão marítima às 11h, com os pescadores da Colônia Z-1; Santa Missa Solene às 19h, e procissão às 21 horas. O Rio Vermelho constitui-se num dos bairros mais católicos da Cidade do Salvador. Sua comunidade reverencia Senhora Sant'Ana com muita devoção nos dias do novenário (17 a 25 de julho) e na grande procissão do dia 26, o ponto culminante dos festejos.

A Festa de Sant'Ana começou por volta de 1870 (não há registro do ano exato), fora da data litúrgica. A extemporaneidade foi determinada pelos veranistas e acatada pela Igreja, porque no inverno a população fixa era muito pequena e a maioria dos imóveis permanecia fechada, inclusive a igreja do Largo de Santana, que não dispunha de um padre permanente. Naquele período, a vida no povoado girava basicamente em torno dos pescadores, sem recursos para festas.

O arrabalde do Rio Vermelho só se movimentava na alta-estação, com a chegada do verão, que trazia os proprietários das casas e suas famílias. Os comerciantes do balneário reativavam os negócios, o dinheiro corria e os veranistas faziam festas, populares e religiosas. Eles foram também os responsáveis pela emancipação do Rio Vermelho da Paróquia de Nossa Senhora da Vitória. No dia 5 de abril de 1913, através de provisão assinada por dom Jerônimo Thomé da Silva, arcebispo metropolitano de São Salvador da Bahia, e primaz do Brasil, foi criada a Paróquia de Sant'Ana do Rio Vermelho. A capela do Largo de Santana foi então promovida à condição de Igreja-Matriz e o padre Antônio de Menezes Lima designado pároco do novo curato.

Mesmo quando o Rio Vermelho foi deixando de atrair os veranistas ricos e foi crescendo e ganhando uma população fixa, com importantes famílias, a tradição da realização da Festa da Padroeira foi mantida no verão. Somente em 1971 – quando o bairro já tinha uma nova Igreja-Matriz (inaugurada em 26 de julho de 1967) e quando também já havia perdido todas as características de centro de veraneio –, o Monsenhor Antônio da Rocha Vieira, pároco do Rio Vermelho há 16 anos, resolveu transferir a festa para a data liturgicamente correta, de 17 a 26 de julho.



O desfile do Bando Anunciador era o ponto mais alto de todos os festejos populares em louvor à padroeira do bairro. Realizava-se a partir das 16 horas do domingo que antecedia a procissão de Senhora Sant' Ana. O Bando era aguardado com muita ansiedade, havia muita animação com vários blocos e samba para se dançar. Era um pequeno carnaval de proporções reduzidas, com carros alegóricos, sendo que num deles viajavam a rainha e as princesas da festa, escolhidas entre moças das melhores famílias da comunidade.

Além do Bando Anunciador a programação popular da festa incluía a *Coroação da Rainha*, que abria os festejos; o *Banho de Mar à Fantasia*; a *Lavagem da Igreja*; o *Sábado de Ternos e Ranchos*, à noite de véspera da solene procissão do encerramento da parte religiosa. Na manhã seguinte à procissão de Senhora Sant'Ana tinha também a *Segunda Fera Gorda*, com blocos cantando e sambando, indo de casa em casa (FILHO, 1991).

Todos sabem que a padroeira do Rio Vermelho é Senhora Sant'Ana; entretanto, poucos sabem que o padroeiro do Rio Vermelho é São Gonçalo, porque não há uma igreja em sua invocação. Já teve uma capela no alto da atual Rua Almirante Barros, antigo Alto de São Gonçalo.

A capela de São Gonçalo foi edificada na segunda metade do século XVII. Entre 1648 e 1693, e recebeu a visita de Gregório De Mattos, que chegou atraído pela Festa de São Gonçalo, do qual era devoto.

Segundo explica Maria Hermínia Olivera Hernández (2000), as primeiras informações sobre a Capela de São Gonçalo datam de 23 de agosto de 1669, resultado de uma venda de terras ao Padre Agostinho Ribeiro.

A compra foi celebrada vinte anos depois com uma escritura de arrendamento entre o padre e a Irmandade de São Gonçalo do Rio Vermelho. Há também o registro da doação, em 20 de janeiro de 1724, do templo e das terras vizinhas, além de uma armação de pesca de xaréu, ao Mosteiro de São Bento da Bahia. O doador, provável construtor da igreja, foi o padre Agostinho Ribeiro, mais conhecido como Frei Agostinho de São Gonçalo.

Nos finais de 1717, aparece outra referência em uma descrição feita pelo viajante francês de La Barbinais, na qual relata a sua experiência pessoal, ao ter participado de uma festa dedicada ao orago da citada Capela de São Gonçalo, localizada no Rio Vermelho. A gravura, a seguir, correspondente à celebração citada, é a única que se tem e diz respeito à parte interna do

templo. Trata-se de uma gravura feita por um artista europeu não identificado, que ilustra o tomo terceiro do livro do viajante. Também no livro de Fernando Fonseca, intitulado *Algumas Igrejas Baianas*, aparecem algumas considerações sobre a possível data de construção da Capela de São Gonçalo de Amarante, enquadrando-a nos quinhentos ou seiscentos. Naquela publicação, reproduziu uma gravura do século XIX, que mostra a fachada principal da Capela. O mesmo autor afirma que a Capela foi abandonada, por muitos anos, e demolida no século XIX. Acredita-se que, efetivamente, as condições do imóvel levaram à sua extinção (HERNÁNDEZ, 2010, p.5).

Figura 3 – Interior da Capela Gonçalo



Fonte: (TINHORÃO, José Ramos).  
As festas no Brasil colonial.

Figura 4 - Capela de São Gonçalo de Amarante de São



Fonte:(FONSECA, Fernando.) *Algumas igrejas baianas*.

### 1.7.2 Espetáculos contemporâneos

A modernidade chegou ao Rio Vermelho de forma relativamente lenta. Um bairro que se encontra próximo aos modernos hotéis de Ondina, o novo centro da cidade e os bolsões populacionais que se formaram ao seu entorno.

Os espetáculos contemporâneos cotidianos, herdeiros do conceito de boemia dos anos 60, estão em mesas de bares e cafés, nas comidas dos tabuleiros das baianas famosas: Cira, Regina e das herdeiras de Dinha, na culinária regional do Mercado do Peixe, e na feira de artesanato do Largo de Santana.

No Rio Vermelho moraram artistas ilustres como: Carlos Bastos, Carybé, Jenner Augusto e Mario Cravo, que transitaram lado a lado com os moradores da arte musical como o pianista Carlos Lacerda, a musicista Walkyria Knittel, ou ainda das artes cênicas como João Miguel. Talvez impulsionados por estes antigos moradores que aos poucos, varias galerias e ateliers de artes plásticas, surgiram e definiram o bairro como referência em artes.

A casa 33 da Rua Alagoinhas, no Parque Cruz Aguiar, foi palco da história de amor entre os escritores Jorge Amado e Zélia Gattai, já abandonada pelas políticas públicas e patrocínios privados, assim como a proposta de edificação do Memorial de Caramuru na Pedra da Concha em praça homônima, "parecendo que nas políticas culturais se ignoram o peso da cultura como vetor de desenvolvimento" (COELHO, 2008, p. 17).

Outros eventos espetaculares rondam a Casa do Rio Vermelho. Além de ter originado a obra homônima da escritora Zélia Gattai, a casa fora adquirida na década de 60, com a venda dos direitos de Gabriela, Cravo e Canela, cedidos à *Metro – Goldwyn – Mayer*, produtora de cinema americana.

Foi também lugar de hospedar famosos, como o escritor chileno Pablo Neruda, o filósofo francês Jean Paul Sartre, a escritora Simone de Beauvoir e o ex-presidente de Portugal Mário Soares.

O bairro do Rio Vermelho resiste, em suas ruas e largos aprisionados pelo tráfico, com festas de gêneros variados, que vai do *Rock*, estilo da visitante que se encantou com o bairro, *Janis Joplin*, passando por grupos de pagodes até as bandas alternativas, distribuídas em diversos espaços onde se oferecem: teatro, música, artes, lazer, gastronomia, entre outros, para os diversos padrões econômicos, fazendo do bairro, um local privilegiado.

Figura 5 - A cantora Janis Joplin no Rio Vermelho, 1970



fonte: :tropkays.blogspot.com.br

Contudo, a semelhança de outros centros urbanos, o bairro apresenta um desequilíbrio de oferta, tanto de espaços quanto de produções, se comparados o lado mais tradicional do bairro ao de expansão, fruto da abertura das avenidas de vale na cidade; onde o poder aquisitivo é menor; demonstrando a ausência de políticas culturais que busquem o sentido correto da democratização cultural.

Entre os espaços que se destacam no campo das artes cênicas apresentam-se: o Teatro Gil Santana; Teatro SESI e a Escola Todo Mundo Faz Teatro. No campo musical, diversos empreendimentos; além de loja de raridades musicais Mídia Louca; também, a livraria e espaço alternativo Terceiro Milênio; a Biblioteca Juracy Magalhães, com o espaço Caramuru; o Espaço Cultural Carolina Taboada, o Museu do Presépio e diversos ateliers e galerias.

Nas práticas populares encontram-se o Bloco LeroLero, do Cacau do Pandeiro, os Palhaços do Rio Vermelho, e o Bloco Amigos do Bairro, dentre outras.

Lamentavelmente, após o desaparecimento do Cine Teatro Rio Vermelho não se tem espaço para as artes cinematográficas no bairro, o que deve frustrar o público, já que esta é das práticas não domésticas, a que mais se destaca como preferência nas pesquisas (NUSSBAUMER, 2007, p.189).

O bairro também é palco, no sentido literal, através suas formas artísticas; com grande concentração de arte contemporânea exposta em suas praças e muros, tais como: um cachorro em material reciclado no Largo de Santana, conhecido como Praça da Dinha, e símbolos afro-étnicos ao longo da praia próxima a Casa de Yemanjá. A maior concentração de obras de Bel Borba, artista prolífico e consagrado, encontram-se nos muros do Rio Vermelho (vide mapa temático n.12).

A cidade e seus muros diretamente gritam as próprias histórias, os muros não são apenas um jornal que registram atitudes diversas; são eles mesmos um manifesto comportamental. (LEY E CYBRINSKY, 1974).

Ao ver de Guy Debord (1992), são obras que se entremeiam ao tráfego, pressa e alienação próprias das sociedades do espetáculo.

O Rio Vermelho é um bairro de Salvador que funciona como uma moderna ágora de uma metrópole multicêntrica, que nessa zona da orla, se articula como um encontro dissonante de potencialidades e realizações culturais e políticas.

Esta análise não é necessariamente negativa, pois as possibilidades de completeza do bairro estão presentes nas ruas, nos bares, nas tradições, nos antigos e novos moradores, etc. É importante constatar como, no Rio Vermelho de hoje, convergem os desejos coletivos da capital baiana.

## 1.8 RIO VERMELHO UMA QUESTÃO DE LIMITES

Considera-se, em termos culturais e de memória coletiva, o significado da palavra bairro como unidade de delimitação territorial com consolidação histórica, incorporando a noção de pertencimento das comunidades que o constituem; utilizando os mesmos equipamentos comunitários; e que mantêm relações de vizinhança, reconhecendo seus limites pelo mesmo nome. Então, falar dos limites do bairro do Rio Vermelho é uma questão de identidade, de memória e de história.

No dia 15 de junho de 1960, o prefeito Heitor Dias e os secretários Rosalvo Barbosa Romeu, Manoel Pinto de Aguiar, Virgildásio de Sena, Luiz Rogério e Antônio Simões, assinaram a Lei nº 1.038, que fixou a delimitação dos distritos e subdistritos do Município de Salvador, e que também dividiu a cidade em bairros.

O Rio Vermelho teve o seu território incluído em três subdistritos: Amaralina, Brotas e Vitória, numa grande confusão territorial e com uma área geográfica não condizente com a realidade histórica e nem com a vontade popular, pois ficaram de fora da delimitação setores tradicionais e consagrados, como o Alto da Sereia, a Vila Matos, a Pedra da Marca e o Canjira.

A mencionada Lei 1.038 agrediu a história do bairro; e o professor de geografia, Aurélio Souza (1961), no seu livro intitulado *Nas Bandas do Rio Vermelho*, e que foi o primeiro livro a falar sobre o bairro descoberto por Diogo Álvares Corrêa, o Caramuru, fez uma crítica severa:

Essa delimitação foi coisa inventada pelos técnicos de prancheta, que não conhecem o Rio Vermelho. Agora temos dois bairros: o Rio Vermelho Administrativo, criado pela Prefeitura, sem qualquer respaldo popular, e o Rio Vermelho Geográfico, o bairro verdadeiro, do povo e da sua história. Essa lei falta a legitimidade popular e o aceite dos moradores. A lei não vingou no Rio Vermelho, pois todos os moradores do Alto da Sereia, da Vila Matos, da Pedra da Sereia e do Canjira continuaram se intitulando moradores do Rio Vermelho. E nas suas correspondências e registros somente colocavam como bairro o Rio Vermelho. (SOUZA, 1961).

Foi publicado, em seguida o livro intitulado *O Rio Vermelho e Suas Tradições*, de Licídio Lopes (1984), onde o escritor, também nascido e criado no Rio Vermelho, registrou os seguintes locais como pertencentes ao bairro: Alto da Sereia, Vila Matos, Corte Grande, Chácara Pinheiro (atual Parque Primavera), Ladeira de São João (atual Rua Coronel José Galdino de Souza), Alto de São Gonçalo, Pedra da Marca, Canjira, Chácara Lucaia (atual Parque Lucaia), etc.

Dois anos depois, em 1986, saiu a delimitação que corrigiu os erros clamorosos de 1960. Foi feita pela comunidade, pelos que conheciam o autêntico Rio Vermelho. Com a participação de dezenas de moradores antigos, do padre Jahir Britto de Souza (pároco), do padre Ângelo Magno Carmo Lopes (vigário paroquial), e dos historiadores Aurélio Souza, Licídio Lopes, Tarquínio Gonzaga, Eneida Cavalcanti e Cid Teixeira, foi definida a área que consta num mapa que passou a representar o legítimo bairro do Rio Vermelho.

Foi então elaborado, na escala 1: 2000, o Mapa do Rio Vermelho, desenhado por uma especialista do IBGE, na Bahia, cuja Delegacia Regional deu todo o suporte técnico, orientou e supervisionou, através do delegado-regional, Fernando Antônio Flach Loureiro, tanto na preparação do Mapa como na realização do Censo, que demonstrou, em novembro de 1986, que a população do Rio Vermelho era de 37.974 habitantes. O bairro foi o primeiro de Salvador a possuir um Mapa Territorial, que serviu de base para o primeiro Censo realizado no país, em nível de bairro, o Rio Vermelho constitui-se também no único bairro de Salvador a ter produzida e editada uma Cartilha de Logradouros.

Agora, vinte e três anos após o advento do Mapa do Rio Vermelho, um grupo de trabalho formado por técnicos da SMA e COPI, órgãos da estrutura da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente (SEDHAM), que se encontra executando um trabalho importantíssimo, que é a delimitação de todos os bairros de Salvador, está querendo redesenhar os limites do Rio Vermelho.

Por exemplo, querem deixar de fora bairro setores, historicamente pertencentes ao Rio Vermelho, tais como o Alto de São Gonçalo, a Pedra da Marca e a área da antiga Chácara do Pinheiro (área do atual Parque Primavera), que passariam para o bairro da Federação, bem como a área da antiga Chácara de Ubaldino Gonzaga, na Lucaia, que passaria para Brotas.

Um mapa reproduz o território da parte ocidental do Rio Vermelho, situado na margem direita do rio homônimo. Contêm em destaque os terrenos foreiros ao Mosteiro de São Bento, constantes da doação, feita em 20 de janeiro de 1724, pelo padre Agostinho Ribeiro. Mais conhecido por Frei Agostinho de São Gonçalo, ele foi o provável construtor da Capela de São Gonçalo do Rio Vermelho, de onde se originou o nome Alto de São Gonçalo; setor que começa no viaduto sobre a Avenida Garibaldi e termina na confluência da Avenida Cardeal da Silva com a Rua Coronel José Galdino de Souza, antiga Ladeira de São João.

Segundo o historiador Cid Teixeira (1978),

Esse Mapa, desenhado pelo frade Paulo Lachenmayer, mostrando no Rio Vermelho as terras foreiras ao Mosteiro de São Bento, representa uma prova histórica de que as áreas do Parque Primavera, Alto de São Gonçalo (inclusa a Pedra da Marca), Parque João XXII, Conjunto Santa Madalena, Canjira, final da Waldemar Falcão e o Parque Lucaia, sempre pertenceram ao Rio Vermelho. Não faz nenhum sentido transferir qualquer uma delas para outros bairros.

O professor e historiador, Cid Teixeira, que foi morador do Alto de São Gonçalo, informa, ainda, que o nome Pedra da Marca,

[...] “originou-se do fato de existir no local uma pedra demarcatória das terras foreiras ao Mosteiro de São Bento. Com a abertura da estrada, para ligar o Rio Vermelho à Federação e vice-versa, surgiu a Rua Pedra da Marca. nome antigo de um trecho da atual Avenida Cardeal da Silva, entre o viaduto sobre a Garibaldi e a Rua Coronel José Galdino de Souza. Surgiu também uma via secundária, a Rua Pedra da Marca de Baixo. Todas duas ficavam dentro do Rio Vermelho. Retirá-las do Rio Vermelho representa uma amputação, uma agressão às tradições e à história do Rio Vermelho. (TEIXEIRA, 1978)

Figura 6 - Mapa dos terrenos dos beneditinos no Rio Vermelho.



Fonte: Acervo do Espaço Caramuru da Biblioteca Juracy Magalhães. Cópia do Mapa: em dimensão de 41x57

Segundo a historiadora da Ordem Beneditina, professora Maria Hermínia Olivera Hernández, autora do livro intitulado *A Administração dos Bens Temporais do Mosteiro de São Bento da Bahia*, registra que “em 1724 as terras doadas pelo Frei Agostinho de São Gonçalo já integravam o patrimônio das propriedades rurais do Mosteiro de São Bento. Chamava-se Fazenda Rio Vermelho e tinha nas criações de bovinos e eqüinos suas atividades principais” (HERNÁNDEZ, 2009, p. 86).

Em seguida, a mencionada pesquisadora informa: “na década de 1930, na área remanescente da antiga Fazenda Rio Vermelho, encontravam-se seis ruas, duas praças e 125 terrenos foreiros ao Mosteiro de São Bento, com 80 construções, sendo 72 casas térreas e 8 sobrados” (HERNÁNDEZ, 2009, p. 117-118).



## 1.9 MAPA DE SÍNTESE

## **2. EVOLUÇÃO URBANA**

### **As relações do espaço urbano entre o bairro e a cidade, entre o espaço público e privado, entre espaços abertos, semiabertos e fechados.**

O crescimento urbano da cidade de Salvador, num primeiro momento, privilegiou as áreas planas dos morros e picos de serra; contudo, a partir do século XX estendeu-se, de modo mais intenso, pelas vertentes e vales, intensificando o efeito da ocupação humana sobre o ambiente natural. Nesse contexto, o processo de circulação através das avenidas de vale, de 1960 a 1970, criou condições de acesso a lugares, que até aquele momento eram considerados inacessíveis.

#### **2.1 O TERRITÓRIO MUNICIPAL - BREVE HISTÓRICO**

O Município da Cidade do Salvador teve sua fundação no ano de 1549, e abrange um único distrito-sede subdividido em 22 subdistritos. O atual território resulta de sucessivas divisões para a criação de outros municípios na Região Metropolitana de Salvador; mudanças essas que se intensificaram, no final dos anos 50, ocasião em que foram criados os municípios de: Candeias (1958), a partir da emancipação do distrito de mesmo nome; Simões Filho (1961), a partir da emancipação do distrito de Água Comprida; Lauro de Freitas (1962), a partir da emancipação do distrito de Santo Amaro de Ipitanga; e mais recentemente, Madre de Deus (1989), a partir da emancipação de parte do distrito de mesmo nome, abrangendo as ilhas de Madre de Deus, Maria Guarda e das Vacas (SEDHAM, 2009).

O Município de Salvador tem seu território formado pelo continente e pelas ilhas, constituído, então por duas áreas geográficas completamente distintas.

A Área referente ao continente é de 279 km<sup>2</sup>, o que equivale a 90% do Município, e onde se encontra situada a Cidade do Salvador. A área que abrange as ilhas compreende um pequeno arquipélago situado no interior da Baía de Todos os Santos, formado pelas ilhas de Maré, dos Frades, de Bom Jesus dos Passos, de Santo Antônio e pelas ilhotas dos Santos e dos Coqueiros, perfazendo uma área de 30 km<sup>2</sup>, e que corresponde aos 10% restantes do território municipal.

Definida pela Lei nº 3.525/85, do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU/85 –, a área urbana do território de Salvador abrange 250 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 80% desse território. Alonga-se até o limite com Simões Filho e Lauro de Freitas, e atualmente encontra-se praticamente toda envolvida com usos tipicamente urbanos. No que diz respeito às ilhas, somente a de Bom Jesus dos Passos faz parte da área urbana legal do Município, representando um percentual menor que 1% dessa área. (SEDHAM, 2009).

### **2.1.1 Subdivisões do território municipal**

As primeiras subdivisões territoriais adotadas, ainda no período do Brasil Colônia foram denominadas “freguesias”, que faziam parte da tradição eclesiástica portuguesa, para fins administrativos e censitários. A criação de uma freguesia constituía-se, na maioria das vezes, no passo inicial para a povoação de um determinado território.

Assim, a partir das freguesias, novas vilas e municípios eram criados. Entretanto, a instituição dessas freguesias “tinha por objetivo a organização das atividades da Igreja e o controle do número de almas sob a sua responsabilidade” (SEDHAM, 2009, p. 31). As freguesias também deram origem a bairros de Salvador, inclusive os mais tradicionais, como o bairro de Santo Antonio, o de Brotas, a Sé, Santana, dentre outros.

A partir da elaboração, em 1891, de uma constituição anticlerical no Brasil, decorrente da separação entre o Estado e a Igreja Católica, mediante o Decreto 119 de 1890, a Igreja perdeu grande parte do seu prestígio e poder e a sua função como interventora diminuiu consideravelmente, deixando de participar do processo de planejamento urbano das cidades.

A partir de 1891, portanto os municípios brasileiros teriam que passar a utilizar os distritos como divisão oficial; compreende-se distrito, portanto como sendo uma divisão administrativa que geralmente abrange mais vários “bairros da cidade”. Essa imposição foi estabelecida através da Carta Magna da República e consequentemente da Constituição Estadual.

Assim, visando se adequar à nova realidade, o município de Salvador criou sua primeira Lei Estadual, dividindo os municípios em distritos e subdividindo-os.

Ressalta-se, então, que naquele momento ainda não existiam subdistritos, pois esses só apareceriam mais tarde. As divisões do distrito foram batizadas de quarteirões. Outro aspecto que merece destaque é o fato de que as freguesias não deixaram de ser utilizadas para as delimitações do território do município.

Em 1892, através do Ato de 15 de setembro, a capital do Estado foi dividida em três distritos especiais. Contudo não foi e não é tão difícil perceber que a lógica dessa delimitação guarda muita analogia com as antigas freguesias utilizadas pela Igreja Católica, pois na verdade esses novos zoneamentos criados pelo Estado era para validar o Decreto 119. Por volta do ano 1894, em referência às leis municipais, como foi o caso da Lei nº. 50 do mesmo ano, que dividiu o Município de Salvador em dez distritos. Nessa altura, de 1894 para cá, já se somavam aos dez distritos criados pela Lei 50 do referido ano, mais nove distritos, totalizando 19 distritos, em 1903.

É oportuno destacar que em nenhum desses atos e leis que tratam das divisões municipais fazem menção às subdivisões que ficaram estabelecidas em quarteirões, portanto a omissão dessa delimitação é devido ao fato de não encontrarmos nenhuma referência textual para ela.

Em 1920, o município é mais uma vez modificado, foi criado mais um distrito constando Salvador, agora com vinte distritos e por sua vez divididos entre urbanos e suburbanos. O ato que cria essa nova regionalização para Salvador foi o de número 127 do mesmo ano.

De acordo com Fernandes, (1992, p. 120),

Os distritos de paz urbanos corresponderiam as freguesias do mesmo tipo, exceção feita apenas para o distrito de Nazaré que, não se constituía numa freguesia, e foi instituído como distrito pela Lei N. 310, em 1897. Os suburbanos por sua vez, também demonstraram, embora num nível menos rigoroso, marcante correlação com as chamadas freguesias rurais, a exemplo dos do Pirajá, Paripe, Matoim, etc.

## **Zonas Urbanas**

Após 1920, outra mudança no zoneamento da cidade só veio a ocorrer no final de 1938, através de uma determinação do Governo Federal, que resolveu que o município de Salvador passaria a ser dividido em zonas urbanas e suburbanas. Ao que parece, essa divisão surgiu com o propósito de separar as áreas urbanas das

suburbanas da cidade. Contudo, essas zonas urbanas de Salvador não tiveram grandes funcionalidades, e não foram largamente utilizadas para fins de planejamento, sendo posteriormente mudada a sua denominação, passando a ser chamadas de subdistritos; o que, aliás, já tinha sido instituído desde o Decreto 119, sem, contudo, ter sido operacionalizado.

### **Subdistritos**

A título de zoneamento oficial, os subdistritos foram institucionalizados através do Decreto-Lei N. 333 de 12 de setembro de 1944, quando o Prefeito divide o município de Salvador em 24 distritos e três zonas; na prática cada subdistrito serve como unidades menores dentro de uma cidade para fins de planejamento.

Em 1954, o território municipal passou a ser dividido em distritos e subdistritos, como estava figurado na Lei 502, do mesmo ano. Salvador, portanto fica dividida em cinco distritos e conseqüentemente em seis subdistritos.

Algumas outras mudanças foram ocorrendo nos limites dos distritos e subdistritos, mas por conta de que alguns distritos passaram ao status de município, o primeiro a ser desmembrado foi o de Candeias, com a Lei de N. 1.038 de 15 de junho de 1960, outra mudança que ocorreu foi que os distritos passaram a ser subdivididos em zonas urbano-suburbanas e rurais.

Com a essa Lei acredita-se que ocorreu um retrocesso na forma de regionalizar a cidade, pois voltava a se utilizar as subdivisões urbanas, suburbanas e rurais que não mais condiziam com a cidade.

Todavia, a Lei Orgânica do município de Salvador que foi estabelecida pela Lei N. 2.313 de 1971 volta a sugerir a utilização dos subdistritos para fins administrativos. O próximo desmembramento de Salvador, então, foi Água Comprida, atual Simões Filho, portanto, deixa o município de Salvador com três distritos e seis subdistritos. Outra exclusão ocorreu com a emancipação do distrito de Ipitanga, hoje município de Lauro de Freitas, que se deveu à Lei nº. 2.454, de 1975, deixando o município de Salvador agora somente com dois distritos: Salvador, a sede e Madre de Deus. A última alteração realizada no município de Salvador foi por conta da emancipação de Madre de Deus, com isso o município de Salvador, passa a ter apenas um distrito, que é o de Salvador e conta com vinte e dois

subdistritos. Finalmente, a título de zoneamento no que diz respeito a distrito e a subdistrito não houve mais nenhuma modificação até o ano de 2012.

### **Bairros**

Com o rápido crescimento urbano pelo qual Salvador passou desde a sua fundação, os bairros cresceram e muitos deles fundiram-se de maneira que não existia registro de sua quantidade exata, isso por que a cidade não contava com uma delimitação de bairro. Entende-se como bairro, uma unidade territorial que o habitante da cidade tem mais facilidade de se reconhecer e ser reconhecido. Considera-se que o bairro conte com uma comunidade organizada e demonstre uma relação de pertencimento a esse lugar, que é único dentro da cidade, enquanto totalidade.

A partir dessa aproximação com a identidade cultural da população da cidade, foi criada em 1960, através da Lei nº 1.038, a divisão a cidade em bairros. Essa Lei que não apenas regulou a questão dos bairros, mas também dos distritos e subdistritos, não veio a resolver o problema de divisão da cidade, pois apenas estabeleceu a divisão para alguns bairros da cidade.

Bem, o fato é que essa divisão não surtiu o efeito esperado, pois em nenhum levantamento que foi realizado podem-se perceber os critérios práticos de sua criação, até por que os limites sugeridos pela lei não foi, em momento nenhum, adotado, o que fez com que essa determinação caísse em desuso rapidamente.

A formalização institucional do abairramento, entretanto, foi abandonada pela municipalidade por volta da década de 1970, talvez porque o crescimento urbano sem precedentes da década tenha dificultado a identificação dos limites das novas unidades de vizinhança, o que fez com que o conceito de “bairro” em Salvador não tenha hoje um estatuto próprio como em outras cidades do Brasil.

### **Unidades Espaciais de Planejamento**

Essa divisão foi proposta pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador através da Lei nº 3525, de 11 de Setembro 1985, a bem da verdade, essa divisão não chegou a se utilizada para nenhum propósito administrativo da cidade, pois logo em seguida surgiram as Regiões Administrativas, inviabilizando, portanto,

as UEPs. Contudo, tal divisão teve um papel importante nesse novo zoneamento proposto.

### **Regiões Administrativas**

As Regiões Administrativas de Salvador tiveram sua criação autorizada pela Lei 3.688, de 28/11/86, e foram concebidas e delimitadas pelo Decreto 7.791, de 16/03/87, a partir do modelo das Unidades Espaciais de Planejamento, que objetivou proporcionar uma articulação entre o sistema de informações, o planejamento e a gestão da cidade, e teve como objetivo, descentralizar a execução de obras e serviços de interesse local, de modo a garantir maior agilidade e eficiência das ações do Governo Municipal junto à comunidade.

Ainda que muito distante da ideia de bairros, existe uma correlação, entre essa divisão e os bairros (uma referência histórica e cultural do cidadão), pois as RA's quando criadas foram denominadas pelos nomes dos bairros ou localidades de maior significado e expressão no conjunto da Cidade, mas na verdade surgiram mesmo como um conjunto de micro comunidades de Salvador.

Entretanto, com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – PDDUA - de Salvador, foi criada mais uma Região Administrativa, equivalente à zona rural de Salvador, correspondente a área de Ipitanga, que ficou conhecida com AR XV, que antes era Valéria, que com a mudança passou a ser XVI; Subúrbio Ferroviário passou a ser XVII; e a área das Ilhas passou a ser a Administração Regional XVIII.

### **Zonas de Informação**

As Zonas de Informação – ZI são divisões utilizadas pela Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador – CONDER, esse zoneamento foi proposto para facilitar os trabalhos diários desse Órgão. Essa divisão surgiu, devido à preocupação da Conder, com relação ao tratamento dos dados, e às suas análises espaciais.

Assim, baseadas nessa preocupação surgiram as Zonas de Informações – ZI, que correspondem às unidades básicas de referência para coleta e organização dos dados. Cabe lembrar que essas unidades básicas são o resultado de uma

agregação de setores censitários, e foram criadas para compartimentar a cidade em regiões e em espaços mais homogêneos. E para facilitar a localização das ZI dentro do contexto urbano, a Conder agregou, a cada uma delas, o nome usual da área onde se localiza. Dessa forma, as Zonas onde já existia uma urbanização consolidada, essas tiveram sua denominação correspondente ao nome popular do bairro, contudo, isso só para facilitar a sua localização, pois cada ZI é reconhecida oficialmente mesmo por um número e não por um nome de localidade ou bairro.

### **Delimitações do IBGE**

Dentre as várias atribuições do IBGE, uma delas é com relação a sua responsabilidade com as divisões regionais, estaduais e municipais, em seus diferentes níveis, além de ter que subsidiar o levantamento e a divulgação de dados estatísticos do Brasil. Para esse fim, o de viabilizar a coleta de dados para cada local do Brasil, é que o IBGE estabelece suas próprias formas de delimitar e apresentar os seus dados. Em seguida serão apresentadas duas das mais utilizadas em seus levantamentos.

### **Setor Censitário**

O setor censitário é a unidade territorial criada para fins de controle cadastral da coleta. Para o último censo, o Território Nacional foi dividido em 215 811 áreas contíguas, respeitando-se os limites da divisão político-administrativo, do quadro urbano e rural legal e de outras estruturas territoriais de interesse, além dos parâmetros de dimensão mais adequados à operação de coleta. No caso de Salvador, a cidade foi dividida em 2.534 áreas contíguas, isso levando em consideração o último censo realizado pelo IBGE. Segue o mapa de Setores Censitários

### **Áreas de Ponderação**

Constitui uma unidade geográfica, formada por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários, para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo.



Foram definidas, para todo o Brasil, 9.336 áreas de ponderação e, tal como nos censos anteriores, a metodologia de expansão da amostra foi aplicada independentemente para cada uma delas. O tamanho dessas áreas, em termos de número de domicílios e de população, não pode ser muito reduzido, sob pena de se perder a precisão de suas estimativas. As áreas de ponderação foram definidas, considerando essa condição e, também, os níveis geográficos mais detalhados da base operacional, como forma de atender a demandas por informações em níveis geográficos menores que os municípios.

Para o Censo Demográfico 2010, foram usados métodos e sistemas automáticos de formação de áreas de ponderação que conjugam critérios tais como: tamanho (para permitir estimativas com qualidade estatística em áreas pequenas), contiguidade (no sentido de serem constituídas por conjuntos de setores limítrofes com sentido geográfico), e homogeneidade em relação a um conjunto de características populacionais e de infraestrutura conhecidas.

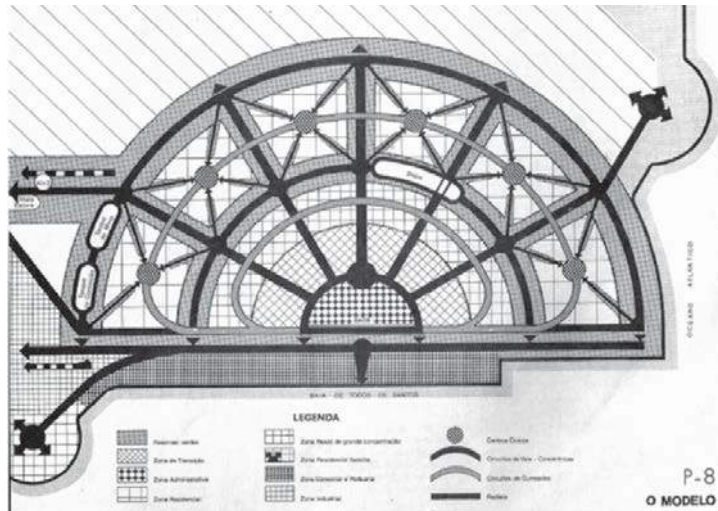
## 2. 2 PLANEJAMENTO URBANO DO EPUCS AO PLANDURB

O caso da formação de um bairro como o Rio Vermelho é emblemático pela maneira como vem acompanhando a transformação da cidade. A história urbana do bairro mostra uma sucessão de eventos, como a expansão urbana, a verticalização e o comprometimento do espaço físico da cidade, e a deterioração ambiental. O seu povoamento já surgiu na época da colonização, e o bairro passou por uma ocupação devida ao processo agrário da periferia, até se tornar no final de século XIX um lugar de chácaras e casarões de veraneio. Foi na década de 1920, com abertura da avenida beira-mar, que o lugar foi conquistando novos significados de acordo com as novas atividades que o bairro atraía.

Do ponto de vista do planejamento e da formação de uma idéia de cidade, e por este trabalho, é de fundamental importância a data da criação do Parque Cruz Aguiar, loteamento pioneiro da cidade de Salvador, que só ocorreu dois anos depois do ano 1943, ano da implantação do EPUCS - Escritório do Plano Urbanístico da Cidade do Salvador -, entidade privada sob coordenação de Mário Leal Ferreira, que concorreu com uma proposta de um escritório carioca, com a participação do urbanista Agache, que coordenou o Plano do Rio de Janeiro. É interessante se notar

como o projeto desse loteamento pioneiro em Salvador é filho indiretamente das discussões e das ideias sobre a cidade e o ambiente de Patrick Geddes e diretamente da cidade-jardim de Ebenezer Howard.

Figura 7 - Modelo Radial-Concêntrico



Fonte: Prefeitura Municipal, Salvador 1976

Mário Leal Ferreira, influenciado pelas teorias de Geddes concebia o planejamento como um processo e, por essa razão, previa o detalhamento de cada um dos setores integrantes do zoneamento, quando deveriam ser detalhados os centros de bairro. Em consonância com essa visão processual, propunha duas alternativas para a legislação urbanística: uma, geral, abrangeria toda a zona urbana de uma vez só; outra trataria a cidade por partes/setores, sendo de sua preferência esta última. No entanto, a alternativa que vingou e se transformou no Decreto-Lei 701/48, foi a primeira.

Geddes defendia a pesquisa como indispensável para o planejamento urbano: o seu lema era "diagnóstico antes do tratamento". Tanto Patrick Geddes, como Lewis Mumford, e Louis Wirth, conceberam o projeto ambicioso para desenvolver uma idéia geral da cidade, como sistema holístico, eles tendem a ver a cidade como um organismo.

Com Leal Ferreira (apud SAMPAIO, 1999), desenvolveram-se pesquisas de investigação histórica e científica na cidade, e foram entrevistadas cerca de 4.500 famílias. Na sua proposta de trabalho Ferreira avaliava que corrigir os defeitos de

uma cidade ou lhe projetar o desenvolvimento deve ser, antes de tudo, motivo de perscrutação do passado, visando identificar, através de investigação histórica e científica, os fatores que influíram na sua evolução.

Segundo Sampaio (1999) o pensamento e a prática de Leal Ferreira sobre a questão urbana eram basicamente centrados na ideia de um urbanismo científico e na visão de cidade como organismo vivo. Para o citado autor o discurso de Ferreira encontra correspondências com Geddes, Burgess, Unwin, etc. numa visão urbanística, com clara opção pelo *Town planning* do ponto de vista teórico-metodológico.

A proposta de trabalho previa um sistema integrado, no qual se articulassem duas redes de avenidas— uma para o tráfego mais lento, de acesso aos bairros, e que seria implantada nas partes mais altas, interligadas por viadutos, e outra, a ser construída nos vales, através de avenidas. Exemplos desse tipo de avenida são a do Vale do Canela e a da Avenida Centenário.

No livro *O Macroplanejamento da aglomeração de Salvador*, Scheinowitz (1998) explica a opção pela rede de avenidas de vale, quando afirma:

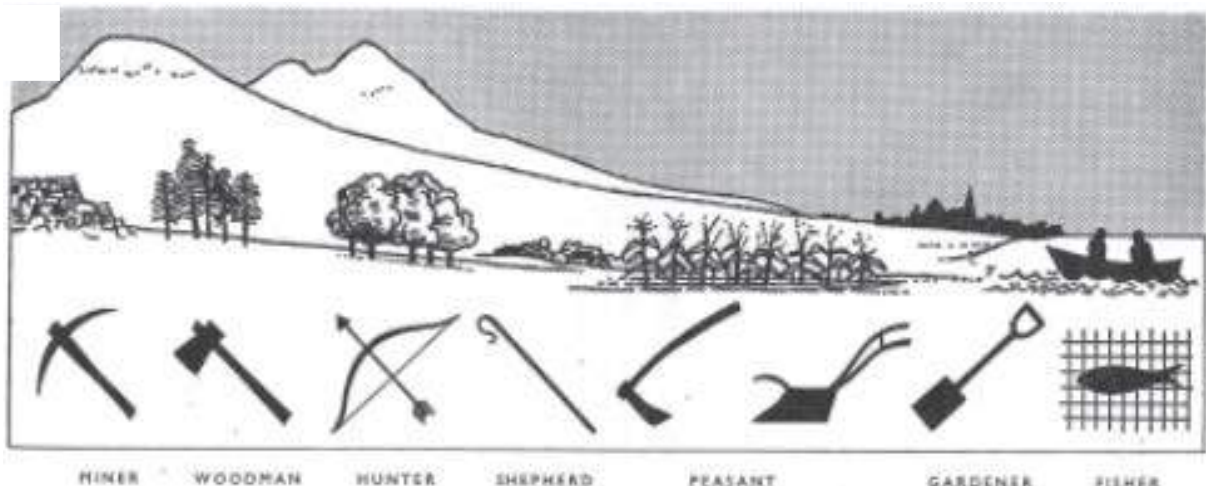
Caminhando no meio de jardins, a rede permite uma extrema mobilidade e uma grande segurança, já que o fluxo de carros é isolado das habitações. Além disso, os pedestres não usam essa rede, pois as habitações estão situadas onde chegam também os transportes coletivos. Enfim, a conjugação das avenidas de vale com as redes de esgoto, os canais de drenagem e a distribuição de água facilitam muito a manutenção e ampliação dessas infra-estruturas. As avenidas de vale teriam ainda o objetivo de proteger a zona residencial dos ruídos, poeiras, gases de combustão dos automóveis e acidentes (SCHEINOWITZ, 1998, p. 60).

Tudo isso é "filho" da "Valley Section", de Geddes, que ele desenvolve a partir de 1909; ano em que começa colaborar no planejamento inicial do Jardim Zoológico da cidade de Edimburgo.

Esse trabalho foi formador no desenvolvimento de um modelo de planejamento regional, e o modelo, a seguir, ilustra as complexas interações entre geomorfologia, biogeografia e sistemas humanos, e tentou demonstrar como "ocupações naturais", como a caça, a pesca e a mineração são apoiadas por geografias físicas e que, por sua vez determinam os padrões de assentamento humano.

O ponto deste modelo foi para deixar claras as relações complexas e inter-relacionadas entre os seres humanos e seu meio ambiente, e incentivar os modelos de planejamento regional que seriam sensíveis a essas condições.

Figura 8- A Secção de Vale



Fonte: Geddes, Valley Section, 1909, Wikipedia

Hall (1996) no livro intitulado *Cidades do Amanhã*, sobre a ideia de planejamento de Geddes, diz o seguinte:

O planejamento deve começar, [...], com o levantamento dos recursos de uma determinada região natural, das respostas que o homem dá a ela e das complexidades resultantes da paisagem cultural: todo o seu ensinamento sempre teve como tônica persistente o método de levantamento, o que ele também extraiu de Paul Vidal de La Blanche (1845-1918) e seus seguidores, cujas "monografias regionais" constituíram tentativas de fazer exatamente isso. [...] em Edimburgo, criou ele um modelo que pretendia ser repetido por toda parte: um centro local de levantamento, a que todo o tipo de gente poderia vir a fim de compreender a relação estabelecida por Le Play na trilogia Lugar-Trabalho-Povo (GEDDES, apud HALL, 1996).

O prazo para a conclusão dos trabalhos do EPUCS estava previsto para 1946, quando parte do plano foi entregue ao então prefeito Armando Carneiro da Rocha. Foi solicitado um adiamento no prazo de oito meses para o encerramento dos trabalhos, mas, em razão da complexidade do plano, foi solicitado um novo adiamento em janeiro de 1947. No dia 11 de março do mesmo ano morre, em razão de problemas gástricos, Mário Leal Ferreira, assumindo o comando o arquiteto

Diógenes Rebouças. Em janeiro de 1948 é criada a Comissão do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador – Cpucs. Sua função seria a de concluir as pesquisas do Epucs.

Em 1949, começou a execução das propostas do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador. A construção das Avenidas: Centenário e Amaralina deu início ao plano. Era o começo de uma série de obras propostas pelo Epucs, a exemplo da Avenida Vasco da Gama, ligando o Dique do Tororó ao Rio Vermelho, a Avenida Contorno, ligando a Cidade Baixa a Cidade Alta, o Estádio da Fonte Nova, as Avenidas: Cardeal da Silva, Mário Leal Ferreira (Bonocô), Antonio Carlos Magalhães, Magalhães Neto, Presidente Castro Branco (atual Tancredo Neves), Garibaldi e Suburbana.

O Plano Mário Leal Ferreira, então, foi uma tentativa de resolver os problemas urbanos devidos à estagnação econômica. No entanto, a partir de meados da década de 40, aconteceu uma reversão, devido à tendência de agravamento das condições sociais na cidade.

Em 26 de março de 1949 foi inaugurada a pavimentação da nova Avenida Amaralina, que começava no final da Rua Oswaldo Cruz, no Rio Vermelho, e terminava no Largo de Amaralina, início da Estrada Amaralina-Santo Amaro de Ipitanga, depois denominada de Avenida Octavio Mangabeiras, que gerou a passagem de muitos veículos pelo bairro.

Os anos 60 foram a década em que chegaram os primeiros agentes transformadores da fisionomia urbana do bairro. Primeiro foi implantado o loteamento Jardim Caramuru, entre a Mariquita e o Ipase. Idealizado por Orlando Pessoa Garcia, na área onde surgia o Solar Filinto. O empreendimento foi lançado em 1960 e a sua denominação teve sua inspiração no descobridor do Rio Vermelho. As ruas do empreendimento, formado por 136 lotes, foram todas batizadas com nomes das tribos indígenas: Aimorés, Carijós, Tupinambás, dentre outras.

Na Avenida Vasco da Gama, foram construídas duas fábricas, consideradas de grande porte para aquela época. A primeira foi a dos Biscoitos Água Central, depois chegou a da Coca-Cola, que foi construída numa área onde havia uma ampla plantação de hortaliças. Outra fábrica foi construída na Rua Oswaldo Cruz: uma

indústria de papel, sendo que dessa se conserva até hoje a chaminé, dando nome ao posto de combustível construído no local.

A década de 60 terminou com o lançamento de um grande empreendimento imobiliário popular no trecho da Vasco da Gama: o Conjunto Santa Madalena, inaugurado em 13 de junho de 1970. Embora as transformações fossem muitas, o Rio Vermelho, ainda, permaneceria como reduto tranquilo, preservando grande parte das suas tradições e características próprias.

Em 1971, Ubaldino Gonzaga, advogado e político, vendeu 178 dos 183 mil metros quadrados que formavam a sua chácara, localizada entre o final da Rua Waldemar Falcão e a margem esquerda do Rio Lucaia. Esse terreno foi transformado pela Imobiliária Correa Ribeiro no Loteamento Parque Lucaia, setor residencial reservado à classe alta. Na segunda década de 70, ocorreu ainda a construção de duas grandes avenidas de vale; a Juracy Magalhães Junior e a Anita Garibaldi; houve também a implantação de vários outros núcleos residenciais e do Parque Primavera.

Em 1972 foi construído o primeiro emissário submarino da América Latina; foi feito um aterro para abrigar o canteiro de obras, na base do Morro do Conselho, que ocupou e acabou para sempre com a histórica enseada da Mariquita. A construção do emissário submarino do Rio Vermelho não configurou, completamente, a geografia da linha de costa do bairro; algumas praias desapareceram e outras novas se formaram, devido às mudanças dos fluxos marinhos.

Foi nessa década de 70 que, por um lado a ocupação horizontal vertiginosa exterminou muitas áreas verdes do bairro e por outro lado começou a sua verticalização, através da ocupação do Morro do Menino Jesus e do Morro do Conselho; tudo isso determinou a perda de dezenas de casas e casarões históricos do bairro. A Paciência perdeu o casario que ficava do lado do mar, para ganhar vistas e umas quadras de esporte. Comprova-se, então, a teoria de Henry Lefebvre (1967) que diz que o Estado se une à iniciativa privada para destruir a cidade.

Num contexto de crescimento econômico acelerado, tanto em nível nacional como em nível estadual, foi na década de 70 que realmente a fisionomia do bairro e da cidade de Salvador começou uma mudança relevante. É nesse contexto de crescimento que se produz um novo esforço de planejamento da cidade, de

magnitude comparável à do EPUCS, com a elaboração do PLANDURB – Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade do Salvador e do EUST – Estudo de Uso do Solo e Transportes da Região Metropolitana de Salvador.

As primeiras ideias sobre a elaboração do PLANDURB apareceram em 1975, e no ano seguinte deu-se o início do funcionamento efetivo da equipe, vinculada ao OCEPLAN – Órgão Central de Planejamento da Prefeitura do Salvador, com a finalidade de retomar o planejamento de Salvador, tendo em consideração as novas condições e características da cidade.

Segundo Penteado (1991), na década de 40, Salvador tinha uma população de cerca de 400 mil habitantes. A economia brasileira, historicamente composta por "ilhas" regionais, relativamente independentes, passa por um processo de intensa integração, tanto em nível de mercado quanto da atividade produtiva. Verifica-se a expansão de setores sociais urbanos modernos – empresários, operários, trabalhadores do comércio e serviços, funcionários públicos, classe média – ao lado de um setor informal fundado numa miríade de ocupações de prestação de serviços e comércio.

Ao mesmo tempo, persistem as elites tradicionais, que mantêm um considerável poder político. O pacto político montado a partir do golpe de 1964 implicou na abdicação de uma tentativa de modernização baseada no confronto entre os setores urbanos modernos e os interesses agrários tradicionais, tal como ensaiada durante o governo de Goulart. Assim, o golpe resultou numa solução de compromisso entre os grupos dominantes arcaicos e a moderna burguesia, que já detinha boa parcela do poder econômico, mas que não conseguia obter hegemonia política. (PENTEADO, 1991).

O pacto das elites correspondia, em nível político, à integração econômica inter-regional: os interesses das elites tradicionais eram preservados em certa medida, mas não podiam mais ser hegemônicos, nem em nível nacional, nem a nível regional. A integração levava a que certas questões até então encaradas como puramente regionais passassem a adquirir importância nacional. É preciso perceber esse contexto para compreender o planejamento urbano, na época do PLANDURB. Com a integração dos mercados, Salvador não é mais uma questão de interesse apenas da Bahia, mas de relevância crescentemente nacional. (PENTEADO, 1991)

Os trabalhos do PLANDURB foram encerrados em 1979. Observa-se, na Salvador dos anos de 1980, o que se pode chamar de Planejamento Urbano Normativo. Estas normas – Leis ou Códigos - são resultados do processo de planejamento local reinstituído pelo PLANDURB (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano para a Cidade de Salvador). Este sistema compõe-se basicamente de três leis. A Lei nº 3.345/83, que trata do Processo de Planejamento e Participação Comunitária; a Lei nº 3.377/84, que versa sobre Ordenamento, Uso e Ocupação do Solo - LOUS; e a Lei nº 3.525/85, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU para a cidade. (PENTEADO, 1991).

### 2.3 EVOLUÇÃO URBANA DA DÉCADA DE 80 ATÉ HOJE.

Na década de 1980, ainda sob forte pressão do crescimento demográfico, observa-se a intensificação dos processos em curso na década anterior. No Rio Vermelho intensifica-se o processo de verticalização, mediante a implantação de empreendimentos multirresidenciais, e expansão e adensamento das áreas de moradia de população de baixa renda, como Nordeste de Amaralina/Santa Cruz.

O espaço urbano do bairro começa a ser bastante comprometido; traço comum em várias áreas da cidade. É interessante notar que no Rio Vermelho as áreas livres correspondem apenas a 5%, somando o sistema viário, do território ocupado, isso significa que os espaços abertos são integrados principalmente pelo sistema viário, o que resulta numa qualidade urbana inferior às das regiões, como o Centro ou a Liberdade que tem uma porcentagem de ocupação bruta parecida à do Rio Vermelho, estimada em 70%.

A região do Rio Vermelho (RA VII) vem apresentando um adensamento constante, desde a década de 1970, embora nos últimos anos já seja possível observar uma tendência de estabilização das densidades na maioria dos seus subespaços.

No contexto do Plano atual, em que o território municipal encontra-se intensivamente e extensivamente comprometido com a ocupação urbana, e a pressão demográfica diminui com a redução gradativa das taxas de crescimento populacional na maioria das regiões da Cidade, também se intensifica a substituição



de unidades unirrresidenciais por empreendimentos multirrresidenciais, na sua maioria voltados para a população de maior renda, no Horto Florestal, Federação e nas colinas do Rio Vermelho.

O comprometimento do espaço urbano do bairro do Rio Vermelho reflete o da cidade, e reflete o destino e a tendência da cidade em geral. Embora muitos urbanistas já tenham falado de morte da cidade, a cidade não morreu; a cidade mudou; como fez ao longo da história, muitas e muitas vezes, cada mudança se acompanha com uma crise, e a cidade está passando por uma crise estrutural muito relevante.

#### 2.4 CRISE DA CIDADE (?) É CRISE DO ESPAÇO PÚBLICO

A complexidade de termos e definições, vistos anteriormente, para fazer uma descrição, do ponto de vista administrativo da cidade deixa muito claro a dificuldade em definir o que é a cidade.

Segundo Cattaneo (1848 apud BOBBIO, 1971 p. 52), “a cidade é um sistema de encruzilhada de cultura, comunicação e intercambio, de construção e território, é o lugar dos livres e dois iguais, os três aspectos que caracterizam a cidade, são: a *civitas*, a sociedade; a *polis*, a política; a *urbs*, o espaço físico”.

Agora, definir a cidade é um desafio muito grande, e o vocabulário atual não contém ainda todas as palavras para superar este desafio. De acordo com Roncayolo (1988, p.105), a cidade é "o sistema de ideias, mias o menos coerente, daqueles que fazem a cidade, a desenham, dão uma estrutura o pelo menos acrescentam a pedra deles à aquela do passado.

Para Park<sup>11</sup> (1967, p.102) é "um estado da alma, um corpo de costumes e tradições, de atitudes e de sentimentos".

Benevolo (1993) desenvolve o conceito de *lunga durata*, (longa duração), explicando como as cidades representam e prolongam os processos da longa duração que dão origem à história da Europa.

---

<sup>11</sup> Robert Ezra Park (1864-1944), sociólogo norte americano, foi um dos fundadores da Escola de Chicago de sociologia ou escola da sociologia da ecologia social urbana.

Para o mencionado autor, a longa duração da cidade já é parte de um incôncio urbano coletivo, fixando um modelo de cidade em que cada mudança e diversidade são percebidas como um signo de degeneração e degradação. Este *imprinting* da cidade ocidental envolve todos os territórios marcados pela civilização europeia: então as cidades do Novo e do Terceiro Mundo acabam reproduzindo os caracteres e os mitos, muitas vezes exacerbando as contradições das cidades europeias (BENEVOLO, 1993).

No século recém - passado, observou-se uma profunda transformação da cidade em muitos sentidos. De aquilo material da cidade de pedra, de distribuição dos seus valores fundiários, e de base produtiva, a aquilo imaterial do significado de cidade no imaginário coletivo e de escolhas intencionais na análise, no desenho e no governo urbano.

Secchi (2008) fala da incapacidade de colher as oportunidades que as novas formas de cidade e sociedade nos propõem. Ele aponta que a nostalgia para as formas do passado, a tentativa de repeti-las através o Neo-haussmanesimo e o Neo-urbanismo, esquecendo que a história nunca se repete; só como tragédia ou farsa; e que a crítica das suas arquiteturas, que representam um imaginário sem memória, ligado ao presente e aos estímulos da sociedade da comunicação, aparece como um indicador de uma grande desorientação, de uma falta de ferramentas críticas, e da nossa relutância para descobrir, do ponto de vista do projeto, novos horizontes mais remotos. É interessante marcar como Secchi (2008), urbanista ativo e crítico, jamais se refere à crise da cidade.

A produção da cidade, cada vez mais, está estritamente ligada ao processo capitalístico, como diz de forma clara e contundente David Harvey (2012).

O capital, usando palavras de Marx, tem sua base na busca do lucro. Para produzir lucro os capitalistas devem produzir superávit de produtos. O processo de urbanização, segundo Harvey (2012), precisa do superávit produzido pelo capital, mas vale também o contrário; o capital precisa da urbanização, para absorver os produtos, em excesso, então, a relação entre urbanização e capitalismo se torna muito mais íntima, podendo-se notar como o crescimento ao longo do tempo da produção capitalística corre paralelo às taxas de urbanização da população mundial.

Para Harvey (2012), o primeiro exemplo dessa relação entre urbanização e capital remonta ao ano 1853, quando Bonaparte chamou George-Eugène Haussmann para designá-lo como prefeito de Paris e responsável das obras públicas na cidade. A missão de Haussmann era resolver o problema do superávit, provocado pela crise europeia de 1848, através obras grandiloquentes de urbanização. Para aquela época, as obras de Paris absorveram grandes quantidades de mão de obra e de capital, que junto à repressão autoritária dos desejos dos trabalhadores, foram um bom veículo de estabilização social.

Foram criados novos sistemas de crédito financeiro, para realizar os grandes projetos de infraestruturas e reconstrução dos novos bairros, destruindo os antigos e apagando séculos de história e de memória.

Todo o sistema funcionou perfeitamente; nasceu a *VilleLumiere* e um novo estilo de vida urbano. O sistema prosperou durante 15 anos até quando as instituições de crédito funcionaram. Depois, Hausmann abandonou seu cargo, Napoleon III empreendeu e perdeu a guerra contra o prussiano Bismark. Foi daquele vazio político e social que nasceu *A Comuna de Paris*, de 1871; breve, mas com intensa visão alternativa moderna e socialista de governo.

Harvey (2012) segue explicando que o mesmo problema de superávit de capital, teve que se resolver muito anos depois e longe da Europa. Robert Moses, que depois da Segunda Guerra Mundial, fez aquilo que Haussmann fez para Paris, na área metropolitana e na cidade de New York. A escala era diferente, o sistema infraestrutural tinha outra dimensão, de fato, o sistema foi exportado em todo o território dos Estados Unidos.

A suburbanização provocada, em parte, pelo desenvolvimento das infraestruturas gerou uma mudança radical nos hábitos de vida da população. O preço a pagar foi a esvaziamento dos centros urbanos e a grande crise dos anos 60, com a luta popular da população afro- descendente em primeira linha.

Em New York, foi graças às lutas da jornalista Jane Jacobs, maior "inimiga pública" de Moses, que se pôde conservar parte do patrimônio histórico da cidade, e, sobretudo, o estilo de vida daqueles bairros tradicionais, como o Greenwich Village. Dando a maior importância aos espaços abertos da cidade, ruas e praças, a Jacobs

deu um grande contributo à reflexão contemporânea sobre a cidade, e suas teses ainda hoje resultam como atuais.

Com a crise da modernidade e a chegada da globalização o problema torna-se, de fato, global e de escala planetária, produzindo-se outra enorme mudança de estilo de vida do homem pós-moderno.

A crise da cidade é a crise do espaço público, porque a cidade é um espaço público. Jordi Borja (2010), urbanista catalão, afirma que as relações entre habitantes, entre poder público ou privado que seja, e entre a cidadania, materializa-se nas ruas, nas praças, nos lugares de encontro cotidiano e nos monumentos.

O citado autor entende a cidade como um sistema, de redes, de conjuntos de elementos, as ruas, as praças, as infraestruturas, as estações de trens de ônibus, as áreas comerciais, os equipamentos culturais, espaços de uso coletivos por causa da apropriação progressiva da população (BORJA, 2010).

Tudo isso é o que permite o encontro e o intercâmbio, que ordena cada área da cidade e que dá sentido à cidade; é ao âmbito físico da coletividade da diversidade e da cultura. O espaço é público; é simultaneamente espaço do urbanismo, da cultura urbana e da cidadania. O espaço público é físico, simbólico e político; é cidade.

Infelizmente o espaço público nos últimos anos tornou-se moda entre os expertos de planejamento urbano. A partir das grandes renovações urbanas, torna-se aquele veículo que rende atrativas as operações de requalificação urbana para o mercado de especulação imobiliária.

O espaço público de lugar, onde se materializavam democracia, cidadania, convivência, civismo e outros valores também políticos e culturais, aparece hoje a serviço da reapropriação capitalística da cidade. (DELGADO, 2012)

Grandes setores de espaço urbano convertem-se em parques temáticos. A história e a memória são expulsas dos centros históricos através da gentrificação, inteiros bairros industriais reconvertem-se em áreas a serviços do mercado imobiliário especulativo.

Este processo acompanha a destituição dos poderes públicos que deveriam garantir os direitos democráticos fundamentais, como o direito a uma moradia digna para todos, e ao uso livre e democrático das ruas e praças da cidade. Na cidade

capitalista o espaço público transforma-se de espaço de inclusão a espaço de exclusão. Já Marx (1884), na sua "Crítica alla filosofia dello Stato di Hegel", refere-se ao espaço público como espaço democrático por antonomásia, onde o grande protagonista é o cidadão; define o espaço público como mediação, como conciliação entre Estado e sociedade civil.

Estas mediações hegelianas, segundo Marx, servem para cobrir a sistemática exploração e exclusão de uma parte da sociedade, e também para cobrir a responsabilidade do poder público nas injustiças e assimetrias sociais.

A ideia e a noção de espaço público funcionam como um mecanismo em que a classe dominante consegue camuflar e consegue que não sejam muito evidentes as diferenças sociais. O espaço público é visto como espaço da reconciliação; de uma falsa reconciliação. (DELGADO, 2012)

Parece que se pode afirmar que a crise da cidade coincide com a crise do espaço público. Os elementos simbólicos, que as cidades construíram no passado já não servem para representar as pessoas que circulam na cidade.

A desmontagem do espaço público é desmontagem da política (polis), e por outro lado é crise do projeto social da convivência. Os lugares do espaço público, hoje, já não são os mesmo lugares da tradição. Os centros das cidades contemporâneas agora só representam 10%. Na cidade contemporânea 90% da população não residem mais nos centros, provocando uma perda de relações individuais quotidianas, que se refletem na arquitetura e na privatização do espaço público, favorecendo a individualidade; o que o sociólogo polonês Baumann (2009) descreve no seu livro "Confiança e medo na cidade".

Nota-se uma erosão constante e progressiva do património de "lugares", usando a palavra lugar e não a palavra espaço porque não existe um lugar que não fala da sua história e memória, antes e além da nossa.

Segundo algumas visões apocalípticas, a mobilidade das imagens através as redes informáticas, em que se pode fazer tudo e em qualquer lugar, é uma das responsáveis desta erosão, junto também à mobilidade exacerbada das pessoas. Pensa-se no turismo lúdico de uma elite cinética, que mede as distâncias geográficas somente em termos de tempo, hospedada em nenhum lugar que

represente um estilo de vida que tende homologar os "contêiners", em que temporariamente habita.

A consequência é o aniquilamento do que tem o sabor da tradição, e da memória dos lugares públicos que em determinado tempo foram os monumentos da identidade local. A conclusão seria devastadora, mas, se forem observadas, com atenção, algumas experiências da vida cotidiana, pode-se chegar a diferentes conclusões.

O significado de lugar e identidade na cidade e na sociedade contemporânea é cada vez mais um produto de uma montagem sequencial de diversas experiências de vida e perspectivas, mais que uma simples justaposição de significados e espaços individuais. A natureza de muitos "lugares" da cidade contemporânea é determinada pela capacidade que têm para hospedar dentro um preciso quadro de vínculos geográficos e materiais uma multiplicidade de significados e de projeções. É a natureza "aberta" às múltiplas interpretações, que descreve Stefano Boeri (2012), natureza ao mesmo tempo localizada, vaga e estática, porque radicada num espaço físico preciso.

Boeri (2012) aponta que a identidade dos lugares é cada vez menos uma qualidade estável e definida para sempre e para todas as classes de usuários (residentes, turistas, residentes temporários, etc.). Ao mesmo tempo a identidade de um lugar é fortemente ligada a uma dimensão estática, formal e material do espaço físico.

## 2.5 O RIO VERMELHO; ÁGORA DE UMA METRÓPOLE DISPERSA

Pode-se concluir que pequenos e maiores indícios de identidade e história local persistem em muitos lugares contemporâneos, que talvez não sejam tão líquidos e lisos, como aponta Baumann (2009), de forma tão convincente, mas muito mais porosos e rugosos, seja os espaços físico que aqueles geopolíticos e da vida cotidiana.

Rio Vermelho é um bairro que funciona como uma moderna ágora de uma cidade multicêntrica e dispersa. É um espaço onde se tentam conciliar os conflitos; um espaço que ainda conserva uma memória, e todas as marcas acumuladas ao

longo do tempo, que remetem e ligam a história e a evolução urbana do bairro àquela da cidade; é um lugar contemporâneo.

Recuperar, requalificar e também reciclar espaço público, sem considerá-lo somente solo urbano, como acontece hoje em um contexto determinado pela ordenação capitalística do território, deveria ser o grande desafio atual no âmbito da planificação da cidade que é menos líquida e mais corrugada e densa como a vida dos seus protagonistas urbanos.

## 2.6 MAPA DE SÍNTESE



### **3 O PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E PAISAGÍSTICO DO RIO VERMELHO: ASPECTOS LEGISLATIVOS URBANÍSTICOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR.**

#### **3.1 PATRIMÔNIO E MEMÓRIA**

Com o Decreto-lei n. 25 de 1937, cria-se o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que reordena o projeto elaborado anteriormente por Mario Andrade a pedido do então Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema. Este decreto define oficialmente o patrimônio histórico como:

Artigo 1º - Constitui o patrimônio Histórico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.(BRASIL. Decreto-lei n.º 25/37)

Enquanto Mario Andrade já concebia o patrimônio como a totalidade dos bens representativos da cultura do Brasil, o artigo 1º refere-se às obras de interesse público relacionados a fatos da história do Brasil, criando uma ligação estreita entre patrimônio e poder público. Por isso, durante muito tempo, o patrimônio histórico foi associado a monumentos e edificações de valor histórico- arquitetônico.

Atualmente a expressão patrimônio histórico e artístico é substituída por patrimônio cultural, um conceito mais abrangente, considerando-se a produção cultural humana um processo sempre em andamento e em transformação, que exige uma nova postura da administração pública a respeito do assunto. Pode-se considerar que o patrimônio cultural inclui tanto o histórico como o natural e o artístico, ressaltando que esta mudança ocorre a partir do final dos anos 1970 e que foi incorporada pela Constituição Federal de 1988. Mas o conceito vai mais além incluindo as práticas sociais que constituem referências culturais para a população brasileira.

O patrimônio é o que nós decidimos que seja: o conjunto de passado e de elementos culturais e naturais aos quais damos um valor porque nos ajuda a entender melhor o presente e a alcançar um objetivo no futuro. O autor David Lowenthal (1998) afirma que o patrimônio interpreta o passado para investi-lo de um significado atual. O patrimônio é descrito nesta ótica, como uma olhada dirigida para o passado que não coincide com aquela racional - científica da historia mas como a

tentativa de alcançar uma verdade mais profunda, mais importante e real dos mesmos fatos. O patrimônio representa a maneira com a qual as sociedades compõem-se como atores coletivos para “brincar” com os vestígios do passado: interpretam os vestígios com finalidades atuais, a principal das quais é a definição de identidade coletiva.

A identidade, assim, nunca está conquistada ou perdida de forma definitiva e última, mas é dependente do contexto, fixado somente na contingência, uma sutura que precisa um trabalho contínuo com a diversidade e a diferença. O conceito de patrimônio está ligado à ideia de alguma coisa que se transfere de uma geração para outra, de um tempo para outro, o que nos leva ao conceito de memória. A memória é fundamental na área do patrimônio cultural.

#### Segundo Le Goff:

A identidade cultural de um país, estado, cidade ou comunidade se faz com memória individual e coletiva. Somente a partir do momento em que a sociedade resolve preservar e divulgar os seus bens culturais é que se inicia o processo de construção de ethos cultural e de sua cidadania [...] é a memória dos habitantes que faz com que eles percebam, na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas experiências sociais e lutas cotidianas. A memória é, pois, imprescindível na medida em que esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha. Sem isso, a população urbana não tem condições de compreender a história de sua cidade, como seu espaço urbano foi produzido pelos homens através dos tempos, numa origem do processo que a caracterizou. Enfim, sem a memória não se pode situar na própria cidade, pois perde-se o elo afetivo que propicia a relação habitante-cidade, impossibilitando ao morador de se reconhecer enquanto cidadão de direitos e deveres e sujeito da história. (LE GOFF, 1997, p.137-139)

Pierre Nora (1992) deixa clara a distinção entre a memória e a história. Segundo ele, a memória é afetiva e a história é intelectual, a memória é vida, permanentemente em evolução e a história é a representação do passado. Ele segue explicando:

A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história instala a lembrança intelectual e laica, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. (NORA, 1992, p. 9).

Nora (1992, p. 9) ainda indica que: "A análise das memórias coletivas pode e deve tornar-se a ponta de lança de uma história que se quer contemporânea".

O conceito de memória coletiva foi introduzido por Maurice Halbwachs, sociólogo francês, que tratou em vários trabalhos do caráter socialmente condicionado da memória. No texto *A memória coletiva*, (publicação póstuma, em 1950, mas escrito nos anos 30), expõe de forma clara a perspectiva teórica segundo a qual, consciência e linguagem, e também a personalidade, são fenômenos sociais. A memória se desenvolve por estímulos externos e forma-se através da linguagem, da ação, da comunicação e dos vínculos afetivos na constelação da via social.

Halbwachs (1987) ressalta a importância da memória ao afirmar:

A memória coletiva possui a importante função de contribuir para o sentimento de pertinência a um grupo de passado comum, que compartilha memórias. Ela garante o sentimento de identidade do indivíduo calcado numa memória compartilhada não só no campo histórico, do real, mas, sobretudo no campo simbólico (HALBWACHS, 1987, tradução nossa p. 68).

### 3. 2 O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E CULTURAL DO RIO VERMELHO

A história do Rio Vermelho remonta ao naufrágio de Diogo Álvares Correia, o Caramuru. A história do seu patrimônio cultural histórico e paisagístico começa com a paisagem natural, praias, encostas verdes e arrecifes, cenário deste lendário evento. Essa história passa também pelo que permanece do seu patrimônio construído, com as suas casas e sobrados dos séculos XVIII e XIX, e suas edificações do começo do século XX. Passa também pelo seu patrimônio imaterial, pelos ofícios das baianas de acarajé e pelas festas tradicionais, as de Sant'Ana e de Yemanjá.

As primeiras ocupações eram cabanas de pescadores, depois chegaram as casas de veraneio, que se alinhavam ao longo da faixa de praia no trecho entre a Paciência e a foz do Rio Camurujipe, na sua margem direita do outro lado da foz. Na margem esquerda, a ocupação cresceu no vale, afastada do Morro do Conselho, ao longo da linha de Bonde de Amaralina. Este povoado de casas térreas, foi construído sem recuos, na testada da rua, em terrenos estreitos e longos, com larguras variáveis entre 4 e 7 metros. Ao longo do tempo muitas casas se transformaram em sobrados de 2 andares formando um belo e harmonioso conjunto

arquitetônico. Nos anos 50, inspirados nas "cidades jardins" howardianas, surgiram novos loteamentos para atender modernos padrões de moradia. O pioneiro foi o Parque Cruz Aguiar, em 1945, com casas com jardins, recuos laterais e de frente e quintal no fundo. Foi na casa de Rua Alagoinhas n.33, no Parque Cruz Aguiar, que Jorge Amado morou desde 1963 até sua morte em 2001. Depois deste loteamento surgiram outros, ocupando os morros da margem oposta do rio.

É no Rio Vermelho que estão o Morro da Paciência, o Morro de São Gonçalo, a monumental balaustrada da Paciência, obra do arquiteto italiano Filinto Santoro, que com seu casario forma o Frontispício da Paciência. Há também o Largo de Santana, o casario da rua Guedes Cabral, a praia de Santana com a primeira colônia de pescadores da Bahia, a rua João Gomes, o Morro das Vivendas, o Morro das Margaridas, o Largo da Mariquita, e a foz do Rio que dá nome ao bairro.

Já residiram simultaneamente Mario Cravo, Jorge Amado, Caribé, Carlos Bastos e outros nomes da cultura baiana, que tiveram um papel importante na preservação da memória do bairro. Um bairro com toda esta riqueza cultural deveria ser orgulho para qualquer cidade e para os seus governantes, que deveriam proteger através de legislações e incentivos adequados, para evitar a degradação e perda do patrimônio cultural.

A população deveria ser estimulada, e não o contrário, a valorizar sua história, suas raízes e memória. Infelizmente, o que acontece é que a população do Rio Vermelho, sendo o seu patrimônio continuamente ameaçado pela falta de políticas urbanas adequadas à sua preservação, segue em frente, desde os anos 70, através de abaixo assinados para tentar impedir algum tipo de violência a estes valores.

### 3.3 DO DECRETO DE SÃO LÁZARO DE 1978 ATÉ HOJE

Apesar da sua relevância histórica, arquitetônica, cultural e paisagística, o bairro do Rio Vermelho como um todo, não possui nenhum tipo de proteção e preservação por parte dos órgãos prepostos, sejam federais, sejam estaduais, respectivamente IPHAN e IPAC.

Somente duas edificações estão tombadas pelo IPAC: a casa n 6 no Largo de Santana e a casa de Jorge Amado na Rua Alagoinhas n. 33 ( tombamento provisório). O Largo de Santana também possui tombamento provisório.

Observa-se, na Salvador dos anos de 1980, o que se pode chamar de Planejamento Urbano Normativo. Estas normas – Leis ou Códigos - são resultados do processo de planejamento local reinaugurado pelo PLANDURB (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano para a Cidade de Salvador). Este sistema compõe-se basicamente de três leis. A Lei nº 3.345/83, que trata do Processo de Planejamento e Participação Comunitária; a Lei nº 3.377/84, que versa sobre Ordenamento, Uso e Ocupação do Solo - LOUS; e a Lei nº 3.525/85, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU para a cidade.

O decreto de São Lázaro de 1978 (N. 5506 de 09/08/1978) é o primeiro ato legislativo no âmbito da preservação do Rio Vermelho. Até o ano 1978 a altura das edificações no Rio Vermelho era livre e sem restrições de gabarito. Começou, na aquela época, a verticalização do bairro com a construção do Edifício Cidade do Porto, na Rua Conselheiro Pedro Luiz e com a substituição de duas casas no Largo de Santana. A desconfiguração do conjunto arquitetônico do Largo de Santana serviu de alerta, e a aprovação do decreto de São Lázaro teve como objetivo controlar estas intervenções. O Decreto fixou os gabaritos em 5 pavimentos no trecho que vai da Paciência ao Largo de Santana e do Largo da Mariquita até à antiga Fábrica de Papel. O trecho que vai do Largo de Santana à Praça Colombo teve o gabarito fixado em 2 pavimentos.

Hoje é possível através de uma simples avaliação visual constatar os efeitos provocados pela possibilidade de construir com o gabarito até 5 pavimentos. A paisagem peculiar que configurou o bairro durante muitos anos foi deturpada em pouco tempo. Muitos sobrados foram substituídos por edifícios estreitos imprimindo, no conjunto das fachadas, um aspecto de feiura e improvisação sem diálogo algum com o conjunto arquitetônico existente, nem por altura, nem por composição, nem por volume e forma.

No trecho em que se manteve a restrição de gabarito em 2 pavimentos, (Largo de Santana, Rua João Gomes, Rua Guedes Cabral e Largo da Mariquita) muitos imóveis antigos permanecem até hoje, alguns deles preservados, conservados e restaurados também para abrigar novos usos compatíveis com o casario histórico.

Embora na Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo no Município da Cidade do Salvador (Lei 3289/83) prevaleça a herança do urbanismo modernista representada pela prática do zoneamento da cidade em determinadas áreas funcionais, ela incorporou aos seus estudos a temática da proteção ambiental através da instituição das Áreas de Proteção Cultural e Paisagística.

A Lei define a APCP como uma área destinada à conservação de elementos significativos do ponto de vista cultural, associados à memória, pluralidade e diversidade de manifestações e formas de expressão da identidade da sociedade local, e para imagem ambiental urbana.

O PDDU de 2004 (Lei 6584/2004) definiu uma poligonal para esta área de preservação, uma zona de uso exclusivamente residencial unidomiciliar e uma restrição de gabarito de 2 pavimentos em quase todo o bairro. Foi também por causa da presença dos moradores em audiência pública da Câmara de Vereadores para discutir o PDDU de 2004 que o Rio Vermelho foi reconhecido como Área de Proteção Cultural e Paisagística na lei 6584 de 2004.

Foram criadas, assim, as condições para resgatar a fisionomia original do conjunto arquitetônico e da qualidade ambiental do bairro.

Após a delimitação da APCP não se seguiu com a elaboração de um plano para a área que estabelecesse regras específicas para cada caso. Na minuta do PDDU de 2006 e no último PDDU de 2008 (lei n.7400/2008) foram introduzidas mudanças que vão na direção contrária à preservação do bairro que foi alcançada com o PDDU de 2004. A poligonal, que justamente precisava ser ampliada, foi reduzida retirando-se dela o antigo Alto de São Gonçalo, área compreendida entre a praia e o viaduto da Cardeal da Silva, e foi retirada da poligonal também a área entre o Largo da Mariquita e a Rua Fonte do Boi, zona com forte vocação turística com hotéis de grande porte.

Além disso, as mudanças do novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano incluíram a subtração das áreas arborizadas, institucionalizadas desde o Decreto 4756/75 que permaneceram vigentes no PDDU de 2004. Foram eliminadas as categorias de áreas exclusivamente unidomiciliares e exclusivamente residenciais do zoneamento de uso e ocupação do solo. Na LOUS de 2011 também foram

introduzidas alterações de gabarito, que deixam complicada a proteção do patrimônio arquitetônico e paisagístico do bairro.

### 3.4 DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA EM SALVADOR

Mecanismos de participação popular nas políticas públicas em Salvador remontam aos anos 80, na base do chamado Planejamento Urbano Normativo. São dessa época a Lei de Regionalização do Orçamento Municipal e a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CONDURB). A Lei nº 3.345/83 (Lei Processo de Planejamento e Participação Comunitária) torna a participação social uma atividade permanente na cidade.

Em 1985 foi aplicada a Lei Orgânica do Município de Salvador e no mesmo ano, é publicada a Lei nº 3.525/85, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU para a cidade, que em seus objetivos inclui os dispositivos regulatórios dos "Processos Políticos e da Participação Comunitária" no planejamento, antes, portanto, das exigências contidas na Constituição de 1988 (FERNANDES, 2004, pag. 109).

A Lei do Processo de Planejamento e Participação Comunitária, aprovada em 1983, "não pegou", não foi obedecida por qualquer instância, e até mesmo a Câmara de Vereadores parecia desconhecê-la, nunca tendo requerido do Executivo a sua aplicação (SAMPAIO, 1999).

Existem vários instrumentos de gestão participativa, como a Lei Orgânica Municipal, LOM/99 que amplia os mecanismos de participação da sociedade na administração municipal e no controle dos seus atos (Art. 110). Além dos conselhos e outros colegiados, foram previstos: Audiências Públicas, Fiscalização da Execução Orçamentária e das Contas Públicas, Recursos Administrativos Coletivos, Plebiscito e Iniciativa de Projetos de Lei.

Entre 19 e 21/08/98, realizou-se a pré-conferência do Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo, tendo-se a intenção de realizá-la em caráter permanente, com periodicidade anual, o que não aconteceu. Vale ressaltar que a LOUS fundamenta-se no PDDU/85, mas até hoje a Administração municipal não se preocupou com a sua revisão, para que, de fato, ela se torne um instrumento de concretização das diretrizes espaciais do 3º plano diretor, PDDU/2008.

Em várias cidades brasileiras, instituiu-se o Orçamento Participativo, cuja primeira experiência, em prática até hoje, deu-se em Porto Alegre. A Constituição Federal de 1988 determina, através do Art. 29, que o planejamento municipal tenha cooperação de associações representativas, possibilitando uma maior participação popular na construção do orçamento público, além de modificar a sistemática orçamentária.

Embora existissem instrumentos legais para torná-la efetiva, a participação popular na gestão pública está longe de se tornar uma realidade, devido a vários fatores, entre os quais a ausência de acesso ao conhecimento, por parte de segmentos da população, sobre a realidade municipal, de forma contínua e sistemática; o desinteresse por parte do Poder Público devido, em parte, às fortes pressões externas à política; a concepção passiva de cidadania, que considera o Poder Público como o único responsável pela gestão da cidade.

Durante a redação deste artigo, a nova Lei de Ordenamento, Uso e Ocupação do Solo (LOUS) de Salvador foi suspensa pelo Tribunal de Justiça da Bahia.

O fato de os vereadores terem aprovado itens do PDDU da Copa do Mundo de 2014, disfarçados de emendas na Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo (LOUS), em sessão extraordinária de 29 de dezembro de 2011, repercutiu negativamente na opinião pública. O próprio Ministério Público estadual questionou a manobra e prometeu acionar a Casa e 31 vereadores.

A decisão de suspensão da LOUS é do dia 27/06/2012 e torna nulos os efeitos da Lei sancionada pela Câmara Municipal de Salvador, que, entre outras consequências, resulta no aumento das edificações na orla da cidade, sombreamento de praias e extinção de áreas verdes.

A medida, então, valerá até que seja votado o mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), movida pelo Ministério Público.

### 3. 5 PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA DO RIO VERMELHO

Alguns dos mecanismos legais supracitados foram usados pelos moradores do Rio Vermelho para preservar o Bairro diante de uma situação de vulnerabilidade muito grande devido, sejam às constantes mudanças no âmbito das leis municipais



seja também, à ausência de atuação dos órgãos estaduais e federais de preservação.

Formaram-se as Comissões do Patrimônio Cultural Histórico Arquitetônico e Paisagístico e de Planejamento do Rio Vermelho para reivindicar a defesa e a preservação da memória coletiva do bairro.

Figura 9 –Manifestação a favor da Praça de Sant’Ana



Fonte: acervo fotográfico da Biblioteca Juracy Magalhães, 1985

É de 1985 a "Campanha Não Passe ao Largo, luta em prol da preservação e restauração do bairro do Rio Vermelho", promovida pelo grupo ambientalista GERMEN, com o apoio de moradores ou ex-moradores como Caribé, Jorge Amado e Mario Cravo. Este protesto e ação popular salvaram a Igrejinha de Santana que estava sendo "sacrificada" para melhorias no fluxo de veículos no bairro. O Largo de Santana foi tombado pelo IPAC em consequência desta mobilização popular. No ano anterior ao de 1984 não teve o mesmo êxito a mobilização para salvar a antiga Fábrica de Papel, memória industrial do bairro, para transformá-la num centro cultural. A fábrica foi demolida e foi construído no mesmo local um posto de gasolina

No ano 2005 foi finalizado o trabalho *O Rio Vermelho que queremos*; um documento de síntese e diagnóstico comprometido com a preservação do bairro, produzido a partir da associação de moradores do bairro, da Comissão de

Planejamento e de Patrimônio do Rio Vermelho e com o apoio das instituições . O trabalho resgata e reivindica a ampliação da poligonal da APCP de 2004 e luta para defender um valor, a memória coletiva, que extrapolando os limites do bairro se situa numa esfera de interesse mais amplo.

Fazendo uma reflexão sobre o patrimônio cultural evidencia-se a disputa político-ideológica sobre o papel do poder público, o interesse e os direitos da sociedade e do cidadão, tratando-se da socialização cultural desses bens.

A preservação do patrimônio cultural torna-se efetiva através da lei de tombamento -estaduais e federais- e pelos instrumentos de planejamento urbano: planos diretores, leis de uso do solo etc. Muitas capitais brasileiras apresentam esses instrumentos, porém de maneira parcial e a falta de dialogo entre os três poderes, torna difícil a tarefa da preservação, tarefa que deveria passar cada vez mais a ser concebida como elemento integrante do planejamento urbano participativo.

Se como nos explica Le Goff (1997) história e memória não deve ser confundidas uma com a outra, mas alimentam-se uma da outra, o Rio Vermelho foi construindo através de sua historia, desde o século XVI até hoje, a sua memória cultural coletiva, e se o Rio Vermelho é um bairro que manteve a sua identidade, na qual a sua comunidade se reflete, é, em parte, devido às lutas que a mesma comunidade empreendeu em prol da preservação desta memória.





**1 “Caramuru! Caramuru! Caramuru!” 1510** Em 1509 ou 1510, um navio português naufragou junto da actual Bahia de Todos os Santos. Quase todos os homens morreram afogados ou foram devorados pelos índios Tupinambás. Entre os poucos deixados para serem sacrificados posteriormente, em espectáculo festivo, estava Diogo Álvares Correia. Quando se aproximava a hora de ser ele sacrificado, uma ideia relampejante salvou-lhe a vida: Disparou Diogo o mosquete que retivera do naufrágio e matou um pássaro em pleno voo. Os selvagens que presenciavam a cena foram tomados de grande terror, pondo-se a gritar: “Caramuru! Caramuru!”, o que, na sua língua, significava “homem do fogo” ou “filho do trovão”. a cena foram tomados de grande terror, pondo-se a gritar: “Caramuru! Caramuru!”, o que, na sua língua, significava “homem do fogo” ou “filho do trovão”.



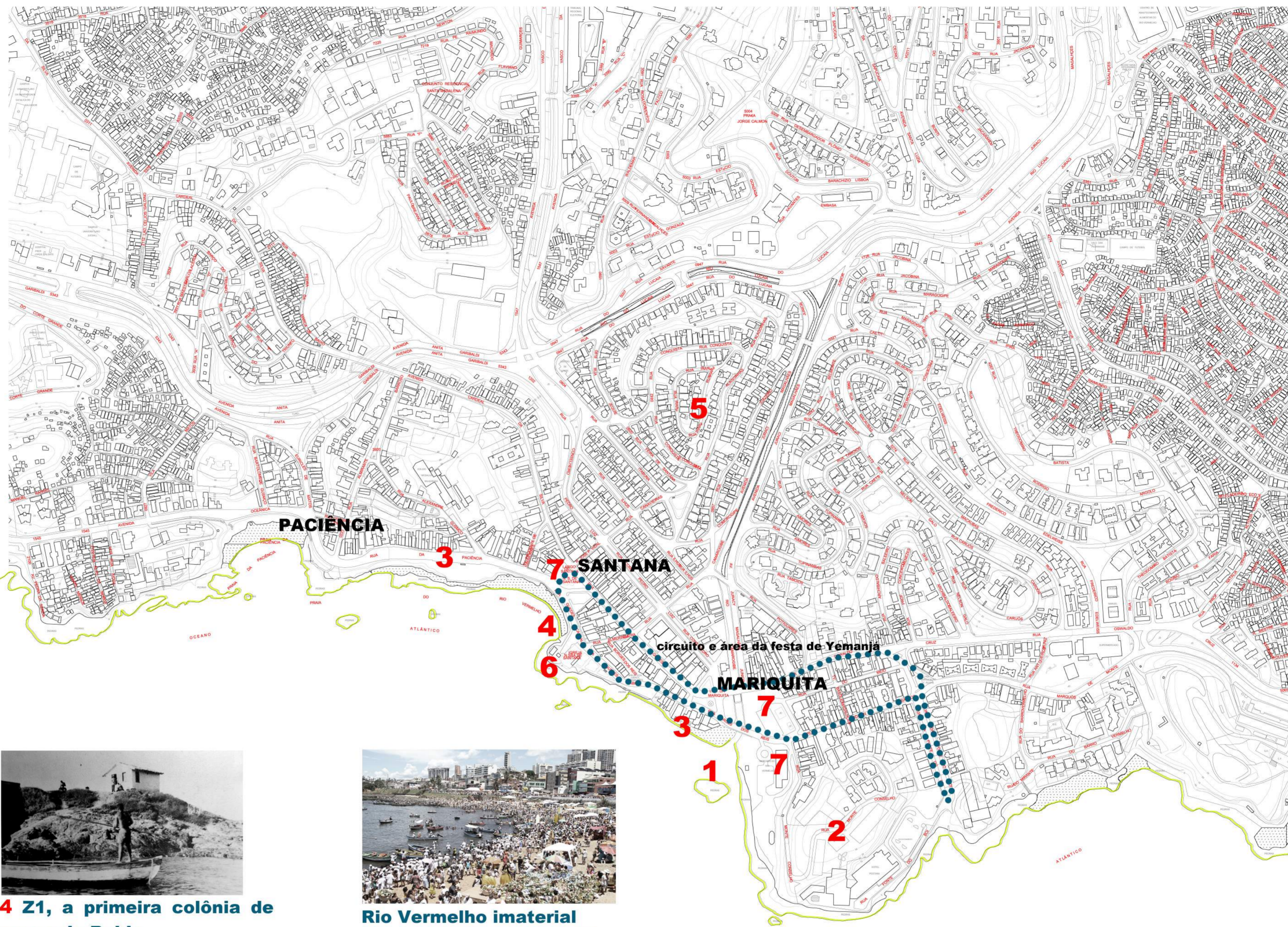
**2 Resistência à invasão holandesa 1624**

Em 9 de maio de 1624, os holandeses finalmente conseguiram entrar em Salvador. A população em pânico abandonou a cidade. Uma parte fugiu para as bandas do Rio Vermelho. O bispo, dom Marcos Teixeira, uma das poucas autoridades a escapar, instalou-se com um grupo de refugiados em Abrantes, donde se deslocaria para um ponto mais próximo de Salvador, no Rio Vermelho, para liderar a reação contra os invasores, organizando grupos de combatentes. Nesse arraial, o incansável bispo conseguiu reunir os principais chefes que comandariam a luta de emboscadas. O local do histórico encontro foi um monte com uma excelente visão panorâmica para o oceano, verdadeiro posto de observação avançada para a entrada e saída da Baía de Todos os Santos. Situado a cavaleiro da barra do rio Camoroipe, o outeiro ficou conhecido como Morro do Conselho.



**3 Período áureo dos veranistas 1880-1930**

No século XIX, o antigo aldeamento dos índios e dos pescadores ganhou fama de possuir “águas milagrosas”. Pessoas de diversas procedências chegavam atraídas pelos banhos de sal nas “águas medicinais” do mar do Rio Vermelho, que, segundo crença da época, curavam até beribéri. De “estação de cura” para recanto preferencial do veraneio das famílias ricas foi um pulo. Durante meio século (1880-1930), o balneário constituiu-se num sofisticado local de veraneio. Foram construídos inúmeros palacetes e casarões, surgiram dois hotéis com restaurantes, armazéns de secos e molhados, lojas de tecidos e miudezas e até uma fábrica de cerveja, que os veranistas atestavam ser de muito boa qualidade.



**4 Z1, a primeira colônia de pesca da Bahia**

No Rio Vermelho localizavam-se dois núcleos de pescadores. O da Mariquita era onde foi fundada a primeira colônia de pesca da Bahia, a Z1, provavelmente em 1934. O porto da Mariquita era suficientemente grande para as jangadas enfileiradas, para as redes estendidas e para os banhistas. Em 1972 com a construção do emissário submarino a enseada foi aterrada, acabando com o núcleo de pescadores e ocasionando danos terríveis à natureza. A atual sede da Colônia Z1 encontra-se no Porto de Santana.



**6 festa de Yemanjá 1923**

●●● circuito e área dos festejos

A cultura festeira do local, que já saudou ao Senhor do Bonfim no passado, apresenta, desde 1923, a maior manifestação pública do Candomblé em Salvador: a Festa de Yemanjá, criada pelos pescadores para reverenciar a Mãe D’Água em forma de apelo a um momento de baixa na pesca.



**7 Espetáculos contemporâneos**

Os espetáculos contemporâneos cotidianos, herdeiros do conceito de boemia dos anos 60, estão em mesas de bares e cafés, nas comidas dos tabuleiros das baianas famosas: Cira, Regina e das herdeiras de Dinha, na culinária regional do Mercado do Peixe e na feira de artesanato do Largo de Santana. O bairro também é palco, no sentido literal, através suas formas artísticas. Com grande concentração de arte contemporânea expostas em praças e muros do bairro, um cachorro em material reciclado na Praça de Santana, conhecida como Praça da Dinha e símbolos afros étnicos ao longo da praia próxima a Casa de Yemanjá.



**5 Parque Cruz Aguiar loteamento pioneiro 1945**

Com a criação do Parque Cruz Aguiar em 1945 o ciclo dos veranistas chegou ao fim. O Parque Cruz Aguiar foi o primeiro loteamento que surgiu em Salvador com infra-estrutura completa. Oferecia duas opções: casas prontas e lotes para quem quisesse construir sua residência com



MP CECRE 2012.

MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E CONJUNTOS HISTÓRICOS.

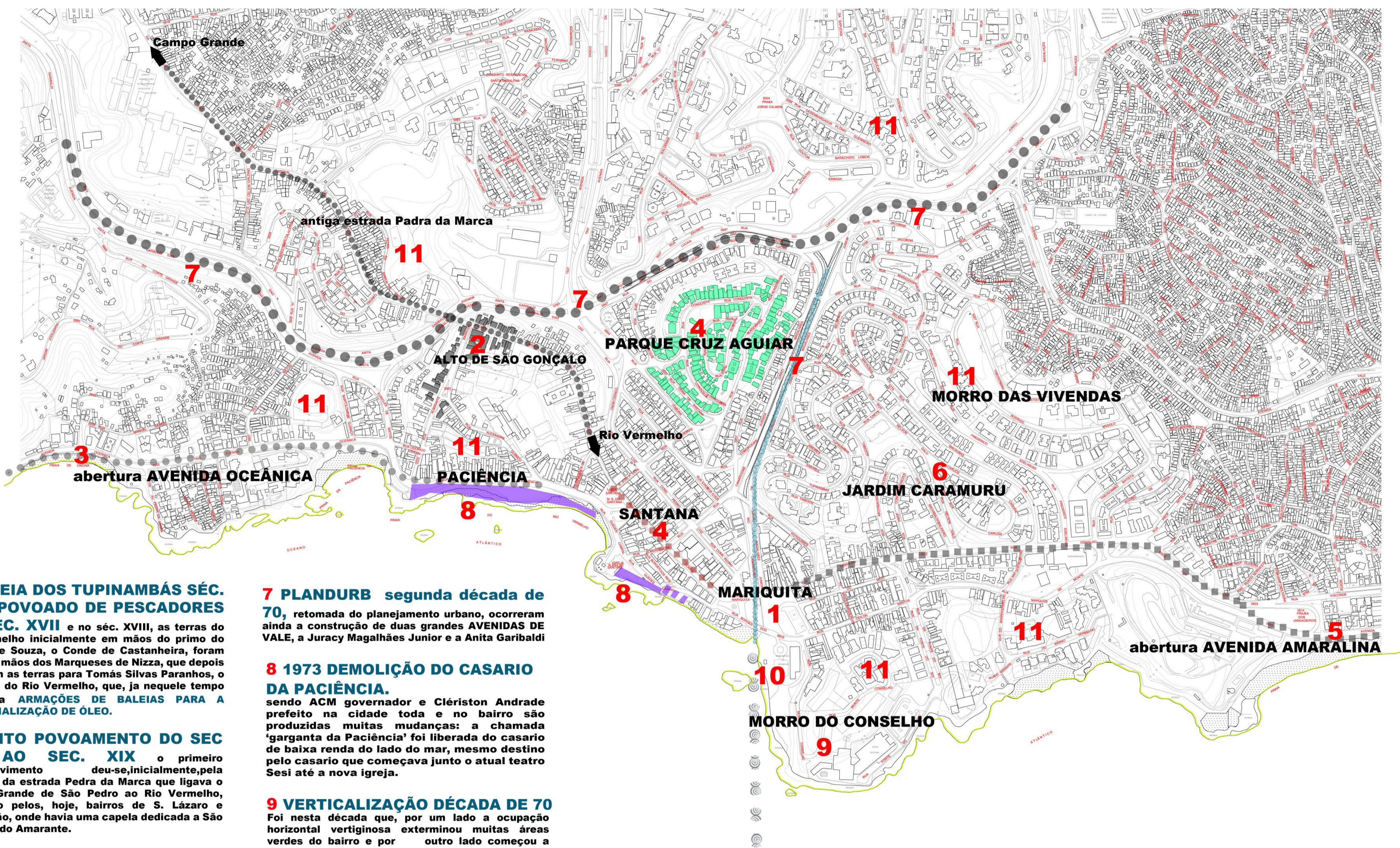
FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

Estudos de requalificação e de valorização urbana e paisagística do Rio Vermelho em Salvador.

folha MAPA HISTÓRICO  
escala 1/5000  
data OUTUBRO-2012  
1.9 MAPAS DE SÍNTESE

É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, assim como modificações de qualquer natureza, sem a prévia autorização do autor, estando o infrator sujeito às penalidades previstas em lei.  
responsável técnico ARQ. FEDERICO CALABRESE  
desenho ARQ. FEDERICO CALABRESE





**1 ALDEIA DOS TUPINAMBÁS SÉC. XVI, POVOADO DE PESCADORES NO SÉC. XVII e no séc. XVIII,** as terras do Rio Vermelho inicialmente em mãos do primo do Toumé de Souza, o Conde de Castanheira, foram parar em mãos dos Marqueses de Nizza, que depois venderam as terras para Tomás Silvas Paranhos, o Visconde do Rio Vermelho, que, ja nequele tempo exploraria **ARMAÇÕES DE BALEIAS PARA A COMERCIALIZAÇÃO DE ÓLEO.**

**2 LENTO POVOAMENTO DO SEC XVI AO SEC. XIX** o primeiro desenvolvimento deu-se, inicialmente, pela abertura da estrada Pedra da Marca que ligava o Campo Grande de São Pedro ao Rio Vermelho, passando pelos, hoje, bairros de S. Lázaro e Federação, onde havia uma capela dedicada a São Gonçalo do Amarante.

**3 MODERNIZAÇÃO DO SÉC. XX-higienização/saneamento, circulação e embelezamento da Cidade-AVENIDA OCEÂNICA 1922,** a estrada Barra-Rio Vermelho, apelidada de “a menina dos olhos do governador Seabra”. Construção complexa, pois cortava morros e rochedos, levou nove anos para ser concluída, sendo inaugurada em 1922, quando J.J. Seabra governava a Bahia pela segunda vez.

**4 PARQUE CRUZ AGUIAR 1945,** a data da criação do Parque Cruz Aguiar é só de dois anos depois de 1943, ano da implantação do EPUCS Escritório do Plano Urbanístico da Cidade do Salvador. É interessante notar como o projeto deste loteamento pioneiro em Salvador é filho indiretamente das discussões e dos ideais sobre a cidade e o ambiente de Patrick Geddes e diretamente da cidade-jardim de Howard.

**5 EPUCS: AVENIDA AMARALINA 1949** começa a execução das propostas do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador. A construção das avenidas Centenário e Amarelina dão início ao plano.

**6 JARDIM CARAMURU 1960** Os anos 60, foram a década em que chegaram os primeiros agentes transformadores da fisionomia urbana do bairro. Foi implantado o loteamento Jardim Caramuru, entre a Mariquita e o Ipase. Idealizado por Orlando Pessoa Garcia, na área onde surgia o Solar Filinto.

**7 PLANDURB segunda década de 70,** retomada do planejamento urbano, ocorreram ainda a construção de duas grandes AVENIDAS DE VALE, a Juracy Magalhães Junior e a Anita Garibaldi

**8 1973 DEMOLIÇÃO DO CASARIO DA PACIÊNCIA.** sendo ACM governador e Clériston Andrade prefeito na cidade toda e no bairro são produzidas muitas mudanças: a chamada ‘garganta da Paciência’ foi liberada do casario de baixa renda do lado do mar, mesmo destino pelo casario que começava junto o atual teatro Sesi até a nova igreja.

**9 VERTICALIZAÇÃO DÉCADA DE 70** Foi nesta década que, por um lado a ocupação horizontal vertiginosa exterminou muitas áreas verdes do bairro e por outro lado começou a verticalização do bairro, através da ocupação do Morro do Menino Jesus e do Morro do Conselho, tudo isso determinou a perda de dezenas de casas e casarões históricos do bairro e de áreas verdes.

**10 ATERRO DA ENSEADA DA MARIQUITA E CONSTRUÇÃO DO EMISSÁRIO SUBMARINO 1972**

foi construído, o primeiro emissário submarino da America Latina. Foi feito um aterro para abrigar o canteiro de obras, na base do Morro do Conselho, que ocupou e acabou para sempre com a histórica enseada da Mariquita. A construção do emissário submarino do Rio Vermelho desconfigurou completamente a geografia da linha de costa do bairro, algumas praias desapareceram e outras novas se formaram, pelas mudanças dos fluxos marinhos.

**11 DÉCADA DE 80 ATÉ HOJE, COMPROMETIMENTO DO ESPAÇO URBANO**

Na década de 1980, ainda sob forte pressão do crescimento demográfico, observa-se a intensificação dos processos em curso na década anterior. No Rio Vermelho intensifica-se o processo de verticalização, mediante implantação de empreendimentos multiresidenciais, e expansão e adensamento das áreas de moradia de população de baixa renda, como Nordeste de Amarelina/ Santa Cruz



MP CECRE 2012.

MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E CONJUNTOS HISTÓRICOS.

FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

Estudos de requalificação e de valorização urbana e paisagística do Rio Vermelho em Salvador.

folha	escala 1/5000	MAPA URBANO
	data OUTUBRO-2012	2.6 MAPAS DE SÍNTESE

É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, assim como modificações de qualquer natureza sem a prévia autorização do autor, estando o infrator sujeito às penalidades previstas em lei.

responsável técnico  
ARQ. FEDERICO CALABRESE  
desenho  
ARQ. FEDERICO CALABRESE





**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE ARQUITETURA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO  
DE MONUMENTOS E NÚCLEOS HISTÓRICOS  
MP- CECRE**

**FEDERICO CALABRESE**

**ESTUDOS DE REQUALIFICAÇÃO E DE VALORIZAÇÃO URBANA E  
PAISAGÍSTICA DO RIO VERMELHO EM SALVADOR**

Salvador  
2013

**VOLUME II**

## SUMÁRIO

### VOLUME I

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>1 RIO VERMELHO ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA</b> <b>A história do Rio Vermelho, do seu patrimônio cultural e paisagístico e o que permanece disso até hoje</b>	<b>17</b>
1.1 CARAMURU E O DESCOBRIMENTO	17
1.2 A INVASÃO HOLANDESA, 1624	21
1.3 O LENTO POVOAMENTO DO SEC. XVI AO SEC. XIX	22
1.4 O PERÍODO ÁUREO DOS VERANISTAS, 1880-1930	23
1.5 LOTEAMENTO PIONEIRO: O PARQUE CRUZ AGUIAR	24
1.6 OS PESCADORES	26
1.7 RIO VERMELHO IMATERIAL	27
<b>1.7.1 As festas religiosas</b>	<b>28</b>
<b>1.7.2 Espetáculos contemporâneos</b>	<b>35</b>
1.8 RIO VERMELHO UMA QUESTÃO DE LIMITES	38
1.9 MAPA DE SINTESE	42
<b>2 A EVOLUÇÃO UBANA</b> <b>As relações do espaço urbano entre o bairro e a cidade, entre o espaço público e o privado, entre espaços abertos, semiabertos e fechados</b>	<b>43</b>
2.1 O TERRITÓRIO MUNICIPAL. BREVE HISTÓRICO	43
<b>2.1.1 Subdivisões do território municipal</b>	<b>44</b>
2.2 PLANEJAMENTO URBANO DO EPUCS AO PLANDURB	50
2.3 EVOLUÇÃO URBANA DA DÉCADA DE 80 ATÉ HOJE	57
2.4 A CRISE DA CIDADE (?) É CRISE DO ESPAÇO PÚBLICO	58
2.5 O RIO VERMELHO: ÁGORA DE UMA METRÓPOLE DISPERSA	63
2.6 MAPA DE SINTESE	65
<b>3 O PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E PAISAGÍSTICO DO RIO VERMELHO: ASPECTOS LEGISLATIVOS URBANÍSTICOS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR</b>	<b>66</b>
3.1 PATRIMÔNIO E MEMÓRIA	66
3.2 O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E CULTURAL DO RIO VERMELHO	68
3.3 DO DECRETO DE SÃO LÁZARO DE 1978 ATÉ HOJE	69
3.4 DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA EM SALVADOR	72
3.5 PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA DO RIO VERMELHO	73

## **VOLUME II**

<b>4 LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO E ICONOGRÁFICO</b>	<b>77</b>
Reprodução de imagens antigas, fotos comparativas, fotos atuais.	
<b>5 ANÁLISE PERCEPTIVA E FENOMENOLÓGICA</b>	<b>78</b>
5.1 A APREENSÃO DOS LUGARES (MÉTODO Kholdorsf)	78
5.2 A PERCEPÇÃO URBANA COMO INSTRUMENTO DE PROJETO	87
5.3 MAPAS DE SINTESE	91
<b>6 CARTOGRAFIAS TEMÁTICAS (DESCRIÇÕES)</b>	<b>92</b>
6.1. COMO ESTÁ FEITO O RIO VERMELHO	92
<b>6.1.1 Mapas Temáticos</b>	<b>92</b>
Grau de proteção	
Periodização	
Grau de integração	
Estado de conservação	
Gabarito	
Matérias dos espaços abertos e mobiliário urbano	
6.2. COMO FUNCIONA O RIO VERMELHO	93
<b>6.2.1 Mapas Temáticos</b>	<b>93</b>
Sistema viário	
Usos	
Espaços abertos	
Áreas arborizadas	
Arte urbana	
<b>7 DIAGNÓSTICO</b>	<b>94</b>
7.1 LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA INCIDENTE SOBRE A ÁREA DE PROTEÇÃO	94
7.2 GRAU DE INTEGRAÇÃO	95
7.3 ANÁLISE DO CONTEXTO NATURAL PAISAGÍSTICO E CONSTRUIDO	99
7.4 OCUPAÇÃO E USO DO SOLO	102
7.5 SISTEMA VIÁRIO	105
7.6 ARBORIZAÇÃO	107
7.7 PAVIMENTAÇÃO E MOBILIÁRIO URBANO	108
7.8 ARTE URBANA	109
<b>VOLUME III</b>	
<b>8 CONCLUSÕES: PROPOSTA DE PROJETO</b>	<b>111</b>
8.1 MEMORIAL DESCRITIVO	111
8.2 PRANCHAS DE PROJETO	119
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>120</b>



#### **4 LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO E ICONOGRÁFICO**

**Reprodução de Imagens antigas, fotos comparativas, fotos atuais.**



**MP CECRE 2012 Estudos de requalificação e de valorização urbana paisagística do Rio Vermelho em Salvador.**

FEDERICO CALABRESE

**LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO/ICONOGRÁFICO**  
reprodução de imagens antigas/fotos/fotos comparativas



reprodução de imagem



**data:** desconhecida  
**local:** Praia de Santana  
**autor:** desconhecido  
**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes  
**captura:** Marco Illuminati  
**maquina:** Canon Eos  
**pixel:** 1200x600

**histórico:** a praia de Santana com o casario da rua Guedes Cabral.



situação



localização

reprodução de imagem



**data:** desconhecida  
**local:** praia da Mariquita  
**autor:** desconhecido  
**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes  
**captura:** Marco Illuminati  
**maquina:** Canon Eos  
**pixel:** 1200x600

**histórico:** Durante meio século (1880-1930), o Rio Vermelho constituiu-se num sofisticado local de veraneio. Foram construídos inúmeros palacetes e casarões, surgiram dois hotéis com restaurantes, armazéns de secos e molhados, lojas de tecidos e miudezas e até uma fábrica de cerveja, que os veranistas atestavam ser de muito boa qualidade



situação



localização



reprodução de imagem



**data:** desconhecida  
**local:** praia de Santana  
**autor:** desconhecido  
**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes  
**captura:** Marco Illuminati  
**maquina:** Canon Eos  
**pixel:** 1200x600

**histórico:** a foz do rio Camarojipe, nota-se a luxosa casa sede da Fazenda Alagoa, com fachada voltada para a praia. Foi construída na Ladeira do Monte Conselho. Em 1937 Adolpho Moreira doou o palacete em que residia para o Asylo Bom Pastor, hoje foi alojada a Escola de crianças Hercília Moreira.

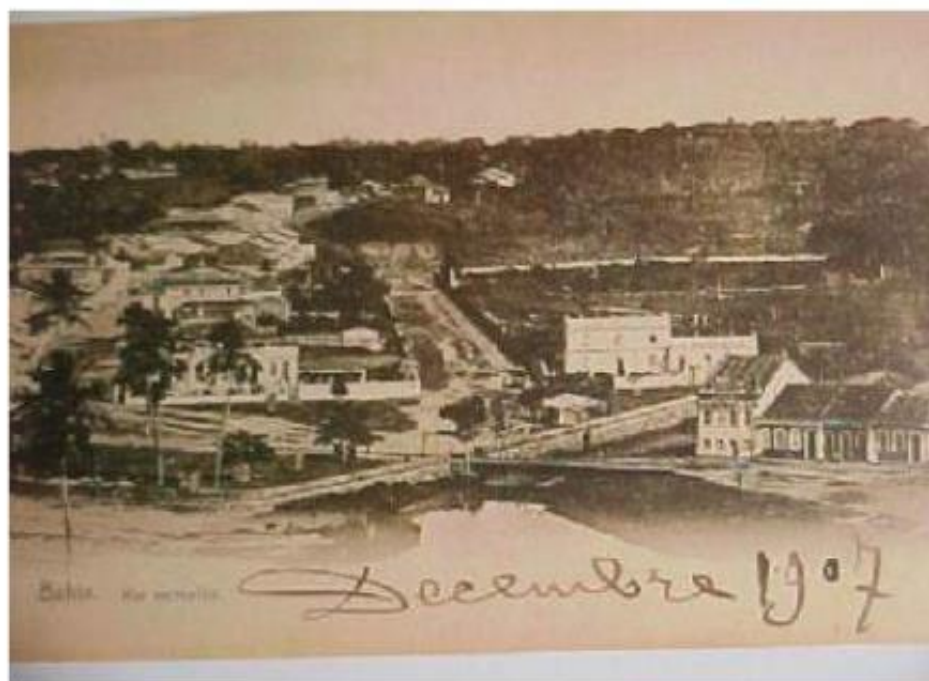


situação



localização

reprodução de imagem



**data:** 1907

**local:** Morro do Menino Jesus

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** o Largo da Mariquita desde o Morro do Conselho



situação



localização

reprodução de imagem



**data:** 1910

**local:** Casa de palha

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600



situação

**histórico:** antigo aldeamento de pescadores do Rio Vermelho nos primeiros anos do século XX.



reprodução de imagem



**data:** 1912

**local:** Mariquita

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** vista da praia da Mariquita desde o Morro do Conselho, com a praia dos pescadores.

A explicação para o nome Mariquita tem várias versões. Segundo historiadores, Mariquita é uma palavra tupi mairaquiquig que significa "lugar que dá peixe miúdo". Este peixe miúdo é a petitinga, que em certas épocas do ano dava em grande quantidade nessa praia, e era muito pescado.



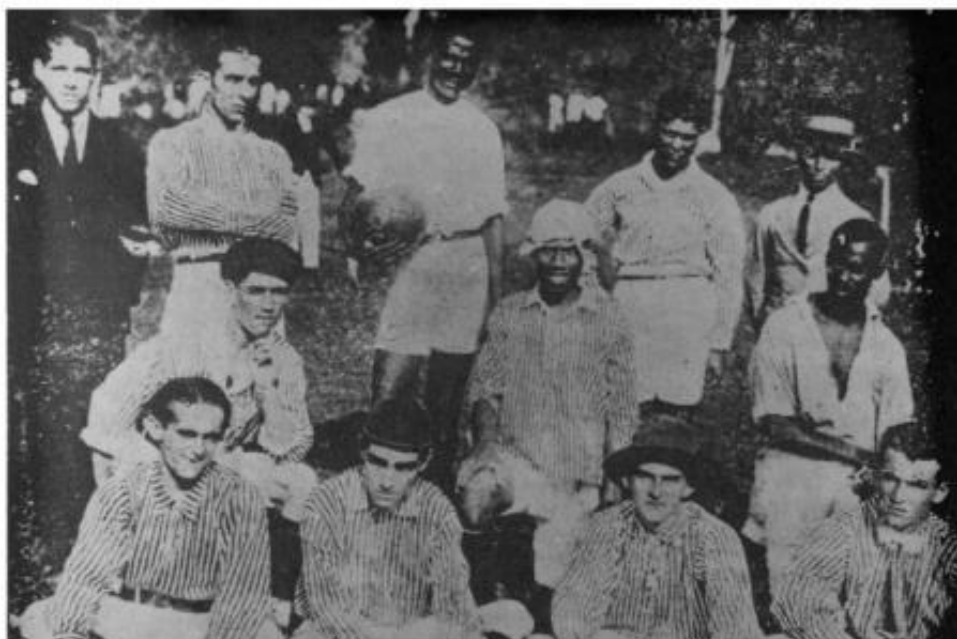
situação



localização



reprodução de imagem



**data:** 1917

**local:** campo do Botafoga da Bahia

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** No dia 01 de novembro de 1914 o apaixonado por futebol e Sargento Antônio Valverde Veloso, do Corpo de Bombeiros, buscou inspiração nas cores e no objetivo do seu batalhão para fundar o, Simpático e Glorioso Alvi Rubro Club da Bahia, Botafogo Sport Club



situação



localização

reprodução de imagem



**data:** 1925

**local:** Hipódromo do Rio Vermelho

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** entre o Parque Cruz Aguiar e a Av. Juracy Magalhães Neto existia o Hipódromo e havia corrida de cavalos. O turfe no Rio Vermelho viveu períodos de grande sucesso, atraindo grande interesse da população para as suas corridas. O hipódromo não serviu apenas ao turfe, já que também se praticou o futebol no mesmo espaço.

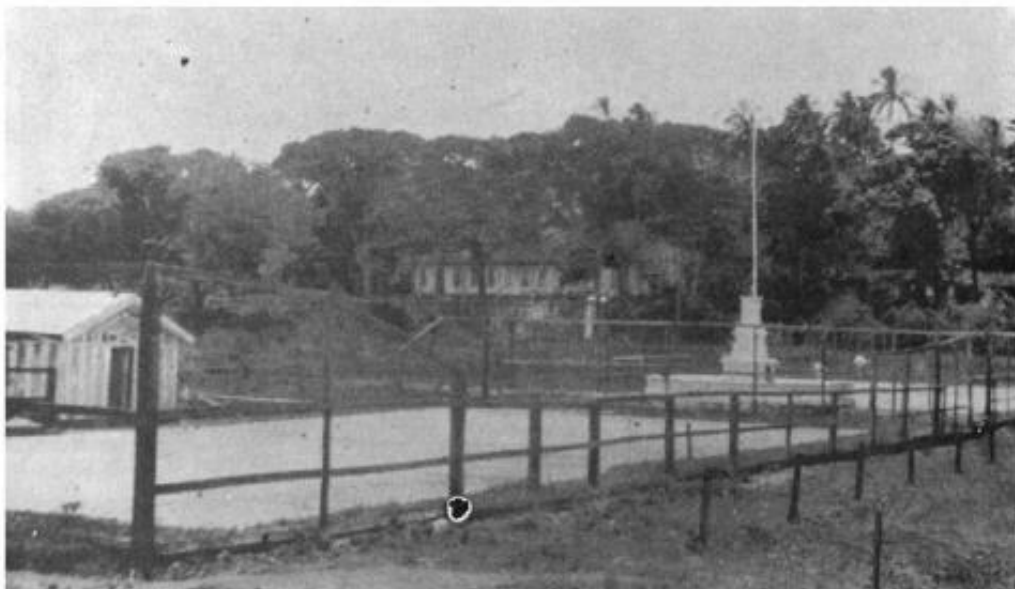


situação



localização

reprodução de imagem



**data:** 1925

**local:** Largo da Mariquita

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

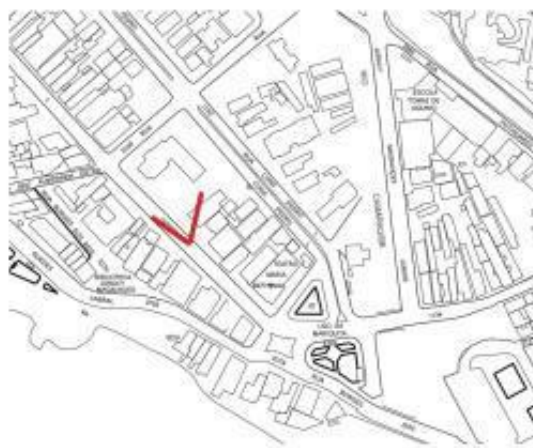
**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** o Clube Rio Vermelho de Tênis foi fundado em 1925 na Chácara João Gomes.



situação



localização



reprodução de imagem



**data:** 1930  
**local:** Santana  
**autor:** desconhecido  
**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes  
**captura:** Marco Illuminati  
**maquina:** Canon Eos  
**pixel:** 1200x600

**histórico:** vista geral do antigo casario do Rio Vermelho.



situação



localização

reprodução de imagem



**data:** 1930

**local:** praia de Santana

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** o fa Praia de Santana na década de 30.



situação



co

localização

reprodução de imagem



**data:** 1930

**local:** praia de Santana

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** A Festa de Sant'Ana começou por volta de 1870 (não há re-gistro do ano exato), fora da data litúrgica. A extemporaneidade foi determinada pelos veranistas e acatada pela Igreja, pela seguinte razão: no inverno a população fixa era muito pequena e a maioria dos imóveis permanecia fechada, inclusive a Igreja do Largo de Santana, que não dispunha de um padre permanente. Neste período, a vida no povoado girava basicamente em torno dos pescadores, sem recursos para festas.



situação



localização



reprodução de imagem



**data:** 1940

**local:** Largo da Mariquita

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** uma das mais importantes edificações do bairro construída na primeira década do século XX, foi a residência de Alfredo Magalhães, catedrático de pediatria da Faculdade de Medicina da Bahia. Foi demolido na década de 70.



situação



localização

reprodução de imagem



**data:** 1944

**local:** Parque Cruz Aguiar( em construção)

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** O Parque Cruz Aguiar foi o primeiro loteamento que surgiu em Salvador, em 1946, com infraestrutura completa. Oferecia duas opções: casas prontas e lotes para quem quisesse construir sua residência com projeto personalizado.



situação



localização



reprodução de imagem



**data:** 1953

**local:** Mariquita

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

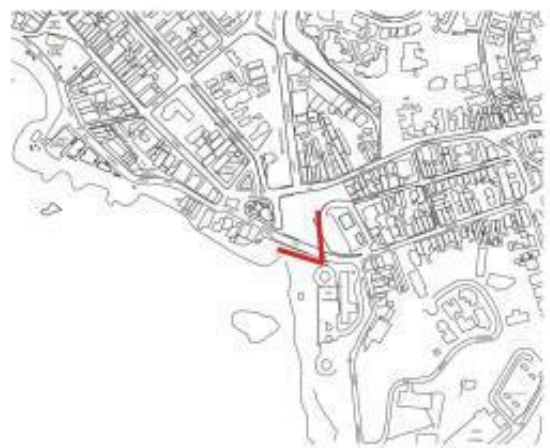
**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** Panorâmica da área central vista do Morro do Conselho, em 1953: parte do Largo da Mariquita (à direita), Praça Colombo e ruas Conselheiro Pedro Luiz e João Gomes (à esquerda).



situação



localização

reprodução de imagem



**data:** 1955

**local:** festejos do Rio Vermelho

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600



situação

**histórico:** o desfile do Bando Anunciador , com a rainha e as princesas, realizava-se a partir das 16 horas do domingo que antecedia a procissão de Senhora Sant`Ana.

reprodução de imagem



**data:** 1960

**local:** largo da Mariquita

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** o Largo da Mariquita e o casario da atual Praça Colombo.



situação



localização

reprodução de imagem



**data:** 1960

**local:** Morro do Menino Jesus

**autor:** desconhecido

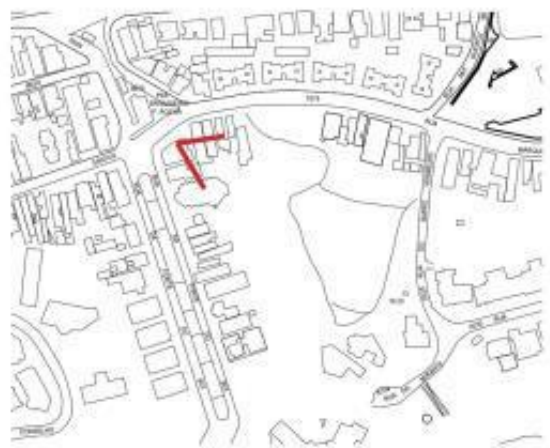
**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600



situação



localização

**histórico:** o Hospital das crianças Nitta Costa agora demolido.



reprodução de imagem



**data:** 1960

**local:** largo da Mariquita

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** o Largo da Mariquita e o casario da atual Praça Colombo.



situação



localização

reprodução de imagem



**data:** 1960

**local:** Morro do Menino Jesus

**autor:** desconhecido

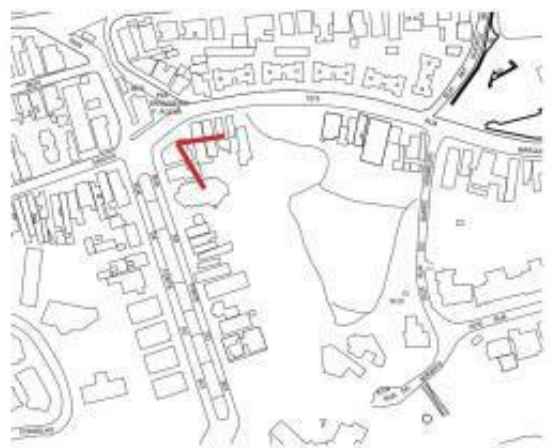
**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600



situação



localização

**histórico:** o Hospital das crianças Nitta Costa agora demolido.

reprodução de imagem



**data:** 1960

**local:** Largo da Mariquita

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

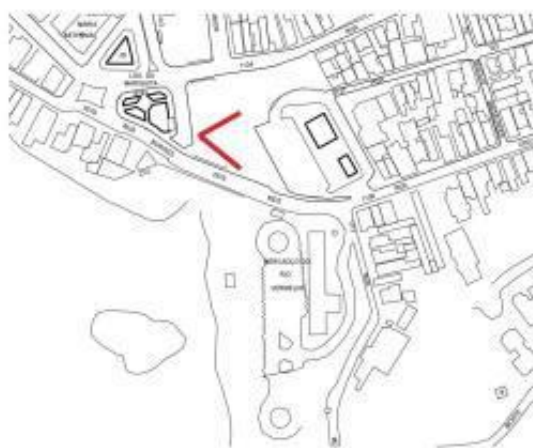
**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** o abrigo do bondes do Largo da Mariquita. A primeira linha de bondes eléctricos foi inaugurada oficialmente em 1906.



situação



localização

reprodução de imagem



**data:** 1960

**local:** Rua Alexandre Gusmão

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** A antiga Rua do Alambique, depois Ladeira de São Gonçalo é hoje rua Alexandre Gusmão



situação



localização



reprodução de imagem



**data:** 1960

**local:** praia de Santana

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** O dia 2 de fevereiro é consagrado à Yemanjá, a soberana das águas e protetora dos pescadores da Colônia Z-1, sediada no Porto de Santana, Rio Vermelho.

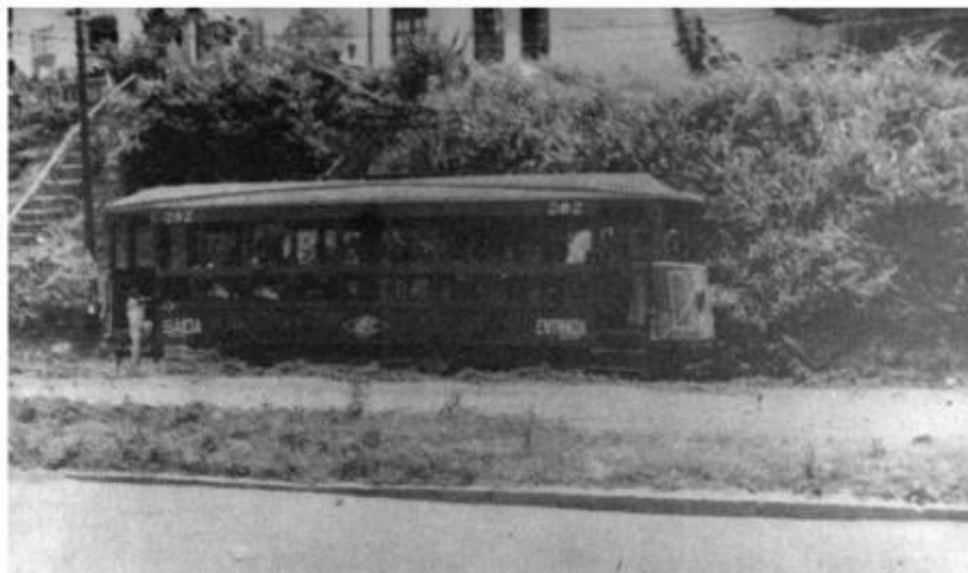


situação



localização

reprodução de imagem



**data:** 1960

**local:** Av. Vasco da Gama

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** o bonde da linha Rio Vermelho de Baixo passando na Av. Vasco da Gama. Uma linha de bondes elétricos, inaugurada em 1906, proporcionou a ligação mais rápida com o centro da cidade e vice-versa

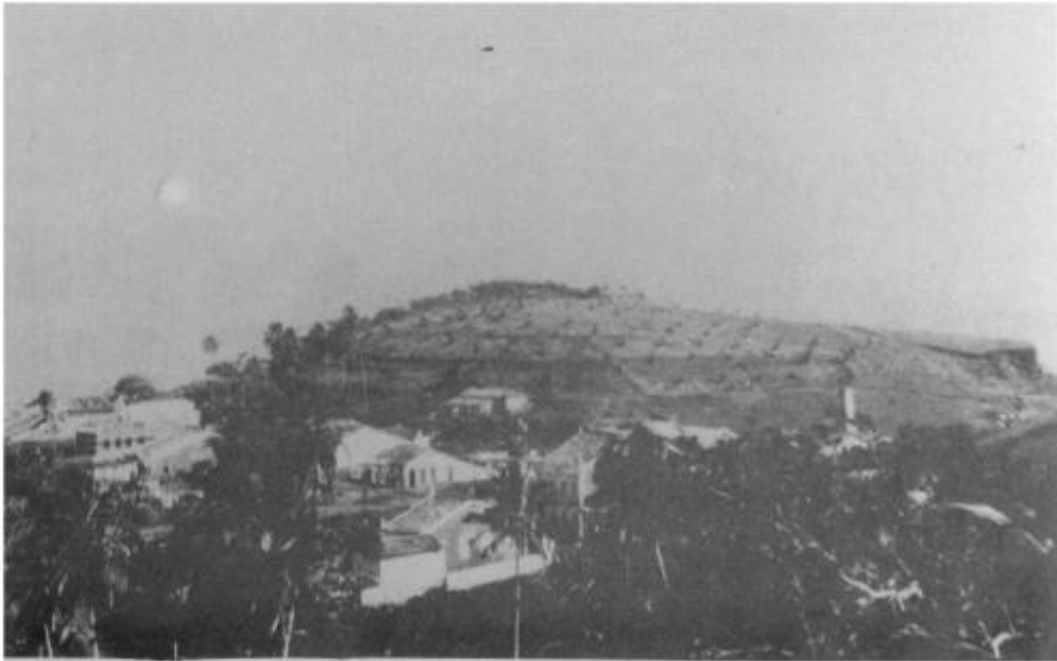


situação



localização

reprodução de imagem



**data:** 1960

**local:** praia de Santana

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600



situação



localização

**histórico:** Morro do Conselho ainda integro em 1960.

reprodução de imagem



**data:** 1960

**local:** San Gonçalo

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600



situação



**histórico:** o fim de linha de San Gonçalo.

localização



reprodução de imagem



**data:** 1960

**local:** praia de Santana

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** a casa do peso construída sobre os restos do antigo forte do Rio Vermelho. Servia de abrigo para as ferramentas de trabalho dos pescadores. O forte o único baluarte construído fora dos limites da baía de Todos os Santos. Nunca chegou a ser totalmente construído, segundo Pedro Calmon, em 1712, o governador geral se queixava a Garcia D'Avila da pouca gente que mandara para o trabalho da fortificação do Rio Vermelho. Foi demolido em 1953, para deixar espaço a Praça Carmen Miranda nunca construída, enquanto o projeto da praça ficava esquecido, a Paróquia de Sant'Ana obteve autorização para a construção da nova Igreja Matriz.



situação



localização

reprodução de imagem



**data:** 1960

**local:** Rua Odilon Santos

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600



situação



localização

**histórico:** vista da Rua Odilon Santos, antiga Rua Direita da

reprodução de imagem



**data:** 1960

**local:** rua Oswaldo Cruz

**autor:** Isabel Gouveia

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

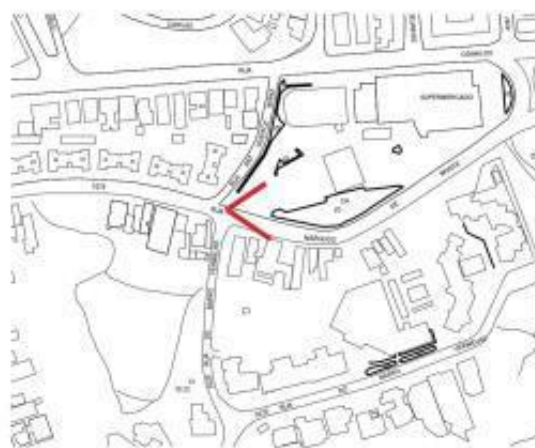
**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600



situação



**histórico:** a chaminé da fabrica de papel demolida na década de 80.

localização

reprodução de imagem



**data:** 1960

**local:** Largo da Mariquita

**autor:** Isabel Gouveia

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600



situação

**histórico:** vida noturna no bairro do Rio Vermelho, na década de 60.



reprodução de imagem



**data:** 1960

**local:** colonia de pesca Z 1

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600



situação

**histórico:** no Rio Vermelho localizavam-se dois núcleos de pescadores o primeiro foi na Praia da Mariquita que funcionou até a construção do emissário que com seu aterro acabou com o Porto da Mariquita. A sede da colonia Z1 foi transferida no Porto de Santana onde se encontra até hoje.

reprodução de imagem



**data:** 1960

**local:** Rua do Ceu

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

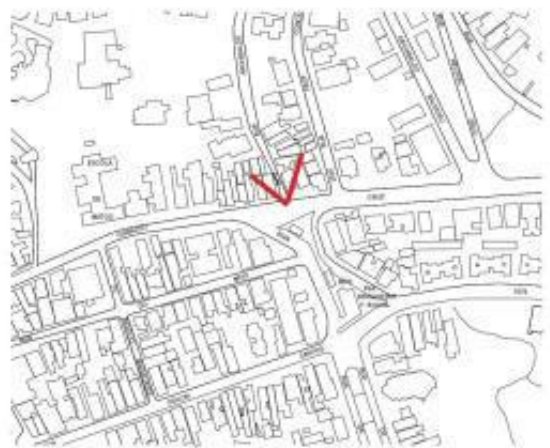
**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600



situação



localização

**histórico:** antiga rua do Ceu, atual rua Archibaldo Baleeiro.

reprodução de imagem

codigo foto: R41



**data:** 1965

**local:** vista aérea

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

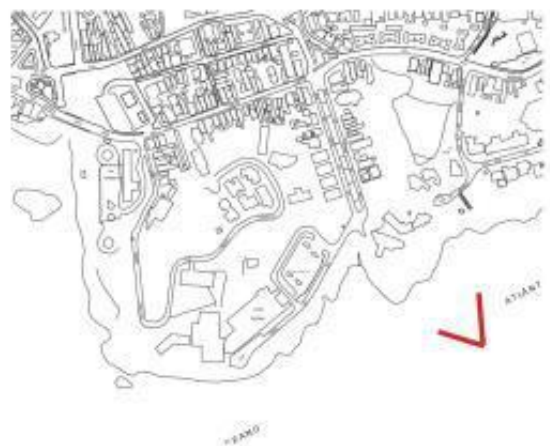
**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** o Morro do Conselho, a Fabrica de Papel e o Hospital Nitta Costa.



situação



localização

reprodução de imagem



**data:** 1965

**local:** vista aérea

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

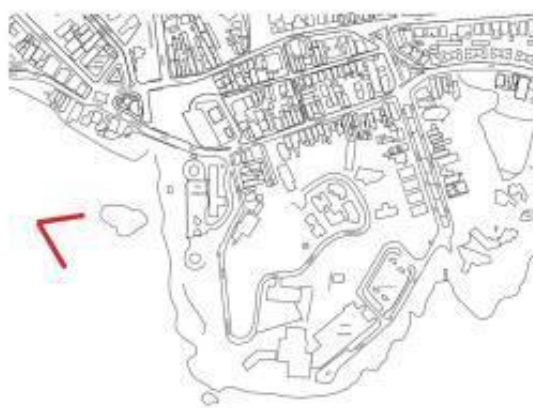
**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600



situação



**histórico:** o Morro do Conselho, Hospital das crianças Nitta Costa e a praia de Amaralina.

localização



reprodução de imagem



**data:** 1970

**local:** Largo da Mariquita

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** o ponte do Largo da Mariquita sendo construido simultaneamente as obras do emissário submarino, o primeiro da America Latina. A construção do emissário produziu uma mudança importante na morfologia urbana e geografica do bairro e da sua linha de costa. A enseada da Mariquita desapareceu na sua forma originaria, o porto deixou de existir por causa do aterro das obras do emissário, os fluxos meteorológicos mudaram com o conseguinte desaparecimento dos bancos de areia em algumas praias limitrofás.



situação



localização

reprodução de imagem



**data:** 1983

**local:** Largo de Santana

**autor:** Isabel Gouveia

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** a velha igrejainha de Santana com ao fundo a nova igreja de Santana. Nota-se que ainda a igrejainha ficava no meio entre as ruas e ainda não foi construída a atual calçada que delimita a igreja.



situação



localização

reprodução de imagem



**data:** 1984

**local:** Largo de Santana

**autor:** Isabel Gouveia

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** Por volta de 1580, no lugar da atual igreja do Largo de Santana, foi construída uma ermida de taipa coberta por palha, com a frente voltada ao mar, para a enseada que se transformaria num porto dos pescadores. A capela foi erguida pelos padres da Companhia de Jesus, os jesuítas como ficaram conhecidos. Chegaram ao Rio Vermelho em missão de catequese, para converter os tupinambás à doutrina católica.



situação



localização



reprodução de imagem



**data:** 1984

**local:** Praça Colombo

**autor:** Isabel Gouveia

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** Casa Branca na Praça Colombo n.1, foi construída por Arturo Palácio, casa de 16 quartos dois salões e sala para orquestra. Em 1967 o médico Mário Castro Lima fixo no palacete a sua residência.



situação



localização



reprodução de imagem



**data:** 1984

**local:** casarão de Carlos Ribeiro

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

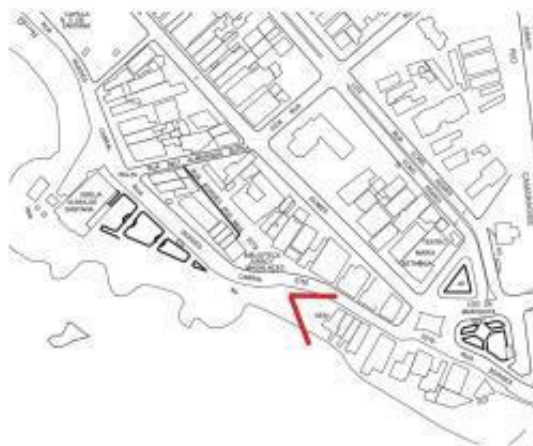
**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** Casa do Luoreiro, antiga residencia do jurista Carlos Ribeiro, atualmente sede do Teatro Sesi na rua Guedes Cabral.



situação



localização

reprodução de imagem



**data:** 1984

**local:** Largo de Santana

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

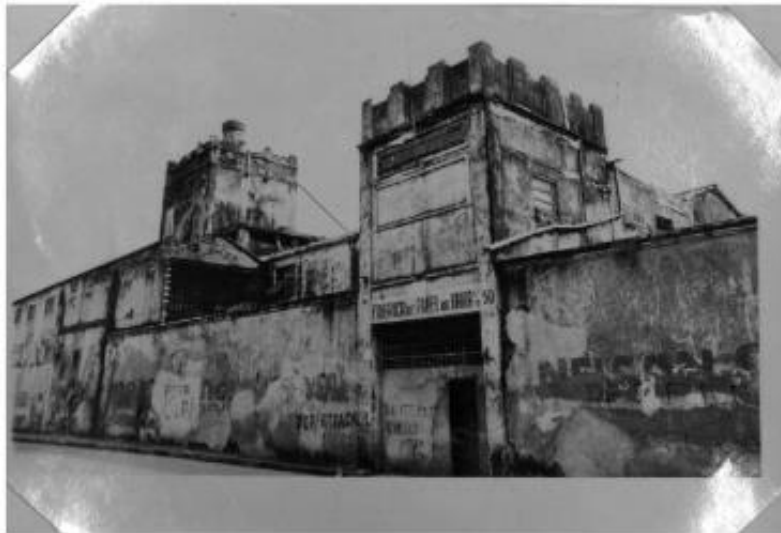
**histórico:** luta popular para salvar a igrejinha da demolição.



situação



localização



**data:** 1984

**local:** Fabrica de Papel

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

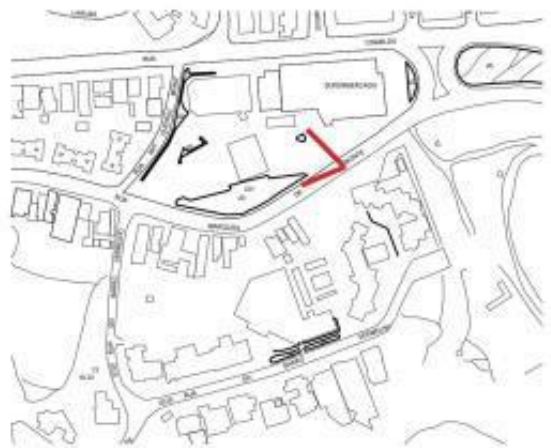
**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** a fachada da Fabrica de Papel da Bahia agora demolida.



situação



localização

reprodução de imagem



**data:** 1984

**local:** Fabrica de Papel

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

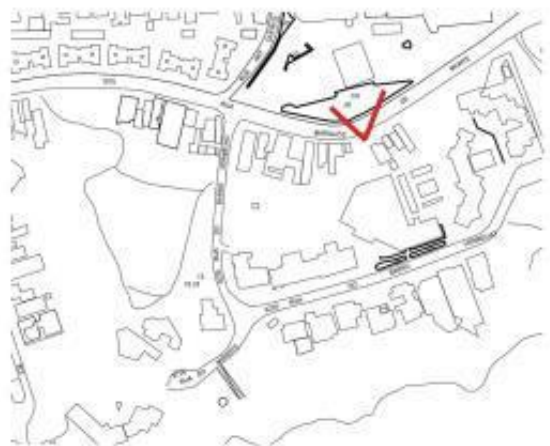
**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** a chaminé da Fabrica de Papel é o unico elemento arquitetônico que permanece até hoje.



situação



localização



imagem



**data:** 2007

**local:** Morro do Conselho

**autor:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** a Pedra da Concha e a praia da Mariquita. A Pedra da Concha é o rochedo onde portuges Diogo Alvares Corrêa, o Caramuru, buscou abrigo depois de um naufrágio. O Caramuru foi o primeiro homem branco que teria aportado em Salvador entre 159 e 1511.



situação



localização

imagem



**data:** 2007  
**local:** Praça Colombo  
**autor:** Marco Illuminati  
**maquina:** Canon Eos  
**pixel:** 1200x600



situação



localização

imagem



**data:** 2010

**local:** Largo de Santana

**autor:** Federico Calabrese

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600



situação



**histórico:** nas praças do Rio Vermelho encenam-se os direitos de expressão e reunião. O conceito de espaço público, agora, se faz concreto e físico.

localização



imagem



**data:** 2011

**local:** Parque Cruz Aguiar

**autor:** Federico Calabrese

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600



situação

**histórico:** Na casa de nº 33 da Rua Alagoinhas, residiu o escritor Jorge Amado, o habitante mais famoso do Rio Vermelho.



localização



imagem

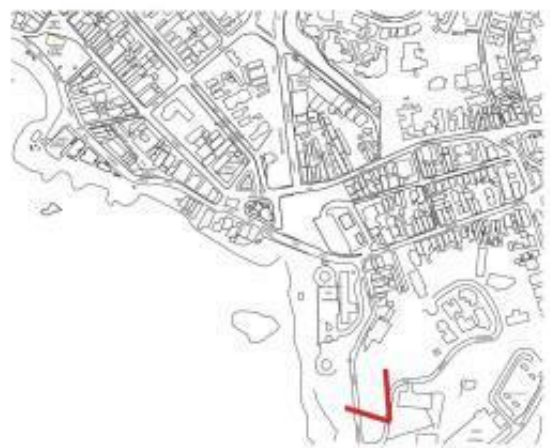
codigo foto: F14



**data:** 2011  
**local:** Morro do Conselho  
**autor:** Federico Calabrese  
**maquina:** Canon Eos  
**pixel:** 1200x600



situação



localização

**histórico:** a pedra da Concha e o bairro desde o Morro do Conselho.

imagem



**data:** 2011

**local:** Praça Colombo

**autor:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600



situação



**histórico:** na Praça Colombo n.3 encontra-se a antiga residência do advogado Odilon Santos, o predio construido dentro da praia foi sede da Escola Tomaz de Aquino, foi pousada, foi vidraçaria e perdeu a fisionomia arquitetônica das partes externas. O predio agora encontra-se em obras.

localização

imagem



**data:** 2011  
**local:** Praça Colombo e Largo da Mariquita  
**autor:** Marco Illuminati  
**maquina:** Canon Eos  
**pixel:** 1200x600



situação



localização



imagem



**data:** 2012

**local:** Igreja Matriz de Santana

**autor:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600



situação



**histórico:** a nova igreja Matriz de Sant'Ana e a Paciência.

localização



imagem



**data:** 2012  
**local:** Morro do Conselho  
**autor:** Marco Illuminati  
**maquina:** Canon Eos  
**pixel:** 1200x600

**histórico:** vista do Rio Vermelho e Ondina desde o Morro do Conselho



situação



localização

imagem



**data:** 1960  
**local:** Mariquita  
**autor:** Marco Illuminati  
**maquina:** Canon Eos  
**pixel:** 1200x600



**histórico:** a Pedra da Concha e a Mariquita.

situação



localização

imagem



**data:**2012

**local:** Praça Colombo

**autor:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600



situação



**histórico:** casarão de Zozô Maia construído em 1878 foi a residência de Alexandre Maia Bittencourt ( Zozô). Deois de abrigar a Escola Teresa de Liseaux atualmente abriga uma pizzeria. O quintal foi interamente ocupado por uma construção nova de dois pavimentos.

localização



imagem



**data:** 2012

**local:** Largo de Santana

**autor:** Federico Calabrese

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** O Rio Vermelho ainda hoje tem fama de ser o bairro boêmio de Salvador.



situação



localização



imagem



**data:** 1960  
**local:** Paciência  
**autor:** Marco Illuminati  
**maquina:** Canon Eos  
**pixel:** 1200x600



situação



**histórico:** o Alto da Sereia e a praia da Paciência.

localização

**LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO/ICONOGRÁFICO**  
**fotos comparativas**

reprodução de imagem



**data:** 1915

**local:** travessa Moraes

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600



**histórico:** a rua que conecta a Pedra da Marca ( Av. Cardeal da Silva com a Av. Oceânica)

situação



localização

reprodução de imagem



**data:** 2005

**local:** travessa Moraes

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600



**histórico:** a rua que conecta a Av. Cardeal da Silva com a Av. Oceânica) perdeu hoje o antigo casario demolido na década de 70.

situação



localização



reprodução de imagem



**data:** 1930

**local:** Rua da Paciência

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

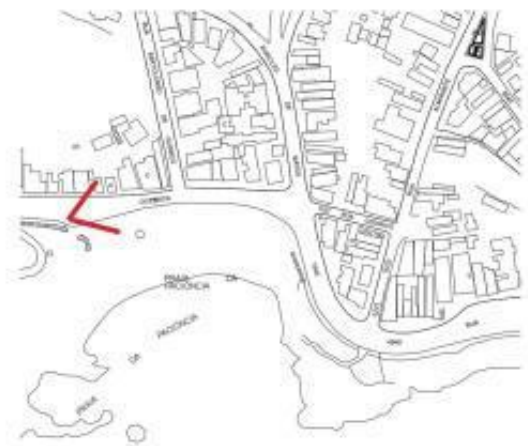
**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** a balastrada da Rua da Paciência desde o Alto da Sereia.

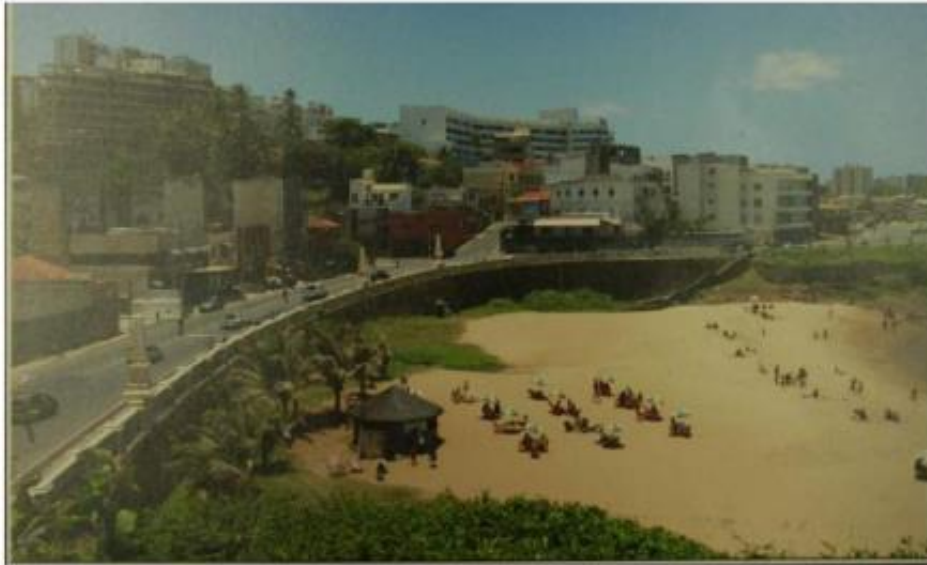


situação



localização

reprodução de imagem



**data:** 2005

**local:** Rua da Paciência

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

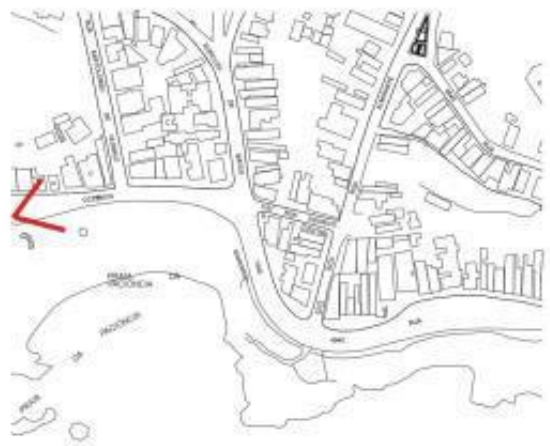
**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** a balastrada da Rua da Paciência desde o Alto da Sereia com a Praia da Paciência.



situação



localização

reprodução de imagem



**data:** 1930

**local:** Largo da Mariquita

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

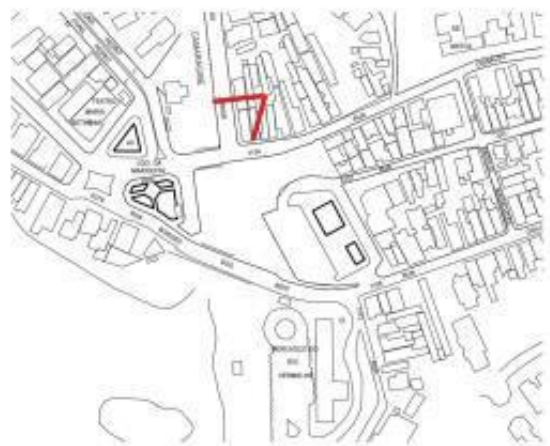
**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** a balastrada da ponte sobre o rio Camarajipe no Largo da Mariquita.



situação



localização



reprodução de imagem



**data:** 2005

**local:** Largo da Mariquita

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

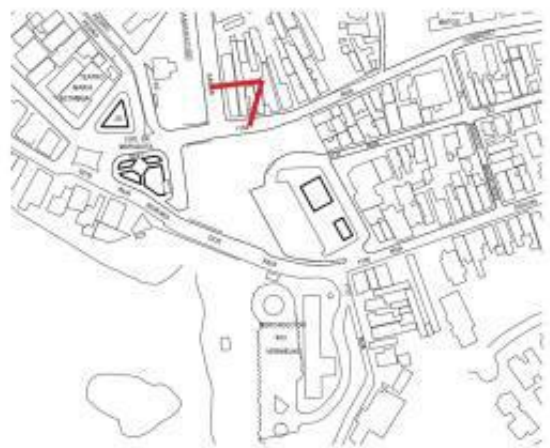
**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600



situação

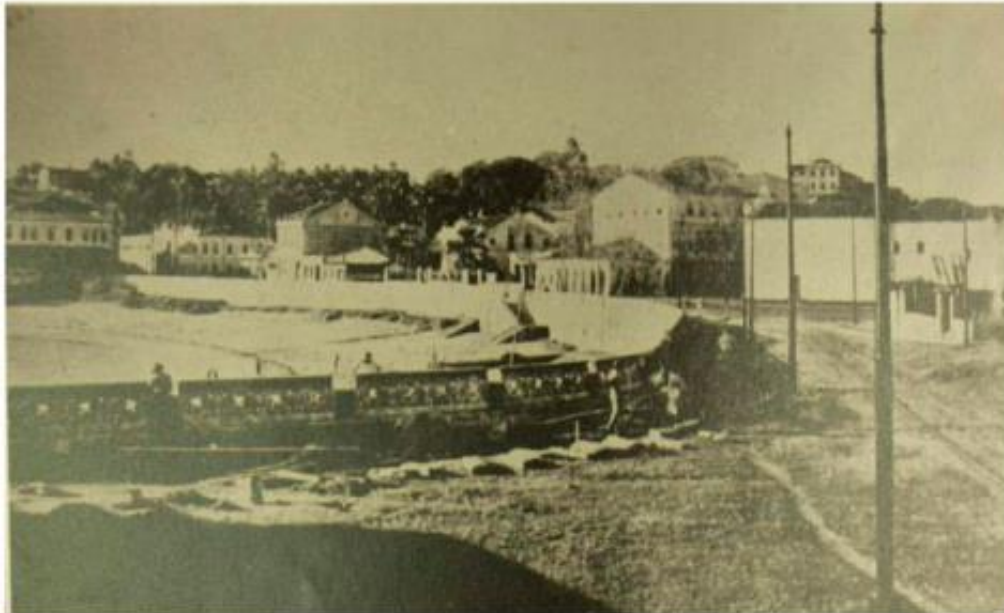


localização

**histórico:** a balaustrada do rio Camarajipe.



reprodução de imagem



**data:** 1930

**local:** Praia de Santana

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600



situação



localização

**histórico:** antiga balaustrada da Praia de Santana agora demolida.

reprodução de imagem



**data:** 2005

**local:** Praia de Santana

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600



situação



**histórico:** a praia de Santana com a verticalização que mudou a paisagem urbana.

localização

reprodução de imagem



**data:** 1930

**local:** Largo da Mariquita

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhães

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** a Mariquita com o seu casario intato, vendo-se a casa, hoje demolido de Alfredo Magalhães. A praça ainda não urbanizada presenta-se com um único grande espaço aberto.



situação



localização



reprodução de imagem



**data:** 2005

**local:** Largo da Mariquita

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** o largo da Mariquita na década de 40 perdeu sua grandeza de largo para passar a ser duas praças urbanizadas: a praça Colombo e a Praça Augusto Severo.



situação



localização



reprodução de imagem



**data:** 1953

**local:** Igreja de Santana

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600



situação



CO

localização

**histórico:** a Largo de Santana com a igrejainha. Foi o núcleo inicial do bairro com a igreja que remonta ao século XVIII.

reprodução de imagem



**data:** 2005

**local:** Igreja de Santana

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600



situação



**histórico:** a Largo de Santana com a igrejainha.

localização

reprodução de imagem



**data:** 1940

**local:** Morro do Conselho

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** o Morro do Conselho e a Mariquita desde o Alto da Sereia. Os coqueiros do Monte do Conselho foram plantado pro Adolfo Moreira em 1910.



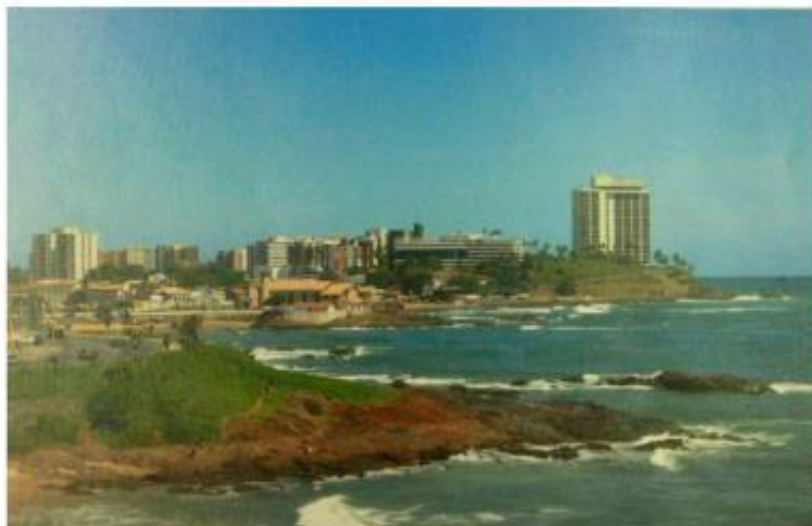
situação



localização



reprodução de imagem



**data:** 2005

**local:** Morro do Conselho

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** o Morro do Conselho desde o Alto da Sereia. Segundo o hisotriador Borges dos Reis o Morro do Oc-nselho deve seu nome por lá terem se reunido, depois de una retirada desastros, alguns chefes militares for-agidos, procurand oacertar medidas contra os invasores holandeses em 1624.



situação



localização



reprodução de imagem



**data:** 1920

**local:** Morro do Conselho

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

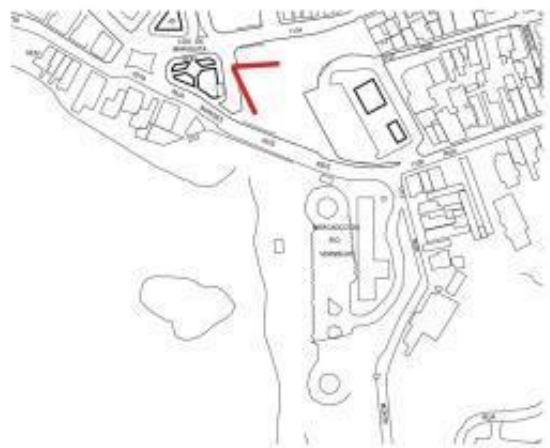
**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600



situação



localização

**histórico:** o Morro do Conselho vendo-se a Fazenda Alagoa.

reprodução de imagem



**data:** 2005

**local:** Morro do Conselho

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** a rua Olavo Bilac vendo-se o Mercado do Peixe e a verticalizaçãõ do Morro do Conselho.



situação



localização

reprodução de imagem



**data:** 1930

**local:** Praia de Santana

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** a praia de Santana e o antigo forte do Rio Vermelho.



situação



localização



reprodução de imagem



**data:** 2005

**local:** Praia de Santana

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

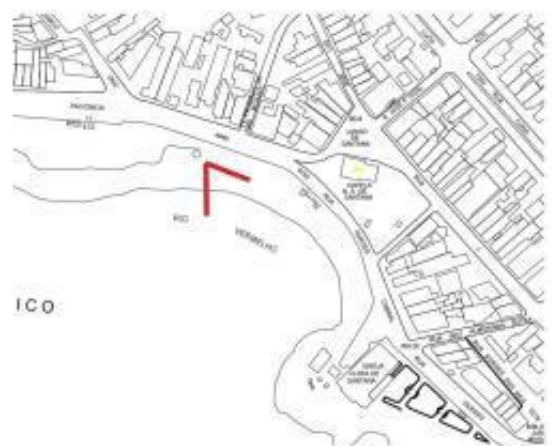
**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** a praia de Santana a nova igreja e o Morro do Conselho tomado pela verticalização da década de 70.



situaçã



lco

localizaçã



reprodução de imagem



**data:** 1930

**local:** Avenida Oceânica

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

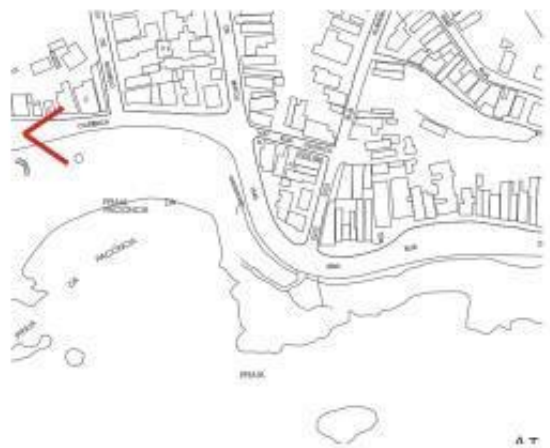
**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** a Avenida Oceânica aberta nos anos 1912-1916 por J.J. Seabra.



situação



localização

reprodução de imagem



**data:** 2005

**local:** Avenida Oceânica

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** embora a antiga balaustrada conservou-se, a verticalização começada nos anos 70 desfigurou a cara do bairro.



situação



localização

reprodução de imagem



**data:** 1960

**local:** Rua Rafael, atual João Gomes

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600



situação



localização

**histórico:** urbanização do trecho da Pedra da Marca ( atual Av. Cardeal da Silva) mais próximo ao Largo de Santana. Nota-se o sobrado dos Taboada de 1895, demolido em 1971, para facilitar o fluxo veicular no bairro.



reprodução de imagem



**data:** 2005

**local:** Rua João Gomes

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600



situação



localização

**histórico:** a Rua João Gomes e a paisagem urbana desfigurada pela verticalização.



reprodução de imagem



**data:** 1960  
**local:** Paciência  
**autor:** desconhecido  
**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes  
**captura:** Marco Illuminati  
**maquina:** Canon Eos  
**pixel:** 1200x600



situação



localização

**histórico:** Rua Heurycles de Mattos

reprodução de imagem



**data:** 2005  
**local:** Paciência  
**autor:** desconhecido  
**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes  
**captura:** Marco Illuminati  
**maquina:** Canon Eos  
**pixel:** 1200x600

**histórico:** Rua Heurycles de Mattos

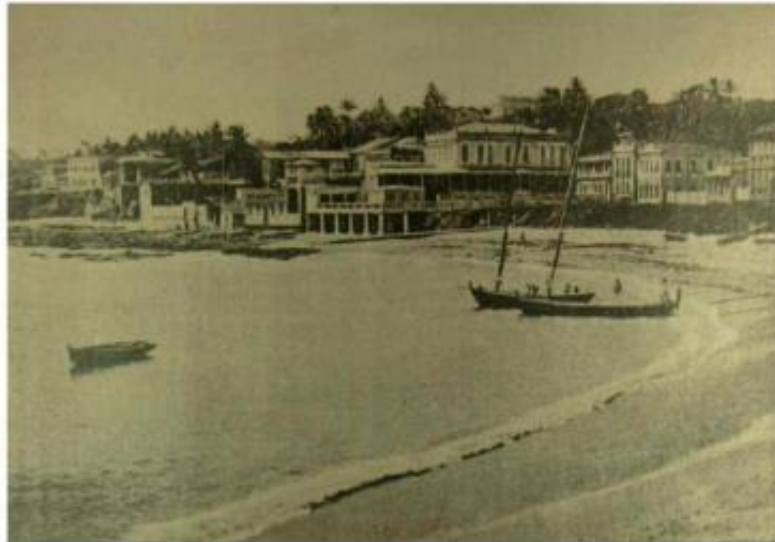


situação



localização

reprodução de imagem



**data:** 1934

**local:** Praia de Santana

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** a praia de Santana vendo-se os antigos casarões da Paciência demolidos em 1972 para melhorar o transito no bairro.



situação



localizaçõ

reprodução de imagem



**data:** 2005

**local:** Praia de Santana

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** a Praia de Santana e a verticalização da Paciência. Nota-se a perda dos casarões, no lugar dos quais foram construídas quadras de esporte.



situação



localização



reprodução de imagem



**data:** 1940

**local:** Rua Oswaldo Cruz

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

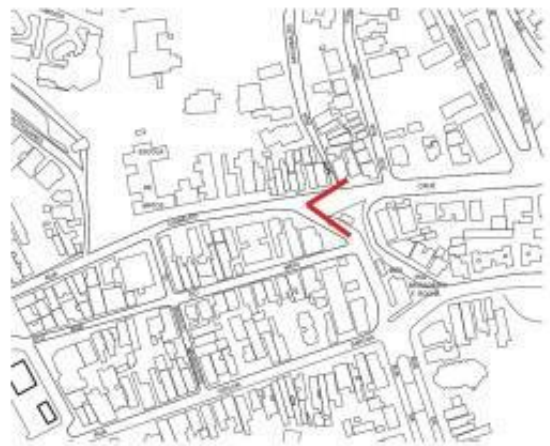
**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** a rua Oswaldo Cruz na altura da Praça Brigadeiro Rocha.



situação



localização

reprodução de imagem



**data:** 2005

**local:** Rua Oswaldo Cruz

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

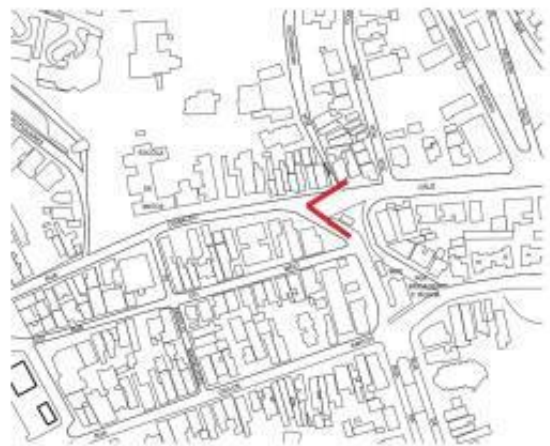
**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600



situação



**histórico:** prédios anônimos substituindo o antigo casario da rua Oswaldo Cruz.

localização

reprodução de imagem



**data:** 1940

**local:** Morro do Conselho

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** a antiga rua do Morro do Conselho, atual Olavo Bilac com o convento Hercília Moreira, nota-se a praia da Mariquita antes do aterro para as obras do emissário submarino em 1972.



situação



localização



reprodução de imagem



**data:** 2005

**local:** Morro do Conselho

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

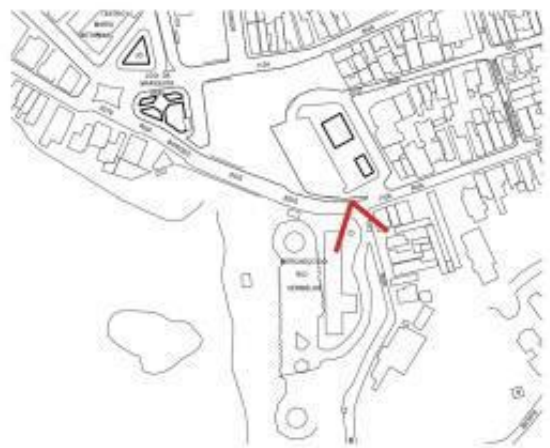
**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** o Mercado do Peixe do Lelé, agora demolido, no lugar onde existia a praia da Mariquita desaparecida com a construção do emissário submarino em 1972.



situação



localização



reprodução de imagem

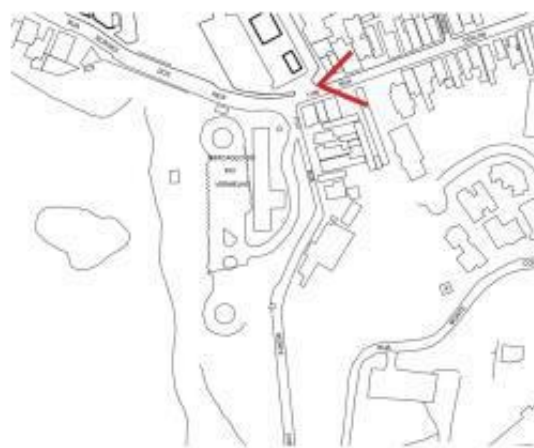


**data:** 1960  
**local:** Mariquita  
**autor:** desconhecido  
**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes  
**captura:** Marco Illuminati  
**maquina:** Canon Eos  
**pixel:** 1200x600

**histórico:** a antiga Rua Direita da Mariquita ( atual Odilon Santos).



situação



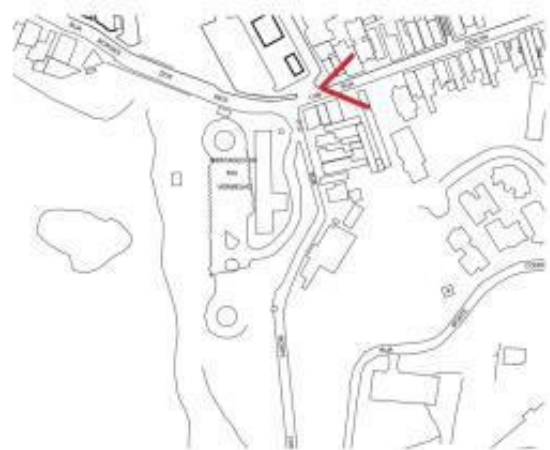
localização

reprodução de imagem



**data:** 2005  
**local:** Mariquita  
**autor:** desconhecido  
**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes  
**captura:** Marco Illuminati  
**maquina:** Canon Eos  
**pixel:** 1200x600

**histórico:** hoje a rua Odilon Santos tomada pelo trafico e desfigurada na sua imagem.



localização

reprodução de imagem

codigo foto: RC33



**data:** 1950

**local:** Largo de Santana

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600



situação



localização

**histórico:** o Largo de Santana e a ladeira do Papagaio a atual Av. Cardeal da Silva.



reprodução de imagem



**data:** 2005

**local:** Av. Cardeal da Silva

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600



situação



localização

**histórico:** o Largo de Santana urbanizado e o trecho final da Av. Cardeal da Silva.



reprodução de imagem



**data:** 1950

**local:** Mariquita

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

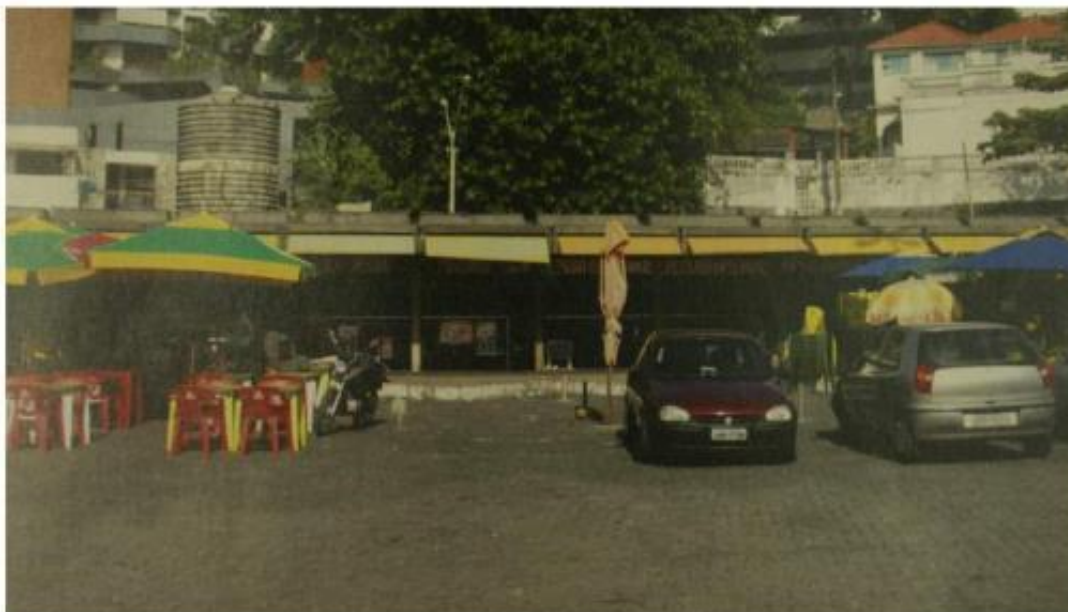


**histórico:** a antiga rua do Morro do Conselho, atual Olavo Bilac co na praia da Mariquita.



localização

reprodução de imagem



**data:** 2005

**local:** Mariquita

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** o Mercado do Peixe do Lelé, agora demolido, no lugar onde existia a praia da Mariquita desaparecida com a construção do emissário submarino em 1972.



localização

reprodução de imagem



**data:** 1960

**local:** Alto de São Gonçalo

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600



situação

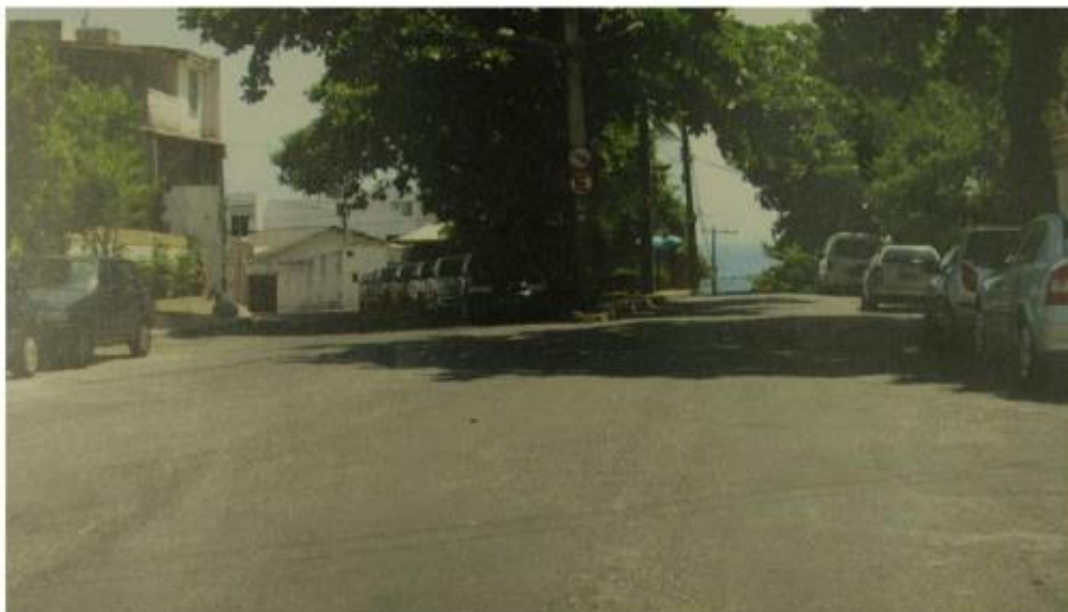


localização

**histórico:** Alto de São Gonçalo ( atual Almirante Barroso)  
No Alto de São Gonçalo estava a primitiva capela de São Gonçalo do Amarante que desapareceu no início do século XX.



reprodução de imagem



**data:** 2005

**local:** Alto de São Gonçalo

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600



situação



localização

**histórico:** Almirante Barroso no Alto de São Gonçalo



reprodução de imagem



**data:** 1960

**local:** Avenida Oceânica

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** a antiga balaustrada do arquiteto italiano Filinto Santoro na Avenida Oceânica.



situação



localização

reprodução de imagem



**data:** 2005

**local:** Avenida Oceânica

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** a Avenida Oceânica, ainda hoje conserva a antiga balaustrada mas perdeu o casario na frente da praia.



situação



localização

reprodução de imagem



**data:** 1960

**local:** Largo de Santana

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** o Largo de Santana com a Igreja e o sobrado Casa Avenida Saudavel. A casa foi contruida na primeira metade do século XIX. Foi o primeiro estabelecimento do bairro com hospedaria, restaurantes, bilhares, armazém de molhados, etc. A Casa Avenida é tombada pelo Ipac.



situação



localização



reprodução de imagem



**data:** 2005

**local:** Morro do Conselho

**autor:** desconhecido

**fonte:** Arquivo da Biblioteca Juracy Magalhaes

**captura:** Marco Illuminati

**maquina:** Canon Eos

**pixel:** 1200x600

**histórico:** o Largo de Santa, urbanizado com calçamento que engloba a velha igreja, tomado pelos restaurantes e pelo Acaraje da Dinha.



situação



localização



## 5 ANÁLISE PERCEPTIVA E FENOMENOLÓGICA.

### 5.1 A APREENSÃO DOS LUGARES (MÉTODO KHOLDORSF)

A apreensão do espaço urbano é a etapa inicial do processo cognitivo, que se compromete com informações, ocorrendo no senso comum, na ideologia e no conhecimento científico, e seu mecanismo se constitui, portanto, em possível momento de encontro entre sujeitos e produtos. Esta apreensão do espaço não tem sido simples devido às constantes transformações que a cidade moderna passa. As diferentes formas dos lugares colocam condições que podem ser distintas para sua apreensão. Há impressões mais imediatas e mais facilmente percebidas do que outras, como também, em certos casos, necessitamos de mais informações além das dadas pelo espaço para nos localizar.

Assim, pode-se afirmar que os lugares possuem desempenho cognitivo, ou seja, especificidades para serem entendidos pelo observado como um dos pressupostos para intervir sobre a realidade.

Segundo o método utilizado neste estudo, o de Maria Elaine Kholsdorf (1996), os pressupostos de percepção do espaço apoiam-se na quantidade e na qualidade de certas informações visuais transmitidas ao observador e geram o correspondente arcabouço teórico, balizado pelos seguintes pontos:

Definição das categorias de análise morfológica dos lugares, em nível de *percepção* (análise de estruturas de sequências visuais) de formação de imagem mental (análise de referencial imagético) e de representação geométrica de informações secundárias (análise de composições de elementos geométricos euclidianos).

#### **Sistema de Caracterização Morfológica**

Tem como objetivo representar e revelar os atributos morfológicos dos lugares que sejam relevantes à avaliação do seu desempenho visualmente informativo para expectativas de orientar e serem identificados por meio de sua configuração. Nesse sentido, é um momento preparatório às ações de avaliação

quanto à capacidade topoceptiva dos lugares observados, isto é, sua orientabilidade e identificabilidade.

### **Técnicas de Caracterização Morfológica na Percepção**

As técnicas de caracterização morfológica dos lugares nas variáveis incidentes em seu comportamento de agente que possibilita orientação dos indivíduos e sua identificação pelos mesmos, por meio da configuração do espaço. Tais variáveis são categorias correspondentes aos atributos dos processos de aprendizado quando se referem ao espaço. Assim, existem representações diferentes da mesma situação para cada nível cognitivo, equivalentes à leitura dos lugares que realizamos em cada etapa do referido processo. Os atributos da percepção devem reger os procedimentos de sua análise e podem ser qualificadas por intermédio das ideias de *movimento, seleção e transformação*.

### **Técnicas de Análise Sequencial**

As técnicas de análise sequencial procura representar a passagem progressiva do visto para o percebido, na sucessão de registros selecionados da composição morfológica de determinado lugar. A técnica investe na reprodução do movimento do mecanismo perceptivo e na transformação de manifestações sensíveis do espaço em noções de sua estrutura percebida.

Preliminarmente, deve-se ainda observar que cada situação possui, virtualmente, uma série de seqüências, por admitir percursos do corpo em seu espaço segundo várias direções e sentidos, a que correspondem diferentes alternativas para observação dos lugares.

A técnica de análise sequencial apoia-se sobre uma série de eventos, cuja definição passaremos a expor.

Para facilitar a compreensão, costuma-se agrupá-las em três conjuntos:

Eventos Gerais.

Campos Visuais

Efeitos visuais

## **Eventos Gerais**

Nesse grupo se encontram as principais características sequenciais derivadas de movimento: as *estações* e os *intervalos*. A condição cinética dos seres humanos transmite um estado dinâmico a tudo que os cerca, e o meio ambiente em que se encontram é percebido a partir de sua própria mobilidade.

Portanto, o processo contínuo de aprendizado dos lugares dá-se por ações móveis como andar, parar, dirigir, sentar, correr e também olhar. Assim, o espaço urbano apresenta-se à percepção dos que nele se deslocam como uma sucessão de cenas articuladas em certo intervalo de tempo, compondo um fenômeno de movimento.

As estações das sequências são momentos durante o trajeto onde há registro perceptivo, ou onde ele é mais intenso; correspondem à consciência dos estímulos sensoriais que se recebe, como seleção de instantes e pontos de observação.

Pode-se explicar a formação de estações por dois motivos: por um lado, porque a percepção é seletiva, não abrangendo todo o universo real disponível ao observador; por outro lado, porque as configurações oferecem informação visual de qualidades diferentes, sendo registrados geralmente os lugares cuja estruturação das formas permite percepção mais fácil.

A velocidade do observador estabelece parâmetros à quantidade de estações, tendo-se experimentado menor número delas em grandes velocidades; As estações são separadas por intervalos de movimento que expressam a distância, de espaço e de tempo, entre dois registros perceptivos. Há diversos critérios para definição de intervalos que implicam noções diferentes de estação.

Vamos utilizar o critério de constância do tamanho do intervalo temporal: estabelece-se certo módulo de tempo para a marcação de estações, deixando-se variar a distância métrica entre as mesmas. Por exemplo, a cada 30 segundos registra-se uma estação.

## **Campos Visuais**

Cada estação se constitui de campos visuais, ou seja, a porção de espaço abrangida pela vista do observador.

Sua presença é fruto de seleções realizadas em função de diferentes níveis de estímulo visual ofertados pelos lugares. Assim, os campos visuais, juntamente, com as estações, caracterizam a percepção como uma atividade eminentemente seletiva.

As maiores velocidades correspondem menores ângulos de visão e a atenção das pessoas se fixa predominantemente adiante em elementos mais distantes e aparentemente mais estáticos do que os localizados próximos ao observador.

A quantidade e variedade de campos visuais por estação são variáveis, e só limitados, em princípio, pelas possibilidades motoras dos olhos e do corpo do observador. Vamos considerar três campos principais: frontal (ou central), lateral esquerdo e lateral direito. A quantidade e a composição de campos visuais caracterizam estações e a própria estrutura sequencial.

### **Efeitos Visuais**

Os efeitos visuais são a maneira como a realidade chega à percepção (sensação dotada de significado). No caso do espaço, esses efeitos são de natureza visual. Sua decodificação dá-se em efeitos correspondentes a representações topológicas e perspectivas, isto é, o que se percebe com fins de orientação e identificação dos lugares são efeitos que carregam essas noções.

As possibilidades de percepção fornecem descrições dos lugares como, por exemplo: "envolvendo o observador e aproximando dele o fundo da perspectiva" ou "estando o observador localizado em um espaço muito amplo e sem paredes". Assim o mundo percebido é um espaço de relações topológicas: o relacionamento imediato dos indivíduos com os lugares se dá através do posicionamento de seu corpo no espaço físico.

O nível de percepção apoia-se também sobre características morfológicas de representação perspectiva: espaço onde os corpos se ocultam uns dos outros, as distâncias e dimensões são alteradas e onde, não raro, registram-se as "ilusões de ótica". Contornos, ângulos, superfícies e linhas, deformados em suas verdadeiras características, reúnem-se em relações que são, também, formadoras do espaço percebido. Como eventos de análise sequencial, os efeitos visuais reproduzem a estruturação topológica e perspectiva do espaço percebido.



Possibilidades de efeitos topológicos:

Alargamento e estreitamento

Envolvimento e amplidão

Alargamento lateral e estreitamento lateral

Possibilidades de efeitos perspectivos:

Direcionamento

Visual fechada

Impedimento

Emolduramento

Mirante

Conexão

Realce

**Alargamento e estreitamento:**

Onde paredes de delimitação lateral parecem se afastar ou se aproximar do observador.

**Envolvimento e amplidão:**

Onde envolvimento é o efeito experimentado em um espaço limitado por elementos físicos suficientemente marcantes, por todos ou quase todos os lados do observador, e de modo que se possa, do seu interior, ter visão para o exterior. Amplidão é o efeito oposto, experimentado em espaços onde os limites, físicos e do campo visual, estão distantes ou são indefinidos e insignificantes.

**Alargamento lateral e estreitamento lateral:**

Quando uma das superfícies de delimitação lateral do espaço se localiza respectivamente mais afastada ou mais próxima do observador do que a outra.

**Direcionamento:**

Configura-se quando se enfatiza a continuidade longitudinal do espaço pela estrutura alongada e bem definida dos planos laterais. Esses em geral convergem vigorosamente para o final da perspectiva e o efeito apresenta-se com mais legitimidade quando as paredes de um lugar são paralelas.

**Visual fechada:**

Este efeito organiza a cena perspectiva de forma pouco profunda, fechando-a com um plano paralelo e muito próximo ao observador.

**Impedimento:**

Quando a visual é interrompida, mas não se impede que abranja o final do campo visual. Este efeito tem o sentido de um obstáculo que, entretanto, é transponível pela visão.

**Emolduramento:**

Efeito que torna contida por certo enquadramento a visão da cena. O campo visual é delimitado por um primeiro plano vertical vazado, paralelo ao observador e não interrompe a cena.

**Mirante:**

Também chamado de lugar privilegiado, é o efeito de um lugar em relação aos seus circunvizinhos, pelo qual as possibilidades visuais são maiores como abrangência naquele do que nestes.

**Conexão:**

Este efeito mostra descontinuidade nas paredes laterais do espaço, realizada por outros canais que o interceptam, em geral ortogonalmente. Dessa forma, tem-se um recinto não mais inteiramente contido, mas com intersticialidades nos planos verticais que o delimitam.

**Realce:**

Por esse efeito se atrai a atenção do indivíduo para um elemento da cena observada, que se comporta como acentuação ou surpresa. Quando se enfatizam elementos, conseguem-se pontos de interesse que estruturam a forma do espaço.

Os efeitos topológicos e perspectivos podem ocorrer com diferentes intensidades, que correspondem a graus de definição variados. Costuma-se, por isso, classificar os efeitos de percepção como muito fortes, fortes, médios, fracos ou muito fracos. É indispensável considerar-se que os efeitos visuais topológicos e perspectivos são as características fundamentais pelas quais o espaço se apresenta à percepção, e que são captados necessariamente por um observador em movimento.

Os efeitos topológicos se relacionam com as características físicas do espaço real e têm através do corpo humano as referências topológicas de base, ocorrendo aos pares, que se complementam por seus contrários.

Os efeitos perspectivos se manifestando através das sensações proporcionadas por pontos de fuga de uma perspectiva e são percebidos de maneiras isoladas e não mais aos pares.

Os efeitos semânticos caracterizam boa legibilidade ao espaço urbano real, os mesmos são relacionados de forma que se complementam.

**Orientabilidade:**

Geralmente esse efeito é proporcionado por um marco que oferece ao observador uma melhor orientação percorrer a cidade ou parte dela.

**Continuidade:**

Elementos interdependentes, porém que se associam em uma situação do cenário urbano.

**Clareza:**

Efeito ocasionado por elementos que se destacam da silhueta da cidade.

**Dominância:**

Quando um elemento que compõem a paisagem urbana se sobressai em relação aos demais, diferindo em proporção, quase sempre contribuindo para orientabilidade.

**Complexidade:**

Este efeito acontece quando observamos elementos estruturados com base em outros, geralmente diferentes e relacionados entre si de maneira diversificada.

**Variabilidade:**

De menor intensidade de variação que o efeito de complexidade é a condição que certos elementos possuem de se transformarem e adaptarem os usos.

**Pregnância:**

Relaciona-se ao registro de um objeto de maneira indelével. A teoria da Gestalt apoia-se na lei da pregnância como condição que possibilita a percepção da totalidade.

**Individualidade:**

Modo singular e inconfundível de como é determinada a forma apresentada. Fenômenos de Configuração: de acordo com Trieb e Schmidt, existem quatro pares de elementos que formam este grupo:

**Unidade x Diversidade:**

Estabelece o grau de semelhança ou diferenciação entre elementos, relações e atributos das composições plásticas.

**Comum x Especial:**

Mostra o grau de contraste entre elementos, relações e atributos das composições plásticas.



**Tipo x Metamorfose:**

Apresenta o grau de distanciamento dos elementos, relações e atributos das composições plásticas, dos seus respectivos tipos originais.

**Continuidade x Mudança:**

Estabelece o grau de transformação de elementos, relações e atributos das composições plásticas, independente da permanência de tipos.

Outro elemento de caracterização de sequências visuais são os tramos, partes com temática homogênea, que se estabelece pela presença marcante de quaisquer de seus eventos (por exemplo, intervalos constantes) ou de certas combinações dos mesmos (por exemplo, alternância de estreitamentos e alargamentos, pontuados por realces).

Os tramos subdividem a sequência, e quando bem definidos são fundamentais para organizar a apreensão do espaço em percursos muito longos.

Os elementos básicos que compõem o referido sistema analítico são os eventos sequenciais que, como vimos, estão divididos em três grupos (efeitos gerais, campos visuais e efeitos visuais). Eles devem ser registrados de modo sistemático e progressivo, na seguinte ordem:

**Marcação das estações:** numeradas a partir de um (início da sequência), registrando-se a distância em metros e o intervalo de tempo em segundos entre cada uma das estações.

**Marcação de campos visuais:** em cada estação, registro dos campos visuais (frontal, lateral direito, lateral esquerdo) presentes na atividade perceptiva.

**Registro de efeitos visuais de percepção:** em cada estação e em cada campo visual presente, definição de efeitos topológicos e perspectivos. Pode ser realizado a partir de desenhos de observação, fotografias ou imagens de cinema e vídeo, procurando-se estabelecer as superfícies delimitadoras do espaço contido no campo visual. A partir dessa representação da estrutura morfológica da cena contida no campo visual, inferem-se facilmente os efeitos topológicos e perspectivos.

**Avaliação da intensidade dos efeitos de percepção:** em cada efeito de percepção registrado, avaliação de sua intensidade (muito forte, forte, média, fraca ou muito fraca).

**Definição de tramos:** observando-se a sequência por inteiro, definição hipotética de suas diversas partes, tematicamente, homogêneas (tramos). A verificação dos tramos ocorrerá pela análise relacional e quantitativa dos dados registrados

## 5.2 A PERCEPÇÃO URBANA COMO INSTRUMENTO DE PROJETO

No trabalho sobre o Rio Vermelho a utilização da técnica do mapa mental, segundo a metodologia de Maria Elaine Kohlsdorf (1996) foi feita, na medida do possível, junto aos usuários do bairro, possibilitando a compreensão das práticas sociais atuais somadas aos elementos da memória que se mostram presentes.

O lembrar, tendo o desenho do todo ou de partes do conjunto arquitetônico como forma de expressão, não representa neste processo uma volta ou recuperação do passado, mas uma reconstrução deste a partir de imagens e idéias do presente.

O indivíduo, mesmo que por um momento, reflete sobre sua relação com o espaço que percorre numa reconstrução mental de suas referências positivas e negativas. O desafio em tratar da cidade está principalmente em conseguir uma abordagem que vá além das percepções tecnicistas sobre o espaço urbano. São as relações sociais que dão a forma subjetiva à objetividade do espaço, que o apreendem, que o conformam.

Metodologias que possibilitem ao pesquisador a percepção do tempo no espaço dos atores sociais permitem uma aproximação com a *micro-história*, com maneiras de ver e sentir a partir de visões subjetivas, de percursos individuais que se inter cruzam no cotidiano vivido. Os conflitos entre as formas físicas dos espaços urbanos e as formas sociais de seus habitantes marcam a conformação da cidade como forma e como lugar.

A cidade entendida como local de encontro, da convivência, é onde são construídos os caminhos, o dia-a-dia e os laços de afetividade. A dinâmica da cidade, os costumes de seus habitantes, a paisagem urbana formada pelas ruas,

passeios, praças, jardins, prédios, casas, placas, monumentos, constituem as referências deste espaço, sua identidade.

Desenvolver um processo de interação entre materialidade e imaterialidade, entre espaço e tempo, torna possível identificar a apreensão e os significados do território, onde a natureza do espaço construído assume simultaneamente sua característica física e social.

Como coloca Maria Eliane Kohlsdorf (1996), o mapa mental, como alternativa metodológica, possibilita uma abordagem plural que tenta entender e agir sobre o espaço social. Essa forma de apreensão do espaço estudado reforça a não classificação de aspectos da realidade urbana por meio de uma observação fragmentada de meio ambiente, cultura e homem.

Para Kohlsdorf (1996), as representações da cidade grafadas nos mapas mentais vão ao encontro de uma concepção das ciências que tratam da natureza simultaneamente como forma física e social do espaço arquitetônico e urbanístico. Caracteriza o lugar como porção territorial onde se desenvolvem práticas sociais diversificadas, considerando as práticas contemplativas de fruição estética e cognitiva.

O espaço será entendido então,

[...] como um aspecto estrutural da cidade. Seu papel supera o conceito sociológico de suporte de atividades, pois não é um meio rígido e neutro, mas capaz de oferecer possibilidades e restrições à realização de práticas. Sua natureza social implica que o espaço da cidade seja necessariamente histórico, no sentido de posicionado em marcos temporais, geográficos e culturais. (KOHLSDORF, 1996, p. 21).

Nesse sentido, como sugere a mencionada autora, a morfologia desses lugares da cidade se vincula a diferentes aspirações que devem ser percebidas nos mapas: a forma dos lugares diante das expectativas estéticas dos grupos sociais; a forma dos lugares diante das expectativas psicossociais que relacionam a forma ao seu sentido afetivo; e a forma dos lugares diante das expectativas de informação. Assim, esse método de estudo da cidade caracteriza os mapas mentais como,

[...] cartas subjetivas nas quais se expressam os valores visuais da cidade, conforme concebe que desenha o mapa. Procede-se pedindo às pessoas que façam, sem qualquer outro auxílio de informação um croquis do mapa de sua cidade, centro, bairro, etc. que contenha aqueles objetos e informações que são importantes para si. A imagem pública é dada pela superposição dos mapas mentais que compuseram a atmosfera. A comparação dos mapas mentais com o mapa real do espaço urbano em

questão permite que se veja em que medida, e em que situações coincidem informações concretas com aquelas percebidas por seus usuários. (KOHLSDORF, 1996, p. 58).

O trabalho que foi feito de percepção urbana sobre o Rio Vermelho produziu fontes fundamentais para a contraposição aos mapas "formais" que traduzem as propostas de intervenção para as áreas referenciais do bairro. Até que ponto as propostas técnicas consideram a apropriação do lugar?

Este trabalho busca aproximar a ideia trabalhada de cidade com as formas de percepção e análise da mesma, considerando que tempo e espaço (forma) são trilhas que se somam para o entendimento das transformações e da dinâmica do viver urbano. Como nos coloca Milton Santos (1994), são ideias que comandam a elaboração da história urbana.

Os lugares, apresentados ou não sobre forma de paisagem seriam a soma dos pedaços de realizações atuais e de realizações do passado, ou seja, as formas jurídicas e as formas sociais somadas à temporalidade constituem a particularidade dos lugares. A história da cidade seria então a história de sua produção continuada. O espaço aqui, como materialidade, revela "mentalidades", valores simbólicos, históricos, temporais. Eleger, apenas, o tempo presente para a análise das formas de intervenção nas cidades e a conformação das centralidades seria considerar este como o único tempo real negando assim a articulação de épocas e situações diferentes o que seria imprescindível para reconhecer as práticas políticas, sociais, econômicas e culturais constituídas nos espaços urbanos, especificamente nos centros tradicionais.

Pretende-se, assim, trazer nesta abordagem a percepção dos lugares da cidade a partir de seus significados que vão além de sua presença imediata, remetem a valores e realidades que transitam entre o tempo passado e presente, constituindo parte do imaginário de seus habitantes.

Como coloca Halbwachs(1987, p. 136),

Se entre as casas, as ruas e os grupos de seus habitantes houvesse uma relação inteiramente acidental e efêmera, os homens poderiam destruir suas casas, seu quarteirão, sua cidade, reconstruir sobre o mesmo lugar uma outra, segundo um plano diferente; mas se as pedras se deixam transportar, não é tão fácil modificar as relações que são estabelecidas entre as pedras e os homens.



Pode-se concluir que a linha tênue entre projeto urbano, intervenções nos centros tradicionais e as formas constituídas de apropriação destes "lugares" da cidade, são um dos desafios em relação aos direcionamentos das políticas públicas de setor, como é o caso do patrimônio histórico e meio ambiente, e das próprias políticas culturais, urbanas, e de educação.

### 5.3 MAPAS DE SÍNTESE



MP CECRE 2012

Estudos de requalificação e de valorização urbana e paisagística do Rio Vermelho em Salvador.

FEDERICO CALABRESE

## APREENSÃO DO LUGAR

EFEITOS VISUAIS : Topológicos - **Perspectivos** - **Semânticos**



SEQUÊNCIA 01 RUA JOÃO GOMES -LARGO MARIQUITA





# SEQUÊNCIA 01 RUA JOÃO GOMES - LARGO MARIQUITA

CAMPOS VISUAIS  
LATERAIS ESQUERDOS

CAMPOS VISUAIS  
FRONTAIS

CAMPOS VISUAIS  
LATERAIS DIREITOS

ESTAÇÕES



descenso Medio  
alargamento/estr. parcial Forte  
conexão M  
direcionamento M  
unidade x diversidade F



descenso M  
alargamento/estr. parcial F  
conexão M  
direcionamento M  
visual fechada F  
dominância M



estreitamento M  
direcionamento M  
proximidade M  
tipo x metamorfose M



enclausuramento parcial M  
prep. para amplidão F  
mirante M  
conexão F  
comum x especial fraco



alargamento/estrit. parcial F  
prep. para alargamento F  
visual fechada F  
complexidade M



alargamento F  
prep. para amplidão F  
visual fechada F  
fechamento M

35 m

1

2

33 m

3

# SEQUÊNCIA 01 RUA JOÃO GOMES - LARGO MARIQUITA

CAMPOS VISUAIS  
LATERAIS ESQUERDOS

CAMPOS VISUAIS  
FRONTAIS

CAMPOS VISUAIS  
LATERAIS DIREITOS

ESTAÇÕES

52 m

4



alargamento/estreit. parcial M  
realce f  
direcionamento M  
continuidade F  
fundo x figura f

alargamento parcial M  
conexão f  
proximidade M

72 m



prep. para alargamento M  
estreitamento parcial M  
direcionamento F  
associatividade M  
complexidade M

alargamento parcial M  
prep. para estreitamento f  
direcionamento M  
visual fechada f  
conexão f  
contraste M

prep. estreitamento M  
alargamento parcial M  
emolduramento M  
realce M  
associatividade M

5

32 m

# SEQUÊNCIA 01 RUA JOÃO GOMES -LARGO MARIQUITA

CAMPOS VISUAIS  
LATERAIS ESQUERDOS



alargamento parcial M  
realce f  
conexão f  
impedimento f  
contraste M  
complexidade M

CAMPOS VISUAIS  
FRONTAIS



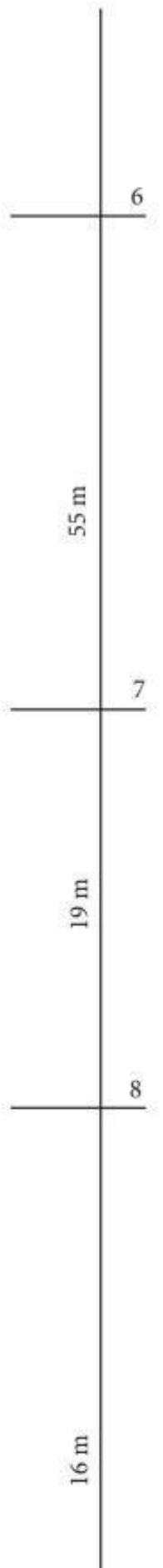
estreitamento parcial F  
envolvimento parcial f  
prep. para alargamento M  
impedimento f  
direcionamento M  
complexidade M

CAMPOS VISUAIS  
LATERAIS DIREITOS



estreitamento F  
direcionamento F  
proximidade F

ESTAÇÕES



# SEQUÊNCIA 01 RUA JOÃO GOMES - LARGO MARIQUITA

CAMPOS VISUAIS  
LATERAIS ESQUERDOS



preparação alargamento M  
conexão M  
complexidade M

CAMPOS VISUAIS  
FRONTAIS



preparação alargamento F  
impedimento M  
direcionamento M  
complexidade M

CAMPOS VISUAIS  
LATERAIS DIREITOS



prep. para alargamento F  
conexão M  
complexidade M

ESTAÇÕES

9

8 m

10

6 m

11



alargamento F  
conexão f  
semelhança M  
unidade x diversidade M



# SEQUÊNCIA 02 RUA OSWALDO CRUZ - LARGO MARIQUITA



# SEQUÊNCIA 02 RUA OSWALDO CRUZ - LARGO MARIQUITA

CAMPOS VISUAIS  
LATERAIS ESQUERDOS



alargamento/estreit. parcial M  
efeito em Y f  
direcionamento M  
complexidade M

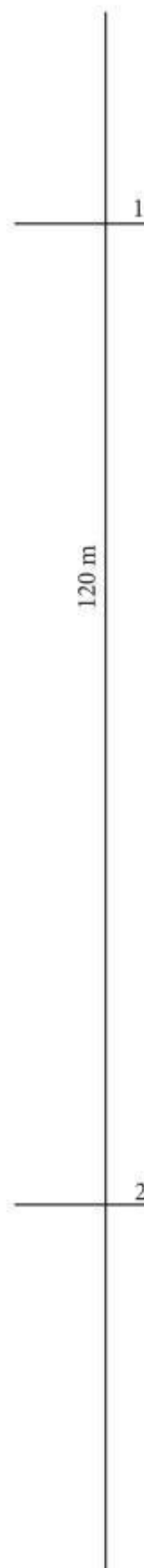
CAMPOS VISUAIS  
FRONTAIS



alargamento/estreit. parcial F  
prep. para estreitamento F  
direcionamento F  
complexidade M  
semelhança M

CAMPOS VISUAIS  
LATERAIS DIREITOS

ESTAÇÕES



alargamento/estreit. parcial M  
direcionamento M  
semelhança M



preparação ascenso M  
direcionamento M  
continuidade M

# SEQUÊNCIA 02 RUA OSWALDO CRUZ - LARGO MARIQUITA

CAMPOS VISUAIS  
LATERAIS ESQUERDOS



alargamento M  
preparação estreitamento F  
direcionamento M  
visual fechada F  
fechamento M

CAMPOS VISUAIS  
FRONTAIS



alargamento/estreit. parcial M  
prep. para estreitamento F  
direcionamento F  
complexidade F

CAMPOS VISUAIS  
LATERAIS DIREITOS



estreitamento parcial M  
realce M  
impedimento f  
direcionamento M  
complexidade M  
fundo x figura M



estreitamento F  
ascenso F  
visula fechada F  
proximidade F

ESTAÇÕES

90 m

3

16 m

4

12 m

5



# SEQUÊNCIA 02 RUA OSWALDO CRUZ - LARGO MARIQUITA

CAMPOS VISUAIS  
LATERAIS ESQUERDOS

CAMPOS VISUAIS  
FRONTAIS

CAMPOS VISUAIS  
LATERAIS DIREITOS

ESTAÇÕES

60 m

6



enclausuramento M  
visual fechada F  
proximidade F

37 m

7



prep. enclausuramento M  
visual fechada F  
conexão F  
complexidade F



estreitamento parcial F  
prep. alargamento M  
direcionamento F  
associatividade M  
semelhança M



# SEQUÊNCIA 02 RUA OSWALDO CRUZ - LARGO MARIQUITA

## CAMPOS VISUAIS LATERAIS ESQUERDOS



prep. estreitamento F  
direcionamento F  
visual fechada F  
complexidade F

## CAMPOS VISUAIS FRONTAIS



prep. alargamento M  
estreitamento parcial M  
direcionamento F  
continuidade M

## CAMPOS VISUAIS LATERAIS DIREITOS



prep. ascenso M  
estreitamento parcial M  
realce F  
direcionamento M  
fundo x figura M  
complexidade M

## ESTAÇÕES

14 m

8

41 m

9

# SEQUÊNCIA 02 RUA OSWALDO CRUZ - LARGO MARIQUITA

CAMPOS VISUAIS  
LATERAIS ESQUERDOS

CAMPOS VISUAIS  
FRONTAIS

CAMPOS VISUAIS  
LATERAIS DIREITOS

ESTAÇÕES



estreitamento parcial M  
preparação alargamento M  
conexão M  
direcionamento F  
continuidade x mudança f



enclausuramento F  
realce M  
dominância F



alargamento parcial M  
impedimento M  
visual fechada M  
fechamento M



alargamento F  
prep. amplidão M  
visual fechada M  
contraste M



alargamento F  
conexão f  
semelhança M  
unidade x diversidade M

31 m

10

17 m

11

60 m

12

# SEQUÊNCIA 03 RUA GUEDES CABRAL - LARGO MARIQUITA





# SEQUÊNCIA 03 RUA GUEDES CABRAL - LARGO MARIQUITA

## CAMPOS VISUAIS LATERAIS ESQUERDOS



alargamento F  
prep. enclausuramento M  
conexão F  
realce F  
associatividade F

## CAMPOS VISUAIS FRONTAIS



alargamento parcial F  
visual fechada M  
complexidade F

## CAMPOS VISUAIS LATERAIS DIREITOS



alargamento F  
mirante F  
fundo x figura F

## ESTAÇÕES

1

35 m

2

25 m

3



prep. enclausuramento F  
realce M  
fechamento M



alargamento F  
visual fechada M  
continuidade M



# SEQUÊNCIA 03 RUA GUEDES CABRAL - LARGO MARIQUITA

CAMPOS VISUAIS  
LATERAIS ESQUERDOS

CAMPOS VISUAIS  
FRONTAIS

CAMPOS VISUAIS  
LATERAIS DIREITOS

ESTAÇÕES

46 m

4



alargamento/estreit. parcial M  
realce M  
direcionamento M  
visual fechada M  
contraste M

alargamento M  
mirante M  
impedimento M  
visual fechada M  
fundo x figura F

25 m



alargamento/estreit. parcial M  
direcionamento M  
semelhança F

preparação alargamento M  
conexão f  
complexidade M

alargamento parcial M  
prep. alargamento M  
visual fechada M  
originalidade M

5

31 m



prep. estreitamento F  
alargamento parcial F  
direcionamento M  
associatividade M

alargamento/estreit. parcial f  
prep. alargamento M  
visual fechada f  
complexidade M

alargamento F  
prep. amplitude F  
mirante F  
simplicidade F

6

# SEQUÊNCIA 03 RUA GUEDES CABRAL - LARGO MARIQUITA

CAMPOS VISUAIS  
LATERAIS ESQUERDOS

CAMPOS VISUAIS  
FRONTAIS

CAMPOS VISUAIS  
LATERAIS DIREITOS

ESTAÇÕES



amplidão F  
mirante F  
impedimento f  
fundo x figura F  
complexidade M



alargamento parcial M  
prep. alargamento F  
viusal fechada f  
direcionamento M  
complexidade M



alargamento M  
mirante F  
impedimento M  
complexidade M  
fundo x figura F

29 m

7

16 m

8

76 m

9

# SEQUÊNCIA 03 RUA GUEDES CABRAL - LARGO MARIQUITA

CAMPOS VISUAIS  
LATERAIS ESQUERDOS

CAMPOS VISUAIS  
FRONTAIS

CAMPOS VISUAIS  
LATERAIS DIREITOS

ESTAÇÕES



alargamento/estreit. parcial F  
prep. estreitamento F  
direcionamento F  
unidade x diversidade F



prep. estreitamento F  
estreitamento parcial M  
emolduramento M  
proximidade M



prep. alargamento/estr. parcial F  
estreitamento parcial F  
visual fechada F  
complexidade F  
proximidade F



prep. alargamento F  
unidade x diversidade F

47 m

10

15 m

11

20 m

12

# SEQUÊNCIA 03 RUA GUEDES CABRAL - LARGO MARIQUITA

CAMPOS VISUAIS  
LATERAIS ESQUERDOS



alargamento parcial F  
impedimento M  
complexidade F

CAMPOS VISUAIS  
FRONTAIS



alargamento F  
visual fechada M  
unidade x diversidade F

CAMPOS VISUAIS  
LATERAIS DIREITOS

ESTAÇÕES

10 m

13



# SEQUÊNCIA 04 RUA DO CANAL - LARGO MARIQUITA



# SEQUÊNCIA 04 RUA DO CANAL - LARGO MARIQUITA

CAMPOS VISUAIS  
LATERAIS ESQUERDOS

CAMPOS VISUAIS  
FRONTAIS

CAMPOS VISUAIS  
LATERAIS DIREITOS

ESTAÇÕES



alargamento parcial F  
prep. alargamento M  
direcionamento F  
unidade f  
continuidade M



alargamento parcial M  
realce F  
contraste F



alargamento parcial F  
prep. alargamento M  
direcionamento m  
unidade M



alargamento parcial M  
prep. alargamento F  
direcionamento F  
associatividade M



alargamento parcial M  
prep. alargamento m  
visual fechada M  
continuidade f

35 m

28 m

1

2

3



# SEQUÊNCIA 04 RUA DO CANAL - LARGO MARIQUITA

CAMPOS VISUAIS  
LATERAIS ESQUERDOS



enclausuramento M  
conexão M  
fechamento M



alargamento F  
visual fechada M  
fundo x figura M  
unidade x diversidade M  
fechamento M

CAMPOS VISUAIS  
FRONTAIS

CAMPOS VISUAIS  
LATERAIS DIREITOS

ESTAÇÕES



alargamento parcial M  
visual fechada M  
continuidade M



prep. alargamento F  
impedimento F  
unidade M  
fechamento f

50 m

4

12 m

5

## **6 CARTOGRAFIAS TEMÁTICAS (DESCRIÇÕES)**

As cartografias temáticas ou mapas temáticos pretendem restituir as análises do local através da produção de um mapeamento crítico que ponha em evidência os problemas do local, um mapeamento que gere intencionalidade. Este trabalho propõe duas tipologias de mapas: uma que visa a analisar os lugares do bairro, outra que pretende analisar o seu funcionamento.

### **6.1 COMO ESTÁ FEITO O RIO VERMELHO**

Esses mapas pretendem restituir de forma sinóptica e crítica a análise da forma dos lugares do Rio Vermelho.

#### **6.1.1 Mapas Temáticos**

- 1 - Grau de proteção**
- 2 - Periodização**
- 3 - Grau de integração**
- 4 - Estado de conservação**
- 5 - Gabarito**
- 6 - Matérias dos espaços abertos e mobiliário urbano**



## 6.2 COMO FUNCIONA O RIO VERMELHO

Os mapas aqui apresentados pretendem restituir através de um mapeamento o funcionamento do bairro, o uso dos terrenos, a forte terceirização de algumas áreas, o uso dos espaços abertos em relação ao pedestre e ao automóvel, o problema de estacionamento e de trânsito.

### 6.2.1 Mapas Temáticos

7 - Sistema viário

8 - Usos

9 - Espaços abertos

10- Áreas arborizadas

11- Arte urbana

## 7 DIAGNÓSTICO

Este diagnóstico visa determinar as transformações do Rio Vermelho ao longo do tempo, mudanças nas tipologias dos edifícios, nas alturas, nas fachadas, como se transforma o espaço público e privado de uso público do bairro e que relação tem com os edifícios. Como se transforma a respeito das sucessivas normativas urbanísticas e lei de ocupação do solo, conclusões críticas do levantamento refletido nos mapas temáticos.

### 7.1 LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA INCIDENTE SOBRE A ÁREA DE PROTEÇÃO.

A Lei 3289/83, a LOUS de 1983, instituiu a APCP, Área de Proteção Cultural e Paisagística no Rio Vermelho delimitando uma poligonal que incluía apenas as ruas onde o gabarito foi fixado em 1978, pelo decreto de São Lazaro, em 2 pavimentos.

Em 2004 a APCP foi ampliada, incluindo o Alto de São Gonçalo, Paciência e a Mariquita. Foi uma grande conquista que ajudaria a preservação do patrimônio cultural do bairro.

A Lei define APCP como áreas destinadas a conservação de elementos significativos do ponto de vista cultural, associados a memória, pluralidade e diversidade de manifestações e formas de expressão das identidades da sociedade local, e pra imagem ambiental urbana.

A lei define também as diretrizes gerais para as Áreas de Proteção Cultural e Paisagística, incluindo a preservação e valorização dos sítios, dos monumentos e seu entorno quanto às modificações na morfologia, volumetria das edificações, visuais internas e externas, ambiência e silhueta urbana. Outra diretriz é a realização de projetos urbanísticos, normas específicas e programas de intervenção, com a participação da comunidade, priorizando atividades culturais e educativas.

A LOUS de 2004 criando uma poligonal de preservação, uma zona de uso exclusivamente de residência unifamiliar com a restrição de gabaritos em 2 pavimentos, em quase todo o bairro, criou as condições para resgatar a fisionomia original do conjunto arquitetônico e da qualidade ambiental do bairro. Infelizmente a

todo isso não seguiu um plano específico para a área de preservação que determina parâmetros e define projetos de requalificação urbana.

Em 2008 a nova LOUS, que deveria ampliar a poligonal definida da LOUS de 2004 (Lei 6584/2004) e incluir novas áreas verdes, reduziu drasticamente a poligonal de APCP do Rio Vermelho (vide mapa temático n.1) e, sobretudo, modificando os gabaritos, aumentando o número de pavimentos nas áreas da orla marítima, retirando áreas arborizadas para a construção de prédios nos topos dos morros, determinando assim uma tendência que determina uma degradação e abandono no âmbito da preservação e conservação de aqueles elementos significativos que a mesma lei define.

A nova LOUS de 2011 confirma e acentua esta tendência de verticalização da orla de Salvador, a produção da cidade cada vez mais está estritamente ligada ao processo capitalístico, como diz de forma clara e contundente David Harvey (2012).

A especulação imobiliária que se produziu e ainda se produz em outros países, usa, embora de forma equivocada, o espaço público como veículo que rende atrativas as operações imobiliárias urbanas, devolvendo em troca espaço público e democrático para a cidade. Salvador vai na contramão porque esta troca não acontece e a voracidade do mercado imobiliário cúmplice à ausência do poder público, não deixam espaço a nenhum tipo de troca.

## 7.2 GRAU DE INTEGRAÇÃO

A análise foi feita tomando como base a metodologia desenvolvida por Maria Elaine Kholsdorf chamada de "Apreensão do Lugar" que tem fundamento nas teorias da *gestalt* alemã do começo do século XX. Nesta pesquisa e projeto sobre o Rio Vermelho foi desenvolvido um trabalho de apreensão do lugar analisando os percursos que ligam o núcleo de Santana ao núcleo da Mariquita (vide cap. 1.5 e anexo 1.5).

Foi analisado o grau de integração dos imóveis no conjunto arquitetônico paisagístico seguindo o seguinte critério desenvolvido no trabalho de diagnóstico e proposta de preservação Dossiê Soledade – Convênio IPAC / Faculdade de Arquitetura / UFBA de 2011.

**INTEGRADO:** independentemente da época construtiva ou de sua linguagem estilística, estabelecem relações de harmonia com o conjunto arquitetônico e paisagístico do bairro e seu entorno.

**DESINTEGRADO:** rompem com as características arquitetônicas e paisagísticas do bairro e seu entorno

Foi analisada uma área maior que a da APCP, porque este trabalho considera importante ampliar a área de estudo, nos limites do possível, ao bairro inteiro, considerado com um todo.

Somente ampliando a visão é possível resolver os problemas de uma determinada área que se deve considerar na sua integração com as áreas limítrofes e com a cidade toda. Atuar no âmbito local sem perder a visão global da cidade é uma boa escolha para abordar o desafio de intervir na cidade contemporânea. (SOLÁ MORALES, 2008)

Considera-se fundamental para esta análise a importância da paisagem do bairro do Rio Vermelho considerando que a paisagem não se configura apenas com a realidade material, com o território, mas reconhecemos a paisagem como bem cultural, fruto da percepção da população. Considera-se a paisagem como produto sociocultural sempre relacionado à ação do homem, às características do ambiente natural e aos mediadores culturais.

A avaliação do contexto paisagístico natural e construído é negativa porque poucos prédios estabelecem harmonia com o conjunto arquitetônico e paisagístico do bairro. Os prédios melhor conservados da Área de Proteção Cultural e Paisagística são aqueles melhor integrados dentro do conjunto, com a permanência do caráter original das edificações nota-se como a integração é boa.

A Lei 5506 de 1978 fixou o gabarito no trecho que vai do Largo de Santana à Praça Colombo em 2 pavimentos e no trecho da Paciência até o Largo de Santana e do Largo da Mariquita até a fábrica de papel entre 4 e 5 pavimentos.

Nota-se, então, claramente, os efeitos da verticalização nos trechos com o gabarito fixado em 5 pavimentos, os sobrados foram substituídos e a paisagem do bairro começou a mudar. (Vide mapa temático n.3)



Figura 10 - Verticalização na Paciência.



Fonte: Fotografia de Federico Calabrese, autor do texto.

Aquela harmonia e equilíbrio entre fachada e volume progressivamente, presente até os começos dos anos 70, se perdeu, sobretudo na Paciência, onde o gabarito foi fixado em 5 pavimentos. No trecho que se manteve com restrição de 2 pavimentos desde 1978 (Largo de Santana, rua João Gomes, Guedes Cabral e Mariquita) a maioria dos imóveis antigos permanecem de pé, muitos deles restaurados, conservados e preservados, compondo com elegância os conjuntos que fazem do Rio Vermelho um bairro especial.

A verticalização foi muito acentuada no Morro do Conselho, antes com a construção de um Hotel de mais de 20 pavimentos, o atual hotel Pestana e depois com a construção de condomínios de alto padrão, no topo do morro, O resultado é visível, a paisagem está muito comprometida.

Figura 11 - Verticalização do Morro do Conselho



Fonte: Fotografia de Federico Calabrese, autor do texto,

Quadro 1

Grau de integração	Percentual (%)
Integrado	40%
Disintegrado	60%

Fonte: Levantamento de Campo realizado entre julho e outubro de 2012

### 7.3 ANÁLISE DO CONTEXTO NATURAL PAISAGÍSTICO E CONSTRUÍDO

A análise do estado de conservação dos imóveis foi feita tomando como base o levantamento do IPAC de 2005. Para este tipo de análise foi considerada a área incluída dentro da polígona I de ACP do PDDU de 2008, então considerando os núcleos históricos da Paciência, Santana e Mariquita.

Foram considerados os aspectos relacionados aos materiais e as fachadas das construções, através uma avaliação, que devido a imposibilidade técnica e logística, não contempla o interior dos edifícios analisados.

O estado de conservação foi caracterizado segundo o seguinte critério desenvolvido no trabalho de diagnóstico e proposta de preservação Dossiê Soledade – Convênio IPAC / Faculdade de Arquitetura / UFBA de 2011.

**BOM:** íntegro, sem problemas estruturais e sem degradação significativa.

**SATISFATÓRIO:** satisfatoriamente íntegro com danos de média gravidade em alguns elementos arquitetônicos ou construtivos.

**RUIM:** sem problemas estruturais graves, com perdas de alguns elementos arquitetônicos ou construtivos.

**MUITO RUIM:** com problemas estruturais e com perdas significativas de alguns elementos arquitetônicos ou construtivos.

**TERRENO:** sem ocupação por causa de eventual demolição.

A área analisada apresenta 50 % dos imóveis em um estado satisfatório de conservação, sobretudo na Paciência, onde o casario antigo foi ao longo do tempo substituído. Os imóveis em bom estado de conservação são aqueles localizados na



área de Santana e que abrigam us os turísticos e de serviços, o casario nesta área recebe uma manutenção constante.

Figura – 12 Conjunto arquitetônico com uso misto da rua João Gomes



Fonte: Fotografia de Federico Calabrese, autor do texto.

Nota-se que os imóveis antigos do casario da APCP que têm um uso residencial apresentam um estado de conservação apenas satisfatório e muitas vezes ruim, ligando o uso do solo ao grau de conservação do imóvel.

Comparando os dados de 2005 do IPAC, nota-se que quase todos os imóveis que se encontravam em bom estado foram degradando-se lentamente, sobretudo aqueles que abrigam residências particulares ou pequeno comércio e bares.



Figura 13 - Residência na Rua João Gomes



Fonte: Fotografia de Federico Calabrese, autor do texto.

Uma das causas principais desta degradação, avaliada através da análise das fachadas das edificações, é o péssimo estado das calçadas do bairro inteiro, que provoca na maioria dos casos acúmulo de água na base dos edifícios e consequentes manchas esverdeadas, devida à umidade ascendente.

Outro fator de degradação do conjunto arquitetônico é a poluição causada pelo trânsito excessivo de veículos nesta área, que provoca acúmulo de sujidades e consequentes manchas escurecidas nos elementos decorativos das fachadas.

Estes fatores junto à falta de manutenção dos telhados determina uma tendência de lenta, mas constante degradação dos imóveis na área analisada.

Quadro 2

**Estado de conservação**      **Percentual (%)**

Bom	15%
Satisfatório	50%
Ruim	31,2%
Muito ruim	3%
Terreno	0,8%

Fonte: Levantamento de Campo realizado entre julho e outubro de 2012

Pode-se concluir que o estado de conservação está ligado a uma degradação geral do bairro inteiro, só entendendo e trabalhando o bairro como um todo, podemos alcançar um nível de conservação bom para o patrimônio arquitetônico do Rio Vermelho.

A análise foi integrada com um mapeamento gráfico contido neste trabalho. (Vide mapa temático n. 4)

#### 7.4 OCUPAÇÃO E USO DO SOLO

Foi feita uma pesquisa comparativa do uso do solo do Rio Vermelho no ano 1965 até 2012, baseada num trabalho do Curso de Especialização em Análise e Espaço da UFBA do ano 1982 e também num levantamento do IPAC de 2005, que foi atualizado e ampliado até o ano 2012.

Até 1965, o bairro em sua maior extensão era coberto por vegetação de pequeno e médio porte, apresentando vestígios, ainda, da vegetação primária, mas densa. Em toda a área predominavam as edificações horizontais, com uma baixa densidade ocupacional, predominantemente na orla que vai da Paciência até a Mariquita.

Nesta área não existia verticalização, que começa a ser presente na rua Oswaldo Cruz com prédios de 4 andares. Sua linha de costa apresentava um cordão contínuo de praia desde a Paciência até a Enseada da Mariquita.

Entre 1965 e 1976, alguns traços característicos do Rio Vermelho vão mudar. Começa a perda de áreas verdes e a densa-se a construção de prédios novos espalhados pelos morros.

Predominando ainda a construção horizontal, vai começando uma verticalização em algumas áreas onde já nos últimos anos da década de 60 começa uma substituição de casas por prédios de até 4 andares, especialmente na Oswald o Cruz, Marques de Monte Santo e Barro Vermelho, expandindo-se esta tendência por novas áreas como a da Av. Conselheiro Pedro Luiz, e as primeiras quadras do Parque Cruz Aguiar e na Paciência.

Além disso, nota-se na área do Morro do Conselho uma verticalização muito acentuada que começa com a construção do Hotel Meridien, atual Pestana, e segue até hoje. O aterro da Enseada da Mariquita é de 1972, provocou a erosão das praias e a perda de algumas destas entre a Paciência e a Mariquita, com a densidade acentuada de áreas de lazer e ócio.

Entre 1976 e 1982 nota-se uma ocupação e verticalização na Lucaia, na Fonte do Boi e no trecho de costa entre o Quartel de Amaralina e a Mariquita. Foi neste trecho que aglomerados de baixa renda foram substituídos por um padrão mais elevado de residência.

A partir daquele momento começou um processo de verticalização e ocupação dos morros que continua ainda hoje, com a retirada das últimas áreas arborizadas do bairro.



Figura 14 - Verticalização dos topos dos morros, Jardim Caramuru, 2012



Fonte: Fotografia de Federico Calabrese, autor do texto.

O uso do solo do bairro até o ano 1965 apresenta ainda características remanescentes de bairro periférico, o que permitiu a instalação de indústrias de pequeno e médio porte e de atividades próprias de núcleos urbanos como padarias, farmácias etc.

Existia até o fim dos anos 60, apenas um núcleo de apoio no Largo de Santana, um pequeno centro de abastecimento, que era o Mercado Público da Mariquita. A partir dos anos 70, as atividades comerciais e de serviços do bairro se desenvolveram paralelamente ao desenvolvimento do bairro. A área começa a se especializar como área de serviços específicos de profissionais liberais e cursos especializados que surgem de forma dispersa. Ocorreu uma mudança muito mais quantitativa que qualitativa.

Simultaneamente a área especializou-se como ponto turístico, com usos ligados ao turismo e ao lazer que representam 20% dos usos comerciais e de serviços em 1976. Em algumas áreas o uso residencial desapareceu, na Odilon Santos, na Paciência, na Av. Conselheiro Luiz e no início da Oswaldo Cruz.

A área da Mariquita e Santana se tornam centro do bairro consolidando-se ao longo dos anos 80 e 90, desenvolvendo atividades inadequadas ao nível de nucleação, própria de subcentro e relacionadas com uma oferta de bens mais



especializados e com grande raio de atendimento. Aumenta o conjunto de atividades do bairro, até hoje, trazendo consequências danosas e tornando-se incompatíveis com a atual estrutura de bairro. Atualmente, na área objeto de estudo ampliada à rua do Canal o uso residencial é fortemente reduzido e o uso comercial e de serviços aumentou sensivelmente na área.

Quadro 3

Usos	Percentual (%)
Residencial	24%
Institucional	3,8%
Religioso	
Comercio/serviços	1,7%
Misto (res./com.)	41%
Sem uso	
Terreno/obras	38%
	1%
	0,5%

Fonte: Levantamento de Campo realizado entre julho e outubro de 2012

O centro do bairro, os antigos núcleos da Paciência de Santana e da Mariquita foram consolidando-se ao longo dos anos com uma concentração de usos mistos e comerciais e de serviços predominantemente ligados ao turismo e ao lazer, gerando vários problemas ao bairro do Rio Vermelho, sobretudo problemas de trânsito excessivos exatamente nas áreas históricas do bairro com uma estrutura urbana inadequada para absorver este tipo de mudança de uso.

## 7.5 SISTEMA VIÁRIO

Com a urbanização da orla marítima, que ainda hoje continua com a construção de prédios residências de alto padrão, o Rio Vermelho que era ponto

extremo da cidade, transforma-se em um ponto de passagem, tornando-se uma rotula de comunicação entre vias de acesso pela orla marítima, passando pela zona sul e indo para o centro da cidade.

A estrutura viária do bairro não acompanhou estas mudanças, apenas foi construída a ponte nova da Mariquita nos anos 70, por causa da reurbanização da praça logo depois o aterro da Enseada da Mariquita. A consequência é cada dia muito evidente, na orla no trecho da Rua Guedes Cabral até a Mariquita a calha da rua é mais estreita, provocando nas horas de rush graves problemas de retenção do trânsito. O mesmo problema acontece no sentido contrário na rua João Gomes desde a Mariquita até o Largo de Santana.(vide mapa temático n.7)

No Largo da Mariquita convergem os fluxos da Vasco da Gama, da AV. Garibaldi e da Juracy Magalhães Neto, três avenidas de vales que desembocam na área central do bairro provocando grandes problemas à circulação. Estas últimas são VIAS ARTERIAIS, com a função de interligar as diversas regiões do Município, promovendo ligações urbanas de média distância, articulando-se com as vias expressas e com outras, de categoria inferior, contando, obrigatoriamente, com faixas segregadas para o transporte coletivo. Nenhuma das três avenidas tem faixa segregada para o transporte coletivo de passageiros, tornando ainda maior o problema de tráfego.

A Avenida Cardeal da Silva é uma importante *VIA COLETORA DE CONEXÃO* com a função de coletar e distribuir os volumes de tráfego local e de passagem em percursos entre bairros, que desemboca na Paciência de forma muito estreita.

Pelo Rio Vermelho, segundo dados levantados através da Transalvador, passam 145 linhas de transporte público, de média e baixa capacidade, das 318 que possui a cidade de Salvador, isso dá a medida da gravidade do problema irresoluto do transporte urbano no Rio Vermelho e na cidade toda.

Para o bairro do Rio Vermelho precisam-se encontrar uma solução para resolver os problemas de engarrafamento que diariamente afetam, sobretudo, os núcleos históricos da Paciência, Santana e da Mariquita. Precisam-se encontrar alternativas ao atual sistema de circulação, evitando que o trânsito de passagem entre Barra e Pituba flua pelas áreas urbanisticamente mais frágeis do bairro.

## 7.6 ARBORIZAÇÃO

A questão das áreas arborizadas no bairro do Rio Vermelho é muito importante para este trabalho, que pretende recuperar as áreas livres do bairro para incorporá-las num projeto de ampliação e requalificação do bairro.

As áreas arborizadas foram institucionalizadas em Salvador com o Decreto Lei 4756/75. O texto da lei 7.400/2008 a PDDU de 2008, até hoje vigente define as áreas arborizadas como áreas edificáveis, dotadas de conjuntos de vegetação em geral antrópicos, que exercem as funções ambientais de contribuir para a permeabilidade do solo, recarga dos aquíferos, controle de erosão do solo e dos alagamentos, o conforto climático, sonoro e visual, a qualidade do ar e a imagem ambiental urbana.

A Lei estabelece que no mínimo 50% da área arborizada devem ser mantidas permeáveis, e devem-se preservar 80% da cobertura vegetal, diretrizes estas, justamente, muito restritivas refletindo a mesma definição de área arborizada.

Sendo evidentemente incompatíveis com a edificação, que no seja de interesse público, por causa da pressão do devorador mercado imobiliário determinou-se uma progressiva retirada das áreas arborizadas no bairro do Rio Vermelho. As nove áreas arborizadas do bairro passaram a ser apenas duas (vide mapa temático n.10), as quais foram também recortadas para permitir a construção de conjuntos residencial de renda alta. A área arborizada da Carddeal da Silva foi recortada quase 50% para poder abrigar as quatro torres residenciais do *Elegance Garibaldi* que ocupa uma área de 18.000 m<sup>2</sup>. (vide mapa temático n.10)

O Morro do Conselho já não é uma área arborizada, o coqueiral, que foi implantado em 1910 por Adolfo Moreira que comprou a área que era uma antiga pedreira, está sendo sacrificado para permitir novas construções turísticas de alto luxo ocupando o morro quase na sua totalidade.

O Morro do Menino Jesus onde até os anos 80 funcionava o Hospital das Crianças Nitta Costa, após a demolição do último pavilhão do hospital em 1983, foi adquirido pela construtora Odebrecht e a área arborizada foi retirada em 2008 para construir outros empreendimentos de luxo, que irão comprometer outra área livre do

bairro que poderia e deveria ser recuperada como área verde e de lazer para toda a população.

Muito importante seria, por exemplo, incluir nas áreas arborizadas as massas verdes dos quintais das ocupações em zona exclusivamente residencial unifamiliar, como o Parque Cruz Aguiar. Seria importante reverter este processo de retirada das áreas verdes e propor a criação de novas áreas arborizadas criando corredores verdes, incluindo as encostas que possuem ainda vestígios de mata atlântica, criar pulmões verdes para garantir a permeabilidade do solo, proteger a drenagem natural, recuperando e valorizando as margens do rio Lucaia (rua do Canal), criando um parque linear com áreas de lazer, valorizando assim um recurso natural, fundamental pela cidade contemporânea que cresce sem regras, completamente esquecido e desvalorizado como a água dos canais da cidade e suas margens arborizadas.

## 7.7 PAVIMENTAÇÃO E MOBILIÁRIO URBANO.

A primeira rua a receber calçada foi a rua João Gomes em 1923, antes as ruas eram todas de areia e barro. Agora a única rua com a calçada de pedra é a rua Carijós no Jardim Caramuru. Todas as ruas do Rio Vermelho têm pavimentação asfáltica, em modo geral satisfatoriamente conservada. As calçadas apresentam uma grande diversidade e incoerência de material, em muitos casos são estreitas e, muitas vezes, o posteamento impede a normal circulação dos pedestres. Os materiais que pavimentam as praças do bairro, também, apresentam a maior diversidade e heterogeneidade (vide mapa temático n.6).

O sistema de postes elétricos e de iluminação impede uma leitura clara da paisagem urbana, seja pela falta de requinte no desenho seja pela confusão da disposição inadequada. O sistema de quiosques e de outros equipamentos registra os mesmos problemas de localização e falta de requintes no desenho, além disso, nota-se a falta quase total de cestas para lixo.



## 7.8 ARTE URBANA

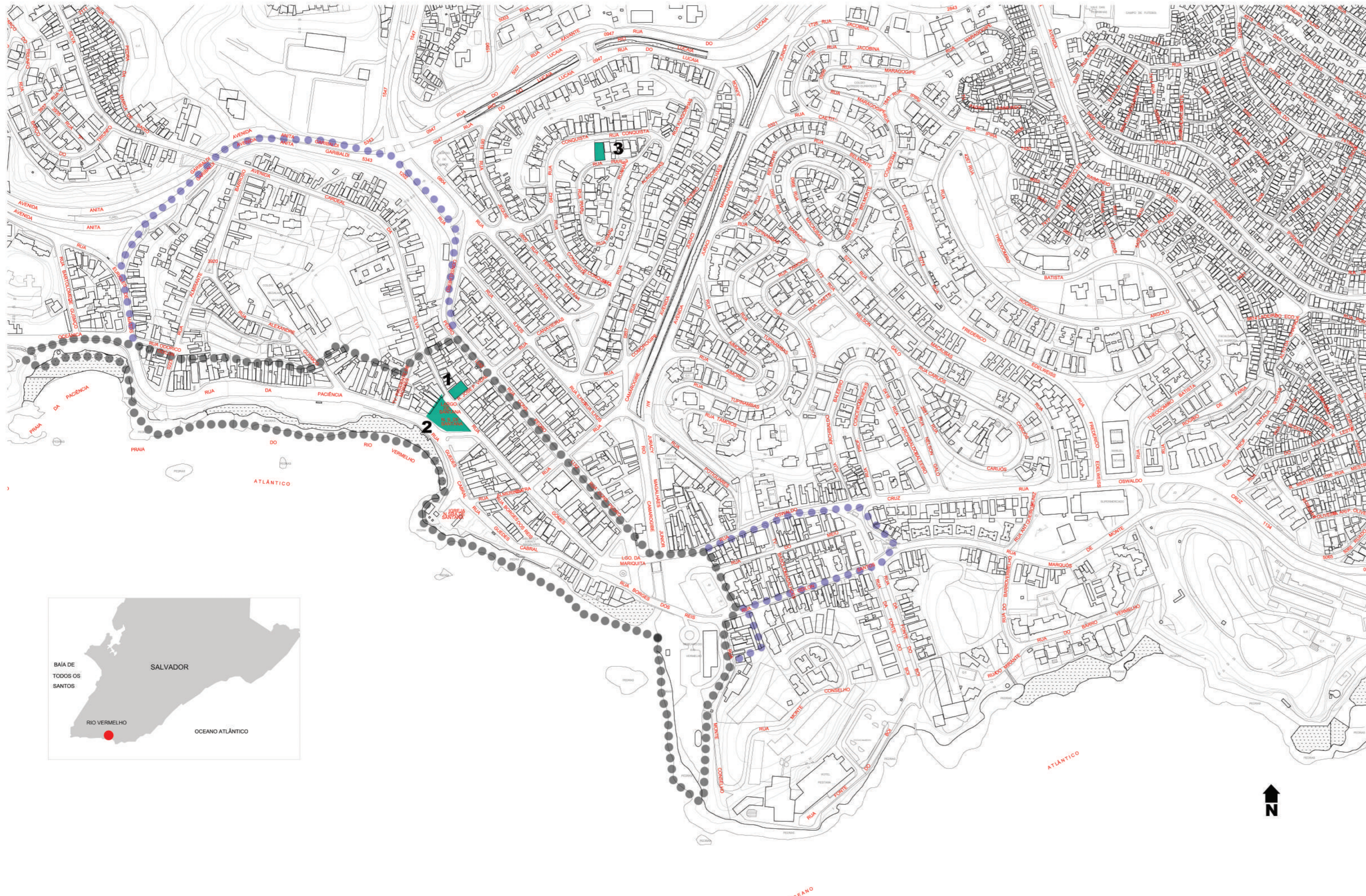
Como foi dito nos capítulos anteriores, o bairro do Rio Vermelho é ele mesmo um grande cenário e palco no sentido literal, das mais diversas formas artísticas. Os muros do bairro gritam através seus grafites, que se renovando periodicamente contam histórias sempre diferentes. Os azulejos de Bel Borba, reconhecido artista multifacetado, parecem vestígios de uma civilização milenária, encaixados nas encostas e nos muros de pedra do bairro.

Muitas mais são as obras de Bel Borba espalhadas pelas ruas e praças do Rio Vermelho, muitas outras obras entre elas a escultura da Rainha do Mar de Manoel Bonfim e a homenagem do Mestre Didi, sacerdote-artista e mais antigo descendente no Brasil do reino do Ketu, à ancestralidade.

Infelizmente muitas obras foram completamente abandonadas e mal cuidadas pelos órgãos prepostos, sobretudo a obra de mestre Didi, que precisaria de uma rápida recuperação.

Muitas dessas obras estão localizadas de forma confusa, precisam ser valorizadas, o Rio Vermelho, naturalmente, teve sempre uma forte vocação "artística" que sem hesitação deveria ser fomentada e valorizada.





# LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA INCIDENTE SOBRE A ÁREA DE PROTEÇÃO

**BENS TOMBADOS**  
**Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia (IPAC)**

- 1 Casa n.6 Largo de Santana (tombamento 2002)**
- 2 Largo de Santana (tombamento provisório 2006)**
- 3 Casa de J. Amado e Z. Gattai (tombamento provisório 2005)**

●●●●●  
**POLIGONAL DA ÁREA DE PROTEÇÃO CULTURAL E PAISAGÍSTICA (APCP)**  
**(Lei n.7400/2008)**

●●●●●  
**ÁREAS RETIRADAS DA POLIGONAL DA APCP DO PDDU DE 2004 (Lei 6584)**



**MP CECRE 2012.**  
 MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E CONJUNTOS HISTÓRICOS.  
 FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

Estudos de requalificação e de valorização urbana e paisagística do Rio Vermelho em Salvador.

folha	escala	<b>LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA INCIDENTE SOBRE A ÁREA DE PROTEÇÃO</b> MAPAS TEMÁTICOS
<b>N.1</b>	1/5000	
	data OUTUBRO-2012	

É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, assim como modificações de qualquer natureza sem a prévia autorização do autor, estando o infrator sujeito às penalidades previstas em lei.

responsável técnico  
 ARQ. FEDERICO CALABRESE  
 desenho  
 ARQ. FEDERICO CALABRESE





# PERIODIZAÇÃO

- SÉCULO XVIII-XIX 7,8%
- PRIMEIRA METADE SÉCULO XX 15%
- SEGUNDA METADE SÉCULO XX 77,2%

●●●●●  
**POLIGONAL DA ACP (Lei n.7400/2008)**  
**(ÁREA DE PROTEÇÃO CULTURAL E AMBIENTAL)**

**A planta apresentada é uma atualização e ampliação do levantamento de 2005 do IPAC, baseado na avaliação das fachadas, e na permanência original dos primeiros cômodos das edificações.**



**MP CECRE 2012.**  
 MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E CONJUNTOS HISTÓRICOS.  
 FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

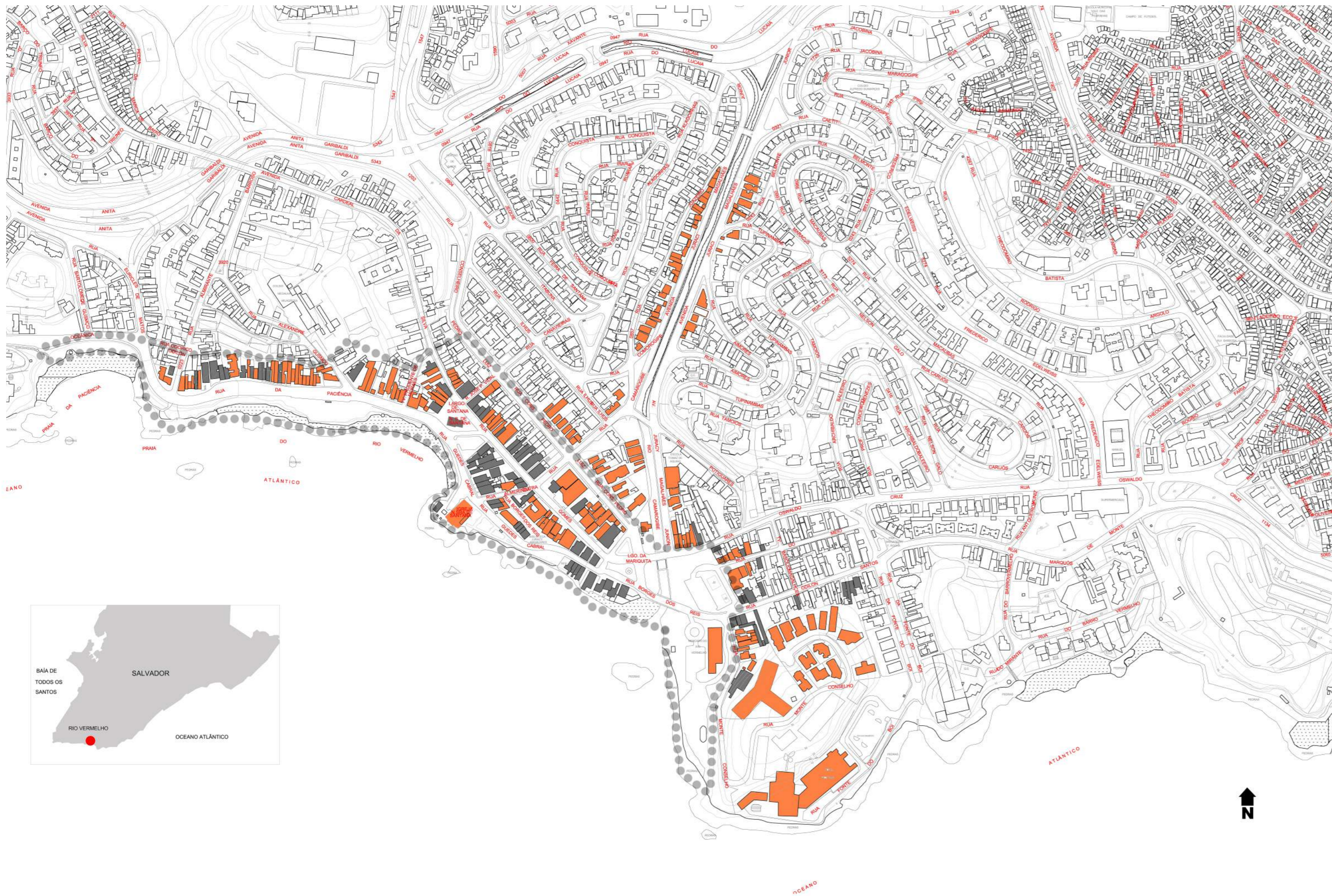
## Estudos de requalificação e de valorização urbana e paisagística do Rio Vermelho em Salvador.

folha	escala	<b>PERIODIZAÇÃO</b>
<b>N.2</b>	1/5000	
	data	<b>MAPAS TEMÁTICOS</b>
	OUTUBRO-2012	

É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, assim como modificações de qualquer natureza sem a prévia autorização do autor, estando o infrator sujeito às penalidades previstas em lei.

responsável técnico  
 ARQ. FEDERICO CALABRESE  
 desenho  
 ARQ. FEDERICO CALABRESE





## ANÁLISE DO CONTEXTO CONSTRUÍDO EM RELAÇÃO AO CONTEXTO PAISAGÍSTICO NATURAL

■ INTEGRADO 40%  
 ■ DESINTEGRADO 60%



**POLIGONAL DA APCP (lei n.7400/2008)  
 (ÁREA DE PROTEÇÃO CULTURAL E PAISAGÍSTICA)**



MP CECRE 2012.

MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E CONJUNTOS HISTÓRICOS.

FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

Estudos de requalificação e de valorização urbana e paisagística do Rio Vermelho em Salvador.

folha

N.3

escala

1/5000

data

OUTUBRO-2012

ANÁLISE DO CONTEXTO CONSTRUÍDO EM  
 RELAÇÃO AO CONTEXTO PAISAGÍSTICO NATURAL

MAPAS TEMÁTICOS

É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, assim como modificações de qualquer natureza sem a prévia autorização do autor, estando o infrator sujeito às penalidades previstas em lei.

responsável técnico  
 ARQ. FEDERICO CALABRESE  
 desenho  
 ARQ. FEDERICO CALABRESE





## ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS IMÓVEIS

■ BOM	15%
■ SATISFATÓRIO	50%
■ RUIM	31,2%
■ MUITO RUIM	3%
■ TERRENO	0,8%

●●●●●  
**POLIGONAL DA ACP (Lei n.7400/2008)**  
**(ÁREA DE PROTEÇÃO CULTURAL E AMBIENTAL)**

**A planta apresentada é uma atualização e ampliação do levantamento de 2005 do IPAC, baseado na avaliação das fachadas e volumetria.**



MP CECRE 2012.

MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E CONJUNTOS HISTÓRICOS.

FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

## Estudos de requalificação e de valorização urbana e paisagística do Rio Vermelho em Salvador.

folha

N.4

escala  
1/5000

data  
OUTUBRO-2012

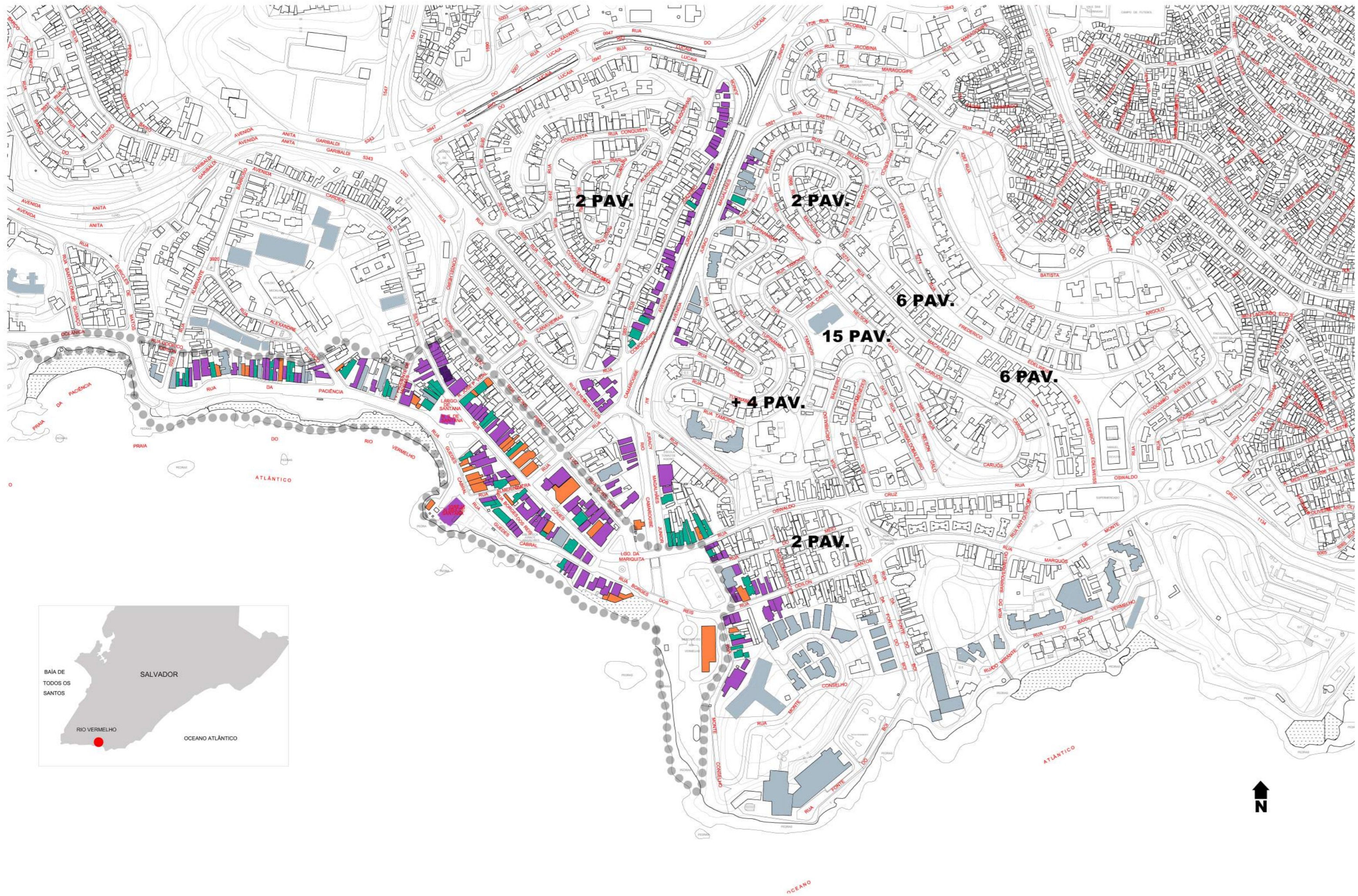
## ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS IMÓVEIS

MAPAS TEMÁTICOS

É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, assim como modificações de qualquer natureza sem a prévia autorização do autor, estando o infrator sujeito às penalidades previstas em lei.

responsável técnico  
 ARQ. FEDERICO CALABRESE  
 desenho  
 ARQ. FEDERICO CALABRESE





**GABARITO**

<span style="color: orange;">■</span>	<b>1 PAVIMENTO</b>	<b>6,9%</b>
<span style="color: purple;">■</span>	<b>2 PAVIMENTOS</b>	<b>45%</b>
<span style="color: green;">■</span>	<b>3 PAVIMENTOS</b>	<b>25%</b>
<span style="color: blue;">■</span>	<b>4 OU + PAVIMENTOS</b>	<b>22,1%</b>
<span style="color: darkpurple;">■</span>	<b>EM CONSTRUÇÃO</b>	<b>1%</b>

●●●●●  
**POLIGONAL DA APCP (Lei n.7400/2008)**  
**(ÁREA DE PROTEÇÃO CULTURAL E AMBIENTAL)**

**A planta apresentada é uma atualização e ampliação do levantamento de 2005 do IPAC.**



**MP CECRE 2012.**  
 MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E CONJUNTOS HISTÓRICOS.  
 FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

**Estudos de requalificação e de valorização urbana e paisagística do Rio Vermelho em Salvador.**

folha  
**N.5**

escala  
 1/5000  
 data  
 OUTUBRO-2012

**GABARITO**  
 MAPAS TEMÁTICOS

É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, assim como modificações de qualquer natureza sem a prévia autorização do autor, estando o infrator sujeito às penalidades previstas em lei.

responsável técnico  
 ARQ. FEDERICO CALABRESE  
 desenho  
 ARQ. FEDERICO CALABRESE



# PAVIMENTAÇÃO E MOBILIÁRIO URBANO

- 1 Paciência
- 2 Rua Guedes Cabral
- 3 Largo de Santana
- 4 Largo de Santana com João Gomes
- 5 Rua João Gomes
- 6 Largo da Mariquita
- 7 Mercado do Peixe
- 8 Rua Gudes Cabral
- 9 Praça Colombo
- 10 Mariquita
- 11 Mariquita
- 12 Rua do Canal

●●●●●  
**POLIGONAL DA ACP (Lei n.7400/2008)**  
**(ÁREA DE PROTEÇÃO CULTURAL E AMBIENTAL)**



MP CECRE 2012.

MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E CONJUNTOS HISTÓRICOS.

FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

Estudos de requalificação e de valorização paisagística do Rio Vermelho em Salvador.

folha  
**N.6**

escala  
 1/5000  
 data  
 OUTUBRO-2012

**PAVIMENTAÇÃO E MOBILIÁRIO URBANO**

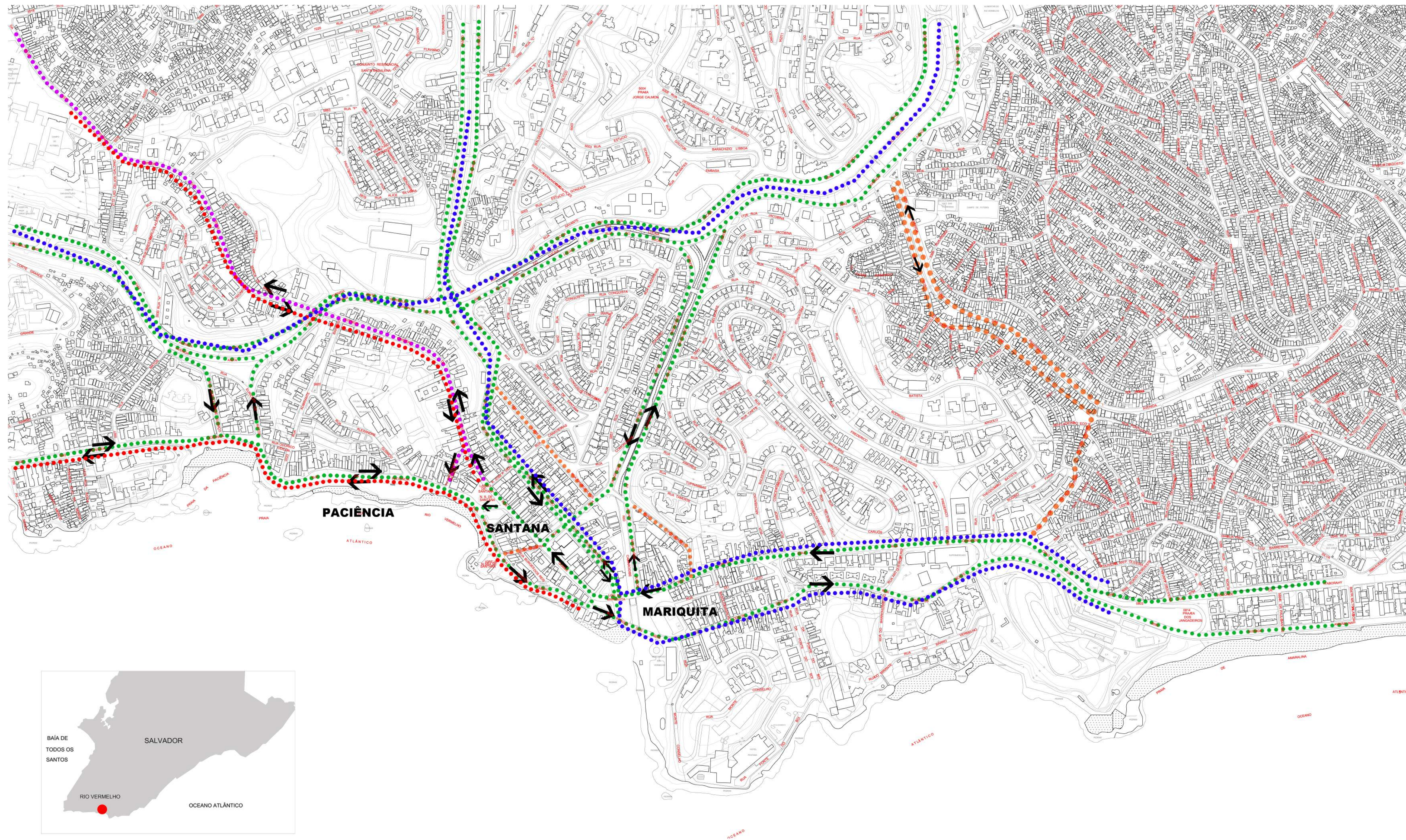
MAPAS TEMÁTICOS

É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, assim como modificações de qualquer natureza sem a prévia autorização do autor, estando o infrator sujeito às penalidades previstas em lei.

responsável técnico  
 ARQ. FEDERICO CALABRESE  
 desenho  
 ARQ. FEDERICO CALABRESE







## SISTEMA VIÁRIO

- VIA COLETORA DE CONEXÃO
- VIA LOCAL
- VIA ARTERIAL

## TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS

- MEDIA CAPACIDADE
- BAIXA CAPACIDADE



MP CECRE 2012.

MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E CONJUNTOS HISTÓRICOS.

FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

## Estudos de requalificação e de valorização urbana e paisagística do Rio Vermelho em Salvador.

folha  
N.7

escala  
1/5000  
data  
OUTUBRO-2012

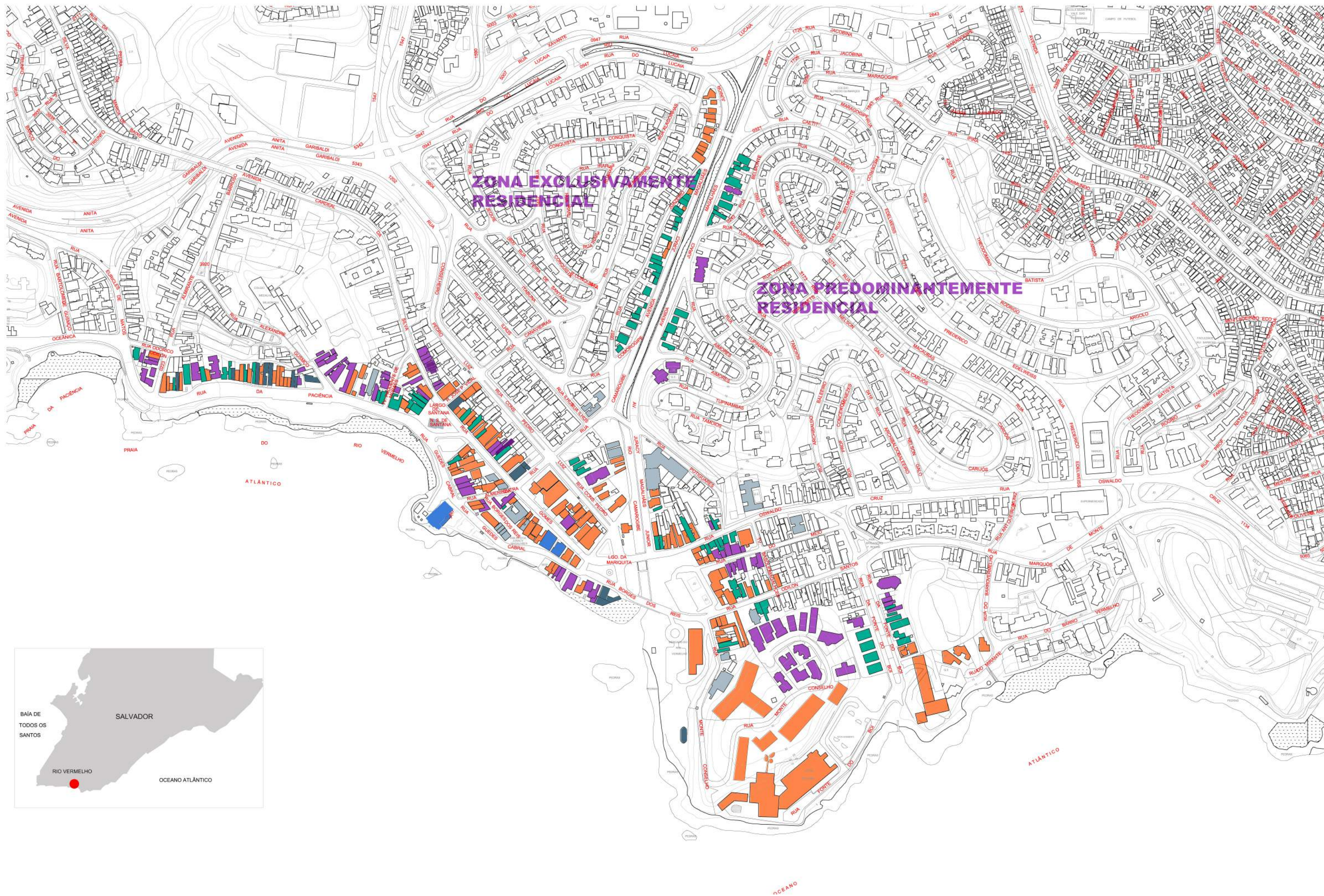
## SISTEMA VIÁRIO

MAPAS TEMÁTICOS

É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, assim como modificações de qualquer natureza sem a prévia autorização do autor, estando o infrator sujeito às penalidades previstas em lei.

responsável técnico  
ARG. FEDERICO CALABRESE  
desenho  
ARG. FEDERICO CALABRESE





## USOS

<span style="color: orange;">■</span> COMERCIAL/SERVIÇOS	<b>41%</b>
<span style="color: green;">■</span> MISTO (RESIDENCIAL/COMERCIAL)	<b>28%</b>
<span style="color: purple;">■</span> RESIDENCIAL	<b>24%</b>
<span style="color: lightblue;">■</span> INSTITUCIONAL	<b>3,8%</b>
<span style="color: darkblue;">■</span> RELIGIOSO	<b>1,7%</b>
<span style="color: grey;">■</span> SEM USO	<b>1%</b>
<span style="color: darkpurple;">■</span> TERRENO/OBRAS	<b>0,5%</b>

●●●●●  
**POLIGONAL DA APCP (lei n.7400/2008)**  
**(ÁREA DE PROTEÇÃO CULTURAL E AMBIENTAL)**



**MP CECRE 2012.**  
 MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E CONJUNTOS HISTÓRICOS.  
 FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

## Estudos de requalificação e de valorização paisagística do Rio Vermelho em Salvador.

folha  
**N.8**

escala  
 1/5000  
 data  
 OUTUBRO-2012

**USOS**  
 MAPAS TEMÁTICOS

É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, assim como modificações de qualquer natureza sem a prévia autorização do autor, estando o infrator sujeito às penalidades previstas em lei.

responsável técnico  
 ARQ. FEDERICO CALABRESE  
 desenho  
 ARQ. FEDERICO CALABRESE





## ESPAÇOS ABERTOS

**ÁREA OCUPADA LÍQUIDA 70%**  
**SISTEMA VIÁRIO 20%**  
**ÁREA OCUPADA BRUTA 90%**  
**ÁREA LIVRE 7%**

●●●●●  
**POLIGONAL DA ACP (lei n.7400/2008)**  
**(ÁREA DE PROTEÇÃO CULTURAL E PAISAGÍSTICA)**

**Os dados foram levantado tomando como base uma pesquisa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente — SEDHAM e da Coordenadoria Central de Produção de Indicadores Urbano-Ambientais — COPI do ano 2009**



**MP CECRE 2012.**

MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E CONJUNTOS HISTÓRICOS.

FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

Estudos de requalificação e de valorização paisagística do Rio Vermelho em Salvador.

folha  
**N.9**

escala  
1/5000  
data  
OUTUBRO-2012

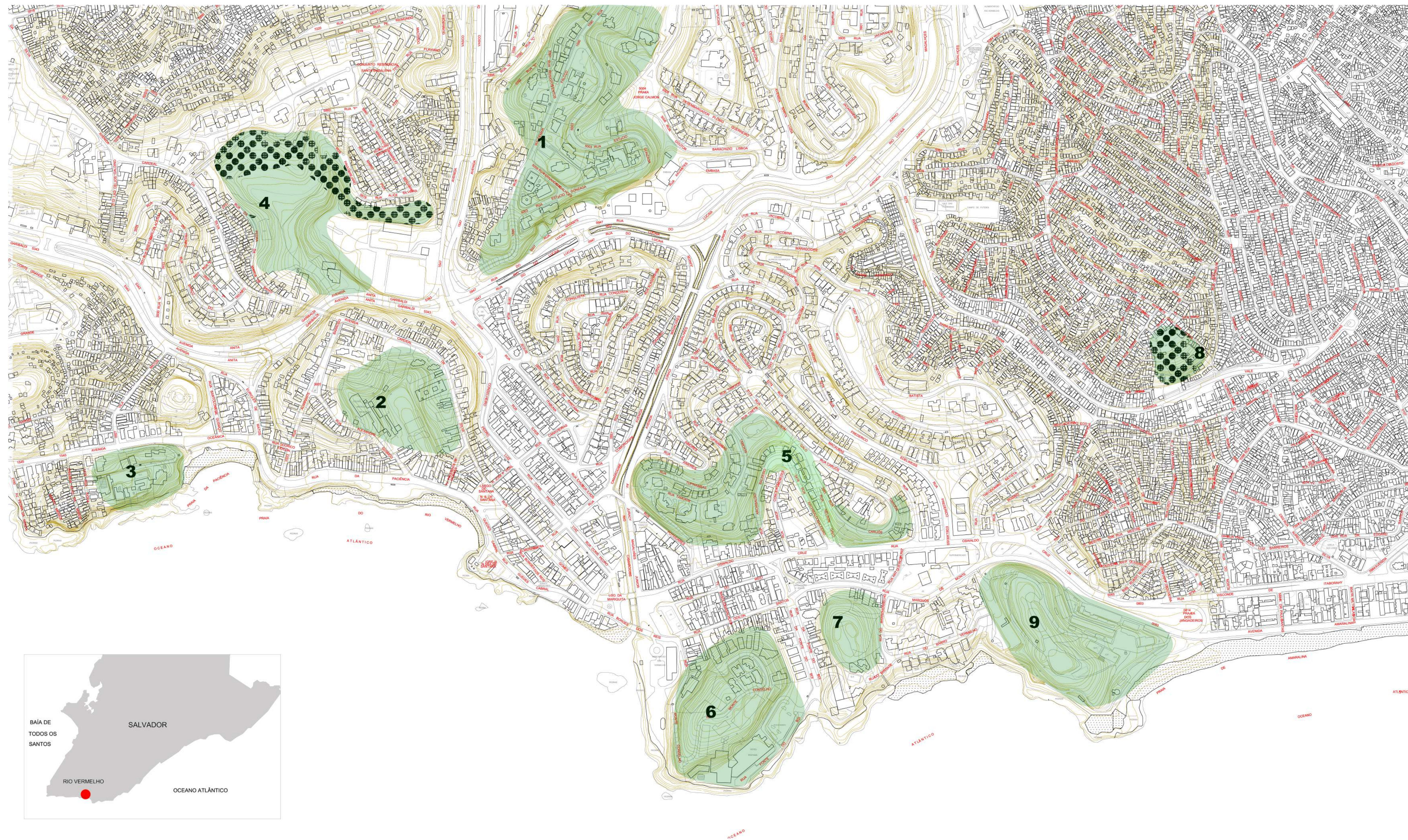
**ESPAÇOS ABERTOS**

MAPAS TEMÁTICOS

É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, assim como modificações de qualquer natureza sem a prévia autorização do autor, estando o infrator sujeito às penalidades previstas em lei.

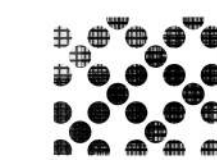
responsável técnico  
ARQ. FEDERICO CALABRESE  
desenho  
ARQ. FEDERICO CALABRESE





## ÁREAS ARBORIZADAS

- 1 WALDEMAR FALCÃO
- 2 COLÉGIO MEDALHA MILAGROSA
- 3 ALTO DA SEREIA
- 4 CARDEAL DA SILVA
- 5 JARDIM CARAMURU
- 6 MORRO DO CONSELHO
- 7 MORRO DO MENINO JESUS (HOSPITAL NITA COSTA)
- 8 SANTA CRUZ
- 9 QUARTEL DE AMARALINA



ÁREA ARBORIZADAS EXISTETNTES PDU 2008  
( LEI N. 7400/2008)



ÁREA ARBORIZADAS ATÉ PDU 2004  
(LEI 6584 2004)



MP CECRE 2012.

MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E CONJUNTOS HISTÓRICOS.

FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

Estudos de requalificação e de valorização paisagística do Rio Vermelho em Salvador.

folha  
N.10

escala  
1/5000  
data  
OUTUBRO-2012

ARBORIZAÇÃO

MAPAS TEMÁTICOS

É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, assim como modificações de qualquer natureza sem a prévia autorização do autor, estando o infrator sujeito às penalidades previstas em lei.

responsável técnico  
ARQ. FEDERICO CALABRESE  
desenho  
ARQ. FEDERICO CALABRESE





## ARTE URBANA

- 1 Bel Borba
- 2 Bel Borba
- 3 Bel Borba
- 4 Bel Borba
- 5 Bel Borba
- 6 Mestre Didi
- 7 Bel Borba
- 8 Bel Borba
- 9 Manoel Bonfim
- 10 Bel Borba
- 11 Bel Borba

●●●●●  
**POLIGONAL DA APCA (Lei n.7400/2008)**  
**(ÁREA DE PROTEÇÃO CULTURAL E AMBIENTAL)**



MP CECRE 2012.

MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E CONJUNTOS HISTÓRICOS.

FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

## Estudos de requalificação e de valorização paisagística do Rio Vermelho em Salvador.

folha

N.11

escala

1/5000

data

OUTUBRO-2012

ARTE URBANA

MAPAS TEMÁTICOS

É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, assim como modificações de qualquer natureza sem a prévia autorização do autor, estando o infrator sujeito às penalidades previstas em lei.

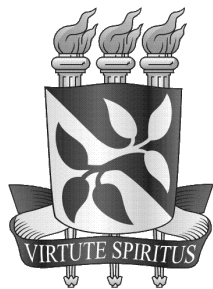
responsável técnico

ARQ. FEDERICO CALABRESE

desenho

ARQ. FEDERICO CALABRESE





**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE ARQUITETURA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO  
DE MONUMENTOS E NÚCLEOS HISTÓRICOS  
MP- CECRE**

**FEDERICO CALABRESE**

**ESTUDOS DE REQUALIFICAÇÃO E DE VALORIZAÇÃO URBANA E  
PAISAGÍSTICA DO RIO VERMELHO EM SALVADOR**

Salvador  
2013



## SUMÁRIO

### VOLUME I

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>1 RIO VERMELHO ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA</b> <b>A história do Rio Vermelho, do seu patrimônio cultural e paisagístico e o que permanece disso até hoje</b>	<b>17</b>
1.1 CARAMURU E O DESCOBRIMENTO	17
1.2 A INVASÃO HOLANDESA, 1624	21
1.3 O LENTO POVOAMENTO DO SEC. XVI AO SEC. XIX	22
1.4 O PERÍODO ÁUREO DOS VERANISTAS, 1880-1930	23
1.5 LOTEAMENTO PIONEIRO: O PARQUE CRUZ AGUIAR	24
1.6 OS PESCADORES	26
1.7 RIO VERMELHO IMATERIAL	27
<b>1.7.1 As festas religiosas</b>	<b>28</b>
<b>1.7.2 Espetáculos contemporâneos</b>	<b>35</b>
1.8 RIO VERMELHO UMA QUESTÃO DE LIMITES	38
1.9 MAPA DE SINTESE	42
<b>2 A EVOLUÇÃO UBANA</b> <b>As relações do espaço urbano entre o bairro e a cidade, entre o espaço público e o privado, entre espaços abertos, semiabertos e fechados</b>	<b>43</b>
2.1 O TERRITÓRIO MUNICIPAL. BREVE HISTÓRICO	43
<b>2.1.1 Subdivisões do território municipal</b>	<b>44</b>
2.2 PLANEJAMENTO URBANO DO EPUCS AO PLANDURB	50
2.3 EVOLUÇÃO URBANA DA DÉCADA DE 80 ATÉ HOJE	57
2.4 A CRISE DA CIDADE (?) É CRISE DO ESPAÇO PÚBLICO	58
2.5 O RIO VERMELHO: ÁGORA DE UMA METRÓPOLE DISPERSA	63
2.6 MAPA DE SINTESE	65
<b>3 O PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E PAISAGÍSTICO DO RIO VERMELHO: ASPECTOS LEGISLATIVOS URBANÍSTICOS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR</b>	<b>66</b>
3.1 PATRIMÔNIO E MEMÓRIA	66
3.2 O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E CULTURAL DO RIO VERMELHO	68
3.3 DO DECRETO DE SÃO LÁZARO DE 1978 ATÉ HOJE	69
3.4 DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA EM SALVADOR	72
3.5 PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA DO RIO VERMELHO	73



## **VOLUME II**

<b>4 LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO E ICONOGRÁFICO</b>	<b>77</b>
Reprodução de imagens antigas, fotos comparativas, fotos atuais.	
<b>5 ANÁLISE PERCEPTIVA E FENOMENOLÓGICA</b>	<b>78</b>
5.1 A APREENSÃO DOS LUGARES (MÉTODO KHOLDORSF)	78
5.2 A PERCEPÇÃO URBANA COMO INSTRUMENTO DE PROJETO	87
5.3 MAPAS DE SINTESE	91
<b>6 CARTOGRAFIAS TEMÁTICAS (DESCRIÇÕES)</b>	<b>92</b>
6.1. COMO ESTÁ FEITO O RIO VERMELHO	92
<b>6.1.1 Mapas Temáticos</b>	<b>92</b>
Grau de proteção	
Periodização	
Grau de integração	
Estado de conservação	
Gabarito	
Matérias dos espaços abertos e mobiliário urbano	
6.2 COMO FUNCIONA O RIO VERMELHO	93
<b>6.2.1 Mapas Temáticos</b>	<b>93</b>
Sistema viário	
Usos	
Espaços abertos	
Áreas arborizadas	
Arte urbana	
<b>7 DIAGNÓSTICO</b>	<b>94</b>
7.1 LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA INCIDENTE SOBRE A ÁREA DE PROTEÇÃO	94
7.2 GRAU DE INTEGRAÇÃO	95
7.3 ANÁLISE DO CONTEXTO NATURAL PAISAGÍSTICO E CONSTRUÍDO	99
7.4 OCUPAÇÃO E USO DO SOLO	102
7.5 SISTEMA VIÁRIO	105
7.6 ARBORIZAÇÃO	107
7.7 PAVIMENTAÇÃO E MOBILIÁRIO URBANO	108
7.8 ARTE URBANA	109

## **VOLUME III**

<b>8 CONCLUSÕES: PROPOSTA DE PROJETO</b>	<b>111</b>
8.1 MEMORIAL DESCRITIVO	111
8.2 PRANCHAS DE PROJETO	119
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>120</b>

## **8 CONCLUSÕES: PROPOSTA DE PROJETO**

Através das análises dos mapas temáticos das descrições e da apreensão do lugar, os objetivos gerais discutidos e definidos bem como a definição do papel de bairro em comparação com o sistema urbano adjacente e não, dentro da mais geral requalificação da cidade e do território, são traduzidos em cartografias (pranchas de projeto) que tentam testá-los, no sentido da experiência projetual, através de esquemas de projeto dos espaços e funções das peças que descrevem o grau das escolhas propondo-as para discussão e verificação.

Os mapas expressos nos capítulos anteriores não se limitam a definir o projeto, mas eles acabam por implementar uma ferramenta projetual, como a revalorização e requalificação paisagística das áreas de interesse histórico-cultural do Rio Vermelho, e isso levanta algumas questões gerais, especialmente tendo em conta o fato de propor uma "forma" específica para o instrumento projetual. Uma forma que faça legível a estrutura da ferramenta de projeto, e especialmente a sua finalidade.

À exemplificação do que já foi explicitado até agora, vai o projeto se materializar, concretamente, como de requalificação e de valorização paisagística e arquitetônica de uma área do bairro, significativa e frágil ao mesmo tempo: a área que abrange o Largo da Mariquita e de Santana e áreas adjacentes.

Assim, o projeto proposto terá como objetivo principal resgatar o Rio Vermelho como um lugar da memória.

### **8.1 MEMORIAL DESCRITIVO**

#### **Ações prévias**

Duas ações prévias ao projeto de requalificação são de vital importância para enfrentar este estudo. Após o levantamento de dados e o diagnóstico realizado durante o desenvolvimento do trabalho, tais ações se mostraram ainda mais

importantes para seu êxito: a drástica redução do tráfego e a ampliação da Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP) do Rio Vermelho.

O Rio Vermelho se transforma de bairro periférico a bairro de passagem em um espaço de tempo relativamente curto, o que, aliado à expansão imobiliária criou um dos maiores problemas para o bairro: os congestionamentos causados pela quantidade de carros e ônibus que atravessam diariamente uma malha urbana inadequada, já que não acompanhou as mudanças sofridas pelo bairro.

Assim, retomando uma ideia do EPUCS, nunca realizada, propõe-se, após algumas desapropriações pontuais, o alargamento da Avenida Vale das Pedrinhas, que permitirá que o fluxo de carros contorne o Bairro sem, necessariamente, atravessá-lo.

Quem vier da Amaralina na direção Barra poderá pegar a Avenida Vale das Pedrinhas e sair na Av. Juracy Magalhães Neto, fazendo o retorno existente e retomando o fluxo na direção Barra-Ondina. A mesma coisa se dará quanto ao fluxo contrário, da Barra em direção à Amaralina: entrando antes da Paciência na Avenida Garibaldi, como se faz hoje; se percorre a Lucaia até pegar a Vale das Pedrinhas para depois sair já no final da Rua Osvaldo Cruz em direção à Amaralina.

O tráfego na parte central do Bairro, que vai de Santana à Mariquita, se reduzirá drasticamente. A Rua Guedes Cabral se tornará um calçadão exclusivo para pedestres a partir da Igreja Nova de Santana. Na parte restante, que vai da Paciência até se conectar com a Rua João Gomes, funcionará na direção Barra-Amaralina e somente para um trânsito local, de moradores, hotéis e comércio, com um sistema de piquetes automáticos colocado no final da Rua da Paciência, onde a pavimentação asfáltica acabará dando lugar à pedra portuguesa.

O tráfego na parte central do bairro de Santana até a Mariquita será reduzido drasticamente. A Rua Guedes Cabral será exclusiva de pedestres a partir da Igreja Nova de Santana e o trecho da Rua João Gomes, que vai da Rua Almerinda Dutra até a Praça Colombo se conectará com o novo fluxo local da Rua Guedes Cabral.

Quem vier da Amaralina para a Cardeal da Silva pegará a Rua Conselheiro Luiz e o último trecho da Rua João Gomes em direção à Cardeal da Silva. O pedestre, desse modo, torna-se dono da Cidade.



Impensável seria eliminar totalmente o fluxo de veículos, sobretudo porque o bairro vive muito da noite, com seus bares e restaurantes. Se propõe a construção de três estacionamentos pagos, em convênio com a Prefeitura: dois subterrâneos, no Largo de Santana e na Praça Colombo, ambos com entradas pela Rua Conselheiro Luiz e um estacionamento de três pavimentos construído na área entre a Conselheiro Luiz e o Canal Lucaia, numa área agora ocupada por galpões, usados temporariamente pela UNIFACS, pois serão abandonados com a ida desta instituição para o novo campus da Paralela.

Os três estacionamentos localizados de forma estratégica com entrada e saída de pedestres nos três principais largos atenderão perfeitamente o público que quiser chegar com carro no Rio Vermelho para aproveitar dos equipamentos turísticos e terciários oferecidos.

O Projeto pretende resgatar, ampliando a atual, a poligonal determinada na LOUS de 2004, e ampliá-la até o Quartel de Amaralina. Seria um primeiro e imprescindível passo no sentido da preservação dos valores culturais, arquitetônicos e ambientais do bairro, sabendo que o resgate da poligonal vai ser acompanhado a uma série de projetos urbanístico e de requalificação de escala pequena e média, que serão abordados neste estudo.

### **Um novo sistema de espaços públicos: critérios gerais**

Entende-se por espaço público qualquer lugar de uso coletivo, independentemente de seu regime de propriedade. Desdobra-se a partir deste conceito que, o espaço público (o vazio) se complementa pela construção do seu entorno (o cheio), e sua existência é um dos valores contemporâneos mais tangíveis em termos de civilização e de sustentabilidade.

O espaço público é, desde sua origem, espaço de relação. É um estruturador de percursos, o que permite o estabelecimento de continuidades urbanas, tanto dos espaços coletivos como dos privados. É fundamental para formação do tecido urbano, permitindo a sequência de cenários sucessivos, de acordo com seus grupos de usos e atividades.

Equipamentos públicos devem respeitar e qualificar o espaço público e seu entorno, além de gerar atividade e controle. Da mesma forma edifícios privados também devem procurar estabelecer um diálogo de acordo com suas funções, promovendo a formalização do espaço coletivo. Em ambos os casos, a formalização do espaço público é determinada pelas construções e os usos possíveis das atividades que podem ser desenvolvidas.

As decisões sobre o espaço público exigem uma reflexão mais abrangente sobre o modelo de cidade, território e cultura. O espaço público e seus percursos atendem às lógicas urbanas de formação do conjunto arquitetônico, à complexidade da forma urbana e a sua capacidade para se regenerar.

O espaço público sempre tem sido um reflexo da cultura em seu momento histórico. A tarefa de projetar o espaço público deve estar sujeita à critérios que emergem desta cultura local, consolidada através da experiência, permitindo a introdução controlada, mas necessária, das inovações. O projeto de arquitetura e engenharia de espaços públicos deve ser guiado por alguns valores muito importantes: o respeito pelo vazio e pelo local objeto da intervenção. Ao mesmo tempo, também deve ser guiado pelo estudo cuidadoso da sua definição geométrica, sustentabilidade, austeridade, flexibilidade, e reversibilidade das soluções.

A remodelação do espaço público deve ser tratada de acordo com a verdadeira cultura do local, sem simulações históricas, sem ser submetida à banalização de sua memória.

Os elementos comuns de urbanização, pavimentação, mobiliário e paisagismo, que são parte do espaço público, devem ser objeto de um projeto de desenho industrial qualificado.

Deverão atender todos os requisitos exigidos para os elementos comuns ao desenvolvimento urbano, sendo parte do debate cultural e da pluralidade de ideias que podem oferecer seu desenho para atender às exigências das administrações públicas em termos de funcionalidade, manutenção, durabilidade, segurança.

A ocupação e uso do espaço público é objeto de muitas concessões privadas pelo governo e, portanto, não podem ser permanentes. Da mesma forma, usos públicos são muitas vezes excessivos, porque visam a satisfazer todos os

déficits existentes. Em resumo, na cidade compacta é necessário dosar o tipo de utilização do espaço público.

### **Proposta de projeto**

Projetar para o Rio Vermelho é, como já foi dito anteriormente, continuar uma escritura interrompida, em um lugar que ainda tem alguns resquícios de patrimônio arquitetônico, com seus sobrados dos séculos XVIII e XIX, e suas edificações do começo do século XX, em um lugar que conserva e preserva um importante patrimônio imaterial nas suas festas religiosas e nas suas dinâmicas urbanas tão presentes e marcantes.

O estudo individualizou algumas áreas particularmente frágeis do bairro onde começar a ação de requalificação, tal como uma acupuntura urbana, para tentar, do particular ao geral, modificar, melhorar e potencializar as qualidades do Rio Vermelho. Uma ação pontual, mas, não isolada, através da requalificação de distintas áreas fragmentadas, mas sempre ligadas, de forma sutil ou mais evidente, através do elemento presente, mas pouco valorizado: a água.

No detalhe, o estudo foi desenvolvido nas áreas ente o Largo de Sant'Ana e a Mariquita, criando um novo sistema de espaços públicos em que o cidadão, e não o carro, seja o protagonista da cena urbana.

O Largo de Sant'Ana torna-se uma praça. O fluxo de veículos não atravessa mais a praça, e a igreja será o verdadeiro elemento central do vazio, conformado como um cenário urbano, com alguns elementos arquitetônicos ainda bem conservados que tem como tela de fundo o mar: elemento que o projeto tenta resgatar ampliando o mísero passeio atual, criando um calçadão que conectará as várias partes da intervenção e restituirá aos cidadãos a vista e o gozo da paisagem.

O que era até agora um limite, se integra na vida do bairro de forma mais evidente e menos esporádica. A questão do limite é importante para este projeto de requalificação. Limite não mais como divisão, mas como ponto de união.

Tema igualmente recorrente no tratamento do Largo da Mariquita, onde o rio desemboca no mar. O trânsito é desviado dessa área, então se tenta resgatar - reciclar talvez seja a palavra correta -, uma infraestrutura urbana como a ponte que



foi construída durante as obras de realização do emissário submarino com consequente aterro e elevação da cota viária.

A ponte se torna um grande deck de madeira, uma nova área de lazer e de acesso à praia da Mariquita. O deck se estende à frente do Mercado do Peixe, cujo estacionamento será removido, até a base do Morro do Conselho, criando um parque com estruturas esportivas e um caminho sobre as pedras.

Outro tipo de tratamento é dado ao Largo da Mariquita, que se configura como um espaço de uso mais livre e menos definido do que os demais espaços do bairro, sendo provavelmente o espaço mais contemporâneo do Rio Vermelho. Apesar de destinar-se atualmente a uma ocupação noturna similar àquela do Largo de Sant'Ana, com mesas de bares e sombreiros, pensa-se que o espaço possa ser utilizado de maneiras diversas.

Os sombreiros fixos que atualmente ocupam a praça de forma indiscriminada e confusa serão removidos; se propõe a instalação de um sistema de pérgolas de madeira, de diferentes alturas. As pérgolas se adaptarão às diferentes ocupações do espaço, podendo funcionar tanto como cobertura das mesas dos bares à noite, quanto para abrigar exposições ao ar livre ou outro tipo de evento. Ou simplesmente sendo um espaço agradável para se estar mesmo durante o dia, pois as pérgolas de madeira formarão com a vegetação já existente e com as trepadeiras que serão ali plantadas um ambiente naturalmente sombreado e agradável.

O espaço da Praça Colombo será tratado com mais austeridade e simplicidade, conformando tanto espaços para abrigar mesas e cadeiras dos restaurantes ali situados, quanto para estar nos bancos colocados sob as árvores que contornarão a praça, permitindo uma agradável permanência com vista do espaço livre tendo ao fundo a praia e o mar.

O espaço público tem que ser pensado a partir de um projeto arquitetônico global e unitário, que abranja todos os aspectos técnicos tais como: drenagem, iluminação, vegetação, irrigação, etc.; deve contemplar a leitura histórica do desenvolvimento urbano, da morfologia, para que o novo espaço público se integre ao contexto urbano, qualificando-o sem se impor.

O projeto do espaço público deve ser baseado na austeridade, simplicidade, e na busca de um vazio qualificado, de modo a focar o contexto

urbano sem distorcê-lo com elementos supérfluos. A clareza, a transparência, é outra característica que tem de contemplar o projeto do espaço público, para garantir a integração e a valorização do contexto urbano e seu uso seguro. O minimalismo é a maneira que nos aproximamos da simplicidade, o que implica a eliminação de todos os elementos supérfluos que podem afetar de leitura do espaço público e sua relação com o contexto urbano.

O novo espaço público tem de ser claramente aberto para o contexto urbano, perfeitamente ligado ao lugar onde está situado, deve ter acesso universal, deve ser conectado a todos os espaços públicos adjacentes. Precisão é outra característica do projeto, juntamente com a flexibilidade das soluções que permitem ajustes fáceis durante o projeto. O desenho da superfície de apoio é a operação básica do espaço público proposto. Há um trabalho de precisão da micro topografia para estabelecer o sistema de intersecção de planos, com inclinações leves para facilitar a drenagem da água da chuva e promover a continuidade dos espaços.

Este traçado geométrico, de base abstrata, deve ser integrado à morfologia do contexto, deve ser uma ressonância. A clareza das soluções geométricas do plano de apoio busca a máxima expressão das dimensões e da geometria de cada espaço. Em termos de topografia, sempre que possível se criam rampas ou planos inclinados, fazer rotas universais e basalto; a geometria do tamanho da pedra responde à concepção espacial do projeto e da geometria das dobras do plano apoio.

O bairro precisa um maior cuidado e homogeneidade no uso dos materiais e dos equipamentos que integram o sistema viário e os espaços abertos que precisam ser valorizados e requalificados.

Em termos de mobiliário, opta-se novamente pelo minimalismo, pela qualidade e durabilidade dos materiais, além do desenho de poucos elementos que são acrescentados ao projeto. Bancos de pedra com acabamento levigado e suportes em aço. Quiosques móveis, pré-fabricados são colocados de modo mais imperceptível possível para respeitar a arquitetura e os espaços públicos das praças. Bicicletário, também, são colocados em cada praça. O mobiliário das praças deve ser simples integrado ao novo espaço público, respeitando o contexto com cadeiras e mesas de alumínio e guarda-sóis de alumínio e de tecido cru.

A vegetação complementa o sistema de elementos mínimos que descrevem a arquitetura de nossos espaços públicos, eliminamos a vegetação residual ou desnecessária e mantendo os elementos de valor, que não são uma barreira visual. De maneira estratégica plantamos novas árvores em zonas estratégicas para criar áreas com sombras e aproveitar dos espaços também durante o dia quando a incidência solar é muito forte.

A iluminação se integra no contexto, projeta-se um sistema ad-hoc para o Rio Vermelho, com diferentes tipologias, por altura e curvatura, que se adaptam ao diferente tipo de espaços. A iluminação apresenta um desenho minimalista e materiais resistentes como o aço cor-ten. Prevê-se a instalação de luminárias nas fachadas de maneira respeitosa e que deverão ser detalhadas.



## 8.2 PRANCHAS DE PROJETO

**N.1 NOVA APCP (Área de Proteção Cultural e Paisagística)**

**N.2 NOVO SISTEMA VIÁRIO**

**N.3 PLANTA DE SITUAÇÃO**

**N.4 PLANTA DE URBANIZAÇÃO - LARGO DE SANT'ANA**

**N.5 PLANTA DE URBANIZAÇÃO - ENTORNO NOA IGREJA**

**N.6 PLANTA DE URBANIZAÇÃO - PRAÇA COLOMBO E ENTRONO**

**N.7 PLANTA DE URBANIZAÇÃO - LARGO DA MARIQUITA**

**N.8 CORTES AA - BB**

**N.9 CORTES CC - DD**

**N.10 CORTES EE- FF**

**N.11 DETALHES RUA TIPO - APROVEITAMENTO ÁGUAS PLUVIAIS**

**N.12 MOBILIÁRIO URBANO - QUISCO-BANCO-ILUMINAÇÃO-BICICLETÁRIO**

**N.13 MOBILIÁRIO URBANO- PARADA ÔNIBUS-PÉRGOLA**

**N.14 PERSPECTIVAS - LARGO DE SANT'ANA**

**N.15 PERSPECTIVAS -**

**N.16 PERSPECTIVAS -**

**N.17**

**N.18**

**N.19**

**N.20**

## REFERÊNCIAS

- ASH, Amin; THIRFT, Nigel. **Cittá.Ripersare la dimensioen urbana**. Milano: Il Mulino, 2012.
- ASSMANN, Jan.**La memoria culturale**. Torino: Einaudi, 1997.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS/ABNT.**NBR 10520: informação e documentação – citações em documentos**: apresentação. Rio de Janeiro, 2011 (atualizada).
- \_\_\_\_\_. **NBR 14724: informação e documentação – trabalhos acadêmicos**: apresentação. Rio de Janeiro, 2011 (atualizada).
- AYMONINO, Carlo. **Origini e sviluppo delle città moderne**. Padova: Marsilio, 1966.
- BAHIA. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER - Disponível em: <<http://www.conder.ba.gov.br/arquivos/biblioteca>>. Acesso em: 16 de set. de 2012.
- BAUMANN, Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade**. Tradução de Eliana Guiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BENEVOLO, Leonardo.**La città nella storia d'Europa**. Bari: Laterza, 1993.
- BOBBIO, Norberto. **Una filosofia militante**: studi su Carlo Cattaneo. Torino: Einaudi, 1971.
- BOERI, Stefano. **L'anti città**. Bari: Laterza, 2012.
- BORJA, Jordi. **El espacio público, ciudad e ciudadanía**. Barcelona, 2010.
- BRASIL. Presidência da República-Casa Civil.**Decreto-Lei n.º 25/1937**:Organiza a Proteção doPatrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 10 de out. de 2012.
- CALMON, Pedro. **História da Fundação da Bahia**. Secretaria de Educação e Saúde, Salvador, 1949. 257 p.
- CASTRO, Sonia Rabelo de. **O Estado na preservação de bens culturais**. Rio de Janeiro:Renovar, 1991.
- CAYMMI, Dorival. **Cancioneiro da Bahia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 1978.
- COELHO, Teixeira. **A Cultura e seu Contrário**. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008.

CORBOZ, André. **Le Territoire Comme Palimpseste et Autres Essais**. Paris: De L'imprimeur, 2001.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. São Paulo: Contraponto, 1992.

DELGADO, Manuel. **El espacio público como ideología**. Barcelona: Catarata, 2012

DE SOLÁ, Manuel Morales. **De cosas urbanas**. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.

DEZZI BARDESCHI, Marco. Dal restauro alla conservazione. Volume Secondo. In: Chiara Dezzi Bardeschi, Beatrice Messeri (a cura di), Firenze: Alinea Editrice, 2008.

DOREA, Luiz Eduardo. **Histórias de Salvador nos nomes das suas ruas**. Salvador: EDUFBA, 2006.

FERNANDES, Ana; SAMPAIO, Antonio H.; GOMES, Marco A. F. A Constituição do urbanismo moderno na Bahia, 1900-1950. In: LEME, Maria Cristina da Silva (Org.). **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. Salvador: EDUFBA, 2005.

FERNANDES, Araújo Antônio Sérgio. **Gestão municipal e participação social no Brasil: a trajetória de Recife e Salvador (1986-2000)**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2004.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Educação Patrimonial e Cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: USP, 1993.

FILHO, Ubaldo Marques Porto. 502 Anos da Chegada de Caramuru. Salvador: **Revista Rio Vermelho**, n.12, Salvador, 2011.

\_\_\_\_\_. **Rio Vermelho**. Salvador: Dendê editora, 1991.

FONSECA, Fernando. **Algumas igrejas baianas**. Salvador, [s.n.], 1961

FOUCAULT, Michel. **L'archeologia del sapere**. Milano: Rizzoli, 1971.

HALBWACHS, Maurice. **La memoria collettiva**. Milano: UNICOPLI, 1987.

HALL, Stuart. **1996 Who needs identity? Questions of Cultural Identity**. London, New York: Sage, 2002

HALL, Peter: **Ciudades del mañana**. Historia del urbanismo en el siglo XX. Barcelona: Serbal, 1996.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **La crisi della modernità**. Milano: Il Saggiatore, 2010.



\_\_\_\_\_.Heritage Pasts and Heritage Presents: temporality, meaning and the scope of heritage studies. In:**International Journal of Heritage Studies**, vol. 7, n.4., 2001.

\_\_\_\_\_.**Il capitalismo contro il diritto alla città**.Verona: Ombrecorte, 2012.

HERNÁNDEZ, Maria Herminia Olivera.**A Administração dos Bens Temporais do Mosteiro de São Bento da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Legislação**. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acessado em: 26 de jun. de 2012.

KOHLSDORF, Maria Elaine**A Apreensão da Forma da Cidade**.Brasília: UnB, 1996.

LEFÉBVRE, Henri. **Diritto alla Città**. Torino:Marsilio, 1978.

LE GOFF, Jacques. Patrimônio Histórico, cidadania e identidade cultural: o direito à memória. In: BITTENCOURT, C. (Org.) **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 137-140.

\_\_\_\_\_. **História e Memória**. 5. ed. Campinas/ SP: UNICAMP, 2003.

LENZA, C. Poesia e Letteratura Architettonica. In: PANE, Roberto. **Tra storia e restauro. Architettura, città, paesaggio**. Marsilio, Venezia, 2010.

LEMOS,Carlos.**O que é patrimônio histórico**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LOPES, Licídio. **O Rio Vermelho e suas tradições**: memórias.Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1984.

MARX, Karl. **Critica alla filosofia del diritto di Hegel (1884)**. Disponível em: <[www.linguaggioglobale.com/filosofia/txt/mark.htm](http://www.linguaggioglobale.com/filosofia/txt/mark.htm)>. Acesso em: 10 de jun. de 2012.

MARX, Murilo. **Cidade Brasileira**. São Paulo: EDUSP / Melhoramentos, 1980.

NORA, Pierre, Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Revista do Programa de pós-graduação em História da PUC - Projeto História**. São Paulo: n.º 10, 1993 p. 7-28.

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. Públicos da Cultura e as Artes do Espetáculo. In: NUSSBAUMER, G. M (Org).**Teorias & Políticas da Cultura**. Salvador: EDFUBA, Coleção Cult, 2007.

PANE, Roberto. **Città antiche ed edilizia nuova**. In: VI Congresso Nacional de Urbanismo.Torino, outubro 1956,18-21 . in Lapianificazione intercomunale, Anais do Congresso, INU Roma 1957, pp. 451-469; ID., Città antiche edilizia nuova E.S.I., Napoli 1959. E.S.I., Napoli 1959.

PARK, Robert Ezra. La città: indicazioni per lo studio del comportamento umano nell'ambiente urbano. In: **La città**. Milano: Edizioni di Comunità, 1967.

QUERINO, Manuel. **A Bahia de Otrora**. Salvador: Livraria Progresso, 1946. Disponível em: <<http://www.blogdorovermelho.blogspot.com.br>>. Acesso em: 21 de set. de 2012.

RISÉRIO, Antonio. **Uma História da Cidade da Bahia**. Rio de Janeiro: Versal, 2004.  
RONCAYOLO, Marcel. Mutações do espaço urbano: A nova estrutura do país. In: **Projeto História**. São Paulo: EDUC, 1999.

SALVADOR, Fr. Vicente do. **História do Brazil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1889. 270 p. Disponível em: <[http://purl.pt/154/index-HTML/M\\_index.html](http://purl.pt/154/index-HTML/M_index.html)>. Acesso em 6 de set. de 2012.

SAMPAIO, Antônio Heliodoro Lima. **Formas Urbanas: cidade real e cidade ideal, contribuição ao estudo urbanístico de Salvador**: Salvador: Quarteto Editora. PPG/AU, Faculdade de Arquitetura/UFBA, 1999.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. Ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Centro da cidade do Salvador**: estudo de geografia urbana. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1959.

SANZIO, RAFFAELLO. **Lettera di Raffaello d'Urbino a papa Leone X (1519)**. Disponível em: <<http://it.wikisource.org>>. Acesso em: 06 de mai. De 2012.

SCHEINOWITZ, A.S. **O Macro Planejamento da Aglomeração de Salvador**. Secretaria da Cultura e Turismo. Salvador:EGBA,1998.

SECCHI, Bernardo. Siena, l'importanza della forma. In: CAMPOS VENUTI, Giuseppe; OLIVA, Federico (eds.). **Cinquant'anni di urbanistica in Italia, 1942-1992**. Bari: Laterza, 1993.

SILVA, Cecília Luz da. **A Cidade do Salvador nos seus 454 anos**. Salvador:EGBA, 2006.

SILVA, S. B. M. e Silva, B. N. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. Departamento de Geografia/ Mestrado em Geografia daUFBA. Salvador, 2003.

SMALL, Lulah. **Andanças** . Rio de Janeiro: Gsa, 2009.

SOARES, Gabriel de Sousa. Tratado Descritivo do Brasil (1587). Blogspot Gabriel Soares. 2011. Disponível em: <<http://www.gabrielsoaresdesouza.blogspot.com.br>>. Acesso em: 18 de out. de 2012.

SOUZA, Aurélio Ângelo de. **Nas bandas do Rio Vermelho**. Salvador. Publicações da Associação Atlética do Rio Vermelho. 1961

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade:** uma introdução ao planejamento e à gestão urbana. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil. 2002.

TEIXEIRA, Manuel C. **Os Modelos Urbanos Portugueses da Cidade Brasileira.** In: Colóquio A Construção do Brasil Urbano. Convento da Arrábida – Lisboa, 2000. Disponível em: <<http://urban.iscte.pt/revista>>. Acesso em: 9 de set. de 2011.

TEIXEIRA, Cid. As grandes doações do 1º governador. Terras do Rio Vermelho ao Rio Joanes: Conde da Castanheira, Garcia D'Ávila e Senado da Câmara. In: TEIXEIRA, Cid. (Coord.) **A Grande Salvador. Posse e Uso da Terra. Projetos Urbanísticos Integrados. Coleção projetos urbanísticos integrados.** Salvador: Governo do Estado da Bahia, 1978. Cap. III.

TINHORÃO, José Ramos. **As Festas no Brasil colonial.** São Paulo: Editora 34, 2000.

TORSELLO, B.P. **Che cos'è il restauro? Nove studiosi a confronto.** , Marsilio, Venezia, 2005.

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO EM SALVADOR. **Cadernos da Cidade.** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente - SEDHAM/COPI, Salvador, Ano 1, n. 1, junho de 2009. Disponível em: <[http://www.sims.salvador.ba.gov.br/caderno\\_da\\_cidade](http://www.sims.salvador.ba.gov.br/caderno_da_cidade)>. Acesso em 10 de out. de 2011.

VASCONCELOS, Pedro de A. Salvador: Os agentes de seu desenvolvimento. In: LAGE, Creuza S. et al (Orgs). **Os Lugares do Mundo. A globalização dos lugares.** Salvador, UFBA. Departamento de Geografia, Mestrado em Geografia, 2000.

VERGER, Pierre. **Notícias da Bahia de 1850.** Tradução de Maria Aparecida da Nóbrega. 2. ed. Salvador : Corrupio, 1999.





## LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA INCIDENTE SOBRE A ÁREA DE PROTEÇÃO

### BENS TOMBADOS

Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia (IPAC)

1 Casa n.6 Largo de Santana (tombamento 2002)

2 Largo de Santana (tombamento provisório 2006)

3 Casa de J. Amado e Z. Gattai (tombamento provisório 2005)



POLIGONAL DA ÁREA DE PROTEÇÃO CULTURAL E PAISAGÍSTICA (APCP) (Lei n.7400/2008)



ÁREAS RETIRADAS DA POLIGONAL DA APCP DO PDDU DE 2004 (Lei 6584)



MP CECRE 2012.

MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E CONJUNTOS HISTÓRICOS.

FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

Estudos de requalificação e de valorização urbana e paisagística do Rio Vermelho em Salvador.

folha

N.1

escala

1/5000

data

JULHO - 2013

PROPOSTA AMPLIAÇÃO APCP

É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, assim como modificações de qualquer natureza sem a prévia autorização do autor, estando o infrator sujeito às penalidades previstas em lei.

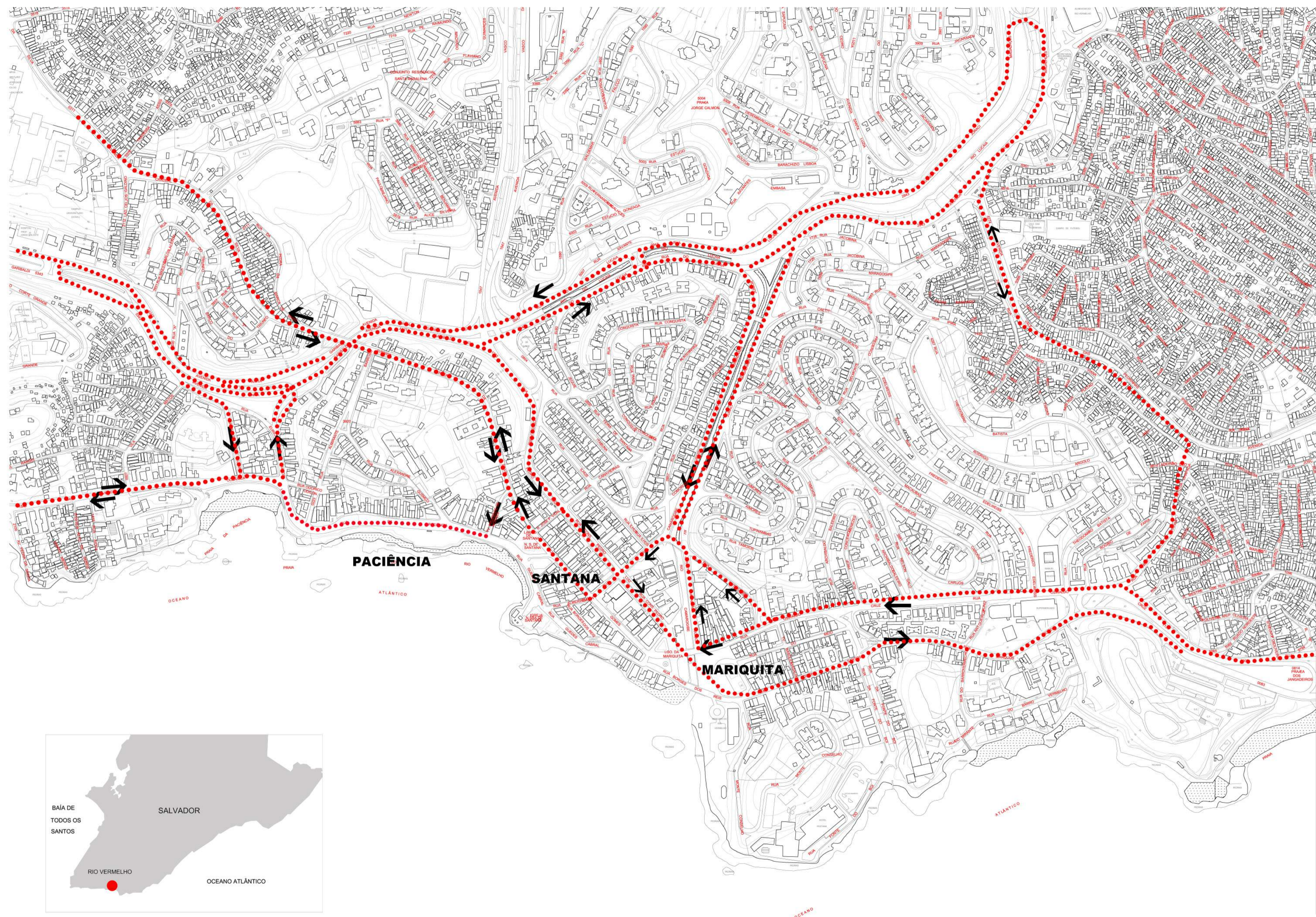
responsável técnico

ARQ. FEDERICO CALABRESE

desenho

ARQ. FEDERICO CALABRESE





MP CECRE 2012.

MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E CONJUNTOS HISTÓRICOS.

FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

## Estudos de requalificação e de valorização urbana e paisagística do Rio Vermelho em Salvador.

folha

P.2

escala

1/5000

data

JULHO - 2013

PROPOSTA NOVO SISTEMA VIÁRIO

É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, assim como modificações de qualquer natureza sem a prévia autorização do autor, estando o infrator sujeito às penalidades previstas em lei.

responsável técnico  
ARQ. FEDERICO CALABRESE  
desenho  
ARQ. FEDERICO CALABRESE









**MP CECRE 2012.**  
 MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E CONJUNTOS HISTÓRICOS.  
 FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

**Estudos de requalificação e de valorização urbana e paisagística do Rio Vermelho em Salvador.**

folha  
**N. 4**

escala  
 1/200  
 data  
 JULHO - 2013

**PLANTA DE URBANIZAÇÃO LARGO DE SANTANA**  
 PROPOSTA DE PROJETO

É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, assim como modificações de qualquer natureza, sem a prévia autorização do autor, estando o infrator sujeito às penalidades previstas em lei.

responsável técnico  
 ARQ. FEDERICO CALABRESE  
 desenho  
 ARQ. FEDERICO CALABRESE







**MP CECRE 2012.**  
 MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E CONJUNTOS HISTÓRICOS.  
 FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

**Estudos de requalificação e de valorização urbana e paisagística do Rio Vermelho em Salvador.**

folha  
**N. 5**

escala  
 1/200  
 data  
 JULHO - 2013

**PLANTA DE URBANIZAÇÃO  
 ENTORNO NOVA IGREJA**  
 PROPOSTA DE PROJETO

É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, assim como modificações de qualquer natureza, sem a prévia autorização do autor, estando o infrator sujeito às penalidades previstas em lei.

responsável técnico  
 ARQ. FEDERICO CALABRESE  
 desenho  
 ARQ. FEDERICO CALABRESE





**MP CECRE 2012.**  
 MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E CONJUNTOS HISTÓRICOS.  
 FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

**Estudos de requalificação e de valorização urbana e paisagística do Rio Vermelho em Salvador.**

folha **N.6** escala 1/200 data JULHO - 2013

**PLANTA DE URBANIZAÇÃO PRAÇA COLOMBO E ENTORNO**  
 PROPOSTA DE PROJETO

É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, assim como modificações de qualquer natureza, sem a prévia autorização do autor, estando o infrator sujeito às penalidades previstas em lei.

responsável técnico  
 ARQ. FEDERICO CALABRESE  
desenho  
 ARQ. FEDERICO CALABRESE





**MP CECRE 2012.**  
 MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E CONJUNTOS HISTÓRICOS.  
 FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

**Estudos de requalificação e de valorização urbana e paisagística do Rio Vermelho em Salvador.**

folha  
**N.7**

escala  
 1/200  
 data  
 JULHO - 2013

**PLANTA DE URBANIZAÇÃO  
 LARGO DA MARIQUITA**  
 PROPOSTA DE PROJETO

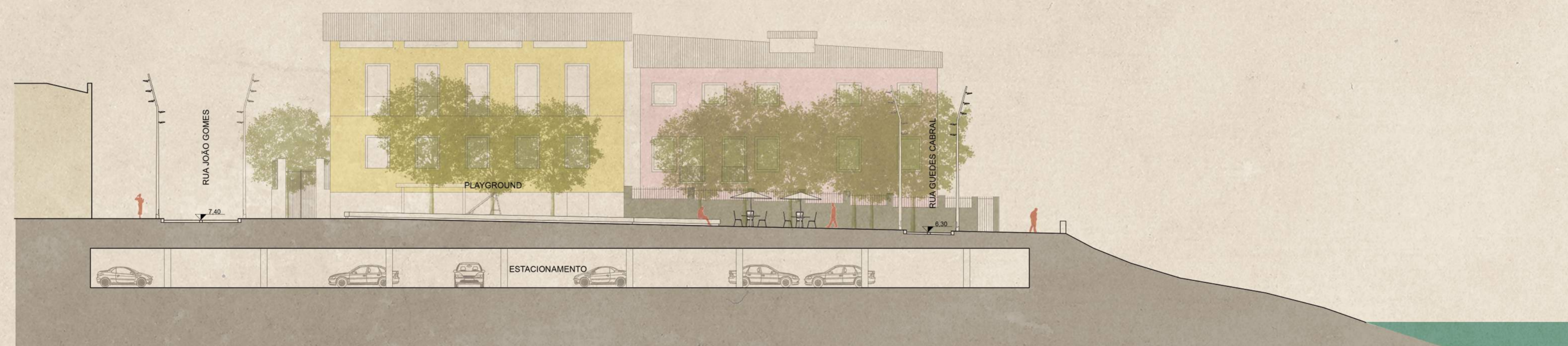
É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, assim como modificações de qualquer natureza, sem a prévia autorização do autor, estando o infrator sujeito às penalidades previstas em lei.

responsável técnico  
 ARQ. FEDERICO CALABRESE  
 desenhado  
 ARQ. FEDERICO CALABRESE





CORTE AA  
ESCALA: 1/200



CORTE BB  
ESCALA: 1/200



MP CECRE 2012.  
MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E CONJUNTOS HISTÓRICOS.  
FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Estudos de requalificação e de valorização urbana e paisagística do Rio Vermelho em Salvador.

folha  
N.8

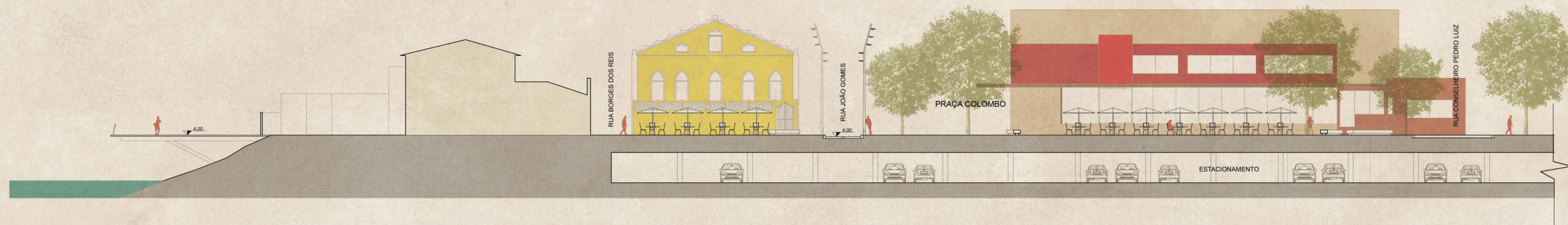
escala  
1/200  
data  
JULHO - 2013

CORTES AA - BB  
PROPOSTA DE PROJETO

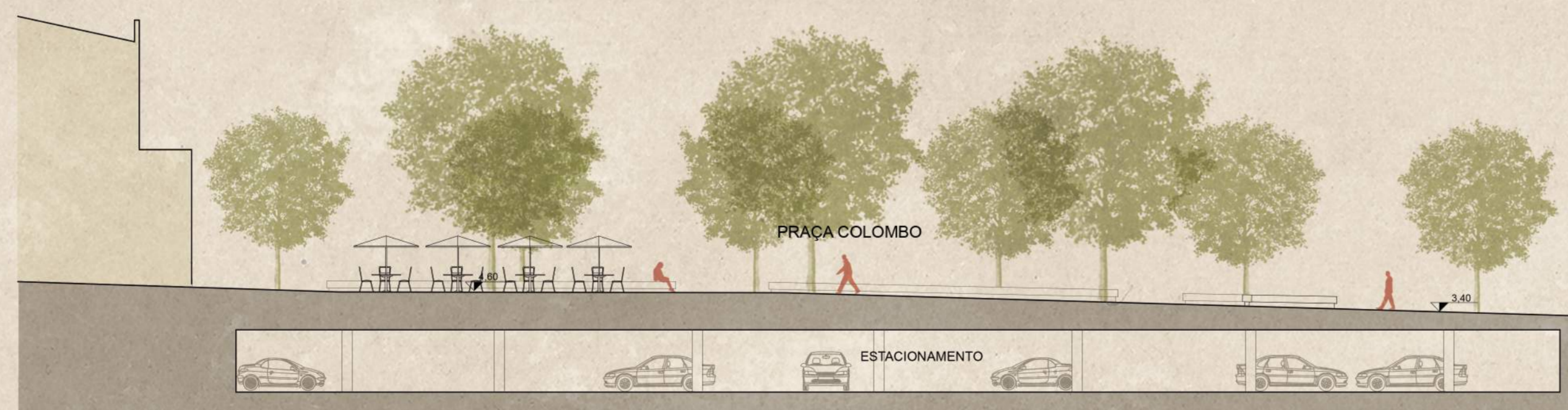
É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, assim como modificações de qualquer natureza, sem a prévia autorização do autor, estando o infrator sujeito às penalidades previstas em lei.

responsável técnico  
ARQ. FEDERICO CALABRESE  
desenho  
ARQ. FEDERICO CALABRESE





CORTE DD  
ESCALA: 1:200



CORTE CC  
ESCALA: 1:200



MP CECRE 2012.

MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E CONJUNTOS HISTÓRICOS.

FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

Estudos de requalificação e de valorização urbana e paisagística do Rio Vermelho em Salvador.

folha  
N.9

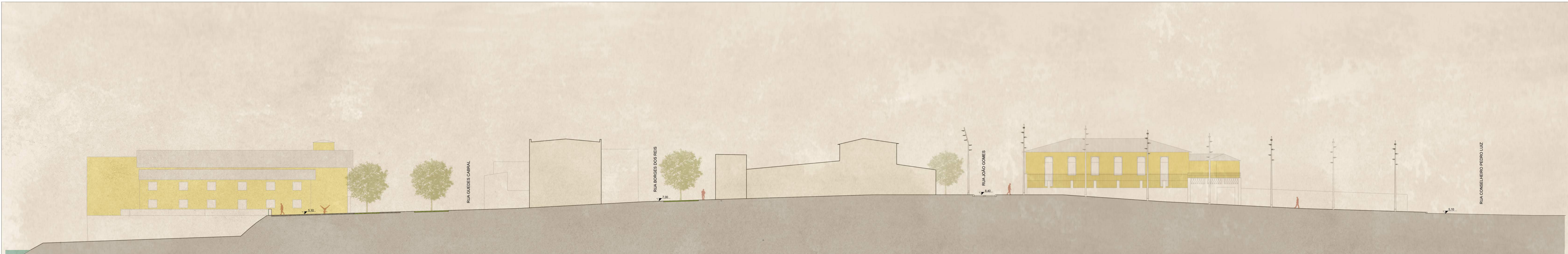
escala  
1/200  
data  
JULHO - 2013

CORTES CC - DD  
PROPOSTA DE PROJETO

É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, assim como modificações de qualquer natureza, sem a prévia autorização do autor, estando o infrator sujeito às penalidades previstas em lei.

responsável técnico  
ARQ. FEDERICO CALABRESE  
desenho  
ARQ. FEDERICO CALABRESE





CORTE FF  
ESCALA: 1/200



CORTE EE  
ESCALA: 1/200



**MP CECRE 2012.**  
MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E CONJUNTOS HISTÓRICOS.  
FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

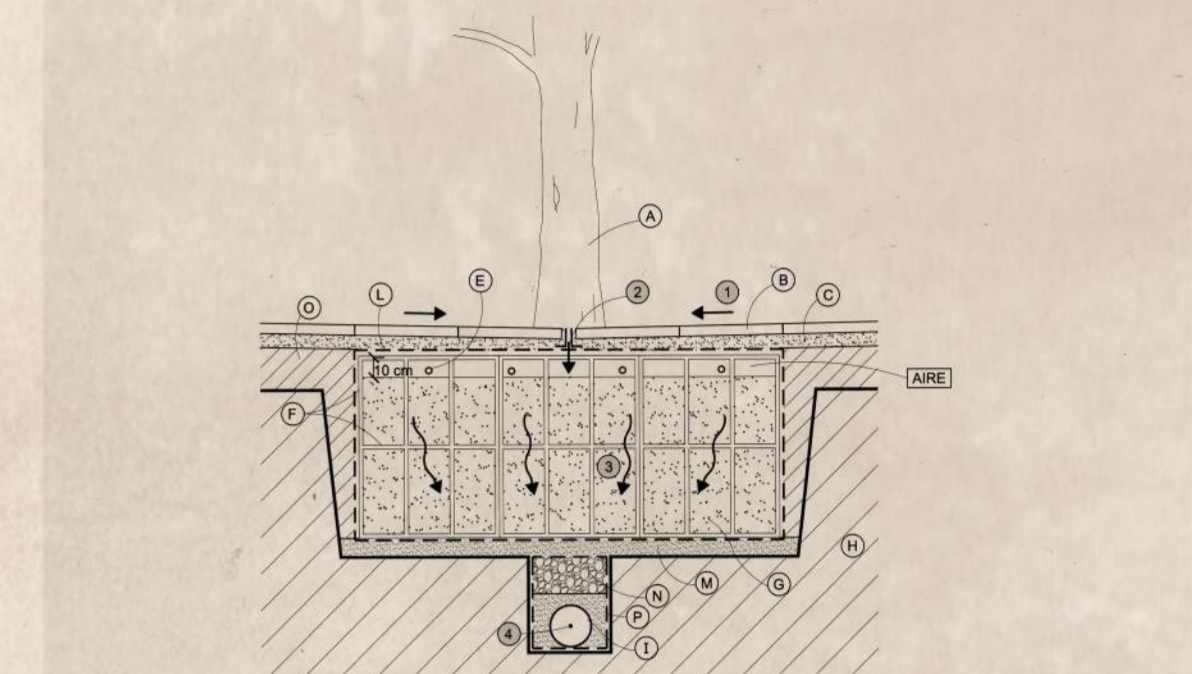
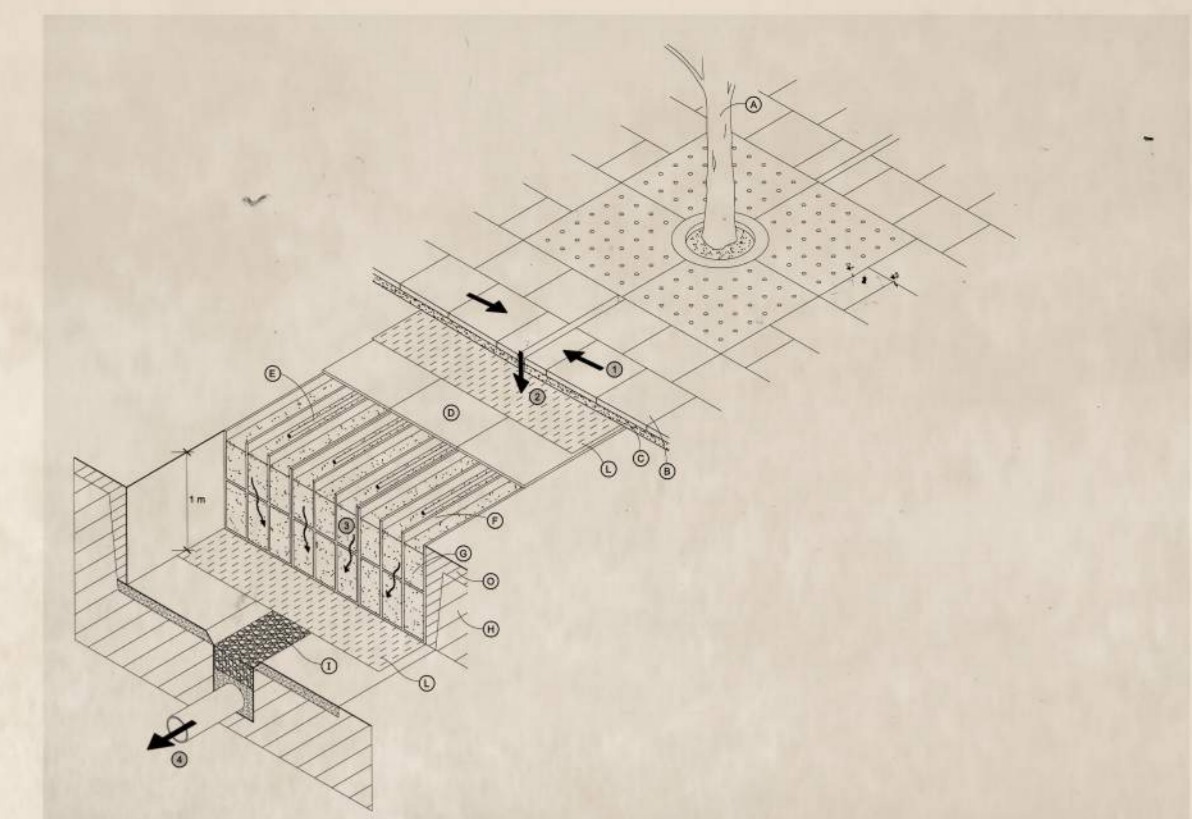
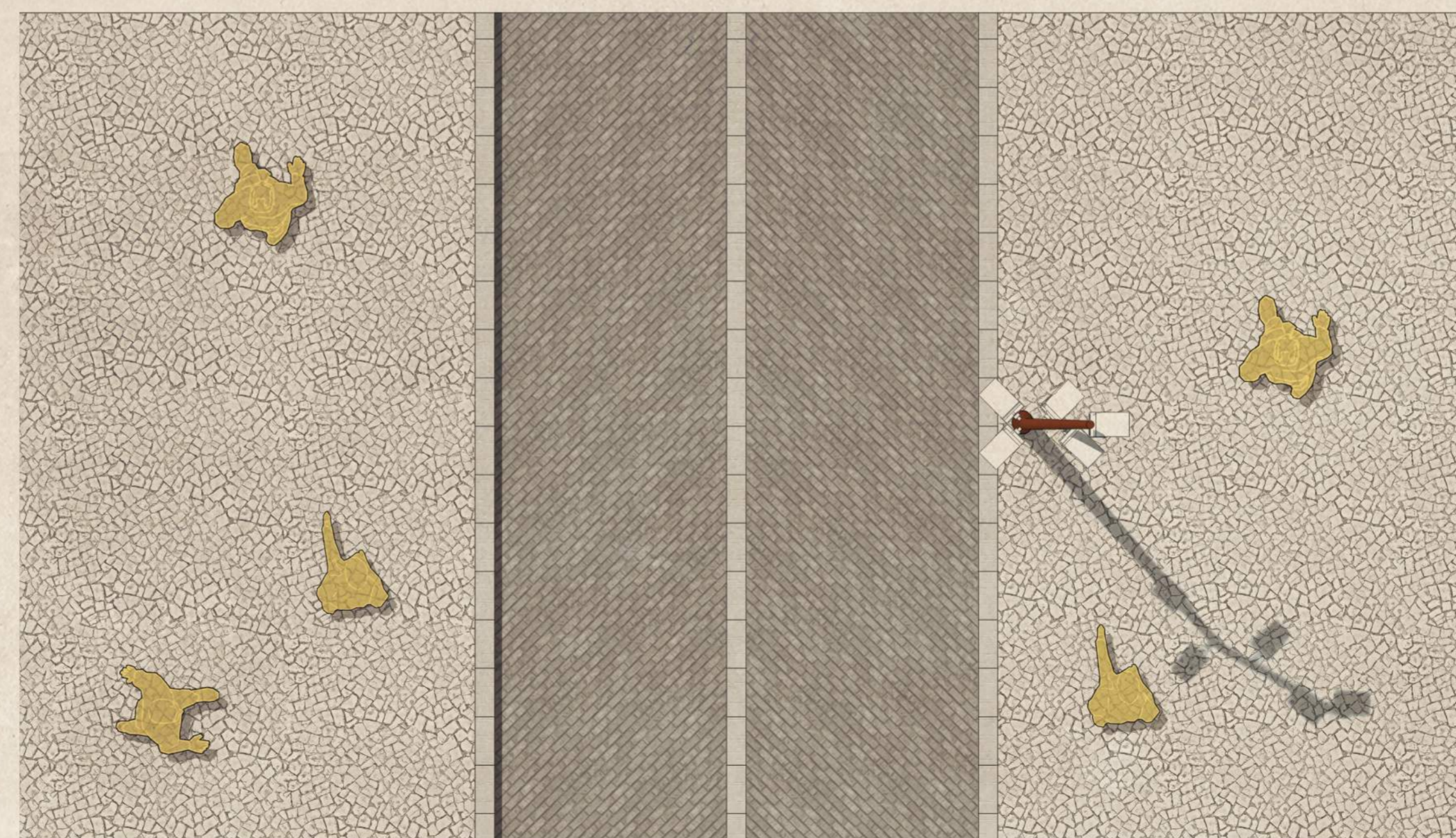
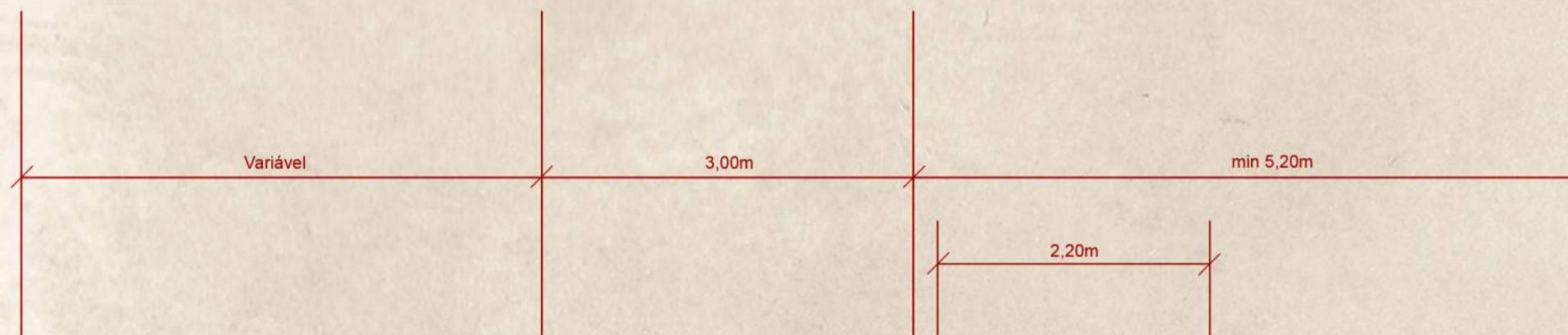
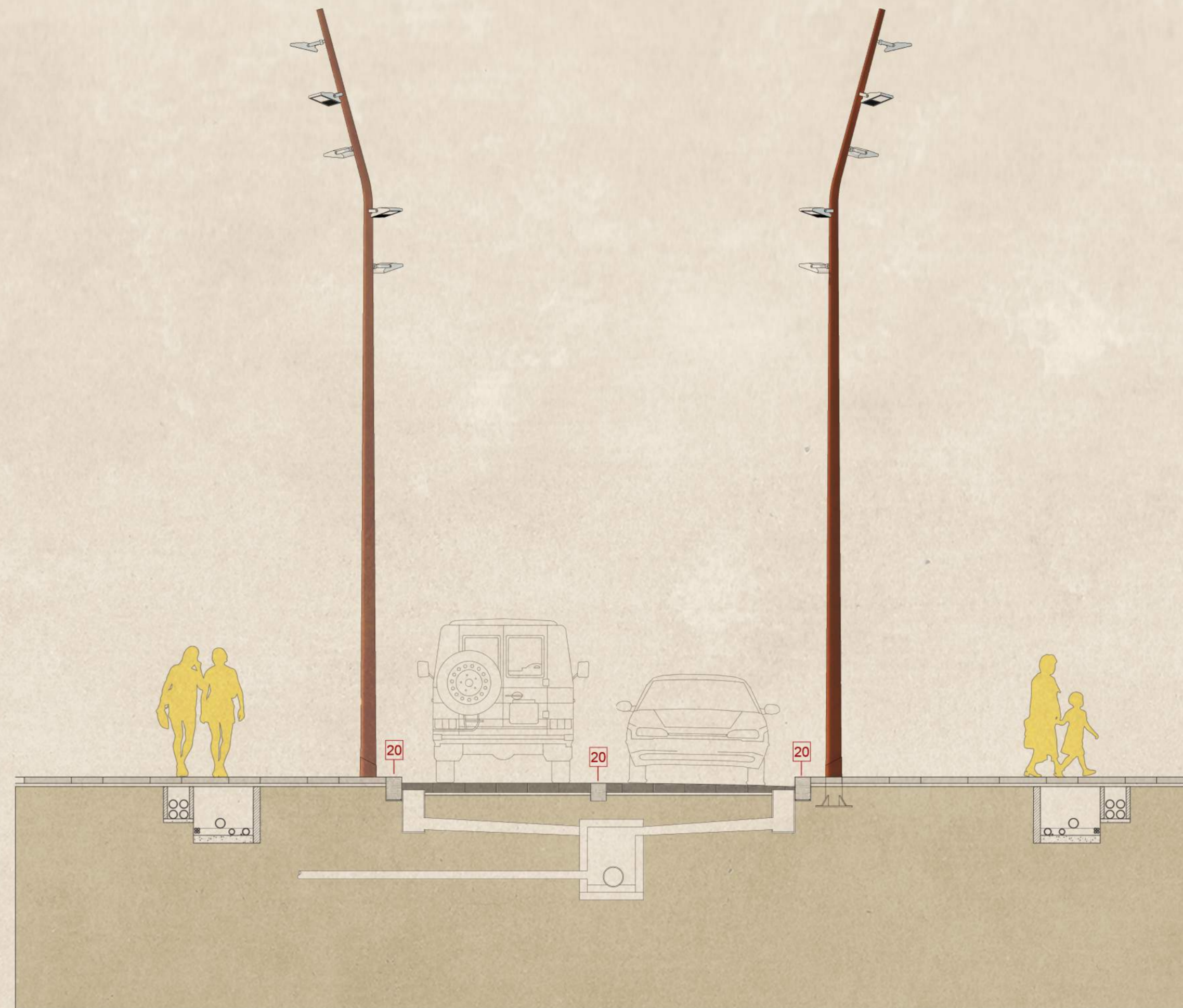
**Estudos de requalificação e de valorização urbana e paisagística do Rio Vermelho em Salvador.**

folha	escala	<b>CORTES EE - FF</b>
<b>N.10</b>	1/200	
	data	PROPOSTA DE PROJETO
	JULHO - 2013	

É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, assim como modificações de qualquer natureza, sem a prévia autorização do autor, estando o infrator sujeito às penalidades previstas em lei.

responsável técnico  
ARQ. FEDERICO CALABRESE  
desenho  
ARQ. FEDERICO CALABRESE





APROVEITAMENTO DAS ÁGUAS PLUVIAIS E SISTEMA DE ARBORIZAÇÃO

- 1 A água desce desde o piso com uma inclinação de 2%, até o canal longitudinal
  - 2 A água percola através do canal e o geo-textil até o canal vegetal
  - 3 A água percola através do canal vegetal irrigando as raízes das árvores
  - 4 A água sai através do canal de drenagem longitudinal até a rede de esgoto, depois ter terminado a irrigação
- |                                |                          |
|--------------------------------|--------------------------|
| A ÁRVORE                       | I CANAL DE DRENAGEM      |
| B PAVIMENTAÇÃO                 | L CAMADA GEO-TEXTIL      |
| C AREIA                        | M AREIA                  |
| D TAMPA CAIXA                  | N GRAVILHA               |
| E IRRIGAÇÃO LONGITUDINAL       | O GRAVILHA FINA          |
| F COSTELAS DA CAIXA            | P CAMADA GEO-TEXTIL FINA |
| G TERRA VEGETAL NÃO COMPACTADA | H TERRA COMPACTADA       |

MP CECRE 2012.  
 MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E CONJUNTOS HISTÓRICOS.  
 FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Estudos de requalificação e de valorização urbana e paisagística do Rio Vermelho em Salvador.

folha N. 11  
 escala 1/50  
 data JULHO - 2013  
 DETALHES RUA TIPO  
 APROVEITAMENTO ÁGUAS PLUVIAIS  
 PROPOSTA DE PROJETO

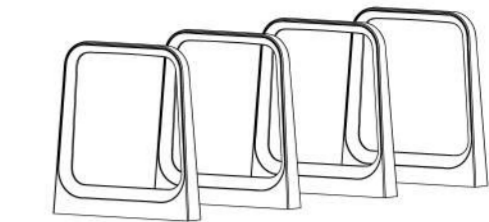
É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, assim como modificações de qualquer natureza, sem a prévia autorização do autor, estando o infrator sujeito às penalidades previstas em lei.  
 responsável técnico  
 ARQ. FEDERICO CALABRESE  
 ARQ. FEDERICO CALABRESE



QUISCOS

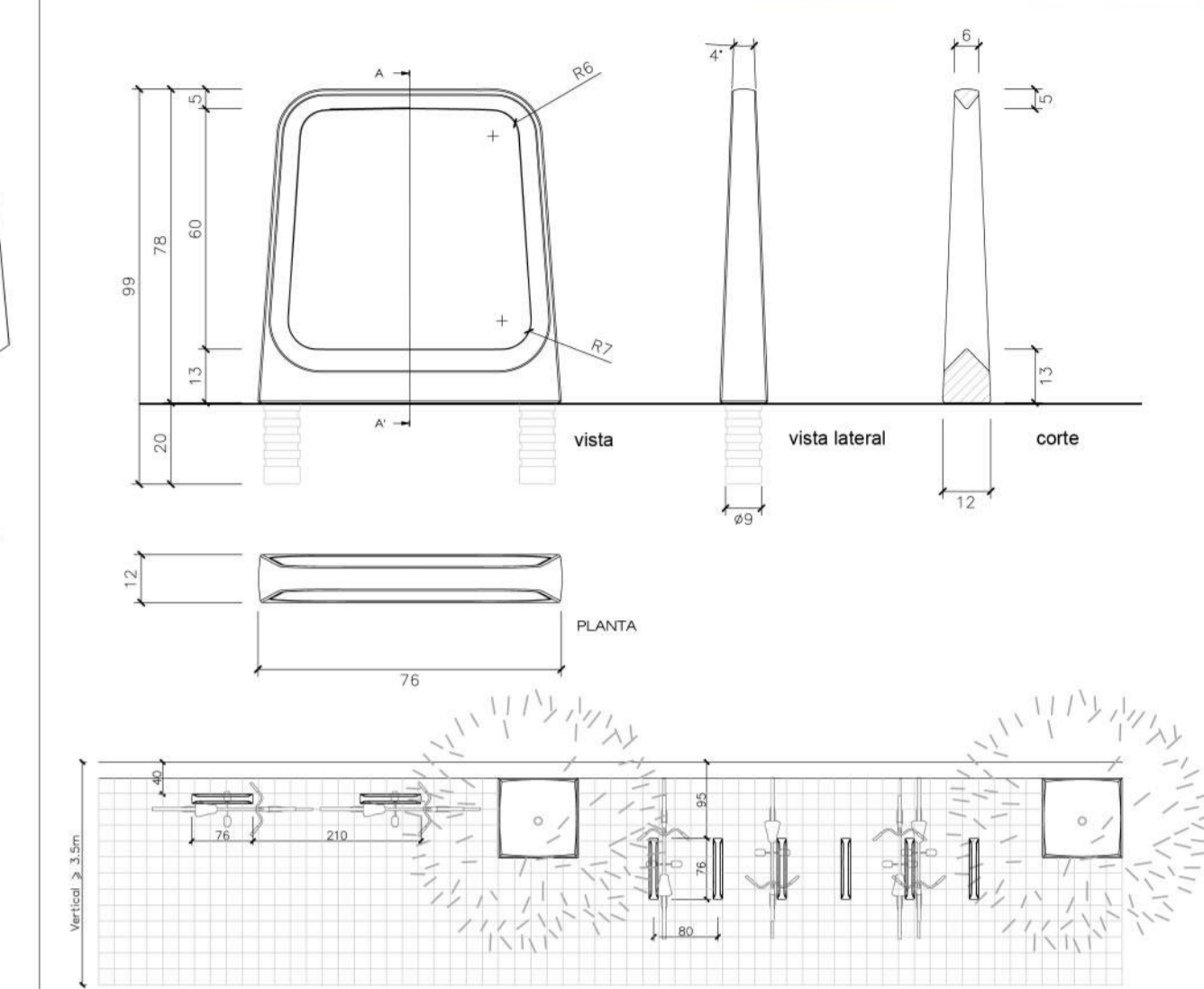
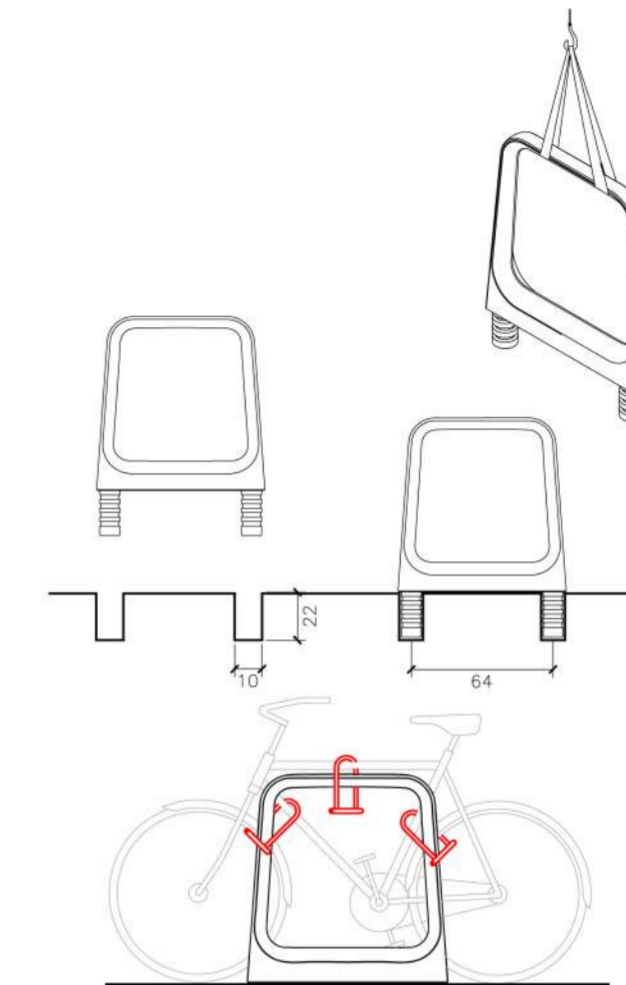
BICICLETÁRIO

MARCA: DAE  
 CARACTERÍSTICAS  
 material : concreto PUHPC  
 cor: cinza claro

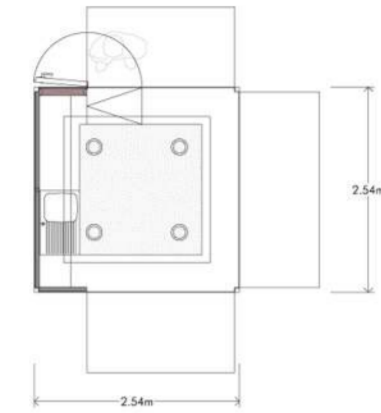


SISTEMA DE COLOCAÇÃO

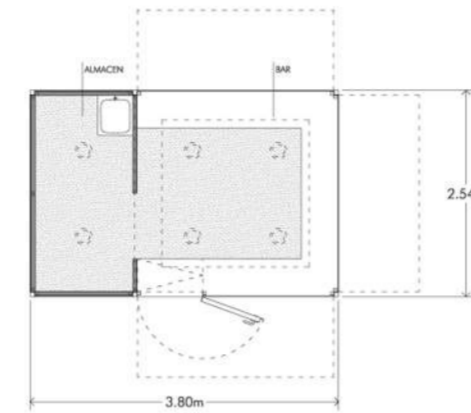
GEOMETRIA ESCALA: 0 CM 60 CM



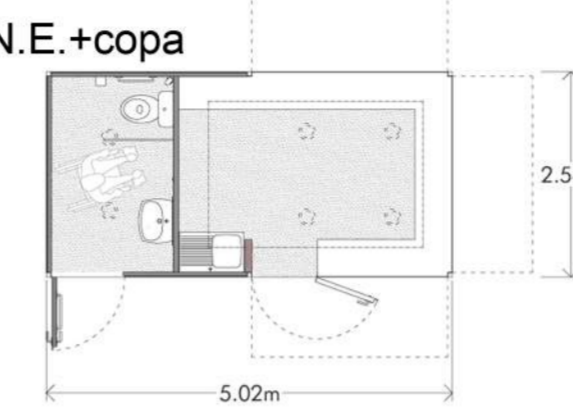
três lados para o atendimento+copa



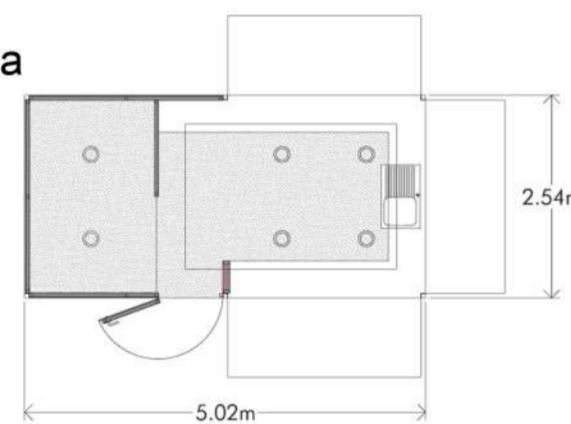
três lados para atendimento +depósito



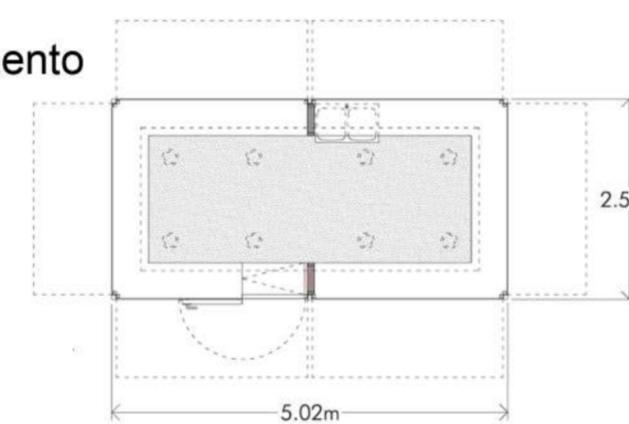
três lados para atendimento+ sanitário P.N.E.+copa



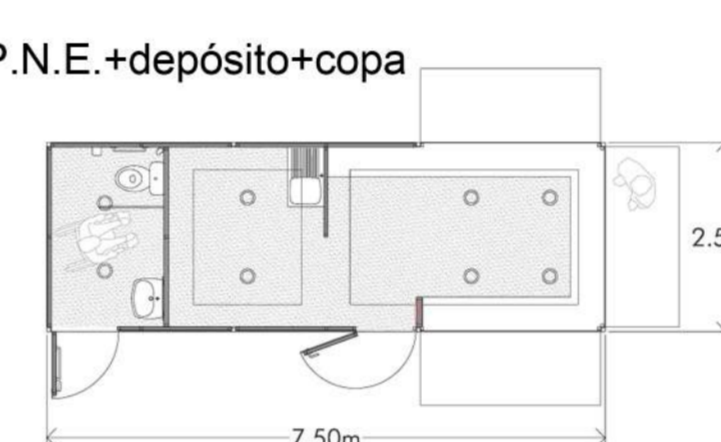
três lados para atendimento+depósito+copa



quatro lados para atendimento

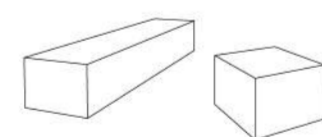


três lados para atendimento+sanitário P.N.E.+depósito+copa



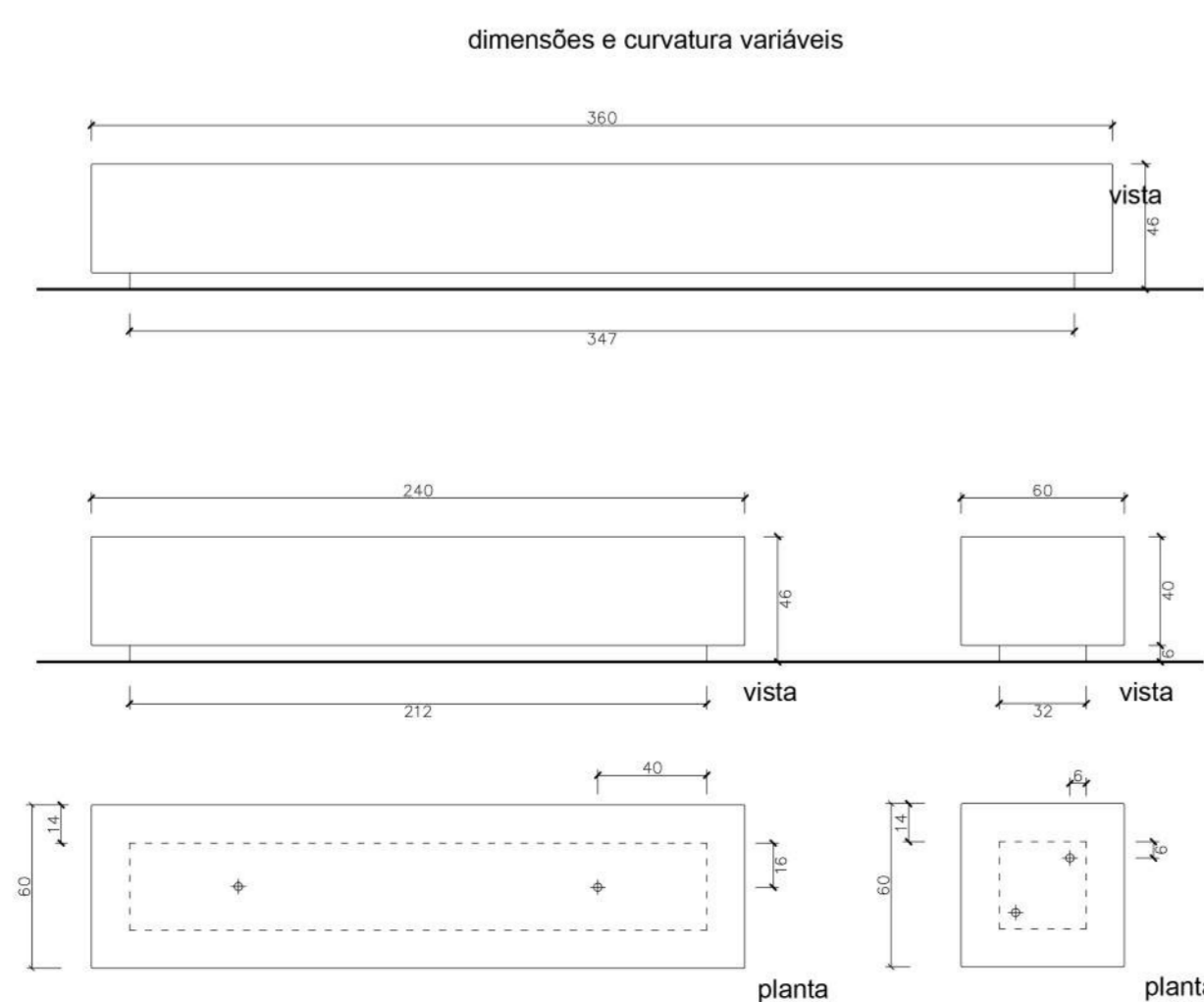
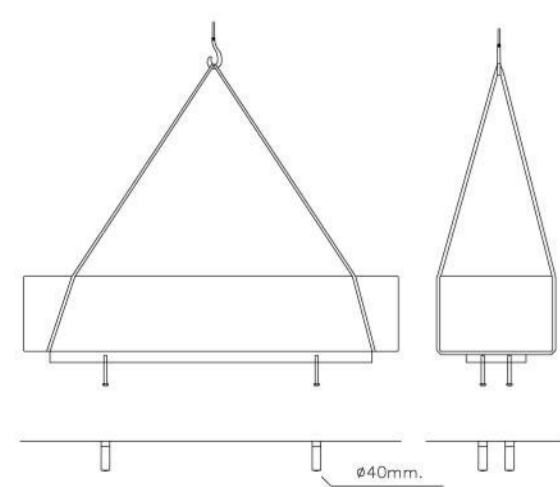
BANCO

MARCA: DAE  
 CARACTERÍSTICAS  
 material : concreto polido e hidrofugado  
 cor: cinza claro



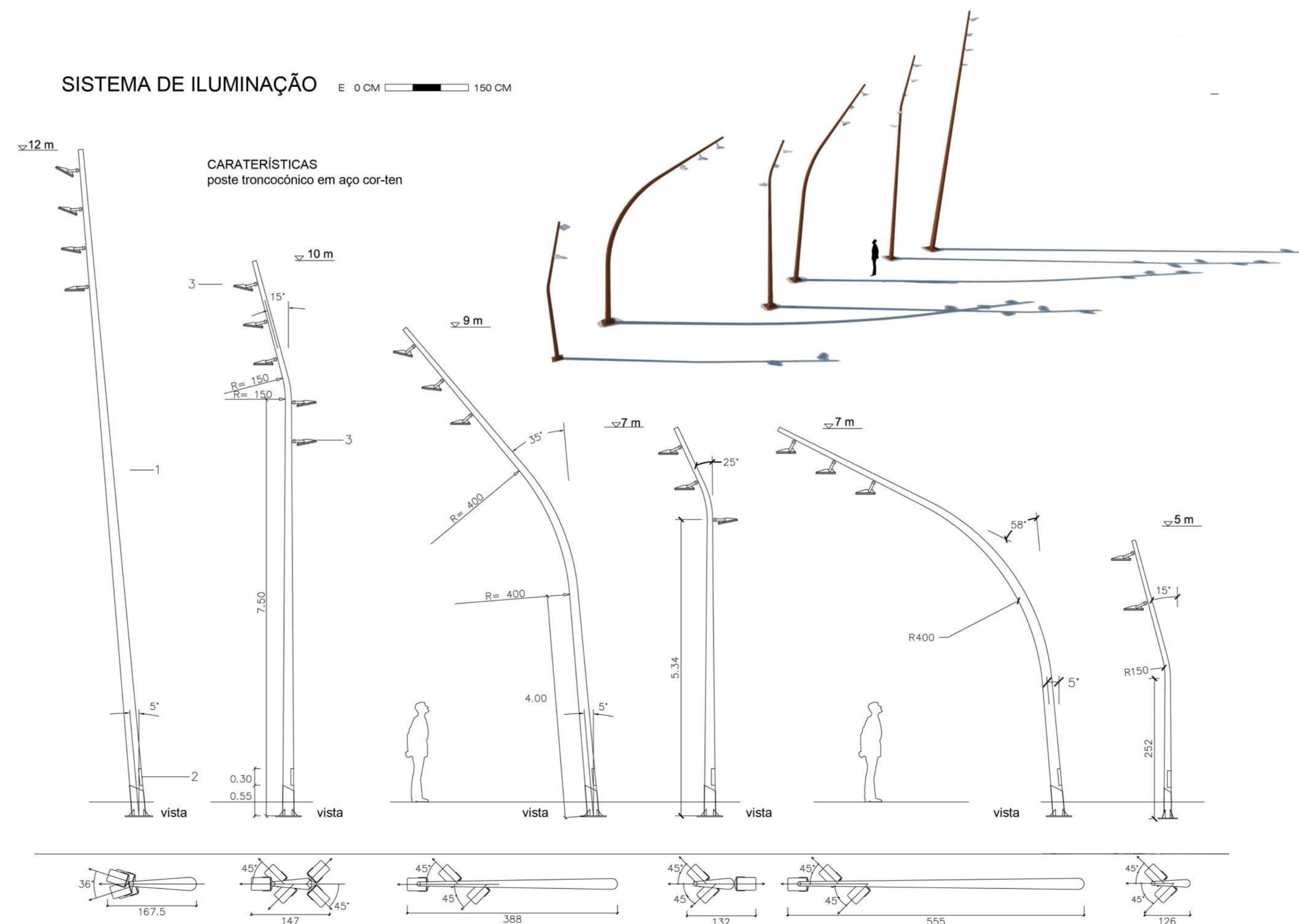
SISTEMA DE COLOCAÇÃO

GEOMETRIA ESCALA: 0 CM 60 CM



SISTEMA DE ILUMINAÇÃO

postes tronco-cônicos em aço cor-ten



MP CECRE 2012.  
 MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E CONJUNTOS HISTÓRICOS.  
 FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Estudos de requalificação e de valorização urbana e paisagística do Rio Vermelho em Salvador.

folha N. 12

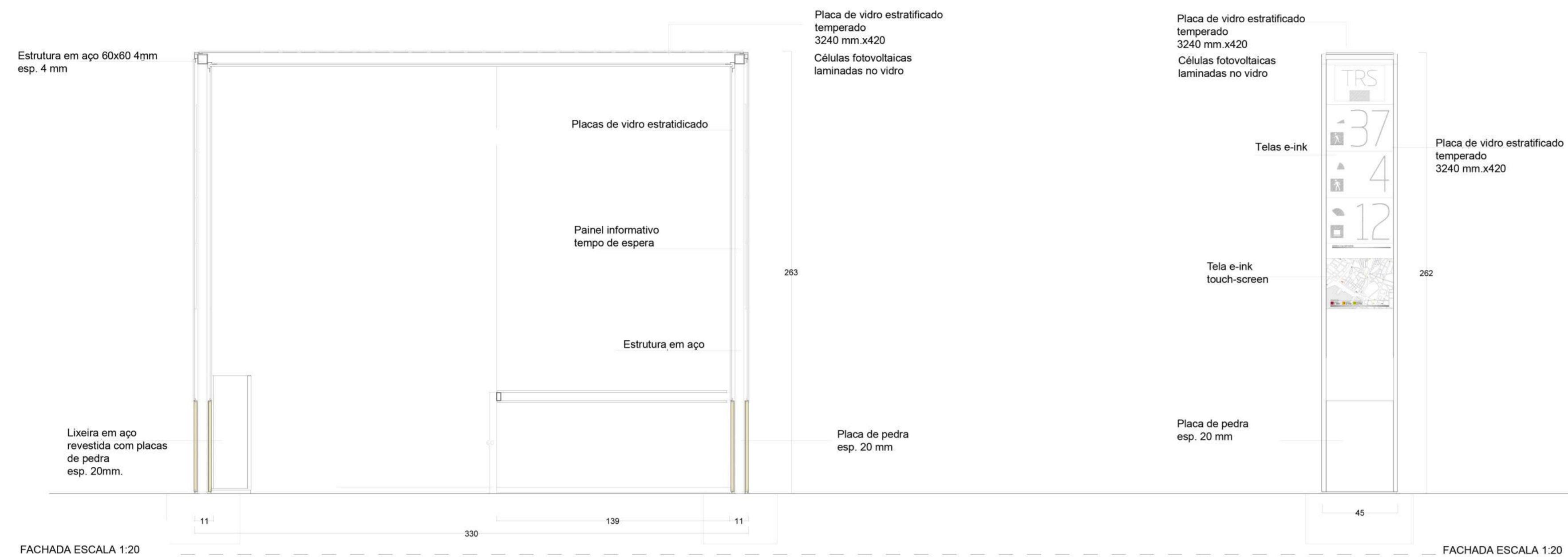
escala data JULHO - 2013

MOBILIÁRIO URBANO PROPOSTA DE PROJETO

É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, assim como modificações de qualquer natureza, sem a prévia autorização do autor, estando o infrator sujeito às penalidades previstas em lei.

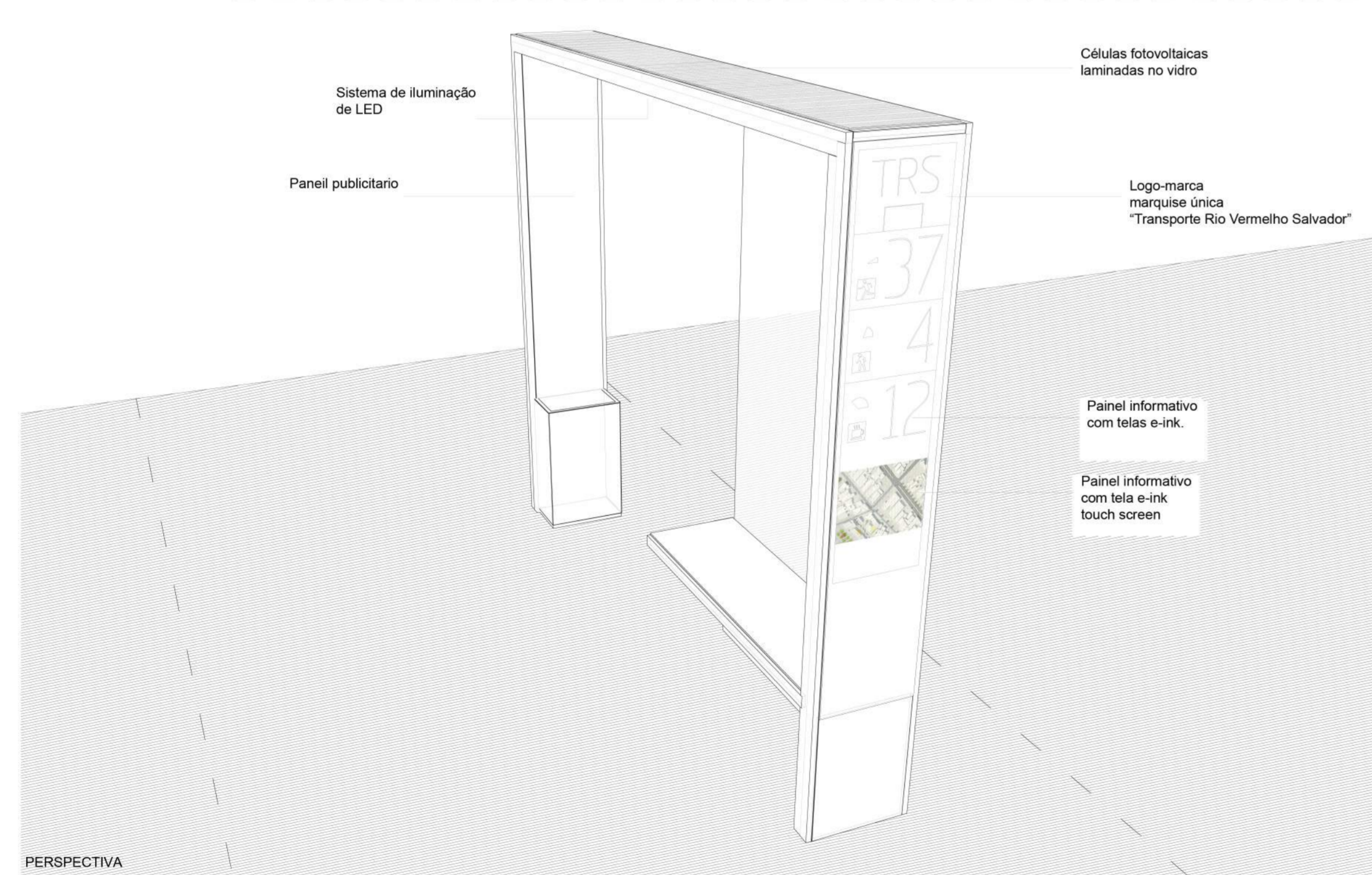
responsável técnico ARQ. FEDERICO CALABRESE designer ARQ. FEDERICO CALABRESE



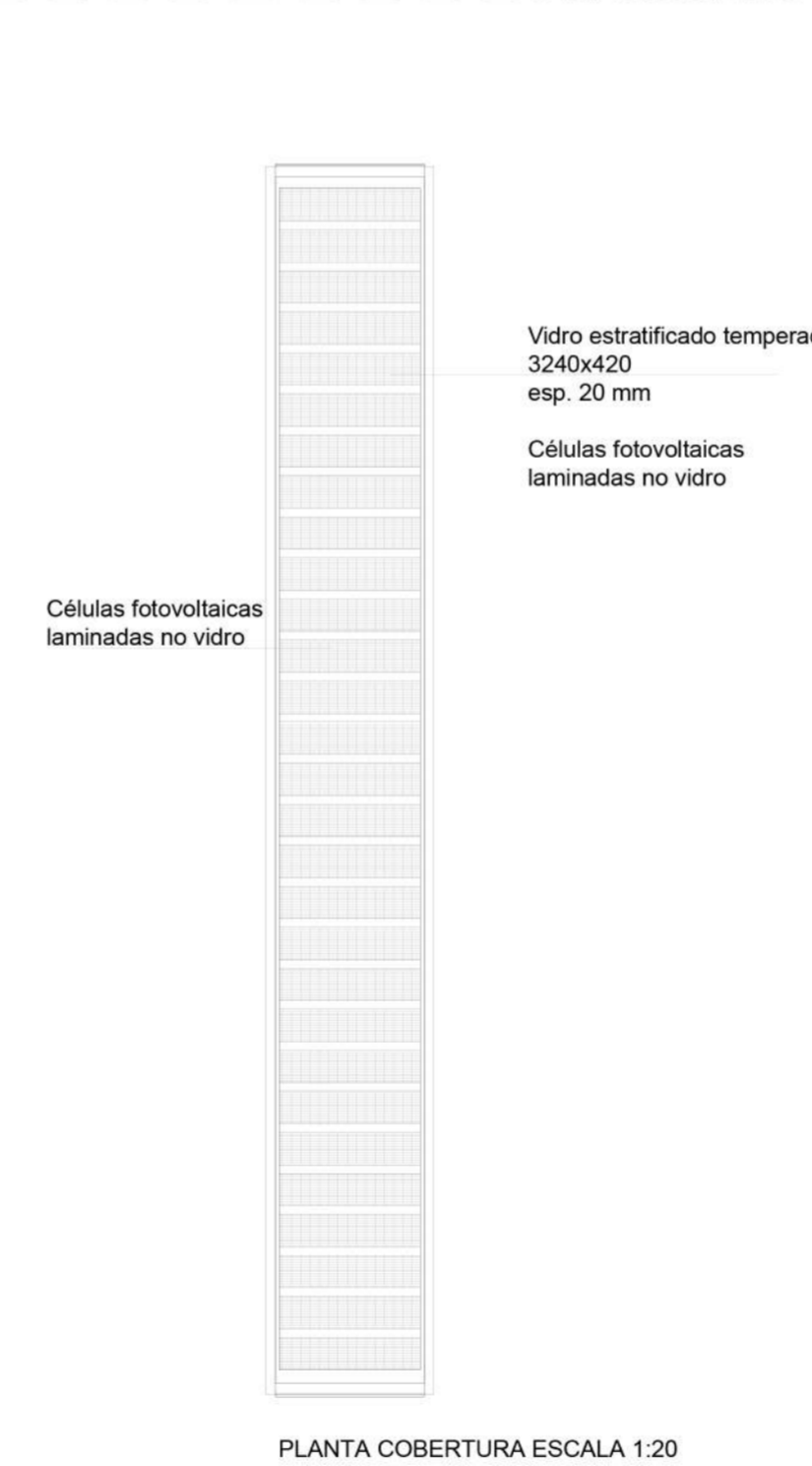


FACHADA ESCALA 1:20

FACHADA ESCALA 1:20



PERSPECTIVA



PLANTA COBERTURA ESCALA 1:20



MP CECRE 2012.

MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E CONJUNTOS HISTÓRICOS.

FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Estudos de requalificação e de valorização urbana e paisagística do Rio Vermelho em Salvador.

folha  
N. 13

escala  
data  
JULHO - 2013

MOBILIÁRIO URBANO  
PARADA ÔNIBUS/PERGOLA  
PROPOSTA DE PROJETO

É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, assim como modificações de qualquer natureza, sem a prévia autorização do autor, estando o infrator sujeito às penalidades previstas em lei.

responsável técnico  
ARQ. FEDERICO CALABRESE  
desenho  
ARQ. FEDERICO CALABRESE









MP CECRE 2012.

MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E CONJUNTOS HISTÓRICOS.

FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

Estudos de requalificação e de valorização urbana e paisagística do Rio Vermelho em Salvador.

folha  
N. 15

escala  
data  
JULHO - 2013

PERSPECTIVAS  
LARGO DE SANTANA  
PROPOSTA DE PROJETO

É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, assim como modificações de qualquer natureza, sem a prévia autorização do autor, estando o infrator sujeito às penalidades previstas em lei.

responsável técnico  
ARQ. FEDERICO CALABRESE  
desenho  
ARQ. FEDERICO CALABRESE





MP CECRE 2012.

MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E CONJUNTOS HISTÓRICOS.

FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

Estudos de requalificação e de valorização urbana e paisagística do Rio Vermelho em Salvador.

folha  
N. 16

escala  
data  
PERSPECTIVAS  
PRAÇA COLOMBO - LARGO DA MARIQUITA  
JULHO - 2013  
PROPOSTA DE PROJETO

É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, assim como modificações de qualquer natureza, sem a prévia autorização do autor, estando o infrator sujeito às penalidades previstas em lei.

responsável técnico  
ARQ. FEDERICO CALABRESE  
desenho  
ARQ. FEDERICO CALABRESE





MP CECRE 2012.

MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E CONJUNTOS HISTÓRICOS.

FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

Estudos de requalificação e de valorização urbana e paisagística do Rio Vermelho em Salvador.

folha  
N. 17

escala  
data  
JULHO - 2013

PERSPECTIVAS  
VISTA GERAL - LARGO DA MARIQUITA  
PROPOSTA DE PROJETO

É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, assim como modificações de qualquer natureza, sem a prévia autorização do autor, estando o infrator sujeito às penalidades previstas em lei.

responsável técnico  
ARQ. FEDERICO CALABRESE  
desenho  
ARQ. FEDERICO CALABRESE